

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Renê Wagner Ramos

**A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO NOVO  
MODELO AGRÁRIO NO PARANÁ:  
AÇÕES DO GOVERNO DE BENTO MUNHOZ DA  
ROCHA  
1951-1955**

Passo Fundo  
2020

Renê Wagner Ramos

**A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO NOVO  
MODELO AGRÁRIO NO PARANÁ:  
AÇÕES DO GOVERNO DE BENTO MUNHOZ DA  
ROCHA  
1951-1955**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo  
2020

---

Ramos, Renê Wagner.

R175

A implantação e estruturação do novo modelo agrário no Paraná : ações do governo de Bento Munhoz da Rocha 1951-1955 / Renê Wagner Ramos. – Passo Fundo, 2020.

212 p. ; il. ; 30 cm

Orientação: Professor Doutor João Carlos Tedesco. Tese  
(Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. História-Paraná. 2. Política-Paraná 3. Rocha, Bento Munhoz da. 4.  
Governo-Paraná. I. Tedesco, João Carlos, orientador. II. Título.

CDU 981.62

---

Catálogo Bibliotecária Rita de Cassia Teixeira Gusso – CRB 9./647

## **Banca Examinadora do Doutorado**

Prof. Dr. Nintonci Batista Chaves - UEPG

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseli Bosschilia - UFPR

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosane Márcia Neumann – UPF

Prof. Dr. Alessandro Batistella – UPF

Prof. Dr. João Carlos Tedesco - Orientador (UPF)

## DEDICATÓRIA

O trabalho de produzir uma tese é um esforço compartilhado por muitas pessoas. Mas gostaria de dedicar, primeiramente, *in memoriam*, aos meus pais José Ramos Neto e Maria Aparecida Gonçalves; e aos meus irmãos, Celso Luiz Ramos e Irineu Edson Ramos, que também se foram no período dessa construção textual. À minha companheira Jacira, e meus filhos Alexandre e Ícaro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha companheira, Jacira Aparecida de Campos Ramos, que sempre me apoiou, em todos os momentos mais difíceis, de completa fragilidade humana, durante essa jornada.

Aos meus filhos, Alexandre e Ícaro, que acompanharam toda essa trajetória científica, espero que os tenha influenciado positivamente nesse trajeto.

Preciso agradecer à UPF, pelo acolhimento e pela bolsa, que possibilitou a conclusão deste doutorado. Assim como, agradecer imensamente ao Programa de Pós-Graduação em História, pela recepção, carinho e competência da Jennifer e da Ana Cláudia.

Ao querido Prof. Dr. João Carlos Tedesco, que esteve nesta caminhada como orientador. Obrigado pela confiança e pela extrema competência de suas correções e orientações. Conquistou muito mais que um aluno, um camarada, meu amigo!

Um obrigado a todos os professores, que tive a honra de conhecer e aprofundar o conhecimento histórico. Um abraço caloroso à professora Doutora Ana Luiza, que me acolheu em 2003 no programa de Mestrado, que, como atualmente, era coordenadora. Muito obrigado!

A todos os professores que participaram de minha qualificação e defesa, pela generosa contribuição crítica.

A todos os que contribuíram de alguma forma, meu muito obrigado!

Renê Wagner Ramos

## RESUMO

A pesquisa mostrou, historicamente, as mudanças ocorridas na agricultura paranaense anteriormente ao final de 1960. A tese discute a partir da história política a questão agrária no Paraná e a modernização do campo, tendo como referência o conceito de Modernização Conservadora. O projeto foi fruto da visão de um Paraná moderno, que teve sua gênese entre 1951 e 1955, no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. Apresenta como se estruturou um novo modelo de exploração econômica e industrial do campo. O modelo atrelou o agricultor ao cooperativismo agroindustrial. Ocorreu a partir da implantação de três colônias: Witmarsum (Palmeira), Entre Rios (Guarapuava) e Castrolanda (Castro), que funcionaram como laboratórios, como difusoras do modelo agrário com características da monocultura, mecanização, seleção de sementes, agrotóxicos, agroindústria e cooperativismo. O governo usou a propaganda nos meios de comunicação escrita e falada para apresentar e defender o projeto de modernizar o campo, amplamente divulgado pela propaganda oficial, contando com uma ampla rede de jornais, rádios e revistas. A razão para a criação da Casa Rural e os investimentos em pesquisa agropecuária foram explicados na pesquisa. A tese demonstra que existia uma conexão lógica nos investimentos em energia, transporte (rodovias, ferrovias e portos), assistência ao trabalhador rural, as casas rurais, as colônias e o cooperativismo. A pesquisa também repercute sobre as consequências, sobretudo sociais, da desagregação de uma economia voltada para a produção de subsistência, identificada pela chegada da industrialização do campo e suas consequências. Discutimos que o sistema cooperativista incentivado pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Netto foi, na verdade, uma forma de inserção do grande capital no campo, apesar de que a propriedade da agroindústria estar nas mãos dos agricultores colonos, pois a chegada do capitalismo trouxe no campo um conjunto de mudanças, além das técnicas na produção, principalmente a introdução do agricultor no mercado capitalista da produção, além da perda do controle da comercialização, e na relação com a terra como elemento econômico.

Palavras-chave: Agroindústria. Bento Munhoz da Rocha Netto. Casa Rural. Cooperativa. Modernização Conservadora.

## ASTRATTO

La ricerca ha storicamente dimostrato i cambiamenti avvenuti nell'agricoltura del Paraná avvenuti prima della fine del 1960. La tesi discute dalla storia politica la questione agraria in Paraná e la modernizzazione delle campagne, avendo come riferimento il concetto di Modernizzazione conservativa. Il progetto è il risultato della visione di un moderno Paraná, che ha avuto la sua genesi tra il 1951 e il 1955, sotto il governo di Bento Munhoz da Rocha Netto. Presenta come era strutturato un nuovo modello di sfruttamento economico e industriale della campagna. Il modello collegava l'agricoltore alle cooperative agroindustriali. È successo dall'impianto di tre colonie di Witmarsum (Palmeira), Entre Rios (Guarapuava) e Castrolanda (Castro) che hanno funzionato come laboratori, come diffusori del modello agrario, che aveva caratteristiche di monocultura, meccanizzazione, selezione dei semi, pesticidi, agricoltura e cooperativismo. Il governo ha usato la propaganda nei media scritti e orali per presentare e difendere il progetto per modernizzare il campo, che è stato ampiamente pubblicizzato dalla propaganda ufficiale, con una vasta rete di giornali, radio e riviste. Il motivo della creazione della Casa Rural e gli investimenti nella ricerca agricola sono stati spiegati nella ricerca. La tesi dimostra che esisteva una connessione logica negli investimenti in energia, trasporti (autostrade, ferrovie e porti), assistenza ai lavoratori rurali, case rurali, colonie e cooperative. La ricerca avrà anche ripercussioni sulle conseguenze soprattutto sociali della rottura di un'economia incentrata sulla produzione di sussistenza identificata dall'arrivo dell'industrializzazione nelle campagne e dalle sue conseguenze. Sosteniamo che il sistema cooperativo incoraggiato dal governo di Bento Munhoz da Rocha Netto era in realtà una forma di inserimento del grande capitale nelle campagne, nonostante il fatto che la proprietà dell'agroindustria fosse nelle mani dei contadini dei coloni, poiché l'arrivo del capitalismo ha portato un set nelle campagne cambiamenti oltre le tecniche di produzione, principalmente l'introduzione dell'agricoltore nel mercato capitalistico della produzione, oltre alla perdita di controllo sul marketing e nei rapporti con la terra come elemento economico.

Parole-chiave: Agroalimentare. Bento Munhoz da Rocha Netto. Colônia. Cooperativa. Modernizzazione Conservativa.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 - Localização das colônias de Entre Rios (Guarapuava), Castrolanda (Castro) e Witmarsum (Palmeira).....   | 14  |
| Figura 2 - Representação histórico-cultural do processo de colonização (século XVII ao XX).....  | 33  |
| Figura 3 - Rotas dos Caminhos das Tropas .....   | 37  |
| Figura 4 - Sede da Fazenda Capão Alto – Castro - PR (Campos Gerais) .....  | 40  |
| Figura 5 - Colonização do Paraná – 1880-1890 .....   | 44  |
| Figura 6 - Linhas de avanço da colonização no Paraná – 1900-1920 .....   | 46  |
| Figura 7 - Colonização do norte do Paraná .....  | 48  |
| Figura 8 - Infraestrutura de transporte no Norte - CTNP .....  | 50  |
| Figura 9 - Bento Munhoz da Rocha aos cafezais de Lunardelli, 6 outubro de 1951.....  | 55  |
| Figura 10 - Doze áreas de Grilos norte do Paraná.....  | 56  |
| Figura 11 - Mapa do oeste do Paraná .....  | 59  |
| Figura 12 - Estado do Paraná e território federal do Iguaçú.....   | 63  |
| Figura 13 - A estratégia de ocupação dos escritórios da Citla, em Francisco Beltrão (1950) .....   | 66  |
| Figura 14 - Casamento de Bento Munhoz da Rocha Netto e Dona Flora de Camargo em 23/09/1929 .....   | 72  |
| Figura 15 - Áreas quilombolas no Paraná (2009).....  | 73  |
| Figura 16 - Terras (reservas) indígenas no Paraná (1940 -2018) .....   | 74  |
| Figura 17 - Elite política e econômica paranaense em reunião política (1919).....  | 79  |
| Figura 18 - Líderes políticos representantes da oligarquia fazendeira: Marins Camargo, Campos de Guarapuava e Ernesto Vilela, Campos Gerais (1919) .....                                   | 82  |
| Figura 19 - Decreto de desapropriação de terras (1951).....  | 95  |
| Figura 20 – Recorte de jornal: Crítica à política de desapropriação .....  | 96  |
| Figura 21 - Recorte de jornal: Denúncia de venda ilegal de terras (1951) .....   | 101 |
| Figura 22 - Posse de Bento Munhoz no governo do estado do Paraná em 31 de janeiro de 1951 .....  | 113 |
| Figura 23 - Vice-presidente João Goulart, governador Bento Munhoz da Rocha ao centro e o presidente Vargas com o mapa da expansão da malha rodoviária do Paraná ao fundo .....             | 136 |
| Figura 24 - Mecanização na colônia Entre Rios (1952) .....   | 158 |
| Figura 25 - Visita do governador Bento Munhoz da Rocha à colônia Entre Rios em 1952 .....  | 159 |
| Figura 26 - Grupo de emigrantes holandeses antes do embarque para o Brasil .....   | 162 |
| Figura 27 - Início da construção das primeiras instalações da colônia de Castrolanda (1952).....   | 163 |
| Figura 28 - Desembarque no porto de Santos do gado dos imigrantes holandeses (1952) .....  | 163 |
| Figura 29 - Governador Bento Munhoz da Rocha Netto visitando o stand da Cooperativa Castrolanda na Exposição Interestadual de Animais e Produtos Derivados - Ponta Grossa 21/11/1953 ..... | 165 |
| Figura 30 - Álbum comemorativo ao centenário do Paraná (1953) .....  | 176 |
| Figura 31 - Recepção pelas autoridades dos suábios em Guarapuava.....  | 177 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 32 - Visita do governador Juscelino Kubitschek ao Paraná (19/4/1954) .....              | 178 |
| Figura 33 - Festa de inauguração do palácio Iguazu (19/12/1954) .....                          | 178 |
| Figura 34 - Inauguração teatro Guaíra (31/10/1954) (ainda incompleto).....                     | 179 |
| Figura 35 - Colonos de Witmarsum – desfile comemorativo (19/12/1953).....                      | 180 |
| Figura 36 - Desfile das etnias nas festividades do centenário (19/12/1953) .....               | 181 |
| Figura 37 - Instalação da Feira Internacional do Café (1953) .....                             | 182 |
| Figura 38 - Propaganda indústria madeireira (1951).....  | 187 |
| Figura 39 - Propaganda da indústria madeireira (1951) .....                                    | 188 |
| Figura 40 - Casas dos trabalhadores da madeireira – Zattarlândia, anos 60.....                 | 188 |
| Figura 41 - Zattarlândia, município de Pinhão - PR em 1950 .....                               | 190 |
| Figura 42 -Relatório CPI sobre a violência da Madeireira Zattar no Pinhão (1991-1992)<br>..... | 198 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |  |
|----------------|--|
| ACI.....       | Aliança Cooperativa Internacional                          |
| APUCARANA..... | Companhia Colonizadora Apucarana Ltda                      |
| BNDE.....      | Banco Nacional de Desenvolvimento                          |
| CANGO.....     | Colônia Nacional General Ozório                            |
| CITLA.....     | Clevelândia Industrial e Territorial Ltda                  |
| CLNP.....      | Companhia Colonizadora do Norte do Paraná                  |
| CNJ.....       | Conselho Nacional de Justiça                               |
| COMERCIAL..... | Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda                 |
| COPEL.....     | Companhia Paranaense de Energia                            |
| CPI.....       | Comissão Parlamentar de Inquérito                          |
| CREAI.....     | Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil            |
| CSN.....       | Companhia Siderúrgica Nacional                             |
| CTNP.....      | Companhia de Terras Norte do Paraná                        |
| DER.....       | Departamento de Estradas de Rodagem                        |
| FMI.....       | Fundo Monetário Internacional                              |
| GT.....        | Grupo de Trabalho  |
| IBC.....       | Instituto Brasileiro do Café                               |
| IBGE.....      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística            |
| IPARDES.....   | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social |
| JK.....        | Juscelino Kubitschek                                       |
| MARIPA.....    | Madeira Colonizadora Rio Paraná                            |
| MME.....       | Ministério de Minas e Energia                              |
| PCB.....       | Partido Comunista Brasileiro                               |
| PL.....        | Partido Liberal.   |
| PR.....        | Partido Republicano.                                       |
| PRP.....       | Partido da Representação Popular                           |
| PSD.....       | Partido Social Democrata                                   |
| PST.....       | Partido Social Trabalhista                                 |
| PTB.....       | Partido Trabalhista Brasileiro                             |
| SPA.....       | Serviço de Propaganda Agrícola                             |
| UDN.....       | União Democrática Nacional                                 |
| UFPR.....      | Universidade Federal do Paraná                             |
| UNB.....       | Universidade de Brasília                                   |
| URSS.....      | União das Repúblicas Soviéticas                            |
| USP.....       | Universidade de São Paulo                                  |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO I.....   | 30  |
| O PARANÁ TRADICIONAL:.....  | 30  |
| CONTEXTO HISTÓRICO E DINÂMICAS SOCIOPOLÍTICAS.....  | 30  |
| 1.1. A formação histórica do Paraná tradicional: dinâmica da colonização .....  | 31  |
| 1.2. Colonização do Paraná tradicional: os Campos Gerais .....  | 34  |
| 1.3. Objetivos da colonização e ocupação do Paraná tradicional nos campos de Guarapuava e Palmas.....                         | 41  |
| 1.4. A colonização do norte do estado do Paraná pelas companhias colonizadoras ..   | 47  |
| 1.5. A colonização do oeste do Paraná e a política da “Marcha para o Oeste”. .....  | 58  |
| 1.6. O conflito pela posse das terras nas décadas de 1940 e 1957.....   | 64  |
| CAPÍTULO II.....  | 68  |
| TRAJETÓRIA, CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS E A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA .....                                    | 68  |
| 2.1. Origens familiares e política .....  | 68  |
| 2.2. Situação política, econômica e os movimentos sociais no Paraná (1900-1920) ...   | 72  |
| 2.3. O contexto histórico da década de 1920 e a formação acadêmica de Bento Munhoz da Rocha .....                             | 77  |
| 2.4. A concepção de democracia e comunismo .....  | 87  |
| 2.5. O papel do intelectual católico .....  | 90  |
| 2.6. A questão agrária .....  | 92  |
| 2.7. A questão social, imigração e colonização .....  | 102 |
| 2.8. A formação acadêmica e influência teórica .....  | 105 |
| 2.9. Os anos entre 1930 e 1951 no Paraná .....  | 107 |
| CAPÍTULO III.....   | 115 |
| BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO NO PODER, IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO AGRÁRIO NA REGIÃO DO PARANÁ TRADICIONAL – 1951-1955 ..... | 115 |
| 3.1. O contexto econômico entre os anos 1933 e 1955 .....   | 117 |
| 3.2. A opção do cooperativismo agroindustrial nas colônias de Entre Rios, Witmarsum e Castrolanda.....                        | 122 |
| 3.3. Criação da Casa Rural e do Serviço de Publicidade Agrícola.....  | 127 |
| 3.4. As ações em infraestrutura: rodovias, energia e porto .....  | 134 |
| 3.5. O laboratório do novo modelo agrário: as colônias .....  | 145 |
| 3.6. Colônia de Witmarsum .....   | 149 |
| 3.7. Colônia de Entre Rios: a presença alemã no centro-sul do Paraná.....   | 153 |
| 3.8. A colônia Castrolanda, município de Castro (1951): considerações sobre a colonização holandesa .....                     | 160 |
| CAPÍTULO IV .....   | 167 |
| 4.1. O contexto da industrialização como sinônimo de modernização .....   | 167 |
| 4.2. O conflito social como consequência colateral da modernização .....  | 183 |
| 4.3. Modelo tradicional dos faxinais frente ao novo modelo agrário .....  | 192 |
| 4.4. As novas relações capitalistas no meio rural .....   | 196 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 199 |
| REFERÊNCIAS .....   | 203 |
| FONTES PRIMÁRIAS .....  | 211 |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas realizadas sobre o tema do campo no Paraná mostram que mudanças importantes na agricultura, tanto paranaense como brasileira, ocorreram nas décadas de 1960 e 1970. O processo de modernização do campo esteve associado à industrialização do meio rural. Nesse sentido pretendemos contribuir e compreender historicamente o início dessas mudanças na agricultura do estado, para isso fixamos o período de 1951-1955.

A relevância da pesquisa centra-se na estruturação e implementação de medidas de inserção do campo com o projeto conhecido como o “Paraná moderno”. A introdução de técnicas e o avanço do capitalismo no meio rural ocasionaram impactos na organização das três principais colônias paranaenses: Castrolanda, em Castro; Witmarsum, em Palmeira, e Entre Rios, em Guarapuava, servindo nos discursos políticos como exemplos da modernização do campo.

Essa modernização é compreendida como sinônimo de industrialização do campo, que ocorreu no Paraná de forma desigual, mas que todas as categorias de agricultores foram atingidas, assim como as atividades agropecuárias.

A pesquisa pretende mostrar historicamente as mudanças ocorridas na agricultura paranaense anteriores ao final de 1960. A tese discute a modernização do campo, fruto do discurso da política de um Paraná moderno, que teve sua gênese entre 1951 e 1955 no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. O governo estruturou um novo modelo de exploração econômica e industrial do campo. O novo sistema atrelou o agricultor ao cooperativismo agroindustrial. Para tanto, as três colônias funcionaram como laboratórios, especialmente difusoras do novo modelo agrário, com características de monocultura, mecanização, seleção de sementes, agrotóxicos, agroindústria e cooperativismo. O projeto de modernizar o campo foi amplamente divulgado em propaganda oficial, contando com uma ampla rede de jornais, rádios e revistas. O objetivo desse volume de propaganda era conquistar e alertar os agricultores paranaenses, especialmente a elite agrária do Paraná tradicional.

Para compreender essas transformações, antes de tudo devemos percebê-las como parte do processo de expansão do capital, exclusivamente o financiamento, a doação ou

os empréstimos a longo prazo, representava ajuda pública, nacional e internacional,<sup>1</sup> contribuindo para desarticular o campo da forma tradicional de produzir. No Paraná, os posseiros não proprietários das terras foram os primeiros a ser expropriados e os pequenos agricultores não recebiam qualquer forma de financiamento para a produção. As terras dos posseiros e pequenos proprietários foram sendo anexadas às grandes fazendas vizinhas e parte desses trabalhadores passaram a ser assalariados dos grandes proprietários, o que explica o caráter capitalista da modernização.

Figura 1 - Localização das colônias de Entre Rios (Guarapuava), Castrolanda (Castro) e Witmarsum (Palmeira)



Fonte: Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE.

A análise do processo de modernização, acreditava-se que tinha sido de forma estruturada, ocorreu a partir do fim dos anos de 1960 e início de 1970, como afirma Priori:

O processo de modernização da agricultura no Paraná ocorreu entre fins da década de 1960 e início dos anos de 1970. Nesse momento, a economia cafeeira estava em crise em função do excesso de oferta desse produto no mercado internacional, além da concorrência sofrida com as produções cafeeiras da África e da Colômbia. Contribuíram ainda para a queda da produção as pragas e alterações climáticas, como a ferrugem e as geadas, que marcaram a crise do café nesse momento. Até meados da década de 1970, o

<sup>1</sup> ELFES, Alberto. *Campos gerais*. Curitiba: estudo de colonização. Curitiba: Incra, 1971. p. 129.

café era o principal produto da economia paranaense. A produção cafeeira no Estado correspondia à metade da produção nacional e à terça parte da produção mundial. Boa parte desses cafeeiros estava localizada nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, locais onde o processo de modernização aplicou-se de maneira mais intensa.<sup>2</sup>

O processo de modernização do campo se organizou pela industrialização e integração na cadeia produtiva industrial. Teve como princípios a busca da competitividade, produtividade e lucratividade, que, no caso paranaense, seria estruturado pelas cooperativas agroindustriais associadas às colônias.

Analisaremos a documentação do ex-governador Bento Munhoz da Rocha arquivada no Museu Paranaense,<sup>3</sup> que nos possibilitará compreendermos o processo de estruturação e implementação da modernização durante a sua administração (1951-1954), sem descartar, evidentemente, as contradições e os efeitos colaterais. Pretendemos identificar também a relação, ainda que indiretamente, do conflito entre caboclos faxinalenses e a Madeireira Zattar, ocorrido na região da colônia Entre Rios, município de Guarapuava, nesse processo de modernização defendido pelo governo estadual. A pesquisa investiga as repercussões sobretudo políticas e sociais da desagregação de uma economia voltada para a produção de subsistência, identificada pela chegada da industrialização do campo, com suas consequências. É fundamental a compreensão da visão dos caboclos praticantes de uma agricultura de subsistência, diante desse processo de tensão/modificação em suas vidas e a ocupação das áreas do campesinato pelas indústrias madeireira e agroindustrial.

O sistema cooperativista foi a forma de inserção do grande capital no campo, pois a chegada do capitalismo trouxe no campo um conjunto de mudanças além das técnicas na produção, principalmente a introdução do agricultor no mercado capitalista da produção, além da perda do controle da comercialização e na relação com a terra como elemento econômico. Esse novo modelo produtivo agroindustrial cooperativista impactou a agricultura tradicional praticada pelos caboclos, que passaram a enfrentar condições adversas para produzir e permanecer na terra.

A documentação do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto foi doado ao Museu Paranaense. Há uma riqueza de tipologias como 3.000 fotografias, discos com

---

<sup>2</sup> PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: séc. XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. p. 120.

<sup>3</sup> ROCHA, Bento Munhoz Netto. *Documentos e iconografia – setor história*. Curitiba: Museu Paranaense, 2016. caixa 1. Compõe a documentação: discursos originais (com sua própria caligrafia), leis, recortes de jornais, revistas, fotos, medalhas, títulos e livros/artigos de autoria do ex-governador.

discursos, livros, revistas, recortes de jornais e os originais dos discursos escritos, inclusive com as correções feitas pelo próprio ex-governador. Como a documentação era extensa nos ativemos aos discursos, fotos e revistas por contextualizarem o tema proposto na pesquisa.

Esses documentos fazem parte do acervo pessoal do ex-governador na posse do Museu Paranaense, são discursos que se encontram em sua maioria datilografados, com suas correções ou escritos manualmente, com suas anotações, rascunhos de textos originais, livros, fotos e filmes, que foram explorados nas análises durante a compilação da tese.

Entre os originais dos discursos utilizamos os que descreviam ações que apresentavam o campo da agricultura, da infraestrutura, da colonização, educação e saúde. Temas articulados pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto como conexões necessárias para o êxito de um projeto agrário. Identificamos elementos na construção da tese nos discursos: em homenagem ao embaixador da Alemanha em 07/01/1952; 11/05/1953, no jantar oferecido pela municipalidade de Londrina; em 24/01/1953, Saudação ao presidente Getúlio Vargas; em 13/09/1953, na abertura do Primeiro Congresso Florestal Brasileiro; de 1953, em 06/11/1954 na abertura da Primeira Semana de Estudos Econômicos da UFPR; de 20/02/1954, na semana de Intelectuais Católicos.

No discurso realizado na visita do presidente Getúlio Vargas em 24/01/1953, o governador Bento Munhoz da Rocha fez um relato do avanço da produção do café ao qual já ocupava o segundo lugar do país. Fez um relato dos motivos da instituição da Assistência Rural ao Agricultor, da criação das casas rurais, do investimento em educação e saúde do agricultor e família.

Na abertura do I Congresso Florestal em 13/09/1953, dissertou sobre o avanço da indústria madeireira assim como sua visão sobre essa atividade econômica e das frentes agrícolas. Em 07/01/1952, em homenagem ao embaixador da Alemanha Ocidental, apresentou sua visão em relação a imigração alemã, o desenvolvimento do estado e especial da colônia de Entre Rios, que trouxeram a expertise das novas técnicas agrícolas e a triticultura.

No Lions Clube de Londrina 24/01/1953, Bento Munhoz da Rocha Netto dissertou sobre as medidas em infraestrutura para expansão da energia elétrica, estocagem, rodovias e ferrovias, medidas de Assistência ao Trabalhador Rural e a instituição das casas rurais.

Os discursos em conjunto com as demais fontes primárias, como mensagens do governador enviadas a ALEP (1951-55), livros autorais, prefácios de livros, artigos, livros, revistas e jornais formam um mosaico de informações que permitem a compreensão das ações do governo de Bento articuladas nos campos da infraestrutura, energia, saúde, educação, saúde, agricultura e industrialização, que a tese apresenta sobre a constituição de um projeto de desenvolvimento econômico e social do estado partir da estruturação de um modelo colonial agrário cooperativista e agroindustrial, implantado a partir de três colônias de imigrantes, onde os avanços tecnológicos foram experimentados e as cooperativas se industrializaram servindo de base às demais.

Os discursos serão utilizados para compreender se as ações do governo ocorriam de forma desconexa ou se existia uma conexão lógica nos investimentos em energia, transporte (rodovias, ferrovias e portos), assistência ao trabalhador rural, as casas rurais, as colônias e o cooperativismo. Portanto, a tese tem a pretensão de provar que essas ações tinham uma lógica, que não foram situações isoladas para resolver casos específicos, mas sim atos articulados pelo governo para implantar um modelo agrário com uma política estruturada que atingissem desde escoamento de produção, estocagem, um porto qualificado, abundância de energia barata, investimento em tecnologia, educação, saúde e assistência técnica ao produtor.

A pesquisa também repercutirá sobre as consequências sociais, da desagregação de uma economia voltada para a produção de subsistência, identificada pela chegada da industrialização do campo e suas consequências. Foi fundamental a compreensão da visão dos caboclos praticantes de uma agricultura de subsistência diante desse processo de tensão/modificação em suas vidas e a ocupação das áreas do campesinato pelas indústrias madeireira e agroindustrial.

Entre as justificativas apresentadas pelo governo para incentivar e alicerçar o avanço capitalista estavam o atraso social e o sistema arcaico de produção. O processo de industrialização iniciado na década de 1920, em fase de formação, mas dependente do setor agrário exportador, apresentava uma baixa atividade produtiva básica (siderurgia, mecânica pesada etc.) e reduzida capitalização.

Destacavam-se as indústrias têxteis e as alimentares, com pouca mão de obra, localizadas principalmente em São Paulo. Foi com a crise de 1929 que ocorreu a transformação no padrão de economia mundial com o advento da divisão do trabalho, com países produtores de manufaturados, de um lado, e produtores de bens primários, de

outro. Essa mudança produziu uma inserção do Brasil nesse novo momento do capitalismo internacional.<sup>4</sup>

Nos anos de 1930 a 1945, fortaleciam as ideias desenvolvimentistas marcadas pela consequência da quebradeira econômica da crise cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais. Foi, portanto, a partir dos anos de 1930 e sobretudo da década de 1940 que se fortaleceu no país a ideologia do moderno, tendo como referência a industrialização. A partir desse momento a propaganda intensificou em apresentar a ideologia da industrialização, marcando um período de mudança, na qual se misturam elementos tradicionais e elementos novos. Foi justamente nos anos 1950 que houve o fortalecimento da ideologia que apresentava a industrialização como um acesso rápido ao mundo desenvolvido.

No período 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência a problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930. As questões de alcance nacional que esses técnicos iriam forçosamente enfrentar os conduziam a pensar nos problemas de longo prazo da economia e, com isto, na solução histórica da industrialização. É provável, aliás, que, do ponto de vista de criação e difusão da ideologia industrializante, esse fenômeno tenha sido muito mais importante que o alargamento da conscientização no interior da própria classe industrial [...].<sup>5</sup>

Os anos 1950 foram marcados pela defesa ideológica de ideias de “progresso e civilização”, defendidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), amplificadas no estado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). Utilizava-se da estratégia de incentivar prêmios de trabalhos de pesquisa, debates que tivessem a discussão sobre a construção da “identidade” do Paraná como objeto.

Na primeira metade do século XX, projetaram-se ideais regionais de cunho identitário, como a mineiridade em Minas Gerais, o gauchismo no Rio Grande do Sul, a paulistanidade em São Paulo, o amaralismo fluminense no Rio de Janeiro e que no Paraná viriam a configurar-se como paranismo, o qual, enaltecendo características identitárias paranaenses, inseriu-se num contexto regional político-econômico de ascensão da elite ervateira, majoritariamente urbana, e de decadência da elite rural dos Campos Gerais.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> SANTOS, Roseli Alves dos Santos. *O processo de modernização da agricultura do sudoeste do Paraná*. 1984, f. 246, Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2008. p. 61.

<sup>5</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 250.

<sup>6</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber. A formação social e cultural no sul do Brasil: a “mancha loira” como um contraponto ao Brasil “mestiço e mulato”. *Revista de História*, Goiânia, PPGH-UFG, v. 17, n. 2, p. 161-188, jul./dez. 2012.

Foi a tentativa de disseminar tais conceitos pela elite acadêmica, política e econômica do estado. No Paraná essa dimensão foi iniciada por Romário Martins, que trouxe à discussão ideias de ordem e progresso, do movimento positivista, inaugurando uma corrente ideológica conhecida como “Paranismo”, que tinha como objetivo criar símbolos, imagens, emblemas e signos sociais que contagiassem o imaginário paranaense.<sup>7</sup>

A modernidade se concretiza va pela crescente urbanização, desdobrando-se em novos arranjos arquitetônicos que transformavam a paisagem das cidades. Enfim, não somente o sonho da modernidade, mas a própria promessa de progresso pairava no ar e encantava, tanto pelo avanço das técnicas, como pela disseminação cultural que se infiltrava, especialmente via Rio de Janeiro, então capital do país e referência cultural da época.<sup>8</sup>

O período marcou o início de transformações demonstrando a contrariedade com as políticas e econômicas que ocorreram no Brasil da República Velha. Introduziu-se a ideia de um “Brasil moderno” sob uma determinada ótica da realidade do país, mostrando suas origens políticas e culturais, além de lançar as bases para o debate de um projeto de desenvolvimento nacional. “Moderno” tem o sentido de ruptura com o presente, apresenta outros processos a serem seguidos, permitindo a possibilidade de alterar o cenário presente ou não, mas com formas distintas de chegar ao resultado proposto. Percebemos que a modernização técnica da agricultura brasileira tem feito o caminho de conduzir para o mesmo lugar, por processos distintos, ou seja, acumular e explorar.<sup>9</sup> Essa constatação foi analisada em Faoro, que explica a diferença entre modernidade e modernização.

Fundamentalmente, a *modernização* é um traço de linhas duplas: a linha do paradigma e o risco do país modernizável. Quando ela, a *modernização* se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente com muitos nomes e de muitas naturezas – que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A modernização conservadora na microrregião oeste do Paraná (1964-1979)*. 2016, f. 313. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 37.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> SANTOS, Roseli Alves dos Santos, *op. cit.*, p. 63.

<sup>10</sup> FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 9, jan./abr. 1992.

A modernização trouxe modificações na relação das forças produtivas no universo rural e urbano. A “modernização do campo teve início” com a cafeicultura, posteriormente a indústria. O governo de Bento Munhoz da Rocha Netto será analisado na lógica da modernização, porém com característica conservadora, pois não se tratava de uma ruptura, mas um processo que permitirá uma certa convivência entre o novo modelo agrário e o anterior, uma espécie de transição ao moderno, mas que mantinha as formas autoritárias de controle social. Foi uma modernização capitalista a partir de uma coalizão entre elites modernas e tradicionais que garantiriam o poder à velha ordem social.

Portanto, a modernização conservadora, ou seja, as transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pelo capital apresentaram a burguesia, filha da revolução capitalista, sem condições de impor suas condições que garantissem o rompimento com a classe tradicional dos proprietários de terras, que teve como consequência um arranjo político entre os representantes da velha elite dominante e a burguesia. O arranjo político ocorreu como forma de garantir um projeto de implantação de uma sociedade capitalista enraizada num mecanismo de superioridade, cujo dinamismo das determinações políticas do Estado e os da classe dos proprietários rurais se mantivesse arraigado.<sup>11</sup>

Nesse arranjo político, as velhas elites dominantes continuaram enraizadas na composição do poder político do país, definindo o andamento do progresso capitalista brasileiro que mantiveram a lógica,<sup>12</sup> como afirmou Azevedo “[...] na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável”.<sup>13</sup>

Pelo viés da relação de mudança promovida pela burguesia, intitulada “modernização conservadora”, deve ser entendida não como uma ruptura com o “atraso” e o “arcaico”, mas um processo contínuo de misturas entre ambos, significando a transição ao moderno através da preservação das formas autoritárias de controle social.

---

<sup>11</sup> PIRES, Murilo José de Souza. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-Sul de Goiás. 2008, f. 146, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia da Universidade de Campinas - Unicamp, Campinas, p. 13.

<sup>12</sup> Idem, p. 17.

<sup>13</sup> AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 28.

Seria uma modernização capitalista, teria se dado a partir de uma coalizão comprometida com a manutenção da velha ordem social.<sup>14</sup>

O aspecto central que Werneck Vianna levanta para evidenciar o caráter conservador da nossa modernização capitalista e que perpassa toda sua obra diz respeito à forma que assumiu o liberalismo no Brasil [...]. Werneck segue a perspectiva já apontada por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, demonstrando que o liberalismo que vicejou entre nós não foi postiço. Pelo contrário. Teria sido justamente a partir dele que teria nascido o impulso para a modernidade e a transição para a revolução burguesa. Werneck aponta para a mesma direção da obra de Florestan, evidenciando a importância do liberalismo para a modernização brasileira, posto que o primeiro grande salto fundamental para a evolução do capitalismo no Brasil teria sido antes de natureza sociocultural do que econômica.<sup>15</sup>

Desde os anos 1950, o campo experimentou a noção de modernização que se espalhou rapidamente nos Estados Unidos e na Europa. Com o apoio do Estado, o ramo agroindustrial empresarial cresceu e prosperou, inserindo cada vez mais o setor agroindustrial no sistema econômico capitalista, que passou a se orientar pelos critérios de produtividade, tecnologia e eficiência. A noção desse desenvolvimento foi, no entanto, restritiva, por se aplicar essencialmente ao progresso das técnicas de produção e de aproveitamento econômico dos recursos naturais. Para Cordova, “a própria promessa de progresso pairava no ar e encantava, tanto pelo avanço das técnicas, como pela disseminação cultural que se infiltrava, especialmente via Rio de Janeiro, então capital do país e referência cultural da época”.<sup>16</sup>

A difusão da modernização capitalista no campo ocorreu pela criação de novos princípios mais técnicos e inseridos no sistema econômico global.<sup>17</sup> Em cada período histórico observam-se alcances diferentes de modernização, que obedecem a uma lógica desigual de apreciação e distribuição. Como explica Milton Santos:

O espaço agrícola é, seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado, pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis,

<sup>14</sup> CASTRO, Luis Felipe Perdigão. Modernização conservadora no agro brasileiro: trajetória, contradições e alternativas. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 3-23, 2017.

<sup>15</sup> PERLATTO, F. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*, Niterói, PPGH-PPGCP, v. 5, p. 461-503, 2014.

<sup>16</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber, op. cit.

<sup>17</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982a.

prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infraestruturas.<sup>18</sup>

Portanto, o convívio arcaico e moderno, como analisa Milton Santos, pode significar uma espécie de reordenamento com a nova forma de exploração e substituição do tradicional, evidentemente com tensões, mas com o auxílio e controle do Estado por meio da elite, colaboradora com as condições favoráveis aos incentivos, financiamentos e leis que permitiam uma rápida reprodução do capital. Analisaremos como isso ocorreu na chegada da agricultura moderna em associação simultânea com a implementação do complexo agroindustrial. Verificaremos ainda se a transformação da estrutura tradicional dos meios de produção, modificando o modelo de agricultura, trouxe consequências econômicas, sociais e ambientais. O meio ambiente passou a ser alterado rapidamente, pois o novo modelo exigia um ganho de escala. Na tese queremos compreender a busca e a abertura de mais terras livres para a agricultura na lógica da associação do novo modelo agrário com as madeireiras.<sup>19</sup>

A história da agricultura brasileira sempre esteve ligada à história do processo de colonização. A dominação social, política e econômica da grande propriedade sempre foi privilegiada. Esse tipo de propriedade se impôs como modelo reconhecido socialmente e recebia estímulos expressos da política agrícola. As relações próximas do poder permitiam modernizar e assegurar sua reprodução, o que permite concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno no Brasil. No caso paranaense, o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, nos anos de 1950, percebeu um esgotamento desse formato, percebeu também a necessidade de encontrar alternativas para a crise que se instalava no modelo de produção tradicional dos campos.<sup>20</sup>

Evidentemente que o político Bento Munhoz da Rocha Netto não conseguiria sobreviver politicamente sozinho, integrava um grupo político e econômico na sociedade paranaense, que repercutia suas propostas. Portanto, suas ideias espelhavam os interesses do agrupamento da elite política tradicional, como afirma Remold: “As ideias nunca são mais que a expressão dos intelectuais de grupos que se defrontam, e os atos políticos

---

<sup>18</sup> SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 142.

<sup>19</sup> BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia: UFU, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

<sup>20</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 17.

apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos.”<sup>21</sup>

Essa forma de organização da sociedade contemporânea estava estruturada a partir do Estado, e este era “um instrumento da classe dominante, as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças [...] e a raiz das decisões, as estratégias dos grupos de pressão”.<sup>22</sup>

Partindo dessa premissa, um dado relevante da pesquisa foi a implementação simultânea do processo de industrialização no campo, compreendido como modernização a partir da adoção de um novo modelo agrário e as cooperativas. O processo de modernização passou pelo rápido desenvolvimento do cooperativismo, que se conectava umbilicalmente com a infiltração do capital na agricultura.<sup>23</sup>

O cooperativismo apresenta-se como uma solução capitalista para problemas como a modernização agrícola, que é um fenômeno tipicamente capitalista: neste sentido o cooperativismo será vitorioso se conseguir dar uma resposta eficiente para os estímulos e inovações capitalistas. Por isso hoje, cada vez mais, as cooperativas incorporam os métodos empresariais de gestão, pois desta forma conseguem sobreviver à concorrência que o sistema lhes impõe.<sup>24</sup>

A produção capitalista no campo paranaense foi sinônimo de implantação do complexo agroindustrial, conceito que tinha surgido nos Estados Unidos no início de 1950. A mudança da pequena produção para a grande produção industrial impôs novos modelos de organização capazes de suportar o aumento do fluxo de capitais investidos. A crise provocada pela Segunda Guerra Mundial e da necessidade de deslocamento do grande capital provocaram, no caso norte-americano, o surgimento das sociedades anônimas como forma de diminuir a dependência individual ou familiar proprietárias industriais, atraindo o capital de maior mobilidade para transformar pequenas empresas em grandes empresas industriais.<sup>25</sup>

Na formação do complexo agroindustrial, os fatores determinantes foram idênticos. A queda contínua da lucratividade relativa e a tendência da redução da renda agrária resultaram da industrialização da agricultura, da concentração agrária, da

---

<sup>21</sup> REMOLD, René. *Por uma história política* (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 18.

<sup>22</sup> Idem, p. 20.

<sup>23</sup> SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. 1995, f. 92. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade de Campinas - Unicamp, Campinas, p. 4.

<sup>24</sup> Idem, p. 5.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 117.

exigência de somas crescentes de capital fixo, determinaram a introdução de formas associativas mais amplas e mais desenvolvidas que se expressavam, no caso paranaense, nas cooperativas, forjando a integração vertical e horizontal da exploração agrícola ou o complexo agroindustrial. Um dos efeitos mais importantes foi a supressão da livre concorrência ocorrida apenas com os produtores dispersos. De maneira geral, o mecanismo dos preços passou a ser ditado pelas indústrias a montante e jusante da produção agrícola com base tendenciais monopolistas, dado o domínio incontestável que essas indústrias passavam a exercer sobre o mercado.<sup>26</sup>

A modernização agrícola era compreendida pela elite brasileira, como afirmou Guimarães, como progresso tecnológico que permitia aumentar a produtividade do trabalho e da terra. Os avanços tecnológicos caracterizavam a modernização agrícola, mas acrescentam que esse processo abrangia maior integração com os outros setores da economia – indústria e serviços. Assim, a modernização da agricultura era caracterizada pelo uso intensivo de insumos modernos, máquinas e equipamentos e pela maior “racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados”.<sup>27</sup>

Dessa maneira, a modernização do setor agrícola foi entendido pelo capital como um processo de transformação da agricultura, de forma que apresente ganhos de produtividade. Para isso, tecnologias e insumos modernos, como tratores, adubos químicos e inseticidas, eram fundamentais.<sup>28</sup>

Mas a história agrária brasileira permite afirmar que a modernização econômica do país esteve vinculada aos desejos da elite econômica nacional e global e foi justamente a elite tradicional de proprietários que condicionou um padrão de capitalismo submisso aos interesses do mercado internacional, que condicionou os negócios agrários à lógica,<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Idem, p. 117.

<sup>27</sup> MUNIZ, Helena Maria Cabelo; ROSA, Miriam Dantas. Desdobramentos da modernização da agricultura no estado do Paraná (Brasil). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. *Por uma geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade*: São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2005. p. 926.

<sup>28</sup> LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza et al. Modernização agrícola do Paraná. *Revista de Política Agrícola*, Brasília: Embrapa, v. 25, n. 3, jul./ago./set. 2016.

<sup>29</sup> PIRES, Murilo José de Souza, op. cit, p. 19.

como afirma Lessa e Dain: “[...] da permissividade com os movimentos especulativos, a obliquidade patrimonialista [...]”<sup>30</sup>

Logo, a modernização da grande exploração agrícola foi retratada como a implementação da via prussiana no Brasil [a qual] foi por diversos autores denominada de modernização conservadora da agropecuária brasileira. [...] O padrão agrícola nacional seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação da estrutura fundiária nacional.<sup>31</sup>

A agricultura nacional e mundial no último meio século sofreu mudanças na forma de produzir. Essas modificações tiveram vários motivos, desde a necessidade do aumento da oferta de alimentos ao avanço da ciência e da tecnologia, introduzindo novas técnicas e produtos que ampliassem a produtividade no campo dentro da lógica do capitalismo internacional, onde o país estivesse inserido de forma submissa aos interesses do grande capital.<sup>32</sup>

A modernização agrícola no Brasil começou na pós-Segunda Guerra Mundial para responder às exigências da indústria num momento de rápida urbanização e industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo dessa modernização era o aumento tanto da produção quanto da produtividade de culturas de interesse mundial, fato ocorrido a partir da inserção das inovações tecnológicas.

No caso paranaense, esse modelo era agregado pelo cooperativismo, forma de suavizar a penetração e o controle do campo pelo capital. O cooperativismo era compreendido como uma alternativa para os colonos sobreviverem à competição das indústrias alimentícias que começavam a se instalar no estado e que retiravam do agricultor o protagonismo, passando ao capital.<sup>33</sup>

Para o governo, o cooperativismo agregado à agroindustrialização era a chave para o desenvolvimento do Paraná. Afinal, não teria como concorrer com estados mais ricos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que disputavam as indústrias pesadas de base. Segundo o governador, os agricultores paranaenses não apresentavam

---

<sup>30</sup> LESSA, Carlos; DAIN, Sulamis. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Unicamp, IE, 1998. v. I, p. 260.

<sup>31</sup> PIRES, Murilo José de Souza, op. cit., p. 19.

<sup>32</sup> BUAINAIN, Antônio Márcio (Ed.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 11-20.

<sup>33</sup> CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Chayanov e a teoria do Cooperativismo. In: CARVALHO, Horácio Martins de. *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p.217-227.

conhecimentos técnicos suficientes para incorporar e implantar novas técnicas e tecnologias em curto período, ou seja, durante seu mandato. Portanto, era necessário buscar na Europa imigrantes especializados para a execução do empreendimento, enquanto iniciava um processo de formação educativa voltada aos nossos agricultores que caberia às Casas Rurais.

O conceito de cooperação é relativamente simples. Quando se verifica como se estrutura a economia no campo em sua complexa organização, podemos notar que uma cadeia de serviços ordenados em grande escala apresenta maior benefício ao agricultor. Invariavelmente ocorre sem provocar a demolição do ofício das diferentes partes da propriedade e muito menos a destruição do domínio familiar da propriedade que conecta os esforços em sociedade com os colonos.

Analisando a primeira mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado em 1951 no início da gestão, o governador expôs a insatisfação com a situação da agropecuária e a necessidade de industrialização do Estado. As ações indicam a intenção do governo na reestruturação do campo paranaense dentro do formato capitalista que coaduna o pensamento liberal conservador do governador. Evidentemente esse processo provocou consequências aos agricultores, camponeses e caboclos, identificados e analisados na pesquisa em relação ao novo modelo de produção adotado.

O governador foi acadêmico titular da cadeira de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Atuou no departamento de História, titular da cadeira de História da América. A sua formação trouxe-lhe um amplo conhecimento do Estado e das tendências econômicas, sociais e políticas do seu tempo.

Para compreender a modernização agrícola do governo Bento, é fundamental responder a algumas questões:

- Como o processo de implantação do modelo nas colônias agroindustriais Witmarsum (1951), em Palmeira (alemães menonitas); Castrolanda (1951), em Castro (holandeses); Entre Rios (1951), em Guarapuava (alemães suábios) ocorreu e se estruturou?
- Como o governo atuou para equacionar as diferenças entre as regiões envolvidas no processo de colonização e suas consequências, como violência, expropriação e grilagem de terras no campo?
- Por que o governo criou as Casas Rurais e qual a relação com o novo modelo produtivo?

- Por que a opção pelo sistema cooperativo agroindustrial e o convencimento da sociedade pela intensa rede de propaganda governamental?
- Qual o interesse político de Bento Munhoz Rocha em apresentar os cafeicultores como exemplos de modernização no campo?

Abordaremos também como o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria da Indústria e Agricultura, foi transformado em uma caixa de ressonância com a organização da intensa propaganda. E como o órgão estabeleceu a estratégia para divulgar a doutrina do cooperativismo e da industrialização apresentada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto? “O DAC, que tem em nosso Estado, o encargo da difusão doutrinal do cooperativismo, e bem assim, o seu incentivo, através de assistência vigilante as cooperativas.”<sup>34</sup> Para isso, organizou uma rede de rádios, jornais e revistas para o suporte do projeto. O jornal *Gazeta do Povo* (03/03/1951), o maior do estado, situado em Curitiba, tinha uma coluna diária intitulada “Questão agrícola” para difundir e ter o apoio das novas ideias relacionadas ao campo. Assim registra:

#### COOPERATIVISMO:

##### O QUE É PRECISO PARA FORMAR UMA COOPERATIVA

Em síntese para a formação de uma cooperativa é necessário:

- 1) Contar com apoio de pelo menos nove pessoas que desejam fundá-la;
- 2) Clima local propício para seu desenvolvimento quer seja pelo setor social quer seja no setor de produção;
- 3) Capital compatível com suas finalidades;
- 4) Escolha de elementos honestos e capazes para os cargos de direção;
- 5) Aplicação prática pelos associados do que seja solidariedade consubstanciada no princípio: um por todos e todos por um.

Analisaremos a estruturação do novo modelo de produção agropecuária industrial atrelada à exportação para compreender as consequências da economia, principalmente para o homem do campo. Portanto, analisar o projeto, seus objetivos, sua estruturação, as estratégias de divulgação da nova ideologia, é essencial para a compreensão da relação da implantação desse novo modelo. Identificaremos os conflitos no campo, pois a sociedade regional era objeto de intensa propaganda dos benefícios do novo modelo, como os empregos na industrialização do campo em detrimento da agricultura tradicional, considerada ultrapassada.

---

<sup>34</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Paraná*. Curitiba, 1951, p. 52.

No capítulo I abordaremos o processo de colonização das regiões Norte, Oeste e Paraná tradicional para melhor compreender a dinâmica e o formato da colonização que havia ocorrido no estado, as diferenças que acabaram sendo construídas e, principalmente, o que não poderia ser copiado. O governo de Bento Munhoz da Rocha Netto teve de enfrentar consequências do modelo de colonização do campo pela explosão da violência social em razão da exploração brutal. Esses acontecimentos foram decisivos para a formatação do novo projeto como modelo agrário.

No capítulo II procuramos identificar quem foi Bento Munhoz da Rocha, sua origem familiar, sua formação educacional, o que contribuiu na sua formação humana e intelectual. A influência do catolicismo e do tomismo na sua formação intelectual e política influenciaram as ideias sobre democracia, reforma agrária, capitalismo, comunismo e outros conceitos econômicos e políticos do Brasil e do mundo. A formação intelectual foi importante na atuação do governador e na formatação do modelo agrário. Ele se enquadrava dentro do sistema capitalista, mas com determinado controle social da produção. Era fruto da formação cristã e da defesa da doutrina social da Igreja Católica, defendida pelo católico governador, enquanto se posicionava de forma contrária à reforma agrária defendida pela esquerda brasileira.

No capítulo III apresentamos as ações articuladas e executadas pelo governo para implementar a nova política agrária; a instituição das colônias Entre Rios (Guarapuava), Witmarsum (Palmeira) e Castrolanda (Castro); a inauguração das Casas Rurais com escritórios espalhados pelo estado para levar ao conhecimento dos agricultores as novas técnicas; a investida em infraestrutura de escoamento de produção, o porto, as rodovias e ferrovias; a estruturação do setor elétrico com a fundação da Copel para maior oferta de energia barata; apoio ao agricultor com instalação do Departamento de Assistência ao Agricultor, com a criação de postos de puericultura para cuidar da saúde dos agricultores e familiares; a locação de recursos em educação para novas escolas técnicas; a busca de parcerias com o governo federal para transformar a Embrapa, dos Campos Gerais, em centro de pesquisas em campo primitivo, e, finalmente, o estabelecimento de uma rede de rádios, jornais e revistas para divulgar os avanços tecnológicos.

No capítulo IV analisaremos a estratégia política de Bento Munhoz da Rocha Netto em organizar as comemorações do centenário de 1953; a utilização da propaganda e apresentação dos colonos imigrantes como os novos colonizadores pioneiros do Paraná; o tratamento simbólico dos colonos e cafeicultores na capital como protagonistas

do novo modelo agrário; a busca de alianças políticas e econômicas com os cafeicultores do norte ao organizarem a primeira conferência mundial do café em Curitiba.

## CAPÍTULO I

### O PARANÁ TRADICIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO E DINÂMICAS SOCIOPOLÍTICAS

Neste primeiro capítulo analisaremos o processo de colonização do território paranaense. Iniciaremos com a região de ocupação luso-brasileira mais antiga, conhecida como “Paraná tradicional”, formada pelas áreas dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava, onde ocorreu a implantação das colônias holandesa, em Castro; alemã menonita, em Palmeira; alemães suábios, em Guarapuava. Através das ações do governo de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), objetiva implantar um novo modelo agropecuário e industrial nos campos paranaenses.

As áreas de ocupação mais recente – norte e oeste – do estado do Paraná impõe-se analisar o processo de colonização ocorrido em razão do modelo adotado pelo Estado, onde a concessão de terras era terceirizada a grandes empresas colonizadoras para distribuição, assim como investimentos públicos, construção de escolas, hospitais, estradas e cidades – Londrina, Maringá, Umuarama, entre outras. Apresentaremos as consequências desse formato de colonização produzido na economia, na estrutura agrária, nas questões sociais e na luta pela terra, as quais marcaram a história de Paraná com muitos conflitos sociais e violências pela posse da terra.

A pertinência de contextualizar essas situações ocorre pela complexidade e gravidade geradas a partir do modelo de colonização do norte e oeste, onde ocorreram consequências sociais e políticas sérias, obrigando ações rápidas e inéditas por parte do governo de Bento Munhoz da Rocha para solucionar o “barril de pólvora” que se havia sido transformado aquele território. A complexidade da colonização destinada às colonizadoras influenciou nas ações governamentais no campo agrário, resultando na implantação de um novo modelo para as novas colônias.

O capítulo permite compreender o objeto central da tese, que é a implantação de um novo modelo agrário no Paraná, pois possibilita uma compreensão do processo histórico da colonização do estado.<sup>35</sup> A política agrária implementada pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Netto foi direcionada para a agroindustrialização e ao sistema cooperativo.

---

<sup>35</sup> Denominada dessa forma porque representa área de colonização luso-brasileira mais antiga do atual território do estado nos séculos XVIII e XIX.

### 1.1. A formação histórica do Paraná tradicional: dinâmica da colonização

A compreensão dinâmica de ocupação e colonização do espaço da região do Paraná tradicional, com suas características na economia, política e sociedade, exige uma contextualização mais ampla do processo histórico, discorrendo sobre as mudanças político-econômicas que possibilitam a conformação histórica com suas consequências e particularidades locais.

Ao realizarmos a leitura do espaço regional, mais detidamente localizamos no Paraná tradicional os Campos Gerais e Guarapuava, suas particularidades locais contempladas nas análises que passam despercebidas nas grandes sínteses. A pesquisa representa a marca do olhar atento e observador do historiador, visto que, segundo De Certeau “não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Essa marca é indelével”.<sup>36</sup>

O processo de colonização, povoamento e exploração econômica fomentou uma sociedade alicerçada na grande propriedade rural, patriarcalista, tropeirista e um modo de vida simples e rústico expresso pelo pequeno camponês.

A ocupação da região é a mais antiga do sistema colonial mercantil português do século XVII até o final do século XIX, que seria o atual território do estado paranaense. A região insere-se no alvo dos interesses lusos na descoberta do ouro nos rios do litoral e nos sertões da baía de Paranaguá.<sup>37</sup>

Esse foi um dos motivos que incitaram a ocupação do território por forças do Império luso. Esse contexto encontra respaldo documental no manifesto do bandeirante Gabriel de Lara (1646) junto à Câmara Municipal de São Paulo. Outro importante documento é de Eleodoro Ébano, de 1651, onde afirma: “Nos campos de Curitiba, sertão desta baía, se descobriram outros ribeiros de lavagem, onde já estive e fiz experiência haverá doze anos.”<sup>38</sup> No entanto, o ouro de aluvião se esgotou rapidamente.

A decadência da extração do ouro trouxe consequências para Paranaguá, primeira área explorada, e ao Planalto curitibano, com a saída de muitas pessoas em busca do metal precioso nas minas de Cataguazes e de Cuiabá. Ocorreu uma migração intensa, deixando um rastro de miséria. As famílias que permaneceram dedicaram-se à pequena lavoura de

---

<sup>36</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Lisboa: Forense Universitária, 1978. p. 71.

<sup>37</sup> CARDOSO, Jayme; WESTPHALEN, Cecília. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chaim, 1986.

<sup>38</sup> Idem, p. 9.

subsistência antes da estruturação da região dos Campos Gerais, uma economia campeira de criação de gado e invernagem.<sup>39</sup>

Na segunda metade do século XVIII iniciou-se a formação de fazendas extensivas de criação de gado, seguidas da invernagem de gado muar. A região foi beneficiada com a abertura da estrada de Viamão, ligando o Rio Grande do Sul à feira de Sorocaba. Nesse local eram recebidas diversas mercadorias e os comerciantes abasteciam a região das Minas Gerais. O tropeirismo, associado à criação das fazendas de invernagem de gado, estimulou a instalação de hospedarias, ferrarias, bodegas e outras atividades que possibilitaram a estruturação da economia campeira na região do Paraná tradicional.

A região compreendia uma forma de colonização luso-brasileira que conformava o modelo de exploração da terra com grandes fazendas, originárias da distribuição de sesmarias, origem das antigas propriedades rurais de criação de gado ou de invernagem, como afirma Salles:

A origem colonial do Brasil, o período Imperial e o Republicano têm como marca um país agroexportador (até a década de 1960), o que explicita o valor simbólico da propriedade fundiária. A renovação deste lugar (exportador de bens primários) gerou nas elites governantes a defesa quase que sacralizada da premissa do monopólio da terra, do latifúndio como uma estratégia para a formação da nação como podemos ver na construção de diversos discursos ideológicos – “povoamento”, “civilização”, “colonização”, “desenvolvimento”, “progresso”, etc. – que, em diferentes períodos articulam-se com o “ouro verde” (café) ou o agronegócio contemporâneo.<sup>40</sup>

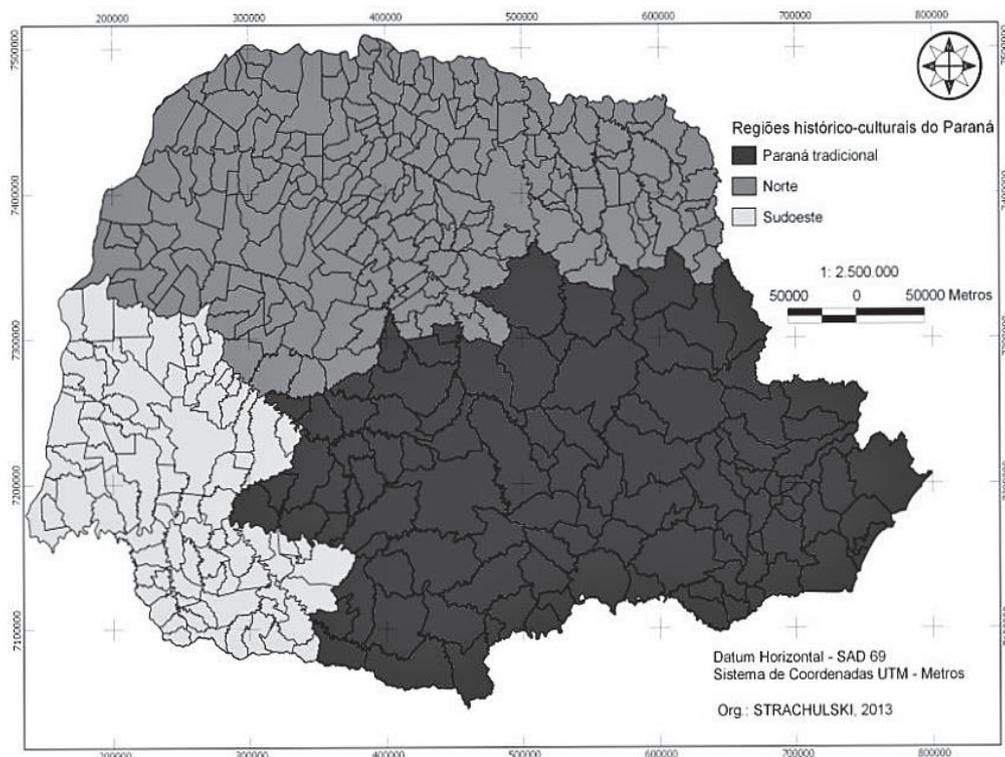
A região do Paraná tradicional era uma grande área (Fig. 3) que abrangia o Litoral; os Campos Gerais, a sudeste (referência Ponta Grossa); Campos de Guarapuava, no centro; região de colonização mais a oeste até 1820, e os Campos de Palmas, ao sul. Tratava-se, portanto, de uma vasta região, com características heterogêneas no processo da colonização.

---

<sup>39</sup> CARDOSO, Jayme; WESTPHALEN, Cecília. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chaim, 1986, p. 9.

<sup>40</sup> SALLES, Jefferson de Oliveira. *Institucionalização da propriedade fundiária e conflitos agrários no município do Pinhão*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes - UFPR, Curitiba, 2013. p. 43.

Figura 2 - Representação histórico-cultural do processo de colonização (século XVII ao XX)



Fonte: Floriani; Strachulski (2014, p. 48).<sup>41</sup>

A carta Régia do príncipe regente dom João, em 1808/1809, determinava expressamente a ocupação dos Campos de Guarapuava e Palmas, que faziam parte do território do Paraná tradicional. A análise da carta Régia permite identificar os motivos que levaram os portugueses a se decidirem pela ocupação. A análise da carta Régia é importante pois foi o instrumento jurídico utilizado para a formação das gigantescas sesmarias, origens da formação dos grandes latifúndios destinados à criação do gado e invernagem dos campos.

Para concretizar o desejo luso, a carta Régia criou a Real Expedição de Guarapuava, com ordens para ocupar e fundar núcleos de povoamento com critérios para contatar com os indígenas.

A divisão das terras em sesmarias segundo a carta Régia trata-se de uma informação relevante para a compreensão da formação estrutural fundiária da região, onde se configurou o conflito e suas consequências, além de apresentar um painel dos aspectos sociais e políticos da região e as imbricações com o processo histórico de

<sup>41</sup> FLORIANI, Dimas; STRACHULSKI, Juliano. Formação do sistema agrário na região do Paraná tradicional: um estudo de caso da comunidade rural Linha Criciumal em Cândido de Abreu. *Extensão Rural*, Santa Maria: Editora da UFSM, v. 21, n. 3, p. 48, jul./set. 2014.

ocupação e colonização luso-brasileira. Sobre a distribuição das terras em sesmarias, Machado afirma:

Entre 1725 e 1744, mais de noventa sesmarias foram requeridas, alegando ocupação anterior, por pessoas de São Paulo, santos e Paranaguá. O número de requerentes dessas noventa e poucas sesmarias, que variavam de tamanho entre 4.000 e 8.000 alqueires paulistas, era muito menor do que próprio número das sesmarias, o que quer dizer que a mesma pessoa requeria mais de uma. Os nomes dos requerentes estavam ligados aos velhos troncos paulistas do bandeirismo do século anterior: Bartolomeu Pais de Abreu, José Gois de Azevedo, Toledo Lara, Morato, Taques, Teixeira de Azevedo, Castanho, Pedroso de Barros, Manuel Gonçalves de Aguiar e outros. Num levantamento, procedido em 1772, das fazendas do Paraná, foram recenseadas vinte nove grandes fazendas, desde o rio Pitangui, hoje município de Ponta Grossa, até o rio Itararé.<sup>42</sup>

A carta Régia é um importante marco no processo de ocupação, colonização e “limpeza” étnica do território, ou seja, a presença indesejada das tribos indígenas “hostis” à chegada da exploração da terra e de suas riquezas naturais: “Executadas por expedições oficiais, em 1812, chefiada por um dos grandes fazendeiros dos Campos Gerais, José Felix da Silva, que na informação do governador, *no serviço de sua Alteza real tinha dispendido grosso cabedal.*”<sup>43</sup> Além dessa situação, o documento formaliza a ocupação das terras, a institucionalização do direito de posse através de sesmarias, gigantescas glebas de terras entregues a pessoas da estrita confiança da Coroa portuguesa, começando a se configurar a estrutura fundiária com base no latifúndio e no poder do grande fazendeiro.

## 1.2. Colonização do Paraná tradicional: os Campos Gerais

No Paraná tradicional, as grandes fazendas dos Campos Gerais eram entregues à administração de um homem de confiança, um capataz, que recebia o título de “fazendeiro”, seus proprietários eram absenteístas como moradores. Essa situação de distanciamento entre as terras e o proprietário das sesmarias facilitava o deslocamento da produção direta para São Paulo, e dali para outros centros consumidores, principalmente Minas Gerais, sem passar por Curitiba. Esse desprestígio e isolamento econômico de

---

<sup>42</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968, p. 29-54.

<sup>43</sup> Idem, p. 35.

Curitiba era motivo de queixas da rainha Maria I em 1777. Uma carta foi enviada questionando os proprietários das fazendas serem moradores de São Paulo, das vilas de Santos e Paranaguá, e deixavam as terras na administração de terceiros, denominados “fazendeiros”, não tendo relação com o local e explorando as riquezas, enquanto que os moradores de Curitiba se encontravam na miséria. Vários motivos explicavam a pobreza em Curitiba, entre os quais destacamos a baixa produtividade da terra, a produção voltada para a subsistência e o modelo de permuta de produtos, como sal, algodão e farinha no caminho para Paranaguá, o que não dinamizava a economia local.<sup>44</sup>

Os Campos Gerais formavam uma meia-lua em torno de Curitiba e litoral paranaense, sua localização geográfica ficava próxima à capital e ao porto de Paranaguá, o que explica o porquê da primeira área do interior do estado ser explorada por luso-brasileiros. Eram áreas de relevo pouco ondulado, favoreciam à mecanização na segunda metade do século XX.

Sobre a mineração e a importância da pecuária nos Campos Gerais, Motim afirma:

A mineração e a criação eram dois sistemas econômicos que se complementavam. A pecuária teve grande importância nos campos de Curitiba, assim como no povoamento do Paraná. Curitiba localizou-se no ponto de contato entre os habitantes do litoral e os dos campos. A agricultura não adquiriu tanta importância quanto a criação de gado, como fonte de abastecimento, porque roçar, semear, cuidar da plantação, tomava mais tempo do que criar gado. Os criadores exerciam a atividade mineradora de forma esporádica. A necessidade de abastecimento das Minas, manifestando-se com maior intensidade, fez com que se multiplicassem as fazendas no Paraná e o povoamento se expandisse pelas zonas de campo localizadas mais a oeste. Os Campos Gerais, no século XVIII, com o tráfico de gado e tropas para São Paulo, tornaram-se a base do povoamento do Paraná. Além do comércio de gado, o Paraná foi zona de trânsito do comércio norte-sul de mercadorias para o sustento de colonos\* e tropas militares sediadas no Rio Grande do Sul.<sup>45</sup>

Os Campos Gerais, apesar da colonização ter iniciado no século XVIII, apresentavam uma baixa produção na agropecuária até o início de 1950 devido ao sistema extensivo de exploração dos solos e técnicas inadequadas. A região, como afirmou Motim (1987, p. 72), era área de trânsito de mercadorias para atender as necessidades básicas das famílias, ao passo que a atividade agrária na província e depois no estado limitava-se à faixa litorânea, Campos Gerais e Guarapuava até o início do século XX. “Quando começou o grande surto desenvolvimentista da agricultura paranaense, nas décadas de

<sup>44</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro, op. cit., p. 32.

<sup>45</sup> MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro – 1850-1900*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFPR, Curitiba, 1987. p. 71.

vinte e trinta, este avanço pulou a região dos campos, apoderando-se do Norte e finalmente do oeste do Estado, por serem terras mais férteis e terras desocupadas.”<sup>46</sup>

Os Campos Gerais, com suas pastagens naturais, embora pobres e de fácil acesso, despertaram a cobiça de famílias ricas e poderosas de São Paulo e, em menor escala, de Paranaguá. Famílias de bandeirantes paulistas, como Bartolomeu Pais de Abreu, José Gois de Moraes, Pinto Guedes, Toledo Lara, Teixeira de Azevedo, Pedroso de Barros, Manuel Gonçalves de Aguiar e outros, requeriam junto à Coroa portuguesa a doação de sesmarias. Essas famílias não habitavam as áreas, mas ocupavam as terras por prepostos (capatazes), denominados fazendeiros, garantindo, dessa forma, as posses.<sup>47</sup>

O destino da produção das ricas fazendas dos Campos Gerais para São Paulo criou um antagonismo com os interesses comerciais da população curitibana, que almejava a abertura da estrada de Viamão (Fig. 4), pois permitia um aumento da oferta de alimentos e utensílios, ao passo que os sesmeiros consideravam que eles seriam prejudicados, pois perderiam a exclusividade no acesso de suas mercadorias em São Paulo. Apesar da reclamação, o caminho de Viamão foi aberto, proporcionando o surgimento de outras atividades econômicas ligadas ao serviço dos tropeiros. Além da invernagem, surgiram novas casas de comércio, hospedarias, ferrarias, restaurantes, bodegas etc.<sup>48</sup>

A abertura do caminho de Viamão, aliado às características naturais dos campos, com topografia pouco ondulada e pouca cobertura florestal, facilitou o desenvolvimento da pecuária extensiva.

No subnúcleo de Castro, os fazendeiros exerciam o mando político, mesmo após a criação da Comarca de São Paulo, com sede em Curitiba (29.11.1832). A dependência de Castro em relação à São Paulo e Sorocaba confirma-se através dos laços resultantes das atividades econômicas desenvolvidas com o comércio de gado. O tropeirismo esteve presente na região, desde a instauração das primeiras sesmarias. Portanto, Castro estava socialmente ligada a São Paulo por vínculos de parentesco, e mantinha estreitos laços econômicos com Sorocaba, para onde enviava as tropas de gado muar, trazidas do Rio Grande do Sul. Mesmo nas questões político-administrativas, eram mais importantes ou influentes, as relações dos castrenses com São Paulo, do que com Curitiba que, enquanto cabeça de Comarca, pouco poder e autonomia tinha para administrá-la.<sup>49</sup>

---

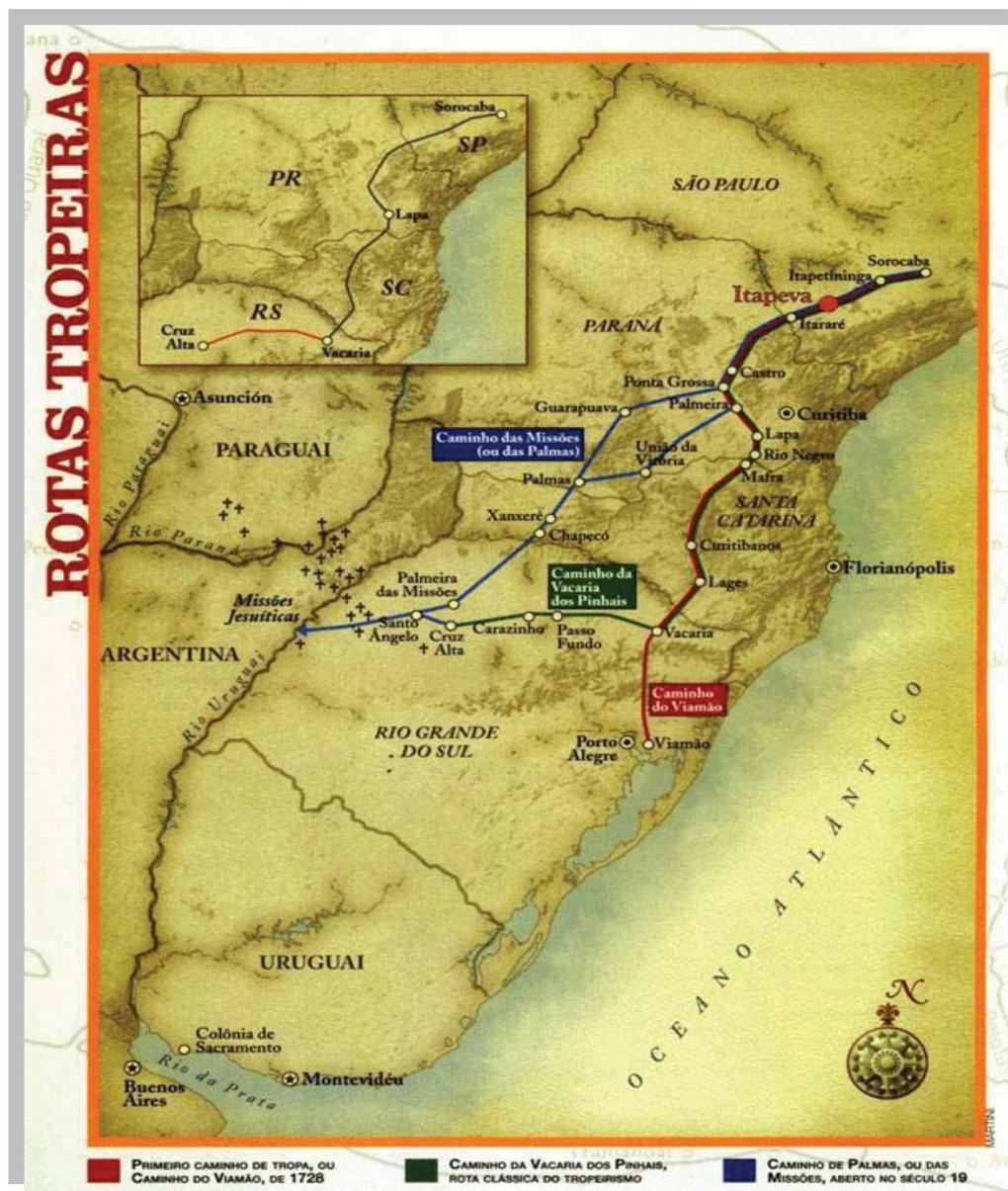
<sup>46</sup> ELFES, Alberto. *Campos Gerais: estudo da colonização*. Curitiba: Inca, 1971. p. 1.

<sup>47</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro, op. cit., p. 30.

<sup>48</sup> Idem, p. 32.

<sup>49</sup> MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná Tradicional – Castro – 1850-1900*. 1987, f. 182, Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1987. p. 78.

Figura 3 - Rotas dos Caminhos das Tropas



Fonte: ZUCCHERELLI, Moara (2008, p. 13).<sup>50</sup>

A sociedade que surgiu desse movimento tropeiro apresentava características de uma sociedade campeira. Como afirma Abreu: “Historicamente, a estrutura social liga-se a ocupação da terra. Reproduziu-se o mesmo estilo de vida patriarcalista baseado na aristocracia fazendeira, como também foram frequentes as uniões interfamiliares para a preservação da grande propriedade.”<sup>51</sup>

<sup>50</sup> ZUCCHERELLI, Moara. *Na rota dos tropeiros – Projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico*. 2008, f. 111, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFPR, 2008. p. 13.

<sup>51</sup> ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse da terra: modernização a gropecuária de Guarapuava*. Curitiba: BPP, 1986. p. 109.

As famílias fazendeiras que representavam a parte social mais elevada economicamente dessas localidades, embora se estabelecessem somente em uma pequena parte do ano na cidade, pois residiam nas fazendas, eram da classe dominante política e econômica do município.<sup>52</sup>

O Caminho dos Tropeiros, também conhecido por “Caminho de Viamão”, foi aberto em 1776. Importante rota de escoamento do gado bovino e muar do Rio Grande do Sul para a região consumidora São Paulo, onde eram comercializados nas feiras de Sorocaba, no interior paulista. Essa rota exigia dos tropeiros três a quatro meses até seu destino. Esse fato contribuiu para o surgimento de diversas fazendas e povoados em áreas de campo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A principal rota interligava-se a uma extensa e complexa rede de caminhos secundários que facilitavam o comércio nas regiões mais interioranas, permitindo atingir os Campos Gerais, Curitiba e o litoral paranaense. Outro fato importante de interligação dos Campos Gerais do Paraná foi a chegada da ferrovia em 1894, sendo construído também o ramal Curitiba-Paranaguá até o município de Porto Amazonas, posteriormente até Ponta Grossa.

A ferrovia, em 1904, foi uma concessão à empresa inglesa Brasil Railway Company, linha de Ponta Grossa até União da Vitória e Castro, interligando todos os municípios dos Campos Gerais. Portanto, podemos dizer que o antigo Caminho das Tropas foi reconstituído pelos trilhos desde Santa Maria (RS), passando por Ponta Grossa, até Itararé (SP).<sup>53</sup>

No espaço geográfico entre as cidades encontrava-se outra parte da população, estruturada em pequenos arraiais, composta por algumas casas, comércio e pequenas propriedades rurais. Dedicava-se à agricultura em propriedades conhecidas por sítios, onde cultivavam milho e feijão, criavam poucas cabeças de gado vacum e poucos cavalos com o trabalho de escravos.

A sociedade fundada nos latifúndios dos Campos Gerais, apresentava-se estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando, nas atividades do tropeirismo, a sua forma de participação na ordem social. [...] Castro é uma pequena cidade... os cidadãos moram pelas estâncias de criar, pelo que as suas casas da cidade só

---

<sup>52</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação Histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Pinheiro Brasil. *Campos Gerais estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. 29-54.

<sup>53</sup> ALBUQUERQUE, Edu Silvestre; AUED, Idaleto Malvezzi. Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 13, n. 2, p. 225-226, 2008.

se abrem aos domingos, dias santos ou de festas, tempo em que concorrem e fazem-na regorgitar.<sup>54</sup>

A administração de muitas fazendas dos Campos Gerais apresentava uma característica singular das demais regiões. Segundo Wachowicz,

eram administradas pelos próprios escravos que criavam e vendiam os animais. Esporadicamente o proprietário, ou seu preposto, passava pela fazenda e recebia a prestação de contas. O capataz, na época muitas vezes um escravo, era o homem de confiança do proprietário. Em 1780, das nove fazendas existentes entre São Luiz do Purunã e as proximidades de Pitanguí (Ponta Grossa) havia apenas cinco habitantes livres e 308 escravos. Sendo um sertão bruto e inculto, era nas matas adjacentes que se ocultavam os escravos fugidos de São Paulo do próprio local e dos núcleos de Curitiba e litoral. Em consequência, surgiram na região alguns quilombos e seus habitantes eram chamados de quilombolas<sup>55</sup>. Os capões e fumas dos Campos Gerais também se tomaram locais de esconderijo de foragidos da lei, que regularmente eram designados como galafreses.<sup>56</sup>

Os costumes e hábitos permaneciam aqueles advindos dos tempos coloniais. O fazendeiro de gado, por exemplo, mantinha uma residência no vilarejo, ou cidade, mas permanecia na fazenda junto aos familiares<sup>57</sup> e caboclos que trabalhavam como peões na condição de agregados. Era-lhes permitido ocuparem um pequeno pedaço de terra não utilizado pelo fazendeiro para plantar e criar gratuitamente pequenos animais para sua subsistência. O controle social exercido pelo proprietário, em relação ao caboclo, extrapolava o domínio meramente econômico, podendo ser explicado pelo sistema de compadrio,<sup>58</sup> como afirma Martins:

Essa troca de favores entre o fazendeiro e o agregado foi estabelecida pela religião através do batismo, acabou fortalecida pela religiosidade popular, pois concebe-se o compadre como um segundo pai. Essa relação social, portanto,

<sup>54</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Pinheiro Brasil. *Campos Gerais estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. 29-54.

<sup>55</sup> Em 2006 foi instituído o Grupo de Trabalho Clóvis Moura pelo governo do Paraná, Ministério Público e a sociedade civil com o objetivo de mapear as comunidades quilombolas e comunidades tradicionais negras. Nos Campos Gerais foram reconhecidas 11 áreas de quilombolas e 11 de comunidades negras tradicionais. (INSTITUTO DE TERRAS, GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. *Terra e cidadania*. Curitiba: ITCG, 2008).

<sup>56</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1986. p. 81.

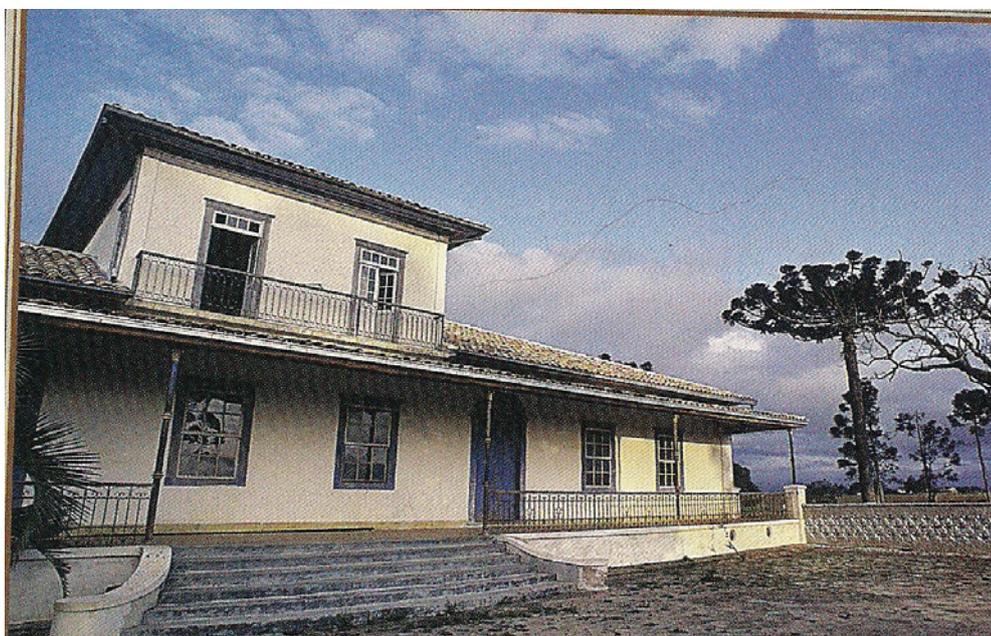
<sup>57</sup> “Os familiares, apesar de agregados, porque dependiam economicamente, pertenciam ao mesmo nível social do fazendeiro; os demais agregados também dependiam economicamente do fazendeiro, ocupavam uma posição social inferior. A massa servil era a classe mais baixa da pirâmide social” (ABREU, 1986, p. 111).

<sup>58</sup> “O agregado procurava para padrinho de seus filhos aquele cuja a terra ocupava... tendo sempre muitos filhos, podia também ligar-se com diversos chefes, grandes e pequenos. [...] o afilhado era agregado de seu padrinho, isto dava a ele (e ao padrão) as garantias das sanções religiosas, assegurando entre as partes a continuidade da proteção e dos serviços de um modo muito mais afetivo do que a gratidão, a lealdade e os vínculos econômicos” (Monteiro, 1974, p. 38).

acabou criando um código de honra baseado na lealdade entre ambas as partes, que muitas vezes extrapolava a simples troca de gêneros alimentícios ou de trabalho, atrelando a vida dos filhos dos caboclos ao fazendeiro.<sup>59</sup>

O modo de vida da população dos campos era conectado ao universo do campo, das grandes fazendas com mando político e econômico do grande fazendeiro. Os costumes começaram um processo de alterações a partir de 1930, principalmente com o advento da imigração e industrialização, que trouxeram consigo outros atores sociais e econômicos para o cenário do Paraná tradicional, especialmente nos Campos Gerais e Guarapuava.

Figura 4 - Sede da Fazenda Capão Alto – Castro - PR (Campos Gerais)



Fonte: Correia; Koch (2007, p. 61).<sup>60</sup>

<sup>59</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 36.

<sup>60</sup> Fazenda Capão Alto considerada o principal conjunto arquitetônico rural do Paraná, fundada em 1704 nas terras de Pedro Taques de Almeida. Em 1749, a fazenda foi a leilão. Dois anos mais tarde, o controle da propriedade foi assumido por monges carmelitas, que lá permaneceram até 1770. Quando os religiosos abandonaram o local, a fazenda passou a ser administrada pelos escravos que lá trabalhavam e acabaram por formar um quilombo. A administração ordeira e democrática da fazenda estendeu-se por quase um século. Em 1864, “os escravos carmelitas” foram vendidos para donos de cafeais paulistas. Declarando-se homens livres, os negros se rebelaram. Os líderes do movimento de resistência foram presos. Os demais seguiram como escravos para São Paulo. A fazenda, tombada pelo Patrimônio do Estado, passou ainda por vários proprietários e tornou-se uma das principais atrações turísticas do município de Castro. Fonte: CORREIA, Maria Celeste; KOCH, Zig. *Museu Vivo: guia ilustrado de história do Paraná*. Curitiba: Zig Fotografias, 2007. p. 61.

A fazenda Capão Alto (Fig. 5), no município de Castro, atualmente tombada pelo Patrimônio Histórico do Paraná, é um exemplo do processo de ocupação e formação de uma sociedade campeira que concentrava o poder econômico e político no campo.

### **1.3. Objetivos da colonização e ocupação do Paraná tradicional nos campos de Guarapuava e Palmas**

O processo de ocupação e colonização portuguesa na região do Paraná tradicional nos campos de Guarapuava remonta ao século XIX, época em que as preocupações do governo eram as ocupações dessas áreas, objetivo já desde o governo luso na época de Pombal, que indicava a necessidade de ocupar essas terras, pois a Espanha ameaçava destruir a colônia de Sacramento no reinado de D. José I (1765). Para o governo imperial luso era necessário e urgente deter a ameaça espanhola e ocupar os sertões de Guarapuava e garantir a posse antes de a Espanha tomar conta.<sup>61</sup>

A vila de Guarapuava representou, durante todo o século XIX, o ponto mais avançado de povoamento em direção ao oeste. As bases da freguesia de Nossa Senhora de Belém dos campos de Guarapuava foram constituídas pela Real Expedição em 9 de dezembro de 1819, compreendia uma vasta área abrangendo os rios Iguaçu, Paraná e Ivaí entre campos e florestas. Os campos eram dominados pelos grandes latifundiários dedicados à criação de gado e ao arrendamento ou aluguel de áreas para invernadas, demandadas pelas tropas de muares e bovinos provenientes do sul pela estrada de Guarapuava ou estrada das Missões. Em 1877, essa área foi desmembrada criando Palmas, que englobava as regiões localizadas entre os rios Iguaçu e Uruguai.<sup>62</sup>

A ocupação luso-brasileira dos campos de Guarapuava ocorreu por expedições militares, e nos campos de Palmas foram empreendimentos de particulares espontâneos, responsáveis por esse processo.<sup>63</sup>

A Coroa portuguesa tomou a decisão de ocupar o oeste para ratificar e definir as fronteiras do Império luso. As fontes documentais permitem afirmar que a ocupação dos

---

<sup>61</sup> RAMOS, Renê Wagner. *O impacto da construção da usina governador Ney Braga*. Porto Alegre: Cíadela, 2010. p. 28-29.

<sup>62</sup> Idem, p. 29.

<sup>63</sup> Idem, p. 29.

campos de Guarapuava teve incentivo estatal, patrocinado pelo governo do príncipe regente dom João, em 1809.

A ocupação lusa dos campos de Guarapuava começou de forma efetiva em cumprimento das ordens determinadas na carta Régia de 1º de abril de 1809.<sup>64</sup> Nesse documento, dom João determinou a efetiva ocupação luso-brasileira dos campos de Guarapuava. Ocorreu também o deslocamento para a região de criminosos e degredados, demonstrando a preocupação com o povoamento do território e a consequente posse, conforme afirma Macedo:

[...] quando declarar guerra aos índios que então proceda a fazer e deixar fazer prisioneiros de guerra [...] essa prisão ou cativoiro só durará 15 anos contados do dia em que forem batizados [...] bem entendido que os serviços do índio prisioneiro de guerra poderão vender-se de uns a outros proprietários pelo espaço de tempo que durar o cativoiro. Os prisioneiros de guerra feitos pela tropa, se distribuirão pelos oficiais e soldados da mesma tropa [...] que além das sesmarias concedidas pelo governo, possa repartir os terrenos devolutos em porções pequenas pelos povoadores pobres, pois que esses não têm forças para obterem sesmarias e que reserve sempre uma légua dos campos e matos ao redor das povoações que for estabelecendo, para comum logradouro. Sendo muito útil a comunicação das capitânicas nos seus respectivos territórios e dentro dos limites do Rio Pelotas para o Uruguai e passar perto do país das Missões [...]. Igualmente vos ordeno que façais remeter para os Campos de Guarapuava todos os criminosos que forem sentenciados a degredo. Assim o cumprireis e fareis executar, não obstante quaisquer leis ou regimentos em contrário, que todos hei aqui por derogados, como se deles fizesse expressa menção.<sup>65</sup>

A característica de “fronteira” pode ser percebida no processo de colonização dos campos de Guarapuava iniciado em 1809. Em 9 de dezembro de 1819 foram lançadas as bases para a povoação da freguesia de Nossa Senhora de Belém dos Campos Gerais de Guarapuava. O primeiro mapeamento foi organizado pelo padre Chagas, onde constam desde o povoado, distribuição das propriedades, localização das sesmarias, seus respectivos proprietários, abarracamentos demolidos da serra da Esperança e do Campo Real, povoação da freguesia de Belém. Os caminhos traçados eram derivados das explorações de 1811 a 1815, a mando do tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.<sup>66</sup>

A carta Régia expressava o desejo de ligação com o Rio Grande do Sul devido à fronteira com a atual Argentina para garantir a posse do governo luso. Dessa forma, o

---

<sup>64</sup> Idem, p. 29.

<sup>65</sup> MACEDO, Francisco Azevedo. *A conquista pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. p. 107-109.

<sup>66</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., p. 91.

governo luso acreditava que estaria facilitando a ocupação do centro-oeste, sudoeste e oeste do Paraná, garantindo a consequente integração desse espaço ao imenso território do Brasil.<sup>67</sup>

A maior parte das sesmarias ficou destinada a grandes fazendeiros criadores de gado dos Campos Gerais, os quais não residiam nas propriedades, mas em Ponta Grossa. Oficiais militares também receberam terras e ficaram com as melhores do planalto. “A doação de sesmarias era feita a quem pudesse cultivá-la, e para isso era preciso possuir escravos.”<sup>68</sup> Para os moradores pobres dos Campos Gerais e suas famílias restaram as pequenas porções de terra; outra parte foi destinada aos índios Kaingang aldeados em Atalaia.

Para Abreu, a sistemática da doação de sesmarias foi a origem jurídica da concentração de propriedades nos campos de Guarapuava. Essa sistemática foi interrompida com a resolução de 17 de julho de 1822. A partir desse fato, as terras “somente poderiam ser adquiridas através das posses ou ocupação, estabelecendo-se latifúndios maiores que os formados pelas sesmarias. A tendência para a grande propriedade estava já arraigada definitivamente na psicologia de nossa gente”.<sup>69</sup>

O interesse econômico dos grandes fazendeiros naquele momento era a expansão de novas áreas destinadas à criação de gado, modelo de exploração da terra que não necessitava mão de obra intensiva. Outra parte das terras era reservada à invernagem, áreas administradas por famílias oriundas de Guarapuava e das demais vilas do Planalto, assegurando a posse da região da província do Paraná.<sup>70</sup>

A partir da década de 1880 (Fig. 6), as linhas de ocupação avançaram no sentido norte, centro e sudoeste do estado. A criação de gado começou a ficar reduzida no terceiro Planalto, em contrapartida houve aumento das invernadas pela compra do gado do sul e das regiões platinas. Os fazendeiros desses locais adotaram a prática da invernagem nos campos do Planalto, obtendo lucros em tempo reduzido. Essa prática diminuiu os riscos e custos de manejo com os animais. Dessa forma, a preocupação restringia-se à engorda e revenda na feira de Sorocaba, que incentivava a atividade econômica da região do tropeirismo.<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> RAMOS, Renê Wagner, op. cit., p. 31.

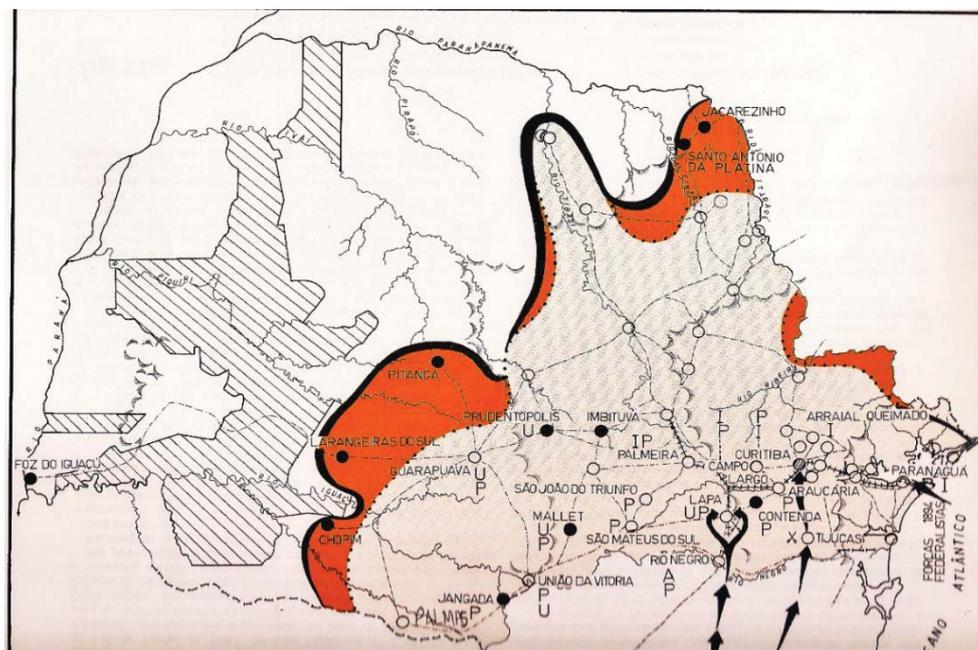
<sup>68</sup> ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse da terra: modernização a agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: BPP, 1986. p. 41.

<sup>69</sup> ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de, op. cit., p. 45.

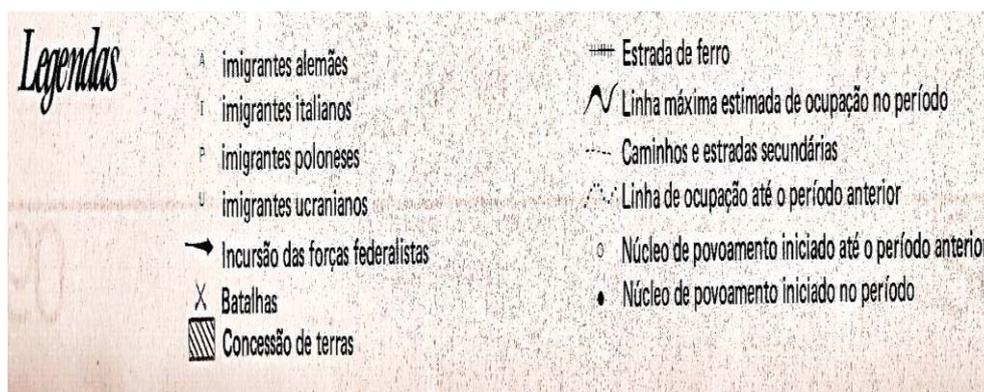
<sup>70</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., p. 235.

<sup>71</sup> Tropeirismo: atividade realizada com grande ênfase até meados de 1960 na região onde o gado era conduzido pela tropa, normalmente formada por seis a dez peões, dependendo do número de animais, os

Figura 5 - Colonização do Paraná – 1880-1890



Legendas:



Fonte: Cardoso; Westphalen (1986, p. 61).

No século XIX a região se tornou importante ponto de passagem e pouso dos tropeiros, onde praticavam a invernagem e engorda do gado para a posterior continuidade no deslocamento até São Paulo. Os fazendeiros apenas se estabeleciam nessas áreas de campos sem interesse em explorar as terras de mato, caracterizadas como matas de araucária.

A colonização da região foi constituída na forma de ilhas, voltavam-se para a região de campos, deixando imensos espaços despovoados. Os centros eram pequenos e

---

quais eram conduzidos pelos caminhos, atravessavam rios em momento em que outros meios de transportes mais eficientes ainda eram inexistentes ou muito caros para o processo produtivo.

rudimentares, alteravam de local constantemente. Esse modelo de povoamento, aliado à importância do gado, favorecia a atividade do tropeirismo na região.<sup>72</sup> A atividade tropeira entrou em crise com a chegada da ferrovia, como afirma Ayoub:

No fim do século XIX, o declínio das atividades tropeiras, ocasionado especialmente pelo advento das ferrovias do café em São Paulo, gerou uma grande crise na economia regional, desestruturando essa elite campeira. Além da expansão da malha ferroviária no estado vizinho, outros fatores contribuíram para a desestabilização dos fazendeiros: a completa ocupação dos campos, impedindo que as novas gerações pudessem se estabelecer naquele sistema, e o comprometimento da capacidade de produção das terras, devido às sucessivas partilhas.<sup>73</sup>

Apesar do processo de colonização se estruturar nos latifúndios, “no final do século XIX, o município de Guarapuava ainda possuía 500.000 hectares de terras devolutas, sem contar os ‘grilos’<sup>74</sup> que já se faziam presentes”.<sup>75</sup> Essa disponibilidade de áreas, apesar do difícil acesso da região e de não contar com estrada carroçável que ligasse a outros pontos do estado e do país, atraiu a imigração estrangeira e a migração interna.

A transferência de grandes extensões de terras para colônias de estrangeiros, como ocorreu em 1901, quando a “Secretaria de Obras públicas e Colonização do Estado, firma contrato para a aquisição de 50.000 ha de terras, por Manoel José da Costa Lisboa e Domingos Barthe. No ano seguinte, Jaime Balão e José Carvalho de Oliveira realizam a compra idêntica”.<sup>76</sup>

A concessão de grandes áreas para particulares com o objetivo de organizar colônias não produziu efeito em diminuir a concentração de terras. Formaram-se novos latifúndios que se somaram aos já existentes, ocorrendo apenas a transferência do Estado para particulares. Essa estrutura agrária dificultava o avanço social e econômico da região dos campos de Guarapuava e Palmas.<sup>77</sup>

Após 1920, as linhas de ocupação avançaram de forma significativa nas regiões Central, Oeste, Sudoeste e Norte do estado, conforme podemos observar na Figura 7.

<sup>72</sup> RAMOS, Renê Wagner, op. cit., p. 29.

<sup>73</sup> AYOUB, Dibe. *Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em conflito fundiário no interior do Paraná*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFPR, Curitiba. p. 34.

<sup>74</sup> “Grilo é a propriedade territorial legalizada por meio de título falso; negociata; negócios desonestos de que se tiram proveitos, e grileiro indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade” (LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse do sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafit, 1998. p. 51-52).

<sup>75</sup> ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de, op. cit., p. 63.

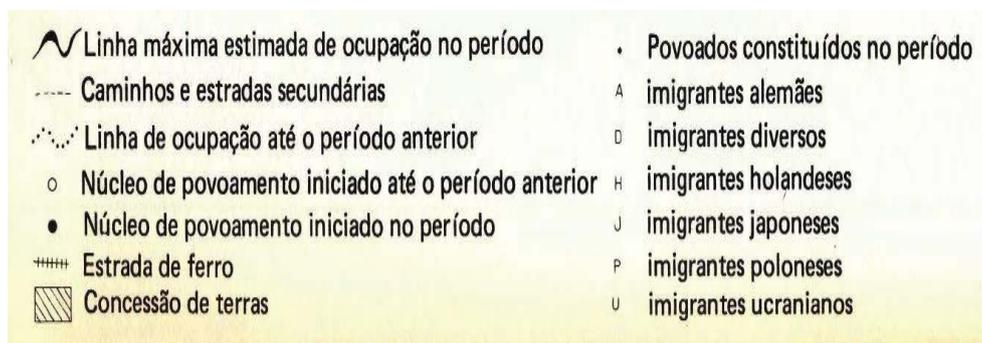
<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Idem.

Figura 6 - Linhas de avanço da colonização no Paraná – 1900-1920



Legendas:



Fonte: Atlas Histórico do Paraná. Cardoso; Westphalem (1986, p. 63).

A área do município de Guarapuava representava quase 30% do estado na década de 1920, conforme Figura 6. A população rural nessa região era pouco numerosa, chegando a seis habitantes por quilômetro quadrado nesse período, portanto, uma região de baixa densidade demográfica.<sup>78</sup> Posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo nas décadas 1950 e 1960, a migração intensa dos gaúchos e catarinenses foi

<sup>78</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 55.

incentivada pelo governo de Vargas com a política de ocupar as fronteiras com a Argentina, conhecida como “Marcha para o oeste”.<sup>79</sup>

Segundo Gregory, para o oeste e sudoeste do estado “se deslocaram 85% dos gaúchos e 50% dos catarinenses que migraram para o Paraná somando mais de 350.000 pessoas”.<sup>80</sup> O fenômeno migratório da “marcha para o oeste” de colonos gaúchos e catarinenses teve como consequência a compra de posses de terras dos caboclos que as vendiam por valores irrisórios, conforme relatos orais dos colonos.<sup>81</sup>

A estrutura agrária conformou um modelo de ocupação de terras em grandes latifúndios. Teve como consequência o baixo contingente populacional pela falta de disponibilidade de terras para a produção agrícola e pouca diversidade econômica, ocasionando uma pequena densidade demográfica (Fig. 6) até meados da década de 1920.<sup>82</sup>

Portanto, foi a partir de 1950 que, devido a intensa chegada de colonos brasileiros e imigrantes nas áreas do Paraná tradicional, a região passou por transformações em relação ao modelo produtivo, resultando em avanço demográfico, desenvolvimento econômico e social. O que pretendemos responder é justamente a relação desse processo de transformação do espaço regional com ações de modernização agrária adotadas no governo de Munhoz da Rocha.

#### **1.4. A colonização do norte do estado do Paraná pelas companhias colonizadoras**

Neste item apresentaremos o processo de ocupação da região Norte do estado do Paraná (Fig. 7). Bento Munhoz da Rocha Netto foi contemporâneo do modelo de colonização do norte do estado, mas não o adotou em seu governo. Portanto, era necessário conhecer o modelo de colonização adotado nessa região de caráter privado.

A economia do café se destacou de forma decisiva no processo de estruturação do norte do estado, impulsionando para o surgimento de núcleos urbanos e a economia diversificada, tendo como base a agricultura e a indústria. Analisaremos também as

---

<sup>79</sup> GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 66.

<sup>80</sup> Idem, p. 64.

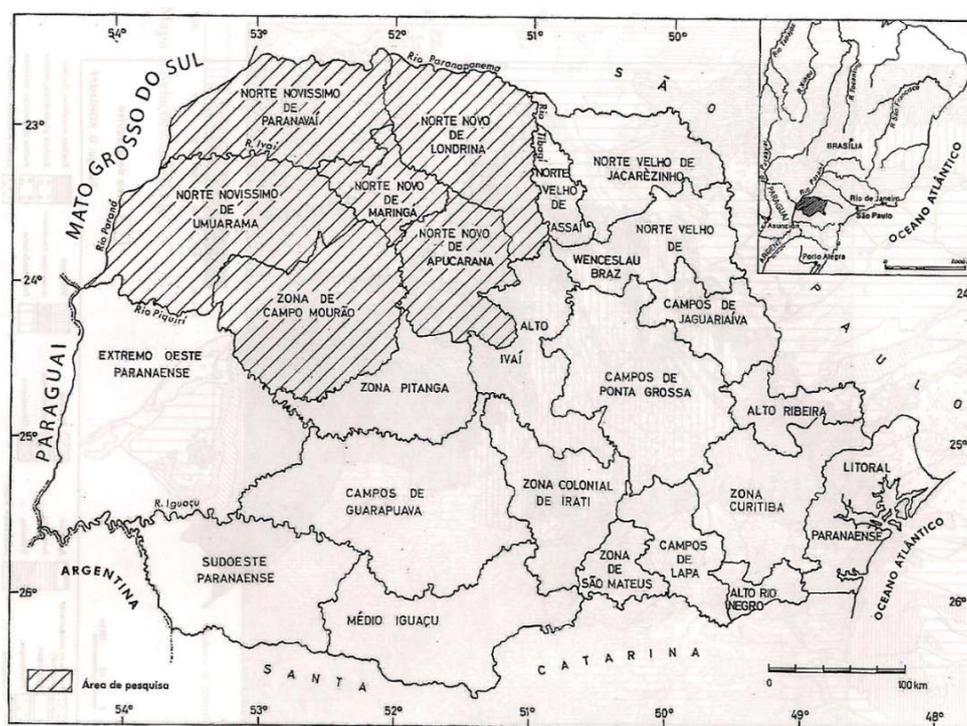
<sup>81</sup> Entrevistas arquivadas no Museu Regional do Iguaçu. Pasta Programa de Resgate Cultural de Segredo 1988-1992 [s. p.].

<sup>82</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., 1987, p. 56.

consequências da atuação das grandes companhias colonizadoras que obrigaram o governo Bento Munhoz da Rocha entre 1951-1955 a ações emergenciais.

O processo de colonização ficou praticamente restrito aos “campos limpos” da região do Paraná tradicional até meados do século XIX. Um novo período de expansão, ocupação e colonização da região Norte do estado se anunciava, advindo do avanço da cafeicultura, como afirma Kohlhepp: “A expansão dos cafeicultores paulistas trouxe uma nova fase de exploração para o sul vinda de São Paulo, depois das explorações dos bandeirantes no séc. XVII”.<sup>83</sup>

Figura 7 - Colonização do norte do Paraná



Fonte: Kohlhepp (2014, p. 237).

A ocupação do norte do estado do Paraná começou a representar um movimento de maior relevância a partir das três últimas décadas do século XIX, fenômeno diretamente relacionado à falta de terras paulistas disponíveis para a expansão dos cafezais (Fig. 7). Os primeiros grandes investidores a perceberem as terras roxas do norte

<sup>83</sup> KOHLHEPP, Gerd. *Colonização agrícola no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: UEM, 2014. p. 54.

paranaense foram os mineiros, representados por Thomás Pereira da Silva, que implantou, em 1862, o primeiro núcleo urbano, inicialmente chamado “Colônia Mineira”.<sup>84</sup>

O segundo núcleo urbano, Tomazina (1865), foi fundado por paulistas. Os cafeicultores eram, naquele momento, proprietários isolados que investiam capital familiar de modo espontâneo e buscavam as terras paranaenses para seus cafezais e para a criação do gado em menor escala. Eram investidores individuais, contavam com mão de obra de trabalhadores assalariados colonos nacionais, e a produção tinha como destino São Paulo.<sup>85</sup>

Essa expansão espontânea da cafeicultura paulista penetrou inicialmente na região nordeste do Estado, a que hoje corresponde ao Norte Velho. Desde o início, a colonização se deu nos moldes paulistas tradicionais, à base de grandes fazendas de café, dirigidas diretamente pelo fazendeiro, através de seus administradores e com o uso do colonato como regime de trabalho preferencial. Mineiros e paulistas acorreram à região reconhecendo a fertilidade das terras roxas para o plantio do café. Esse afluxo de fazendeiros para a região se intensificou pós o Convênio de Taubaté, em 1906, já que o Paraná ficou fora das limitações impostas pelo governo. O setor cafeeiro paranaense que se constituiu e continuou a se expandir por terras adjacentes, ocupando, a partir da década de 20, as primeiras terras do lado esquerdo do rio Tibagi, correspondentes ao chamado Norte Novo.<sup>86</sup>

Os núcleos urbanos multiplicavam-se rapidamente, como Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Wenceslau Brás, São João da Boa Vista (1867) e Jacarezinho (1900). Na virada do século, o processo de expansão continuou surgindo em outros núcleos, como Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924) e Andirá (1926). Esse fenômeno de crescimento estimulou o empresário do café Barbosa Ferraz, entre outros, a buscar novas áreas para aumentar a produção. Adquiriu novas propriedades no norte do Paraná, onde o valor das terras era muito inferior ao praticado na região cafeeira de São Paulo, como afirma Padis: “Os primeiros sintomas de enfraquecimento das terras na região de Ribeirão Preto levaram Barbosa Ferraz a transferir-se para o norte do Paraná, lá adquirindo grande área de terras entre Ourinhos (divisa entre o Paraná e São Paulo) e Cambará, onde plantou cerca de um milhão de cafeeiros.”<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1970. p. 86.

<sup>85</sup> CARDOSO, Jaime; WESTHAPEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chaim, 1986. p. 58.

<sup>86</sup> FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. *Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná – região de Porecatu - 1940-52*. 1984. Dissertação o (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1984. p. 57.

<sup>87</sup> PADIS, Pedro Calil, op. cit., p. 88.

O aumento da produção e o crescimento populacional da região trouxeram consequências no abastecimento e na comercialização de produtos de primeiras necessidades às fazendas dos cafeicultores e seus agregados, Um dos motivos era a inexistência de estradas no norte do Paraná, obrigando as colonizadoras a iniciarem a abertura de estradas para facilitar o escoamento da produção cafeeira, como podemos observar na Figura 8.

O norte do Paraná dependia apenas dos velhos caminhos por onde circulavam os tropeiros, onde também circulavam carroções para transportar os utensílios domésticos e outros produtos de primeira necessidade, como o sal. O abastecimento mostrou-se insuficiente diante do aumento da demanda e necessidades das novas fazendas de café. A situação se modificou com a chegada da estrada de ferro Sorocabana, que estimulou a economia da região. Entre os produtos demandados nessa nova realidade destaca-se a carne de porco.<sup>88</sup>

Figura 8 - Infraestrutura de transporte no Norte - CTNP



Fonte: KOHLHEPP (2014, p. 256).

A criação de porcos soltos foi estimulada pela necessidade do abastecimento da região, modelo de produção que cresceu rapidamente para atender à demanda. O modo

<sup>88</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 47-49.

de safra passou a ser muito utilizado, pois exigia pouca mão de obra, escassa na região. O sistema de safra no norte do Paraná, como afirma Wachowicz,

consistia na derrubada de 20, 30, 50 alqueires de mato. Após queimada, plantava-se milho, abóbora, batata doce. Quando o milho já estava crescendo, o safrista percorria a região comprando porcos dos sitiantes. Oito. Dez, quinze de cada um. Eram todos colocados em mangueirões. Quando o milho começava a amarelar, esses animais eram soltos no milharal. Quando havia vizinhos na redondeza, o porco era marcado. De preferência o porco já era solto castrado no milharal. O porco usado no sistema de safra, tinha que ser de raça mais forte, mais adequado... eram vendidos principalmente em Sengés, Jaguariaíva e Itararé. Quando o preço no interior de São Paulo era mais compensador, tropiavam-se os porcos até Itapeva.<sup>89</sup>

A carne de porco foi de significativa importância para o município de Ribeirão Claro, por ser um dos maiores produtores de café do norte do Paraná. Chegou a ter a economia dividida entre as duas culturas: o café e a produção de porcos pelo sistema de safra. Tal foi a relevância econômica adquirida pela atividade no norte paranaense.

Pela estrada de ferro Sorocabana, os porcos eram transportados até a cidade de Chavantes (SP), onde eram embarcados no trem até os frigoríficos de São Paulo. A produção de porcos foi tão significativa que atraiu a atenção dos grandes grupos econômicos, instalando grandes frigoríficos, o mais conhecido era de propriedade do conde Francisco Matarazzo, que instalou uma grande planta industrial no município de Jaguariaíva, em 1924. A crise dessa atividade ocorreu a partir de 1944 devido a uma grande seca que dizimou os milharais, e a peste suína praticamente liquidou o setor, levando frigoríficos à falência, inclusive do conde Matarazzo, fechando as portas em 1947.<sup>90</sup>

A política Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas nos 1950 defendia a manutenção e consolidação das fronteiras nacionais, estimulando o processo de ocupação e colonização das faixas de fronteira com os países vizinhos, criando inclusive o estado do Iguçu.

As medidas adotadas nos discursos sobre a terra prometida, doações de terras, riqueza fácil e melhoria de vida atraíram um vasto número de colonos, especialmente vindos das áreas coloniais do Rio Grande do Sul para o oeste e de paulistas ao norte do

<sup>89</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., p. 96.

<sup>90</sup> WACHOWICZ, Ruy. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 99.

estado do Paraná, além de pequenos proprietários e trabalhadores em busca de novas oportunidades.<sup>91</sup>

Primeiramente, a colonização ocorreu em pequenas posses de terra, através do plantio de café, de culturas alimentares e de criação de porcos; posteriormente, em meados dos anos 40, a organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas com o trabalho assalariado.<sup>92</sup>

Apesar da expansão dos cafezais, a abrangência da produção não era representativa no conjunto da economia paranaense nesse modelo de investimento de capital privado familiar. O governo do Paraná, interessado na expansão da produção cafeeira, implantou um modelo de colonização via companhias colonizadoras. Estas adquiriam (doação disfarçada) glebas gigantescas de terras a preços ridículos pelo compromisso de promover a colonização do norte do Paraná. Essas deviam oferecer as condições necessárias para o aumento significativo da produção do café, como afirmam Cardoso e Westphalen: “Esse período é assinalado por várias concessões de terras, mediante venda à baixo preço, realizadas pelo governo do Estado do Paraná. A mais consequente foi, sem dúvida, aquela realizada em 1927 em favor da empresa Paraná Plantations Limited, com sede em Londres”,<sup>93</sup> posteriormente pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, o grupo inglês adquiriu 515 mil alqueires.

O grupo de investidores ingleses, liderados por Simon Joseph Frazer, mais conhecido como Lord Lovat, estava no Brasil como integrante da Missão Inglesa ou Missão Montagu, que veio ao Brasil tendo em vista um pedido de empréstimo de 25 milhões de libras, solicitado por Arthur Bernardes à Casa Rothschild. Esta casa bancária condicionou o empréstimo à presença e às recomendações de uma missão que ela enviaria ao Brasil. Esta missão, portanto, teria como objetivo analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal que dessem garantias de pagamento do empréstimo solicitado. A missão inglesa imposta ao governo brasileiro, e não convidada por ele.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> PRIORI, Ângelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0428.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>92</sup> Idem, p. 2.

<sup>93</sup> CARDOSO, Jaime; WESTPHALEN, Cecília, op. cit., p. 64.

<sup>94</sup> TOMASI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: história e fantasmagorias. 1987, f. 342, Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba: [s. ed.], 1987. p. 181-182.

A uso de empresas privadas para executar atividades de infraestrutura sob a responsabilidade do Estado no processo de colonização, como a instalação de equipamentos públicos, estruturação de cidades, estradas, ferrovias, hospitais, escolas, foi, na verdade, uma imposição do banco Inglês, que exigia do governo brasileiro os cortes de “gastos e investimentos, arrocho salarial, demissão de funcionários públicos como forma de garantir pagamento do empréstimo solicitado”,<sup>95</sup> algo que os brasileiros vivenciaram nos anos de 1980 a 2000, quando os planos econômicos do FMI eram impostos ao governo brasileiro como condição para a liberação de recursos.

Na compra da concessão era exigido da companhia a colonização de uma imensa área de terras roxas, que devia ser dividida em zonas, glebas e lotes coloniais, reservas de matas e instalação de patrimônios, distritos e cidades. Para conseguir uma rápida expansão dos negócios do café, necessitavam de vias de transporte adequadas para o escoamento da safra. Para isso, adquirem a concessão do grupo Barbosa Ferraz para a construção da estrada de ferro do norte do Paraná a partir de Ourinhos - SP (divisa com Paraná). A conexão com a ferrovia Sorocabana em direção à ex-colônia militar de Jataí, em direção ao rio Paraná, fronteira com o Paraguai e o estado do Mato Grosso, o primeiro trecho de 29 km ligava Ourinhos (SP) a Cambará (PR), ficou pronta em 1924.

A compra da ferrovia em 1928 pela Cia. de Terras do Norte do Paraná com capital inglês foi intermediada pelo governo de Caetano Munhoz Rocha, presidente do estado do Paraná. A companhia assumiu o compromisso de construir 200 km de linha até Jataí. Em 1º de dezembro de 1930 foi entregue o primeiro trecho que ligava Santa Mariana, no Km 107, a Cornélio Procópio, no Km 125. Com essa ferrovia, a ocupação e colonização sofreu um forte impacto.

O desenvolvimento da cafeicultura esteve intimamente ligado à ferrovia, foi uma das razões do crescimento rápido da população. O município de Londrina foi exemplo desse processo, surgiu em 1930 como um povoado e elevado a município em 1934, capitalizou esse fenômeno migratório vindos de Ribeirão Preto, São Carlos e Campinas (SP), além de mineiros e nordestinos, como também imigrantes, principalmente italianos, japoneses e alemães. Em 1945 já constavam imigrantes de trinta nacionalidades em Londrina e região.<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> TOMACI, Nelson Dacio, op. cit., p. 182.

<sup>96</sup> PADIS, Pedro Calil, op. cit., p. 92.

O município, segundo IBGE (2016), possuía uma população de 553.393 habitantes e uma região metropolitana de 1.057.660 pessoas, demonstrando a dimensão rápida do crescimento populacional.

Em apenas 25 anos de colonização promovida pela companhia inglesa, surgiram 110 núcleos urbanos, sendo 62 criados pela própria empresa, e 48 por outros grupos. Surgiram nesse movimento Londrina, Apucarana e Arapongas, além das cidades planejadas e construídas pela colonizadora, como Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955).

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), desenvolveu suas atividades durante este período (conhecido como fase inglesa) e desde o início fez intensa propaganda no Brasil e no exterior onde elaborou a um discurso que reforça aquele sobre as maravilhas da região, do progresso e da riqueza ali existente. Além da propaganda, instrumento eficaz para a disseminação de seu produto e de suas ideias, a CTNP colocou, principalmente, em vários pontos de São Paulo e Minas Gerais, como também no Paraná agentes/vendedores de terras que com material publicitário e com pré-contratos procuravam atrair compradores. No afã de vender as terras a qualquer custo e lucrar muito e o mais rapidamente possível, o próprio Lord Lovat toma-se o grande agente/vendedor da Paraná Plantations/CTNP quando nos anos de 1930/31 visitou vários países europeus, como a Alemanha, Polônia, Áustria e Itália entre outros, onde procurou fazer contatos com órgãos públicos e privados. Um desses contatos aconteceu em 1932 com a "Sociedade para Estudos Econômicos de Além-Mar" da Alemanha, que resultou na vinda de alemães para uma gleba onde instalou-se posteriormente a cidade de Rolândia.<sup>97</sup>

O rápido crescimento populacional no norte do Paraná teve como um dos fatores a massiva propaganda das colonizadoras, onde apresentavam as potencialidades das terras e as possibilidades de enriquecimento rápido com a produtividade alcançada do café. O avanço dessa produção e o surgimento de núcleos urbanos inflacionaram no valor do alqueire. Em 1925, na compra da área pela Companhia Colonizadora do Norte do Paraná (CLNP), o alqueire custava 20 mil réis, já em 1940 o valor chegou a 500 mil réis. A participação do Paraná nas exportações nacionais em 1942 era 0%, em 1951, primeiro ano do governo de Bento Munhoz da Rocha, chegou a 16,3% do total de exportações brasileiras, o que mostra a dimensão do crescimento da produção cafeeira no estado.<sup>98</sup>

No período complicado da economia brasileira e mundial após a grande crise de 1929 até o fim da Segunda Grande Guerra em 1945, o café continuou sua expansão lenta e significativa. A economia do café produzia seus caprichos no norte do Paraná. A

---

<sup>97</sup> TOMASI, Nelson Dacio, op. cit., p. 206.

<sup>98</sup> KOHLHEPP, Gerd. *Colonização agrícola no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: UEM, 2014.

produção era toda escoada pelos trilhos e ou estradas até o Porto de Santos, levando a região ficar ligada econômica e culturalmente a São Paulo.<sup>99</sup>

A importância do café para o estado do Paraná foi tão significativa que colocou pela primeira vez um produto paranaense na pauta de exportação do país, aumentando o prestígio dos seus agentes políticos. O estado do Paraná transformou-se no 2º produtor brasileiro, com o objetivo de conquistar a liderança no mercado do café. O governo estadual organizou, em 1954, o I Congresso Mundial do Café, em Curitiba, entre 15 a 18 de janeiro.

O progresso econômico do norte do Paraná, sobretudo o boom do café, fazia com que novas áreas fossem incorporadas no processo, além do Norte Novo (Londrina, Maringá e Apucarana), avançou para o Norte Novíssimo (Paranavaí e Umuarama) e a zona de Campo Mourão que compreende as áreas para plantio do café.

A venda de lotes em área média de 12 alqueires chegou a 40.000 unidades, vendidos a prazo, “com 30% pagos à vista e restante parcelados em quatro anos com juros de 8% ao ano. Ao mesmo tempo a companhia construía as cidades, estradas e além de outros empreendimentos como a produção energia elétrica, fábricas de cimentos, de açúcar”.<sup>100</sup>

*Figura 9 - Bento Munhoz da Rocha aos cafezais de Lunardelli, 6 outubro de 1951*



*Fonte: Museu Paranaense – Acervo – Bento Munhoz da Rocha Filho.*

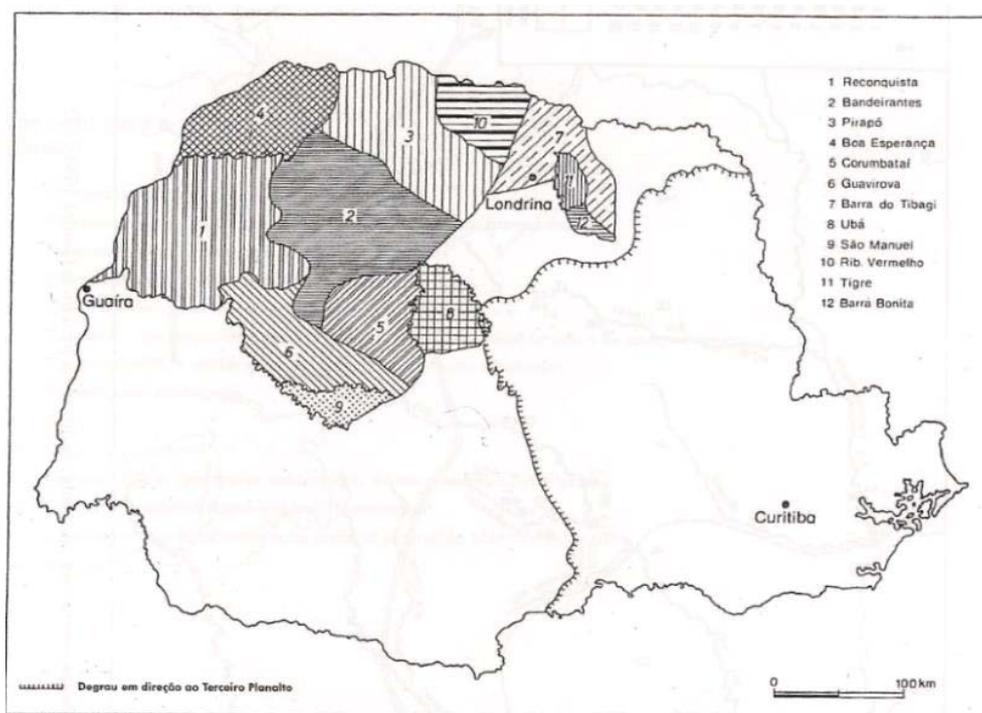
---

<sup>99</sup> PADIS, Pedro Calil, op. cit., p. 146.

<sup>100</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Ave Maria, 1977. p. 146.

A produção do café foi importante para o desenvolvimento econômico do estado do Paraná. Como forma de demonstrar a relevância da produção, o governador visitou fazendas de cafezais do norte do estado (Fig. 9). No governo de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), a produção voltada para a exportação colocou pela primeira vez o Paraná em destaque no balanço das exportações brasileiras, retirando-o da invisibilidade econômica e permitindo a visibilidade política simbolizada pela presença do presidente Getúlio Vargas no governo de Bento Munhoz da Rocha, em visita aos cafezais do norte do estado, em especial a visita da fazenda dos Lunardelli, grande fazendeiro, que esteve envolvido no conflito de Porecatu. A importância da produção e a elevação ao quadro econômico do país abria possibilidades de o governador chegar ao posto de ministro da Agricultura, em 1955.

Figura 10 - Doze áreas de Grilos norte do Paraná



Fonte: Kohlhepp (2014, p. 246).

Segundo Oikawa, o governo de Moyses Lupion teria transformado o Departamento de Terras e Colonização em uma espécie de imobiliária para negócios de enriquecimento pessoal. Muitas colonizadoras patrocinavam a prática da corrupção dos órgãos do governo, que tinham poder de mudar a geografia, falsificar mapas e

documentos que permitiam o surgimento de gigantescas áreas de terras griladas (Fig. 10). Moyses Lupion vendia terras do estado para chefes dos subdiretórios de partidos políticos em troca de apoio, utilizando-se do poder Judiciário para desalojar os caboclos. Os amigos do governador requeriam grandes faixas de terras em troca de apoio político e o governo estadual, por sua vez, as legalizam de forma fraudulenta.<sup>101</sup>

O prazo para editais foi reduzido de 30 para 10 dias, para vistas, de 10 dias para 48 horas. Os prazos para pagamentos de quatro meses para 30 dias; o preço do hectare é fixado ao sabor das conveniências; as ordens de urgência na localização e ocupação são dadas sem nenhuma atenção aos serviços de medição e demarcação; chefes de serviços de demarcação no interior são chamados à capital para acertar com os próprios interessados a delimitação de suas áreas. O Departamento de Terras encerra seu expediente às 18 horas, mas continua funcionando à noite nos quartos de um hotel.<sup>102</sup>

Essa forma de agir do governo tornou a região um campo minado, com vários conflitos pela posse e legalização das terras. Violência e assassinatos contra posseiros proliferaram em conivência com o Estado. O líder dos posseiros, Francisco Bernardes, foi assassinado em emboscada pela polícia militar após protestos pela demarcação das terras. Os representantes do Departamento de Terras e Colonização assumiram publicamente as demarcações ilegais por ordem do governador.

Esse fato marcou o início da resistência dos posseiros, conhecido como “revolta camponesa de Porecatu”, de 1947 a 1952. Foi no governo de Bento Munhoz da Rocha que ocorreu a revogação de todos os atos ilegais na demarcação de terras por Moyses Lupion e a assinatura do decreto de desapropriação das terras com objetivo descrito no artigo 2º: “As terras a serem desapropriadas destinam se aos sitiantes que embora sem título hábil nelas estejam estabelecidos com cultura efetiva e morada habitual há mais de uma ano e dia habitual.”<sup>103</sup>

A grilagem de terra estava na raiz do conflito entre os posseiros e a companhia colonizadora, fortalecida na relação entre as colonizadoras e o governo de Moyses Lupion. Foi no governo de Bento Munhoz da Rocha que emergencialmente, diante da violência no campo, precisou encontrar uma solução para resolver o conflito de terra.

Para o governador, o modelo adotado de entregar o processo de colonização às colonizadoras, além de investir em infraestruturas, construção de cidades, estradas,

---

<sup>101</sup> OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 73.

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*

<sup>103</sup> OIKAWA, Marcelo, *op. cit.*, p. 180.

ferrovias, sem controle do Estado, seria totalmente afastado durante seu governo. Afinal, para Munhoz da Rocha, o modelo adotado de privatizar a implantação da infraestrutura a partir da lógica de mercado feria o interesse público e beneficiava o grande capital exportador paulista.

Um exemplo dessa lógica foi a falta de investimentos para interligar a região Norte com a capital Curitiba para o escoamento da produção no porto de Paranaguá, favorecendo o estado de São Paulo pelo escoamento da produção via porto de Santos. Esse fato trouxe repercussões econômicas, culturais e políticas, ao que veremos no capítulo II.

A riqueza promovida pelo café e o processo de industrialização promovido pelas companhias colonizadoras, não temos dúvidas em afirmar, influenciaram o intelectual Bento Munhoz da Rocha na formulação das ações para a implantação do modelo de colonização, do cooperativismo e da agroindustrialização, tema que discutiremos no capítulo III.

### **1.5. A colonização do oeste do Paraná e a política da “Marcha para o Oeste”.**

A análise da situação agrária do Paraná no início do século XX, em especial o processo de colonização do oeste e suas imbricações econômicas, políticas e sociais, será fundamental para a compreensão da formatação e implementação da política de imigração, colonização e cooperativismo adotados durante a gestão do governador Bento Munhoz da Rocha (1951-1955).

O oeste do Paraná (Fig. 11) compreende uma área de 88.976.457 Km<sup>2</sup> (o dobro do estado do Rio de Janeiro). Até 1940 havia 145 mil habitantes, dois terços dos quais nos campos do Oeste, colonizados relativamente cedo, e no Sudoeste, ao sul do rio Iguaçu.<sup>104</sup> O oeste todo apresentava uma densidade demográfica de apenas 10,88 habitantes por Km<sup>2</sup>. A respeito da colonização no oeste do Paraná afirmou Gregory:

A história recente do Oeste do Paraná, no que que concerne à ocupação brasileira, se iniciara, ainda no século passado, quando por motivos estratégicos e de segurança das fronteiras, foi fundada, em 1889, a Colônia Militar, que deu origem ao atual centro urbano de Foz do Iguaçu, a mais antiga cidade da Região. Nesta época, foi muito pequena a presença de brasileiros,

---

<sup>104</sup> NICHOLLS, William H. A. Fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: RBE, v. 24, n. 4, p. 33-110, 1970.

sendo um período de intensa presença estrangeira e de companhias de exploração de erva-mate e de madeira.<sup>105</sup>

Figura 11 - Mapa do oeste do Paraná



Fonte: Priori (2012, p. 78).

Uma das características do oeste foi sua colonização lenta. Inicialmente dispersa, móvel e de exploração (exaustiva), especial ao longo das principais bacias hidrográficas em áreas de matas de araucárias valorizadas pela indústria madeireira. As matas de araucárias mais acessíveis eram invadidas por grandes madeireiras, como Agro Industrial do Prata Ltda. (Maripa) e da Guaçu Agrícola Industrial, as quais derrubavam a floresta, limpavam as áreas para a exploração agropecuária.<sup>106</sup>

A ocupação do espaço no oeste do Paraná ocorreu, como já referido, de forma lenta. Havia uma quase inexistência de municípios, com exceção de Guarapuava, Foz do

<sup>105</sup> GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 88-89.

<sup>106</sup> Idem, p. 132.

Iguaçu e Palmas, o restante apenas núcleos de povoamento, que posteriormente formariam novos municípios de cidades entre 1900 e 1920.

A extração do mate no oeste, na verdade, era feita pelos argentinos ou empresas argentinas, que não tinham interesse na ocupação da região fronteiriça, porque isso inviabilizava a exploração ilegal das terras brasileiras.<sup>107</sup> O interesse argentino era explicativo segundo Auras, pelo fato de os principais “centros consumidores da erva-mate serem de Buenos Aires, Montevidéu e Valparaíso”.<sup>108</sup>

Essa situação preocupava o governo brasileiro de uma possível ocupação da região por parte da Argentina, isso se justificava por ser um território onde havia uma baixa densidade populacional. De 1900 a 1920, a população do sudoeste recenseada passou de três mil para mil habitantes brasileiros, e na década de 1920, em pleno apogeu da exploração da erva-mate, 25% da população da fronteira com a Argentina eram de argentinos e paraguaios.<sup>109</sup>

A ocupação da região foi ocorrendo de forma lenta por caboclos posseiros, que derrubavam a mata, praticavam a coivara,<sup>110</sup> avançando as fronteiras agrícolas. As posses dos caboclos, a partir das décadas de 1930 e 1940, começaram a ser vendidas por valores irrisórios aos colonos ítalo-gaúchos provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina,<sup>111</sup> que migravam em busca de terras pelo fato de não mais existirem disponíveis nas suas colônias para as próximas gerações. A migração para o oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, em busca de lotes maiores e mais acessíveis que do sul-rio-grandense, apresentava-se como alternativa naquele momento histórico.<sup>112</sup>

A decadência da exportação da erva-mate teve início nos anos de 1930 devido à concorrente Argentina. Nesse contexto de crise do ciclo da erva-mate, a exploração da madeira apresentou-se como alternativa econômica. As madeiras eram cortadas e transportadas dos sertões do oeste até o rio Paraná. Centenas de toras de madeira de lei, como afirma Wachowicz,<sup>113</sup> eram “empilhadas no topo da barranca iniciava-se o processo

---

<sup>107</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 169.

<sup>108</sup> AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC, 1995. p. 37.

<sup>109</sup> AURAS, Marli, op. cit., p. 61.

<sup>110</sup> Técnica de queimar a mata herdada dos caboclos, fruto do contato com os grupos indígenas, como forma de limpar o terreno e prepará-lo para o plantio.

<sup>111</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.

<sup>112</sup> RAMOS, Renê Wagner. *O impacto da construção da usina governador Ney Braga*. Porto Alegre: Cidada, 2010.

<sup>113</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., 1995. p. 232.

de tombada. Na margem do rio, de preferência numa praia, era então montada uma jangada também chamada de maromba. Esta poderia conter até duas mil toras, amarradas uma as outras... descia o rio”. Nesse momento de exploração pelas empresas argentinas, somente a partir de 1947 as primeiras empresas de capital nacional chegaram e instalaram suas serrarias, iniciando a exploração pela indústria madeireira brasileira.

Uma das dificuldades do processo de colonização era a inexistência de rodovias e ferrovias na região, com exceção do trecho da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande até Guarapuava. As primeiras estradas, quando abertas no sentido leste ao oeste, provocaram alguma colonização pública ou privada durante o período de 1920-1940. Porém, eram colônias praticamente isoladas, distantes dos mercados, com péssimas estradas, falta de assistência técnica e financeira, acabaram não prosperando. À medida que a colonização do sudoeste e do oeste era permanente, os colonos provinham tipicamente de famílias de colonos do norte do Rio Grande do Sul, próximo do rio do Peixe em Santa Catarina e dos estabelecimentos eslavos do leste do Paraná, refletindo a forte pressão demográfica sobre as pequenas fazendas fundadas uma ou duas gerações antes por imigrantes europeus.

No período conhecido como “República Velha” chegaram ao conhecimento do estado e do país descrições de abandono do oeste paranaense e da presença estrangeira na região, como afirma Priori:

A situação de miséria e abandono na região aos poucos foi sendo denunciada. Essas revelações alcançaram grande projeção em Curitiba e no Rio de Janeiro, durante o período da República Velha. Até em 1924, com a passagem da Coluna Prestes pelo Oeste paranaense, os tenentes rebeldes ficaram chocados com as cenas que viam, principalmente quanto à desnacionalização da fronteira e as relações de exploração estabelecidas pelas empresas estrangeiras.<sup>114</sup>

A situação denunciada levou o governo paranaense a criar o decreto nº 300, em 3 de novembro de 1930, o decreto nº 800, de 8 de agosto de 1931, e a lei nº 46, de 10 de dezembro de 1935, que desarticulavam os “obranges”. Entre as medidas da lei determinava o cancelamento da concessão de terras e concedia a empresas brasileiras o processo de colonização. Destacam-se a Companhia Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá), Pinho e Terras Ltda., Industrial Agrícola Bento Gonçalves, Colonizadora Gaúcha Ltda., Colonizadora Matelândia, Colonizadora Criciúma, Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda. e Colonizadora Norte do Paraná.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: séc. XIX a XX*. Maringá: Eduem, 2012. p. 81.

<sup>115</sup> Idem, 82.

O presidente Getúlio Vargas, a partir 1930, decidiu intervir na problemática das fronteiras, instituindo uma política de ocupação da região fronteira denominada “Marcha para o oeste”. Essa decisão federal foi importante para o processo de colonização do oeste e sudoeste do Paraná. Era fundamental garantir as fronteiras nacionais ameaçadas pela presença de argentinos e paraguaios. A justificativa para atuar nas áreas apresentava-se na influência na economia e na população com vínculos com a Argentina e o Paraguai.<sup>116</sup>

A política de caráter nacionalista teve fortes consequências no estado do Paraná, apresentou uma intensa colonização a partir de 1920 com a ocupação dos atuais polos regionais do norte pioneiro (Londrina e Maringá), do Sudoeste (Francisco Beltrão e Pato Branco), momento conhecido no estado como “colonização moderna”.<sup>117</sup>

A partir desse período, a colonização na região passou pela atuação de companhias de colonização de capital nacional, estruturadas de forma profissional. As companhias exploraram, inicialmente, a madeira, pois tinham recebido terras em troca de obras e serviços, como abrir estradas, postos de saúde, escolas, hospitais etc.<sup>118</sup> O processo de concessão de terras devolutas do Estado foi acelerado, levando ao esgotamento essa modalidade de áreas disponíveis, apresentando consequências sociais com a venda de grandes faixas de terras a grandes grupos econômicos em detrimento dos posseiros e pequenos produtores.

O interventor nomeado pelo governo Getúlio Vargas, Mário Tourinho, apressou-se em iniciar o processo de concessão de grandes extensões territoriais a empresas colonizadoras pelo decreto nº 300.<sup>119</sup>

A preocupação do governo federal com a área fronteira fez com que criasse, decreto nº 5.812 de 1943, o território federal do Iguaçu, que compreendia toda a região Oeste do Paraná, conforme Figura 10, e a capital a cidade de Laranjeiras do Sul.

O anseio de colonizar a região foi assim descrito em Gregory:

Vargas, em relação às fronteiras com a Argentina e com o Paraguai, não é demais reiterar, tinha o projeto da criação do Território Federal do Iguaçu e a política da “Marcha para o Oeste”. O Estado do Paraná, como não queria ver seu território dividido, comprometeu-se a estabelecer políticas de ocupação brasileira da parte Oeste do estado. Como o tempo passava e não ocorreram os resultados esperados, o Governo Federal acabou criando o território do Iguaçu. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, criado em 1938, foi

---

<sup>116</sup> Idem, p. 66.

<sup>117</sup> PRIORI, Angelo, op. cit., p. 67.

<sup>118</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., p. 67.

<sup>119</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1985. p. 23.

incumbido de desenvolver a região e propiciar um grande salto no processo de colonização. Uma das rodovias mais importantes deste programa seria a BR - 35, mais tarde denominada de BR-277 (Ponta Grossa-Foz do Iguaçu).<sup>120</sup>

Figura 12 - Estado do Paraná e território federal do Iguaçu



Fonte: Paraná, Instituto de Terras, Cartografia e Geoprocessamento, 1944.

No governo Moyses Lupion (1946-1950) foi instituída a Fundação Paranaense de Colonização para agilizar o processo de concessões de terras, em tese, devolutas, principalmente aos migrantes gaúchos de origem italiana e alemã. Essa forma de colonização tinha como referência a pequena propriedade e o sentido agroindustrial, que seriam repassadas às colonizadoras para revenderem em pequenos lotes aos colonos. Inclusive o complexo industrial e comercial ficaria sob o controle, direta ou indiretamente, das companhias colonizadoras.<sup>121</sup>

O resultado desse processo foi a total insegurança jurídica em relação à posse e à propriedade das terras dos agricultores que já estavam estabelecidos ou que chegavam incentivados pelo governo, em especial os ítalo-gaúchos, que adquiriam terras das empresas colonizadoras em razão da generalizada titulação sobreposta e não o cumprimento dos contratos.

<sup>120</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., p. 91.

<sup>121</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., p. 91.

As terras devolutas, portanto, públicas, tinham sido apropriadas nesse processo especialmente pelas colonizadoras, que serviam de estratégia para o estado obter o desenvolvimento rural. Essa política foi decisiva na questão da estrutura fundiária paranaense. Como o estado não tinha recursos para investimentos exigidos, renunciava o seu papel e entregava a responsabilidade para o setor empresarial para estruturar, com capital privado, o espaço urbano e rural do oeste do Paraná.<sup>122</sup>

Várias foram as empresas que exploraram o oeste, destacamos a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripa), a Pinho e Terras com as secções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes, Lopeí, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Criciúma Ltda., todas empresas que se dedicavam à exploração da madeira, comercialização de terras, comércio e indústria. Tinham como clientes preferenciais os colonos descendentes de europeus, imigrantes das áreas coloniais gaúchas e catarinenses. Nesse quadro preferencial, os caboclos habitantes foram preteridos, como afirma Gregory, “pois os euro-brasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas ‘sem origem’. Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras”.<sup>123</sup>

## **1.6. O conflito pela posse das terras nas décadas de 1940 e 1957**

O processo de disputa entre posseiros e colonizadoras iniciou na década de 1940, quando o governo Vargas incorporou todos os bens da Companhia São Paulo-Rio Grande ao patrimônio da União, incluindo a gleba das Missões, que o governo do Paraná havia repassado à companhia como parte do pagamento da estrada de ferro. As duas esferas de governo entraram na justiça para obter o título de proprietárias da gleba das Missões.<sup>124</sup> Todavia, Getúlio Vargas, em 1943, sem esperar a decisão, criou dentro da gleba a companhia colonizadora Colônia Nacional General Ozório (Cango), com o objetivo de atrair para a nova colônia o excedente de mão de obra do Rio Grande do Sul para o sudoeste do Paraná, região de fronteira estratégica com a Argentina. Para tanto oferecia

---

<sup>122</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., p. 92-93.

<sup>123</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., p. 93.

<sup>124</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1985.

terras gratuitamente, casa de madeira, ferramentas agrícolas, transporte da safra e exames médicos e odontológicos gratuitos.<sup>125</sup>

No final do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra ocorreu uma verdadeira negociata com o antigo território das Missões, foi vendido tanto para a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla), ligada ao PSD, como à Pinho e Terras, ligada aos partidos da oposição PTB e UDN. A documentação irregular da gleba pela Citla contou com a ajuda do governador do Paraná Moyses Lupion, que chegou a criar um cartório na cidade de Santo Antônio do Sudoeste para escriturar as terras.<sup>126</sup>

O movimento de resistência dos posseiros acentuou-se proporcionalmente ao aumento da intensidade da emigração de colonos com suas famílias do Rio Grande do Sul, conformando-se num fenômeno migratório muito importante no sul do Brasil. Com a falta de terras disponíveis no estado de origem, dirigiam-se para o Paraná. Pela estrada de Francisco Beltrão chegavam cerca de vinte a trinta famílias por dia, seduzidas pela propaganda que anunciava a existência de muitas terras devolutas a serem ocupadas a preços baixos em relação às gaúchas.<sup>127</sup> Então, o governo federal posicionou-se do lado dos posseiros e regularizou a posse das terras, fato importante para explicar o processo de ocupação.

---

<sup>125</sup> Idem, p. 213.

<sup>126</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.

<sup>127</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., 1987, p. 167.

Figura 13 - A estratégia de ocupação dos escritórios da Citla, em Francisco Beltrão (1950)



Fonte: Foto Osvaldo Jansen – Acervo: Museu Municipal de Francisco Beltrão.

A Citla ficou imobilizada no período de 1951-1955 no governo de Bento Munhoz da Rocha, porém, na eleição de 1955, o PSD conseguiu eleger praticamente todos os prefeitos do sudoeste e Lupion voltou ao governo estadual. Então, as ações da empresa Citla voltaram com plena carga, agora associada a mais dois grupos ligados ao governador: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. (Comercial) e a Companhia Colonizadora Apucarana Ltda. (Apucarana). Esse retorno das atividades levou os agricultores, posseiros e caboclos à revolta, que estourou em 1957 (Fig. 13).<sup>128</sup>

Um número significativo de colonos do Rio Grande do Sul também se dirigiu para o norte e noroeste do Paraná, onde foram bem sucedidos, em geral preferindo a criação de gado ao café. O oeste do Paraná foi definitivamente colonizado com base nessas fontes, mas também com imigrantes provenientes do extremo oeste de Santa Catarina, do sul de Mato Grosso, até mesmo de áreas contíguas da Argentina, Paraguai e Bolívia.<sup>129</sup>

O movimento de resistência dos posseiros aconteceu entre 1950 e 1955, quando a emigração de colonos com suas famílias do Rio Grande do Sul se tornou um fenômeno migratório importante no sul do Brasil.

<sup>128</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam, op. cit., 1985, p. 153.

<sup>129</sup> Idem, p. 213.

Toda problemática desse modelo de implantação via privatização da colonização pelas companhias colonizadoras no oeste e sudoeste produziu um grande movimento de resistência social pela disputa das terras, conhecido como “Levante dos posseiros de 1957”, que atingiu todo o oeste e sudoeste do Paraná. O acontecimento serviu de orientação para o governo Bento Munhoz da Rocha no momento do planejamento, estruturação e implementação do modelo de colonização, evitando a privatização pelas companhias e desse modelo para o rápido desenvolvimento rural, mas com alto preço social no campo.

Ainda neste capítulo abordaremos o processo de colonização do norte do Paraná. O formato de exploração influenciou nas decisões do governo de Bento Munhoz da Rocha. No caso do norte, logo no início do seu governo precisou intervir na região em razão dos conflitos sociais produzidos pela exploração inescrupulosa da terra. Isso influenciou na elaboração das ações que seriam implantadas para a estruturação de um novo modelo agrário no Paraná.

Para evitar conflitos, o governador procurou evitar que no novo modelo agrário as grandes companhias colonizadoras tivessem qualquer participação. Afinal, ficavam evidentes os abusos cometidos em nome do grande capital.

A colonização do norte e do oeste, como verificaremos neste capítulo, com suas particularidades, apontou para problemas de uma colonização comandada por grandes empresas colonizadoras privadas com consequências sociais e econômicas.

A tese discute como o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto articulou e organizou a implantação de um novo modelo agrário no Paraná, que teve por base o cooperativismo, a agroindustrialização e a profissionalização do agricultor. Para tanto houve a necessidade de compreender as várias formas de colonização que o ex-governador teve conhecimento e foram contemporâneos em sua trajetória anterior ao cargo. Portanto, sendo elementos que ajudaram a elucidar o caminho adotado apontando um modelo diferente do que presenciamos no capítulo I.

No próximo capítulo analisaremos o objeto central desta tese: a implantação e a estruturação de um novo modelo baseado nas colônias cooperativas agroindustriais na produção da monocultura e na inserção de novas técnicas agropecuárias. Ações pensadas exatamente para distanciar do modelo conflituoso instituído nas regiões do estado.

## CAPÍTULO II

### TRAJETÓRIA, CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS E A FORMAÇÃO INTELLECTUAL DE BENTO MUNHOZ DA ROCHA

Neste segundo capítulo apresentaremos a origem familiar, a formação acadêmica e política de Bento Munhoz da Rocha Filho. Ao analisarmos a situação familiar e suas imbricações com o poder político e econômico, permitirá compreender as alianças políticas e as transformações econômicas que ocorreram no início do século XX no momento histórico da ascensão de Caetano Munhoz da Rocha (pai de Bento Munhoz) como político regional representante da indústria do mate e a aliança política com Affonso de Camargo, representante da oligarquia proprietária do Paraná tradicional. Como essa aliança impactou na postura adotada por Bento Munhoz da Rocha na condição de intelectual em suas ideias, principalmente como governador.

Queremos identificar e analisar as ideias defendidas pelo ex-governador acerca da política agrária, reforma agrária, conceitos de cooperativismo, agroindustrialização, democracia, comunismo, questões sociais do trabalho presentes em discursos, textos, artigos, livros e outros documentos arquivados no Museu Paranaense e no Círculo Bandeirante adotadas na condição de governador do estado do Paraná na implementação da política agrária de um novo modelo de produção agrário instituído em colônias de imigrantes num sistema cooperativista agroindustrial, tese central deste trabalho de pesquisa.

Queremos identificar e analisar também as concepções políticas e ideológicas em temas centrais para visualizarmos o pensamento e as ações do ex-governador como intelectual e governador em questões de democracia, comunismo, questão agrária, imigração, colonização, situação política, econômica e social em 1900. E, finalmente, contextualizaremos os anos de 1920 a 1951 na perspectiva política e econômica do Paraná em suas relações com a crise do mate, o avanço da economia cafeeira e as consequências no universo político paranaense.

#### **2.1. Origens familiares e política**

A família do patriarca Bento Antonio Munhoz e sua esposa Michelina Assumpção desembarcou em Paranaguá no final do século XVIII, proveniente de Cadiz, Espanha. A

família, mais especificamente o neto do casal, Caetano José Munhoz, enriqueceu nos negócios do mate. Foi um dos pioneiros na adoção do vapor e beneficiamento do mate. Os negócios continuaram prosperando em torno da exportação com seu filho Bento Munhoz da Rocha, e mais adiante dos seus filhos Caetano Munhoz da Rocha e Ildefonso Munhoz da Rocha, sendo que Caetano, pai do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, entrou na vida política estadual, ocupando cargos eletivos de prefeito, deputado e presidente da província entre 1920 e 1928.<sup>130</sup>

Eram imigrantes, não possuíam título de nobreza e não pertenciam à elite econômica. O avô de Bento Munhoz enriqueceu com o negócio do mate, possibilitando ao filho Caetano Munhoz da Rocha, pai de Bento, dedicar-se aos estudos e formar-se em medicina no Rio de Janeiro e construir uma carreira política. Foi prefeito de Paranaguá, vice-presidente e presidente do estado.

O pai, Caetano, exerceu a profissão de médico por um período breve, chegando a clinicar na Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. Foi atraído para a carreira política, filiou-se ao Partido Republicano, elegendo-se deputado estadual em 1904, sendo reeleito em três legislaturas até 1915, ano em que acumulou a função de prefeito de Paranaguá entre 1908 e 1915, na época era permitido pela legislação.<sup>131</sup>

Bento nasceu em Paranaguá numa casa confortável em 17 de dezembro de 1905, na rua Julia da Costa, centro da cidade. Teve uma infância saudável e afetiva. Sua mãe Olga teria ainda mais seis filhos. Apesar da política e dos negócios da família, o pai era uma figura presente, fazia questão de reunir a família no almoço e nos finais de semana. Foi nesse ambiente tranquilo e familiar que marcou a personalidade de Bento Munhoz.

A carreira política do pai, os debates políticos e econômicos do dia a dia marcaram sua formação na política de Bento. O pai, como médico, incentivou seus filhos a estudarem e seguirem carreira profissional. Bento aprendeu a ler aos cinco anos e, adolescente, demonstrou ser um leitor e apreciador dos clássicos gregos e da literatura francesa do século XIX. Estudou no Ginásio Diocesano dos padres Lazaristas na capital. No colégio, tomou gosto pelos escritos de São Tomás de Aquino, que mais tarde conformaria sua formação tomista. Aprendeu com as leituras de Aquino uma aversão pela agressividade e truculência em favor do debate intelectual.<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005. p. 15.

<sup>131</sup> Idem, p. 17.

<sup>132</sup> Idem, p. 16.

O ex-governador acompanhou a prosperidade de Paranaguá no governo de seu pai Caetano Munhoz da Rocha (1908-1916) na prefeitura da cidade, fruto da riqueza do mate. Os impostos recolhidos permitiam um progresso em termos de infraestrutura na modernização urbana, como a primeira rede de esgotos da cidade e uma nova área portuária. Mas a riqueza da indústria do mate foi além de Paranaguá, permitindo também a urbanização da capital.

A família mudou-se para a capital em 1915 em razão do desejo do pai em alçar novo patamar na política estadual. O Partido Republicano havia indicado Caetano Munhoz da Rocha como vice da chapa do guarapuavano Affonso Alves Camargo. A chapa foi vitoriosa em duas eleições para governador da província entre 1920 e 1928.

Considerando a trajetória histórica em que se estabelece a política paranaense de “favorecimento e conservadorismo do ideário do poder central”, compreende-se o contexto cultural em que a intelectualidade paranista concebeu uma identidade regional. O grupo ervateiro, apoiado pela intelectualidade do mate, procurou então fazer valer o apoio incondicional dado às investidas governamentais centrais frente às intenções de comando e controle territorial. Os elementos político-culturais, elaborados no movimento paranista, tomam-se suportes ideológicos fundamentais na construção identitária paranaense, consolidando uma variedade de investimentos culturais patrocinados pela elite ervateira.<sup>133</sup>

Caetano era ligado à indústria de exportação do mate, ao passo que Affonso Camargo, político de Guarapuava, vinha de uma família tradicional, proprietária de grandes latifúndios presentes no processo de colonização desde o século XVI: “Os primeiros núcleos de moradores que se efetivaram na 5ª Comarca, em meados do século XVI, depois da descoberta das primeiras minas de ouro de Paranaguá, constituíam-se predominante de famílias luso-brasileiras, entre elas família de Antônio de Sá e Camargo.”<sup>134</sup> Ambos eram detentores de terras no planalto de Curitiba, nos Campos Gerais (Palmeira) e receberam do príncipe regente D. João VI, em 1809, outra gigantesca sesmaria no município de Guarapuava, região de área pastoril dominada por latifúndios, marcada pela povoação realizada com o extermínio de tribos indígenas.<sup>135</sup>

A ligação entre as famílias Munhoz da Rocha e Camargo perpassava os interesses políticos pela união de Bento Munhoz da Rocha Neto com a filha de Affonso de Camargo,

---

<sup>133</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber. O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do cerco da Lapa. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 151-190, 2007.

<sup>134</sup> SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. 208 f. Tese (Doutorado em História) - UFPR, 2005. p. 50.

<sup>135</sup> Idem, p. 50.

a senhora Flora Camargo Munhoz da Rocha, então vice-governador na chapa do seu pai, transformando-se no mesmo grupo familiar com interesses que convergiam, mas, às vezes, se chocavam. A união política dos Camargo e Munhoz da Rocha colocou Bento na condição de pertencente à oligarquia ligada à República Velha.

Membro da classe dominante paranaense e de uma família tradicional do Estado, que teve destaque no cenário político após o processo de redemocratização de 1946. Bento Munhoz da Rocha foi herdeiro político das oligarquias da República Velha. Seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, e seu sogro, Affonso Alves de Camargo, governaram o Paraná no período entre 1916 a 1930. Durante a República Velha, o poder político em nível regional é exercido pelas oligarquias vinculadas à economia do mate e a economia pecuária. Caetano pertencia à oligarquia vinculada à economia da erva-mate, enquanto Camargo pertencia à oligarquia vinculada aos proprietários de terra dos campos gerais, a economia pecuária. Alternado a presidência e a vice-presidência, governaram o Paraná de 1916 até a “Revolução de 1930”, pelo Partido Republicano Paranaense.<sup>136</sup>

A união das famílias produziu êxito político, afinal dominaram o governo do Paraná entre 1916 e 1930, nos governos de Affonso de Camargo e Caetano Munhoz, de 1951-1955, com o próprio Bento Munhoz e outro braço da família Ney Braga, casado com a irmã de Bento, sendo prefeito de Curitiba com apoio de Bento em 1954-1958 e governador do Paraná entre 1961-1965 e 1979-1982.

---

<sup>136</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004. p. 143.

Figura 14 - Casamento de Bento Munhoz da Rocha Netto e Dona Flora de Camargo em 23/09/1929



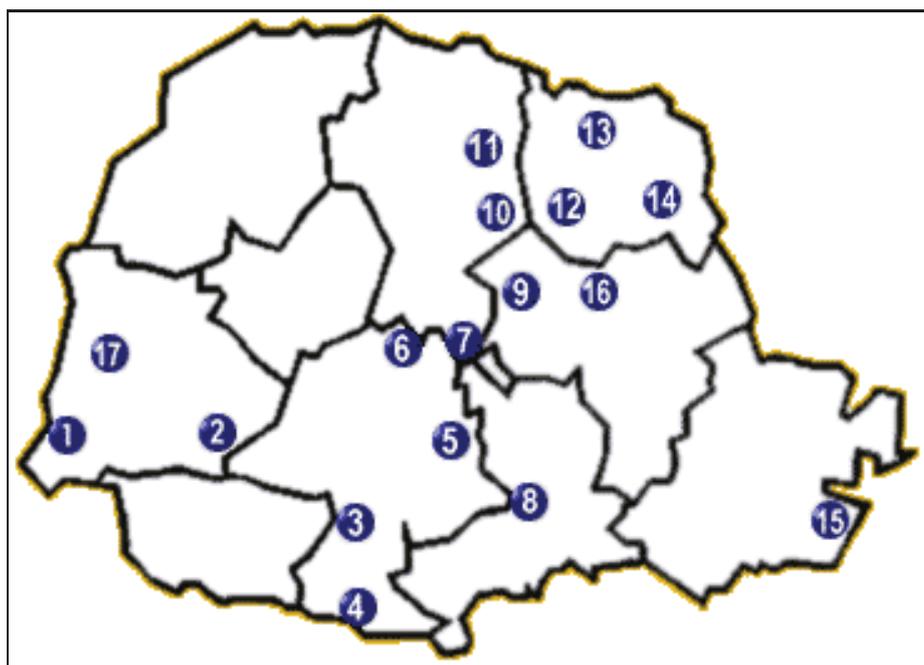
Fonte: Arquivo Museu Paranaense – Coleção Bento Munhoz da Rocha.

## 2.2. Situação política, econômica e os movimentos sociais no Paraná (1900-1920)

O estado do Paraná nos anos de 1900-1920 apresentava uma dispersão do poder político e econômico entre o litoral (Paranaguá, Antonina e Morretes), o sul (Lapa), a região do Paraná tradicional (Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Guarapuava) e a capital Curitiba, seguido de Clevelândia e Palmas. O início do século XX marcou um período de



Figura 16 - Terras (reservas) indígenas no Paraná (1940 -2018)



|   |                                 |   |  |
|---|---------------------------------|---|--|
| 1 | Reserva indígena Ocoí           | 10  | Reserva indígena Apucarantina          |
| 2 | Reserva indígena Rio das Cobras | 11  | Reserva indígena Barão de Antonina     |
| 3 | Reserva indígena Mangueirinha   | 12  | Reserva indígena São Jerônimo da Serra |
| 4 | Reserva indígena Palmas         | 13  | Reserva indígena Laranjinha            |
| 5 | Reserva indígena Marrecas       | 14  | Reserva indígena Pinhalzinho           |
| 6 | Reserva indígena Ivaí           | 15  | Reserva indígena Ilha da Cotinga       |
| 7 | Reserva indígena Faxinal        | 16  | Reserva indígena Mococa                |
| 8 | Reserva indígena Rio D'Areia    | 17  | Reserva indígena Tekoha-Añetê          |
| 9 | Reserva indígena Queimadas      | OBS.: Existem grupos dispersos em locais não demarcados |  |

Fonte: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios\\_terras.php](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/indios_terras.php)

O contexto econômico paranaense no último quartel do século XIX marcou momentos de transformações com o advento do primeiro surto de industrialização em Curitiba, e também o início do declínio das exportações do mate, principal produto do estado durante o século XIX.<sup>140</sup> Esse ciclo havia produzido uma elite econômica e política que comandava o Paraná, onde se inseria a família Munhoz da Rocha. Mas enfrentou nas primeiras décadas do século XX a retração do mercado das exportações, fechamento de fábricas e estagnação do setor, aliado ao surgimento de um novo ciclo econômico, o café.

<sup>140</sup> PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 47-63.

As mudanças econômicas tornaram-se intensas nas três primeiras décadas do século XX,<sup>141</sup> afetaram o ambiente político na capital do estado. Nesse momento de transformações significativas na história paranaense, a família Munhoz da Rocha, ligada ao negócio do mate, encontrava-se no centro do poder estadual entre 1916 e 1930.<sup>142</sup>

A dupla de políticos era o governante no período da Guerra do Contestado<sup>143</sup> e de outro importante conflito social, a greve de operários de junho 1917. O movimento social, intitulado “Greve de 1917”, foi amplo, chegando a interferir no cotidiano da cidade com repercussões junto às classes sociais mais abastadas da sociedade curitibana.

O evento iniciou em São Paulo e atingiu o Paraná no mês de julho. Esse movimento social tinha como bandeiras melhores salários e condições de trabalho. Entre as reivindicações estavam a jornada de oito horas, turno de seis horas para o período noturno, redução do preço dos gêneros alimentícios e do aluguel das casas particulares e higiene nas fábricas. No Paraná, o conflito foi muito organizado, com a paralisação do transporte de ambulâncias, energia, transporte público, as fábricas de fundição, chegando a destruir as pontes que ligavam Curitiba, Santa Catarina, Campos Gerais e São Paulo, isolando a cidade, motivo de grande crítica da imprensa da época.

Affonso Camargo, governador de então, explicou os motivos da greve de 1917 em Curitiba, segundo Moraes,

o anno que vem a findar foi prenhe de acontecimentos que muito impressionaram a opinião pública, disse o então Presidente da Província do Paraná, Affonso Alves de Camargo, fazendo referência ao ano de 1917. E realmente foi um ano conturbado não só para o Paraná, mas para o mundo. A Primeira Guerra Mundial acabava de suscitar nos brasileiros um patriotismo que via na figura do estrangeiro um inimigo iminente. A guerrilha do Contestado dando vitória a Santa Catarina (local de forte imigração alemã) se aliou ao forte antigermanismo dos paranaenses, causando mal-estar dentro do estado. Além disso, ainda a Grande Guerra trazia consequências materiais para

---

<sup>141</sup> PADIS, Pedro Calil, op. cit., p. 43-60.

<sup>142</sup> KUNHAVALIK, José Pedro, op. cit., p. 20.

<sup>143</sup> A Guerra do Contestado foi vista pela elite paranaense com desconfiança, acreditava-se que as elites rurais catarinenses haviam insuflado os caboclos à revolta, com objetivo de tirar vantagens territoriais para os catarinenses. Tese infundada pela historiografia do movimento que mostrou ser um evento bastante complexo, com interesses entrelaçados, que incluíam a luta pela terra, a construção da estrada de ferro, a exploração das margens da ferrovia, questão religiosa, o messianismo, coronelismo, jagunços a serviço das madeireiras e fazendeiros. Enquanto a situação era caótica na região do conflito, o jovem Bento observava a guerra na leitura da imprensa curitibana, que ignorava essas situações, atribuindo a causa do conflito e da violência a um bando de fanáticos religiosos, e foi por essa manipulação que a notícia da morte do coronel João Gualberto causou uma enorme comoção, morto em batalha no Irani (REBELO, 2005, p. 21).

os paranaenses: a falta de matéria-prima e de mercados externos trazia principalmente às zonas urbanas forte carestia entre os homens pobres.<sup>144</sup>

Para a autoridade governamental, fatores externos teriam produzido as dificuldades experimentadas pela classe trabalhadora, numa tentativa de isentar seu governo e a estrutura concentradora de riquezas para uma elite econômica em detrimento da maioria da sociedade.

O resultado desse processo foi a alteração do dia a dia da cidade, com intensa mobilização dos operários, algo incomum até aquele momento histórico. Esse fato representou a transformação que a industrialização, a imigração, a organização sindical dos operários, da atuação política dos anarquistas levaram para o Paraná, conforme descreve Moraes: “Dia 19 de julho começaram os primeiros piquetes, e os grevistas andavam pela cidade espalhando panfletos e fazendo discursos para convencerem os trabalhadores a aderir ao movimento.”<sup>145</sup> A adesão à greve chegou também aos trabalhadores do setor de energia, afetando a distribuição de eletricidade a milhares de residências, ficando às escuras. As autoridades de segurança tentaram controlar a situação com o uso da força. Segundo Moraes, “numa tocaia a polícia atira tiros de festim nas massas, que avançam para a polícia e retornam com tiros de pistolas e surras de cacetes. Todo o sistema ferroviário estaria parado, e de que haviam grevistas em outros locais do estado”.<sup>146</sup> Os trabalhadores tinham como estratégia isolar a cidade de qualquer comunicação externa, dinamitando os trilhos da ferrovia que ligava Curitiba ao litoral, arrancaram fios de telefone, afetaram a distribuição de água e chegaram até lançar bombas em bondes elétricos para forçar sua retirada de circulação.<sup>147</sup>

Esse movimento social ganhou as ruas com grandes manifestações públicas de operários, classificadas como badernas, sendo reprimidas pela força policial. O quadro, apesar de controlado pelas autoridades, influenciou as leituras do jovem estudante, mais tarde professor de Sociologia e História da América da UFPR.

---

<sup>144</sup> MORAES, Anne Caroline da Rocha de. Movimentos subversivos e atentatórios à ordem: uma análise da opinião do presidente da província do Paraná a respeito da greve geral de 1917, em Curitiba. *Vernáculo*, Curitiba: UFPR, v. 39, p. 14, 2017.

<sup>145</sup> MORAES, Anne Caroline da Rocha de. Movimentos subversivos e atentatórios à ordem: uma análise da opinião do presidente da província do Paraná a respeito da greve geral de 1917, em Curitiba. *Vernáculo*, Curitiba: UFPR, v. 39, p. 14-15, 2017.

<sup>146</sup> Idem, p. 15.

<sup>147</sup> Idem, p. 15-16.

A organização dos trabalhadores, em especial a greve de 1917, aliada à Revolução Russa, colocou a elite política em alerta, presenciada pelo adolescente Bento Munhoz da Rocha na agitação das ruas, nas críticas dos jornais e nos comentários que presenciou.

### **2.3. O contexto histórico da década de 1920 e a formação acadêmica de Bento Munhoz da Rocha**

O contexto histórico de 1920 foi marcado pela agitação política, econômica e social. Foi o período de formação do ensino médio de Bento Munhoz da Rocha no Ginásio Diocesano e do curso de Engenharia Civil na Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná. Bento foi um “leitor voraz de jornais, revistas, de clássicos gregos e a literatura francesa do século XIX (admirador de Anatole France – 1844-1924)”.<sup>148</sup> Portanto, as notícias, os editoriais e as análises desses movimentos políticos, econômicos e sociais eram parte de suas leituras e reflexões, contribuindo no processo da sua formação do intelectual, que anos mais tarde se consolidava. Alguns desses acontecimentos foram fundamentais na história universal brasileira e paranaense.

Na década de 1920 ocorreram transformações econômicas, políticas e sociais de relevância no país e no mundo. Este tópico irá se referir preponderantemente a essas mudanças que marcaram o período de entre guerras mundiais; crise econômica na Europa; fortalecimento dos Estados Unidos como a grande potência econômica e militar do ocidente; Brasil, a crise do preço do café, principal produto brasileiro entre 1921-1922; a Semana de Arte de 1922; o movimento Tenentista de 1922; o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Foram anos de intensos conflitos políticos, sociais, culturais e econômicos no mundo e no país, com repercussão nas terras paranaenses. Do ponto de vista econômico, a década de 1920 foi de altos e baixos. Nos primeiros anos a baixa do café afetou nossa economia, pois o produto era o carro-chefe de nossas exportações, produzindo graves consequências, como o aumento da inflação, crise fiscal fruto da política de valorização do café, que desvalorizava a moeda brasileira para favorecer os exportadores. Mas como os bens de consumo diretos eram importados em maior escala, os comerciantes aumentavam os preços, conseqüentemente ficavam caros para os consumidores. Após

---

<sup>148</sup> REBELO, Vanderlei, op. cit., p. 18.

esses momentos críticos da economia, que inclusive levaria a uma crise com a eleição de Arthur Bernardes, representante desse modelo econômico, o país conseguiu superar essas dificuldades e presenciou um crescimento econômico expressivo até a grande crise de 1929.<sup>149</sup>

A década de 1920 foi um período de maior organização da classe trabalhadora, conflitos de interesses entre frações da burguesia; alta de preços; reivindicações por mais direitos sociais e expansão do movimento revolucionário tenentista e da Coluna Prestes nesse mesmo ano e ao final do período a Revolução de 1930. Ainda a expansão das ideias socialistas pelo surgimento e fortalecimento da URSS. Esse caldeirão político e social nos anos 1920 ocorreu no período de formação acadêmica de Bento Munhoz.

Para compreendermos o cenário político do Paraná na década de 1920, iniciaremos a apresentar as características políticas herdadas do período da República Velha (1889-1930). O controle político e econômico do estado encontrava-se nas mãos das oligarquias proprietárias rurais, grandes latifundiários ou seus representantes durante os anos 1920. A família Camargo era a representante dessa fase de poder das oligarquias rurais.

Esse período da história do Brasil e do Paraná ficou marcado pelo poder econômico e político das elites agrárias. O país estruturou-se como um exportador de bens primários café e açúcar, pois a indústria brasileira era incipiente. O domínio da atividade agropecuária foi responsável pelo surgimento de uma sociedade influenciada pela importância do campo no processo político, econômico e social para a população residente na cidade e no campo.

Um exemplo da perpetuação da família Camargo foi a expansão dos vínculos no interior do estado, que atingiu não somente o poder Executivo, mas também o Legislativo e o Judiciário. A família ficou arraigada a esses três poderes na história do Paraná. Ocupou cargos estratégicos, como presidente do Tribunal de Justiça, que teve o desembargador Clayton Camargo, filho do desembargador Heliantho Camargo, e presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Os Camargo eram de família mais tradicional na política paranaense presente no poder desde o século XIX. Clayton foi presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para o biênio 2013-2014, renunciando ao cargo em 24 de setembro de 2013 por motivo de saúde, aproveitou solicitar sua aposentadoria, mas como havia denúncias no

---

<sup>149</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Conselho Nacional de Justiça (CNA) de venda de sentenças, foi suspensa até o julgamento. Clayton Camargo, irmão de Cresus de Coutinho Camargo, serventário da Justiça, Titular do 4º Cartório de Protesto de Curitiba. A filha de Clayton Camargo, Vanessa de Souza Camargo, era juíza Titular da 5ª Vara Civil do Tribunal de Justiça. O filho Fabio Camargo foi eleito deputado estadual. A Assembleia Estadual do Paraná elegeu-o para o Tribunal de Contas do Estado, tendo um parentesco remoto com um dos deputados federais mais antigos, Affonso Camargo. Por sua vez, o deputado federal era neto de Affonso, que foi presidente do Paraná na República Velha e vice-presidente Caetano Munhoz da Rocha, pai de Bento Munhoz da Rocha, casado com a filha de Affonso de Camargo.<sup>150</sup>

*Figura 17 - Elite política e econômica paranaense em reunião política (1919)*



Especto de um dos salões do «Club do Commercio», no dia da inauguração, vendo-se ao centro o presidente do Estado, Dr. Affonso Camargo e á sua direita o futuro presidente, Dr. Caetano Munhoz da Rocha

Fonte: Revista Álbum do Paraná, Acervo Museu Paranaense, 1919.

Portanto, a aliança entre Caetano Munhoz da Rocha, representante da burguesia urbana industrial erva-mateira, e a família Camargo representou um rearranjo das classes burguesas no poder, que se associaram para não colocar o projeto de poder em risco, mesmo que o representassem em muitos momentos.

<sup>150</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa. Política, direito, Judiciário e tradição familiar. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Curitiba: Nova Letra, 2015. p. 343.

Compreendemos a aliança política quando se analisa a situação da indústria do mate na década de 1920, em crise, com o fechamento de fábricas e desemprego no setor. A Argentina, grande consumidora de nosso produto, lentamente importava cada vez menos mate beneficiado, aumentando a compra do mate *in natura*. Esse fenômeno econômico levou à queda das exportações e à diminuição do valor do produto. Diante do quadro que se apresentava irreversível, arrastando-se até 1933, quando as exportações cessaram, levando a uma grave crise no setor e preponderância do café na balança econômica.<sup>151</sup>

A aliança permitiu a reorganização das forças políticas que davam sustentação às ações do governo de Bento Munhoz da Rocha, criticadas, porém toleradas, pois era identificado como alguém pertencente à classe social dominante. Não fez nenhum movimento de rompimento claro e definitivo com as oligarquias, mas criou contradições com o investimento na modernização de um modelo de produção no campo que permitia a introdução de novos atores na disputa regional.<sup>152</sup>

É evidente que o intelectual e estudioso de história e sociologia, Bento Munhoz tinha consciência de que o investimento em um novo modelo agrário baseado na agroindústria faria surgir uma nova força política e econômica que poderia rivalizar com a oligarquia tradicional. O intelectual percebia que a economia cafeeira no Norte, com profundas relações econômicas com São Paulo e pouco vínculo com o Paraná, poderia colocar em risco o domínio da oligarquia tradicional. Pois o crescimento da produção cafeeira ocorreu sem a participação da elite tradicional, mas como a diversificação do mercado de capitais de São Paulo, que se dedicava à ampliação das atividades industriais com um processo de substituição de importações, então era preciso de mais áreas para a produção do café, principal produto dessa estratégia paulista.<sup>153</sup>

Era necessário, dessa forma, unificar o estado e criar possibilidades na administração estadual em investimentos com ligações de estradas, ferrovias e a expansão da oferta de energia elétrica que ligasse o norte do estado para diminuir a influência paulista. Portanto, acabar com o isolamento do norte em relação às demais áreas era visto como vital para a integração econômica e identitária da região com o Paraná não apenas do ponto de vista econômico e social, mas principalmente político e cultural.

---

<sup>151</sup> PADIS, Pedro Calil, op. cit., p. 62-63.

<sup>152</sup> KUNHAVALIK, José Pedro, op. cit., p. 143.

<sup>153</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001. p. 49.

Essa forma de atuação constituiu uma camada privilegiada, uma elite política, que podemos definir como cidadãos que arrebatam um lugar proeminente em determinadas esferas da sociedade. Evidenciando a lógica política, permite-nos que se apresentem algumas particularidades ou condições para a identificação da elite, como afirma Machado, Capelino e Capraro:

Em primeiro lugar, o que considerou fundamental para a formação de uma elite política foi sua homogeneidade, ou seja, a posse de elementos em comum que permitiriam maiores e melhores condições de ações políticas eficazes”. Assim, segundo o autor, uma elite homogênea possuiria um projeto comum e em função do mesmo agiria de forma coesa, unida, proporcionando maiores vantagens sobre as elites rivais. Esta homogeneidade, portanto, seria garantida por fatores relacionados à socialização, ao treinamento e a carreira. Em relação à socialização, ou seja, a escolha de determinados indivíduos pertencentes a setores específicos da sociedade, como no caso da magistratura portuguesa que escolhia seus membros entre elementos da nobreza e da pequena burguesia, fatores ideológicos contribuiriam para uma maior coesão do grupo. Estes fatores ideológicos consistiriam em maneiras de pensar comuns entre os membros e que facilitariam a comunicação entre os mesmos, superando conflitos que porventura aflorassem no interior do grupo.<sup>154</sup>

O domínio da elite tradicional ficou ameaçado com o surgimento de novos atores econômicos e sociais e a iniciativa econômica de sucesso da produção do café e das colônias produziu fissuras no tecido social dessa camada privilegiada. Nesse sentido, coube às elites se aliarem aos imigrantes colonos, tendo-os como parceiros do complexo da cooperativa agroindustrial ou, ainda, adotar uma posição de resistência num momento de fragilidade econômica da elite tradicional.

Para Faoro, o poder excessivo dos proprietários estabelecia uma sociedade de estamentos, em que uma camada de indivíduos organizados e definidos por suas relações com o Estado: “Os estamentos governam, as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais (econômicas).”<sup>155</sup> Nesse ponto de vista, os estamentos estruturados se apossaram do Estado, de suas posições e serventias públicas de tal forma que começaram a estabelecer uma administração do uso de benefícios originários do *status* apoderado no estado para obter privilégios a si próprio.

---

<sup>154</sup> CAPRARO, Milene Zerek; MARCELINO Gonçalves; MACHADO, Vanderlei Hermes. O papel da formação do patronato político na construção do Estado brasileiro e do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Curitiba: Nova Letra, 2015. p. 89.

<sup>155</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 1. p. 62.

Figura 18 - Líderes políticos representantes da oligarquia fazendeira: Marins Camargo, Campos de Guarapuava e Ernesto Villela, Campos Gerais (1919)



Fonte: Álbum do Paraná, Acervo Museu Paranaense, 1919.

Em 1929, Bento Munhoz da Rocha iniciou sua carreira profissional como engenheiro, na função de diretor técnico da Siderurgia Gonçalves de Sá ou Companhia Indústria Brasileira, com salário de três contos de réis. Nesse período começou a publicar na imprensa local os primeiros textos, o tema recorrente foi autoritarismo e democracia, “demonstrando que estava atento ao embate entre os regimes liberais e seus antípodas totalitários, aos quais já alinhara a Itália, desde a Marcha de Mussolini sobre Roma”, influência do período com a ascensão de Benito Mussolini em 1922.<sup>156</sup>

A opção pelo curso de Engenharia Civil nos seus escritos não aparece o motivo da escolha, mas o desgaste político enfrentado pelos políticos ligados à República Velha pode ter sido decisivo para a escolha, pois, como observou Gomes, “a Modernização do país que, segundo os diagnósticos dos anos 20 e 30, já estava em curso e devia ser acelerada, exigia a presença de homens com formação distinta. O Brasil precisava não de ‘profissionais na política’, mas de profissionais com formação técnica específica”. Portanto, poderia ter sido uma estratégia de Bento Munhoz para fugir do rótulo de

<sup>156</sup> REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005. p. 36.

“político profissional”, iniciou a carreira de engenheiro, o que reforça o discurso da formação e competência técnica.<sup>157</sup>

Sobre esse movimento que tomou corpo, Gomes afirma: “Pouco a pouco, e não sem enfrentamentos, o ‘bacharelismo’ e a ‘política’ vão sendo compreendidos como sinônimos e identificados como atividades retrogradadas e geradoras de um discurso retórico distante da ‘realidade nacional’ e afastado da moderna ação intervencionista do Estado.”<sup>158</sup> A imagem do técnico como profissional, competente, administrador, transformado em uma espécie de salvador da pátria, para tanto seria necessário, obviamente, um afastamento da política tradicional, exatamente pela capacitação técnica especializada, refutando a tradição humanista da ilustração. Cabe ressaltar que foi nesse período que nossas primeiras universidades foram organizadas, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Distrito Federal (UnB), ao mesmo tempo foram implementados cursos fora dos tradicionais medicina, engenharia e direito.<sup>159</sup>

A possibilidade da opção técnica ser uma estratégia política de uma nova elite, acessando postos-chaves do aparelho do Estado, ajudava na definição de políticas econômicas e sociais e participava na administração e gerência de novas instituições. Esse quadro era pertinente para o processo de transformação que o Estado brasileiro passava, muitas vezes contraditório, pois era reconhecido como articulação progressista na época da manutenção de outras claramente tradicionais. Ao que parece, foi o caminho traçado por Bento ser reconhecido primeiramente como um acadêmico e somente após adentar no universo político partidário.

A relação de ambiguidade fica evidente no casamento com Flora Camargo em abril de 1929, filha de Affonso Alves de Camargo, presidente do estado do Paraná entre 1916 e 1920, tendo como vice-presidente seu pai Caetano Munhoz da Rocha. Os Camargo eram representantes da velha oligarquia dos grandes proprietários de terras do Paraná tradicional, da região de Guarapuava, tendo sua genealogia entrelaçada ao poder desde as primeiras sesmarias distribuídas por D. João VI em 1809.<sup>160</sup> Evidentemente, a contradição não estava no casamento com a sra. Flora, mas nas relações pessoais e políticas advindas dessa união, com uma das famílias mais tradicionais da política paranaense durante a

---

<sup>157</sup> GOMES, Angela de Castro. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 4.

<sup>158</sup> Idem, p. 4.

<sup>159</sup> Idem, p. 5.

<sup>160</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004.

República Velha. Essas contradições serão analisadas, pois foram percebidas em sua época e serviram de tema no debate político com seus adversários. A aliança entre o representante da burguesia industrial do mate, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, e o representante da oligarquia latifundiária, Affonso Camargo, evidenciava a crise econômica que havia se abatido sobre a indústria do mate e o setor da tradicional agropecuária paranaense, que ameaçava o poder do domínio da classe dominante. As mudanças econômicas com o avanço da cafeicultura e suas relações com o capital paulista evidenciavam a chegada de um novo grupo político e econômico no cenário regional.

Essa relação de ambiguidade estabelecida pelo intelectual em relação à sua classe social e à sociedade foi analisada em Bourdieu (2013, p. 192): “Situação de dependência material e impotentes politicamente diante das frações dominantes da burguesia de onde a maioria de seus membros se origina e da qual participam se não por suas relações familiares e círculos de amigos, pelo menos por seu estilo de vida.” Portanto, para Bourdieu, a preservação do modo de vida aproximava a elite tradicional dominante da burguesia, mesmo diante das contradições no interior da classe, pois estaria “mais próximo do estilo da burguesia do que do estilo das classes médias vê-se forçada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante como com as classes dominadas, e a compor uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e de sua função social”.<sup>161</sup>

A relação com as frações da burguesia, detentora do poder regional, certamente influenciou sua formação política e moral. A opção pela base intelectual, que permitia um certo caminho, ainda que atrelado aos interesses da classe a que pertencia, o conduziu a buscar novos conhecimentos e relações, ficando evidente a sua participação nas reuniões com intelectuais católicos. Foi buscar respostas morais diante do avanço das ideias comunistas, debatidas e estudadas nos cursos. Dessas reuniões resolveram fundar o Círculo Bandeirantes,<sup>162</sup> a convite do padre Luiz G. Miele, que reuniu vários intelectuais com a ressalva de confessarem a religião católica. Bento foi um dos sócios-fundadores

---

<sup>161</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 192.

<sup>162</sup> “Aconteceu em 1929, quando um grupo de intelectuais paranaenses, a maioria de Curitiba, com grandes e louváveis ambições, lançou a semente dessa instituição cultural. Entre esses intelectuais, estavam: Antonio Rodrigues de Paula, Benedito Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto, um jovem intelectual, grande nome do Paraná; Carlos Augusto de Brito Pereira; José Farani Mansur Guérios; Padre Luis Gonzaga Miele; José Loureiro Fernandes; José de Sá Nunes; Ligarú Espírito Santo; Pedro Ribeiro Macedo da Costa e Waldomiro Augusto Teixeira de Freitas.” (PUC-PR, 2017. *Círculo bandeirantes*. Disponível em: <http://www.pucpr.br/circuloestudos/index.php>. Acesso em: 1º jun. 2017).

convidados. O Círculo Bandeirantes foi referência na formação de uma geração de intelectuais tomistas, como afirmou o próprio Bento Munhoz:

Enamorado da unidade e da ordem, disseminou, em curso regular, preceitos definitivos do Tomismo. Pregou na hora delirante dos imediatismos e dos êxitos, o primado eterno do espírito.<sup>163</sup>Foi este um grande benefício que devo ao velho Santo Tomaz de Aquino, pela disciplina espiritual e pela liberdade mental que me conferiu no julgamento do pensamento contemporâneo, como do pensamento de todas as épocas. É evidente que a filosofia não é apenas uma doutrina de formação de ideias, mas é, acima de tudo, uma concepção de vida e do mundo.<sup>164</sup>

Em 1930 Bento Munhoz da Rocha participou de vários cursos de filosofia no Círculo Bandeirantes, ministrados pelos padres Luis Gonzaga Miele e Jesus Ballarin. Essa formação teve forte influência na sua formação em ciências humanas, sua opção pela carreira acadêmica, além de formar um orador, pois numa das atividades do curso os alunos deviam discursar sobre temas diversos. Para padre Luis Miele, a criação do círculo de estudos teve como objetivo combater a proliferação das ideias modernistas destruidoras dos valores cristãos, afirmando: “A necessidade imperativa do pensamento orientador das almas que se devem enrijar na escola do caráter inflexível, do dever e das responsabilidades sociais, face à anarquia reinante no mundo das inteligências.”<sup>165</sup> Para os representantes da Igreja era necessário preparar intelectuais cristãos diante do avanço das ideias comunistas e do liberalismo laico: “Frente à moda intelectual modernista, que se caracteriza por uma atitude iconoclasta e devastadora dos valores tradicionais, o Círculo almejava ‘armar os seus sócios para a conquista pacífica da verdade’.”<sup>166</sup>

Essa preocupação da Igreja Católica em estruturar uma instituição para intelectuais católicos que trabalhavam principalmente em universidades e outras instituições importantes do estado devem ser compreendidas na perspectiva do contexto político e ideológico daquele momento histórico. Nesse período as ideias marxistas começavam a ser disseminadas pela formação da URSS, chegando em países como o Brasil. Portanto, podemos afirmar que foi uma reação de investir para conquistar intelectuais que defendessem os conceitos doutrinários da Igreja, que percebia a força das

---

<sup>163</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Círculo de estudos bandeirantes*. Curitiba: Círculo Estudos Bandeirantes, 1939. t. II, n. 1, p. 3-5.

<sup>164</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Oração proferida pelo Sr. governador do estado no almoço oferecido aos participantes do II Congresso Brasileiro de Filosofia*. Curitiba: Museu Paranaense, 1953. t. AC 156969, p. 2.

<sup>165</sup> PUCPR. *Círculo Bandeirantes*. Disponível em: <http://www.pucpr.br/circuloestudos/index.php>, Acesso em: 1º jun. 2017.

<sup>166</sup> Idem.

ideias marxistas contrárias às suas na Europa, e como essa havia influenciado os movimentos operários europeus e que começava a surgir com força no país.

Essas influências na formação do intelectual Bento foram esclarecidas por ele mesmo em entrevista da revista *Divulgação Paranaense* em 1963:

Não posso esquecer que foi um tomista quem firmou em mim a convicção da necessidade de uma referência doutrinária com que se pudesse disciplinar a Inteligência diante da multiplicidade de solicitações do pensamento moderno. Foi o grande professor João Perneta, positivista e profundo conhecedor da obra de Comte, possuidor, portanto, de uma definição diante da indefinição, que, através de seu curso de Filosofia Primeira, consolidou em meu espírito a necessidade de continuação dos estudos filosóficos que eu já havia iniciado, como um desdobramento racional de minhas raízes religiosas. O Tomismo me concedeu a definição intelectual que haveria de permitir navegar com relativa tranquilidade no mar grosso do pensamento contemporâneo.<sup>167</sup>

Gramsci analisou o papel dos intelectuais orgânicos pertencentes às classes dominantes, pois se reconheciam como se fossem proprietários rurais, empresários, comerciantes e industriais, dando direção política aos interesses da classe,<sup>168</sup> o caso do ex-governador deve ser compreendido como intelectual pertencente ao extrato social econômico e político dominante, utilizando-se dos conhecimentos para perpetuar a visão burguesa de mundo urbano industrial, considerada mais progressista na época.

Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes?<sup>169</sup>

O que não significava que no interior da classe não existissem contradições durante o governo entre o discurso e os artigos que defendiam a pequena propriedade e a reforma agrária, mas quando as colocava em prática reprimia com força policial os caboclos de origem “nordestina, mineira e paulista que viviam como posseiros, atraídos em busca de lotes, pois deve-se obedecer apenas uma regra: derrubar a floresta, plantar, produzir e viver durante seis anos, o posseiro pode requerer o título definitivo da

<sup>167</sup> Entrevista de Bento Munhoz da Rocha. *Divulgação Paranaense*, Curitiba: Arnaud Velozo, set. 1963.

<sup>168</sup> DURIGUETTO, Maria Lucia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Revista do Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

<sup>169</sup> Idem, p. 270.

propriedade”.<sup>170</sup> Em contrapartida, defendia os colonos descendentes de italianos e alemães, que também se encontravam nas mesmas condições, recebendo um tratamento diferenciado do governo estadual. Essa sutileza será relevante para o trabalho em compreender o processo de escolha do modelo de agricultor para implementar o novo modelo agrário, o imigrante, em detrimento dos nacionais.

Bento Munhoz, quando analisa o processo colonial, justifica os motivos do sucesso de Witmarsum (Palmeira) e a escolha dos agricultores de origem alemã. Está exatamente no comportamento dos colonos e na dedicação exclusiva ao labor, dando a entender implicitamente que essas virtudes quase inexistiam nos caboclos nacionais. Ele afirma: “Sem conflitos, sem espoliações e que pode abrir os olhos de nossos dirigentes de os matizes ideológicos... a nova experiência foi possível devido a existência de um comportamento exigido para o desenvolvimento.”<sup>171</sup> No mesmo documento, Bento Munhoz refere que a falta de experiência e dedicação ao trabalho faz a diferença no processo de desenvolvimento desigual das regiões do país. A firma que “talvez resida aí o maior conflito brasileiro de hoje, entre suas regiões diferenciadas quanto ao seu desenvolvimento e quanto ao comportamento exigido para o desenvolvimento”.<sup>172</sup>

Essas questões ideológicas são importantes para analisar as ações do governo de Bento Munhoz da Rocha na implementação de um novo modelo agrário para o estado. A visão de mundo e a compreensão diversa desses temas serão abordadas na sequência.

#### **2.4. A concepção de democracia e comunismo**

As ideias de Bento Munhoz da Rocha sobre democracia e comunismo foram amplamente defendidas em textos e discursos. Foi um anticomunista a partir da defesa do cristianismo e da liberdade como elementos centrais da democracia burguesa, crítico das formas totalitárias de direita ou de esquerda. Afirmava que a “democracia é uma ideia, é um sistema, é mais do que uma estrutura política, não se podendo desligar de uma concepção da vida, e de uma concepção espiritual e finalista. Mas, democracia como ideia

---

<sup>170</sup> OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 51.

<sup>171</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Novas experiências nos Campos Gerais*. Prefácio. In: BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. V.

<sup>172</sup> Idem.

e como filosofia, é uma coisa, democracia como realização é como vida, é outra coisa”.<sup>173</sup> A explicação sobre a teoria da democracia e a prática do seu exercício político, no caso brasileiro, cheio de contradições e imperfeições, seria justificada pela nossa cultura ainda jovem em comparação às democracias liberais europeias. “Daí, nas imperfeições de vida social, os desencantos da realização democrática. A democracia brasileira está condicionada às nossas heranças culturais, tendo de ser diferente da democracia inglesa, o grande modelo, como o brasileiro é diferente do inglês.”<sup>174</sup> Complementa sua leitura no exercício comparativo das democracias, afirmando que “não existe padrão de democracia, como não existe padrão de cultura, para o qual todas as culturas tendessem na sua evolução como para um fim, para um destino que, fatalmente, deveria ser atingido”.<sup>175</sup> Fica implícito, na análise sobre democracia, que o aspecto cultural e a falta de acesso à educação do brasileiro seriam as causas de atraso da nossa democracia.

Segundo Munhoz, o comunismo era um fato histórico do momento vivenciado pela humanidade e as sociedades democráticas não podiam ignorá-lo ou tratá-lo com medidas policiais. Considerava ainda que o debate livre era o caminho para demonstrar as fraquezas do sistema comunista considerado totalitário e que não se poderia combatê-lo com o simplismo totalitário. Conforme ele, “simplista é enxergar em todos os comunistas uns sanguinários ou rompe-ferros, como atribuir a todos os integralistas ou ex-integralistas cumplicidade com o fascismo internacional.”<sup>176</sup>

A análise considerava que as críticas dos marxistas ao sistema burguês tinham pertinência, como afirma:

Vejo no comunismo como ação, um partido revolucionário, um partido adaptado à vida dos países democráticos e um programa de reestruturação econômica. Considerando como um ideal de reestruturação econômica, ninguém se defende dele, agarrando-se às injustiças, aos exclusivismos e às tolices do capitalismo clássico, com as suas durezas inumanas e a sua concepção econômica toda encerrada em compartimentos estanques no seu mundo à parte, absolutamente impermeável a quaisquer restrições de ordem morale a toda exigência de solidariedade humana.

Entretanto, a divergência central da crítica de Bento Munhoz ao comunismo é sua ideologia ateísta defendida em Marx e pelos marxistas. Como católico e tomista era

---

<sup>173</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Oração proferida pelo sr. governador do estado no almoço oferecido aos participantes do II Congresso Brasileiro de Filosofia*. Curitiba: Museu Paranaense, 1953. t. AC 156969, p. 3.

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987. p. 226.

inconcebível compreender o mundo sem a ideologia e a fé cristã, as quais contribuem no processo civilizatório como valores morais essenciais para a formação da sociedade.

Afirma ainda:

Se o comunismo fosse apenas o apregoado ideal de dar normas às atividades econômicas, mantendo inalteradas as raízes cristãs da nossa civilização, que nem todas as deformações burguesas conseguiram eliminar, não haveria grandes lutas a travar. Os campos adversários acabariam confraternizados, facilitando-se o naufrágio de um sistema econômico que, como sistema de vida que deve ser defendido.<sup>177</sup>

Na concepção cristã da vida compreende o homem como um ser material e espiritual simultaneamente, sendo que o ponto central da divergência, segundo Bento Munhoz, estava no abandono dos valores morais e eternos pelo marxismo. Essa concepção cristã leva a evitar a proletarização dos trabalhadores, pois devem ter seus direitos fundamentais, a sobrevivência, segundo a moral cristã, pois o conflito entre capital e trabalho não é uma questão econômica, mas, sim, um desrespeito do sistema capitalista à moral cristã, na busca desenfreada por lucros através da exploração do homem. Devem estar submissos aos valores morais do cristianismo, os quais impunham limites às atividades do capital, evitam a exploração do homem pelo capital.<sup>178</sup>

Como país democrático, o Brasil, segundo Munhoz da Rocha, devia aceitar a organização do Partido Comunista sem causar nenhum temor, pois o programa do PCB diz muito sobre a democracia e as reivindicações sociais, o que não ocorre com os partidos que não sofrem perseguição.<sup>179</sup> O combate ao comunismo deve ocorrer com o país oferecendo melhores condições de vida e de trabalho ao povo, pois o comunismo se alimenta exatamente da exploração típica do capitalismo.

A respeito do clima de perseguição política aos defensores do comunismo, Bento Munhoz defendia em pronunciamentos os deputados do PCB da cassação. Em 1947, em defesa da liberdade de pensamento e do debate, alerta sobre o contexto social: “No pavor anticomunista que está contaminando a consciência nacional, eu vejo a insegurança com que nós democratas, dentro da nossa inércia e do nosso comodismo, nos defrontamos com a massa, com a maioria, agora progressivamente consciente da arma que possui no voto secreto.”<sup>180</sup>

---

<sup>177</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da, op. cit., 1987, p. 227.

<sup>178</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004.

<sup>179</sup> Idem, p. 227.

<sup>180</sup> ROCHA NETTO, op. cit., 1987, p. 227.

No discurso lembra que os deputados comunistas apenas lutam por melhores condições de vida da população e que a maioria dos representantes do povo tinha esquecido do “povo”. Portanto, os comunistas apenas se aproximam dos interesses da população: “É oportuno confessar neste instante que nós temos afastado da massa que aqui, como em toda a parte, é constituída de trabalhadores. E é oportuno também reconhecer que, enquanto os comunistas lutam, nós assistimos; ou melhor, enquanto eles lutam, nos usufruímos.”<sup>181</sup> E finaliza o discurso lembrando: “Nos afastamos dos problemas da massa e vivemos a nos combater reciprocamente em lutas políticas. Enquanto os comunistas agem nas massas, no fundo desservindo-se e utilizando-se destas como simples instrumento, nós afastamos abandonando-as”.<sup>182</sup>

## 2.5. O papel do intelectual católico

Filho de ex-governador, engenheiro pela UFPR, pertencia ao grupo social e político restrito, que o denominamos de “elite”. Como historiador e sociólogo, Bento reconhece onde se situa social e politicamente, e busca na teoria clássica das elites e das massas, apesar de um defensor da democracia, explicações que justificassem sua posição sobre a elite de governar e administrar o estado e as instituições, afinal, as massas representam a irracionalidade. “A Elite, isto é, à minoria, cumpre à missão de dirigir. Está na essência da direção e governo à nação de minoria. Governo é minoria dirigindo; elite comandando.”<sup>183</sup>

Para Munhoz da Rocha, as massas não conhecem a verdade e não têm conhecimento objetivo dos desejos reais, ao passo que a elite, formada por cidadãos com racionalidade conquistada pelo acesso à educação superior, está preparada para a organização e direção da sociedade. Portanto, deveriam as elites exercer o poder econômico, político e intelectual. Mas não qualquer elite, a católica, ou seja, os intelectuais católicos seriam mais indicados e preparados para lidar com as massas. Para Munhoz da Rocha, “a função dos intelectuais católicos é dirigir, esclarecer, dizer qual o caminho, o objetivo a atingir”.<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> ROCHA, Bento Munhoz Filho. *O Paraná, ensaios*. Curitiba: Farol do Saber, 1995. p. 113.

<sup>184</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004. p. 156.

Para Bento Munhoz, o papel da universidade é a formação dos intelectuais da sociedade. Entretanto, após a Revolução Francesa, as elites dos países liberais têm perdido o sentido de organização política pelo distanciamento de suas origens religiosas de nossa organização política e social, nossa democracia é uma inspiração cristã. Portanto, os intelectuais católicos, sob a influência do positivismo e do tomismo, devem liderar o debate sobre o progresso e a tradição.<sup>185</sup> O racionalismo, que se consolida com o liberalismo econômico e o fortalecimento do Estado laico, está na raiz dos males do século XX, com a destruição dos valores universais que favorecem os avanços de duas guerras mundiais pela disputa econômica dos países.

Na tradição defendida por Bento Munhoz, o catolicismo está na raiz da sociedade brasileira e, portanto, garantidor da ordem e da tranquilidade. Por isso, a democracia deve se adaptar ao espírito brasileiro. Defende que o sentido de país deve ser transmitido às novas gerações, ser um Brasil de tradição, de bondade, de cordialidade, de civilidade que vêm desde o período colonial, numa clara leitura e influência no pensamento de Gilberto Freire.<sup>186</sup> Nosso país, segundo Bento Munhoz da Rocha, está marcado pela noção de cordialidade, de bondade e tradições humanas, que são heranças coloniais, e não pelas lutas de independências, como as que ocorreram na América espanhola, para definir nossas características políticas de composição política e não do enfrentamento revolucionário. “O Brasil em que as relações sociais teriam sido marcadas pela cordialidade, em que a escravidão teria sido branda; um país que deveria primar pela continuidade e não pela ruptura.”<sup>187</sup>

Democrata, mas um crítico do liberalismo, pelo mesmo motivo da crítica ao marxismo, ou seja, o abandono da democracia liberal, dos valores morais e religiosos, pois o liberalismo foi responsável pelo surgimento de uma sociedade com valores burgueses, de concepção imediatista e agnóstica, desvalorizando os valores espirituais e a valorização materialista expressa em suas ideias sobre o caráter individualista da democracia. “A democracia é individualista é o seu fundamento. A maioria que em última análise, dita os fins políticos, é constituída por uma reunião de indivíduos. A democracia agrega indivíduos e não grupos, como notou o autor de *pela reforma Social*.”<sup>188</sup> Para Bento Munhoz, os grupos sociais formados pela natureza humana são os que estão na

---

<sup>185</sup> Idem, p. 157.

<sup>186</sup> Idem, p. 157.

<sup>187</sup> Idem, p. 157.

<sup>188</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Divagações sobre a democracia*. Curitiba: Círculo Bandeirantes, 1936. t. II, n. 1, p. 43-60.

base da democracia individualista, que apesar de representarem aparentemente o coletivo, na verdade defendem interesses individualistas de um pequeno grupo social em detrimento dos interesses gerais da sociedade, que inclusive podem atritar com os anseios da sociedade de modo geral.<sup>189</sup>

Para Bento Munhoz, adepto das ideias tomistas sobre a ordem social e política, principalmente em relação ao conceito de que o governo deve ter um só chefe, desde que escolhido entre todos de modo a combinar a monarquia com a aristocracia e a democracia, o fundamental era que qualquer forma de governo, o bem comum seja buscado e respeitado. Para Tomaz de Aquino, o Estado representa a organização do direito natural mais perfeito e engloba todas as demais. O ser humano, por ser um animal naturalmente social, não conseguiria prover suas necessidades isoladamente, sendo necessário aperfeiçoar sua sobrevivência na vida em comunidade, daí o ser político como definiu Aristóteles.<sup>190</sup> Dentro da análise tomista, “é através da organização do Estado que tornaria possível a paz social, condição necessária para a vida feliz e virtuosa e sem a qual não se pode realizar a finalidade eterna do homem leis sociais e o direito seriam decorrência natural e de razão natural”.<sup>191</sup> Portanto, o bem comum é o princípio basilar do sistema democrático, sendo o fim que a sociedade civil deveria buscar, dando sentido de legitimidade à democracia, condicionado à vontade popular, que seria o fim superior. Esses desejos deveriam ser administrados pela elite política, porque as massas representam a instabilidade no processo político.<sup>192</sup>

## 2.6. A questão agrária

A questão agrária e seus conceitos sobre a reforma agrária e a questão da propriedade é explicitada nos discursos de Bento Munhoz quando deputado constituinte de 1946-1950, mas foi contraditório na implementação de suas ações quando governador, e em outros momentos de sua trajetória.

---

<sup>189</sup> idem, ibidem.

<sup>190</sup> COSTA, José Silveira da. *Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé*. São Paulo: Modema, 1993. p. 72-73.

<sup>191</sup> Idem, p. 73.

<sup>192</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Divagações sobre a democracia*. Curitiba: Círculo Bandeirantes, 1936. t. II, n. 1, p. 60.

As opiniões de Bento adquirem plena inteligibilidade quando imersas no contexto das diferentes maneiras como foi conduzido o problema da reforma agrária, durante a assim-chamada Democracia Populista, entre 1945 e 1964. Foi justamente naquela época que os principais sentidos do termo foram disseminados - desigualmente, vale dizer, pela sociedade brasileira. Um campo semântico que se inflacionou bastante, desde a segunda metade dos anos 40, quando passou a frequentar a imprensa e as falas de políticos e intelectuais. Sempre vago, atravessado por vastas ambiguidades, ele permitiu-se, logo cedo, aos mais diversos usos e abusos, de modo que, considerando as definições correntes, é tentador ver nos mais diversos programas de mudanças do agro nacional discursos que podem ser interpretados como projetos de reforma agrária.<sup>193</sup>

A reforma agrária foi um tema recorrente e discutido quando deputado constituinte. Para Munhoz Rocha, não fazia sentido a discussão do tema no Paraná, afinal, a redistribuição das terras como estratégia para eliminar os latifúndios já havia ocorrido: “Essa divisão das terras a mais de 100 anos, com colonização estrangeira... duplicou-se a população em 10 anos, e em, 10 anos o número de proprietários rurais multiplicou-se por um número extraordinário.”<sup>194</sup>

Não fazia sentido aquela discussão, Munhoz da Rocha não compreendia a mera distribuição de terras como solução para a questão agrária, afirmava que o tema era complexo. Sobre a complexidade da reforma agrária, Munhoz da Rocha afirma:

Quando no Brasil se fala em lei agrária, em reforma agrária, vem o argumento: Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas têm milhões de hectares de terras devolutas. Aí está o desconhecimento da parte demográfica da geografia. Quando há densidade rala de população, não há problema para a lei agrária. Será possível levar, por exemplo, os favelados do Rio de Janeiro para fazer lavoura no Norte de Goiás, ou no Norte do Mato Grosso? Os favelados não saberiam como começar a própria vida. É preciso que haja densidade demográfica para surgir a necessidade da lei agrária. E a densidade demográfica grande traz outro problema: o da natureza da produção – intensiva, ou extensiva. Quando a produção é extensiva, os problemas agrários podem abrandar-se; mas quando há cultura intensiva, geralmente se agravam. Mas o homem, sim, pode transformar a cultura extensiva em cultura intensiva. Ai, então, faz, na verdade, geografia humana.<sup>195</sup>

A análise do deputado Bento Munhoz da Rocha justifica a complexidade da implementação da reforma agrária na perspectiva das propostas de assentamento de populações para ocuparem terras no norte do Mato Grosso, Goiás, pois não bastava assentar, era necessário oferecer condições favoráveis para o sucesso do empreendimento

---

<sup>193</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. A “mística do pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Netto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 2, n. 1, p. 149, 1997.

<sup>194</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987. p. 280.

<sup>195</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da, op. cit., 1987, p. 270.

agrário, com acesso a vias de escoamento da produção, financiamento, apoio técnico-científico, acesso à educação. A baixa densidade demográfica nessas regiões inibia investimentos, a chegada da infraestrutura, pois não havia produção suficiente que justificasse o investimento privado e público, além da falta de preparo técnico e educacional das famílias que pretendiam se assentar, era a crítica de Bento Munhoz da Rocha no debate do Congresso Nacional sobre a reforma agrária que se concentrava simplesmente na redistribuição da propriedade da terra.

O papel da educação e das pesquisas era considerado essencial para o aumento do processo produtivo do campo, no entanto, foi relegado no país. Afirmava que a falta de universidades espalhadas pelo país tinha como resultado a visão medíocre sobre as questões agrárias, como o desconhecimento da necessidade de análise de solos para cada tipo de planta ou de novas técnicas para o manejo no campo, fossem na agricultura, fossem na criação de gado.<sup>196</sup>

Portanto, a distribuição de terra deveria ocorrer com uma série de premissas, como investimento em educação: “É fundamental a educação, como se entende em sociologia, isto é, a transmissão de cultura”,<sup>197</sup> além da pesquisa, do acesso ao transporte e ao mercado para o escoamento da produção. Somente dessa forma haveria possibilidade de sucesso ao agricultor, e não distribuir a terra e abandoná-lo à própria sorte. “Foi o que procurei obter nos campos gerais do Paraná, mandando buscar técnicos do Rio Grande do Sul para estudar as gramináceas aplicáveis à região, a fim de transformar a pecuária de extensiva em intensiva.”<sup>198</sup>

Outra questão agrária importante abordada por Munhoz da Rocha era o direito de acesso à propriedade pelo posseiro. Segundo ele, devia discutir o direito à propriedade dos posseiros, responsáveis pela abertura de novas áreas de plantação, criação de porcos e uma nova expansão econômica de café, gado, madeira ou além dos constantes grilos de terras. Seu discurso tinha o Paraná como exemplo, onde áreas no norte, oeste e sudoeste tinham frentes de exploração abertas por posseiros, mas como não tinham o documento de propriedade, eram expulsos de forma violenta pelos agentes do Estado ou por omissão dos mesmos durante o governo de Moyses Lupion, gerando violência e conflitos pelas terras, com mortes de muitos desses agricultores. Pregava a necessidade

---

<sup>196</sup> Idem, p. 268.

<sup>197</sup> Idem, p. 272.

<sup>198</sup> ROCHA NETTO, op. cit., p. 270.

de o governo possuir instrumentos que permitissem a transferência da propriedade da terra aos pequenos lavradores.

A desapropriação de terras para fins de reconhecimento da titularidade de propriedade aos posseiros foi um dos instrumentos utilizados como política agrária de acesso à terra. Foi um desses instrumentos, como podemos observar na Figura 19, que considerava o documento garantia ao pequeno produtor, pois Munhoz da Rocha declarava seu apoio ao minifúndio como base para o modelo agrícola ao qual desejava implantar no estado do Paraná.

Figura 19 - Decreto de desapropriação de terras (1951)



Fonte: *Diário dos Campos*, 18/3/1951 – Acervo Círculo Bandeirantes.

O decreto de desapropriação de terras publicado nas páginas do jornal *Diário dos Campos* em 18/3/1951, conforme a Figura 19, representa um momento histórico, um marco na luta pela terra, pois, pela primeira vez, foi publicado um decreto de desapropriação especificando os posseiros: “As terras a serem desapropriadas destinam-se aos sitiantes.” Eles eram os verdadeiros mercedores da titulação da terra pelo reconhecimento do efetivo uso dessa. No entanto, apesar do avanço, não se converteu em efetividade essa ação do governo do Paraná, mesmo assim provocou reações de grupos

contrários que expressavam suas convicções pela imprensa da capital, principalmente no jornal *Gazeta do Povo*, que classificava as ações do governo no campo agrário como símbolo da demagogia, do marxismo e do academicismo. As opiniões expressas no *Diário do Estado* indicavam o poder dos grandes proprietários de terras do Paraná tradicional que ainda tinham representantes na imprensa paranaense e muitos deputados na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados. A reação da elite demonstrou que o poder político, especialmente econômico, do Paraná tradicional enfraquecia em razão do crescimento urbano e industrial de Curitiba no oeste e norte do estado.

A questão da desapropriação de terras, sendo beneficiários os posseiros, pequenos agricultores, em detrimento dos latifundiários, no caso específico de uma das fazendas desapropriadas era de propriedade de chefes políticos locais, que tinham recebido terras irregularmente do ex-governador Moyses Lupion como estratégia de apoio político. No entanto, essas mesmas áreas já estavam ocupadas por pequenos agricultores há muitos anos, que passaram para a condição de posseiros, ficando acoados e expulsos de forma violenta, levantando um conflito armado conhecido por “conflito de terras de Porecatu”, objeto de análise do primeiro capítulo.

Figura 20 – Recorte de jornal: Crítica à política de desapropriação



Fonte: Gazeta do Povo, 16/03/1951 – Acervo Círculo Bandeirantes.

Apesar dos textos e discursos a favor da reforma agrária, as medidas que no primeiro momento se apresentaram favoráveis aos pequenos agricultores e posseiros que ocupavam as terras da região de Porecatu não tinham coerência, e sim muitas

contradições. Bento Munhoz da Rocha Neto foi duramente criticado pela iniciativa de desapropriação das terras, sendo intitulado de comunista (Fig. 20).

As primeiras medidas adotadas pelo governo de Bento Munhoz da Rocha foram no sentido de reorganizar o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, que tinha como responsabilidade a demarcação de terras devido às inúmeras irregularidades, organizando uma comissão para estruturar propostas de resolver a questão das ocupações de terras. Conforme o descrito na mensagem apresentada na Assembleia Legislativa do Estado em 1951, dizia:

O aspecto lamentável dos serviços afetos ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização, pode ser definido sem receio de exagero, e assim os encontramos, como de verdadeira liquidação do patrimônio territorial do Estado, em prazo curto, tendo se convertido aquele setor administrativo em balcão de vendas de terras, com exclusivo interesse e benefício imediato de inúmeros intermediários ligados estritamente ao Governo e do qual não compartilharam os verdadeiros interessados, os ocupantes das terras, num completo desvirtuamento do verdadeiro objetivo da colonização racional. A completa desorganização administrativa que se encontrou naquele Departamento obrigou a cessação imediata dos serviços, - tendo sido tomadas desde logo várias medidas saneadoras que se impunham, permanecendo, ainda, o Departamento de Terras de portas fechadas, tal a necessidade de reorganização dos serviços internos e externos, encontrados em verdadeiro tumulto.<sup>199</sup>

A política de venda ilegal de terras e os conflitos sociais advindos desse processo, sem dúvida influenciaram os rumos da estruturação política agrária do governo de Bento Munhoz da Rocha, tomando uma série de medidas que impactaram em curto, médio e longo prazo na questão agrária no Paraná, objetos do próximo capítulo.

Para ilustrar o caso da venda ilegal de áreas e suas consequências, utilizamos os jornais que denunciavam os absurdos cometidos e as negociatas promovidas por políticos ligados à administração de Moyses Lupion.

O primeiro grave conflito de terras na região de Porecatu e o encaminhamento de solução diferente do segundo grave conflito de terras enfrentado pelo governo de Bento Munhoz no oeste e sudoeste do estado foi conhecido como “levante dos posseiros de 1957”. Mesmo tendo reconhecido o direito aos posseiros das terras pelo decreto nº 491 de março de 1951, foram enviadas forças de segurança para reprimi-los em benefício dos fazendeiros. O governo, então, propôs que os grandes proprietários pagassem

---

<sup>199</sup> PARANÁ, Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, 1951. p. 61.

indenizações aos posseiros pelos benefícios que tinham realizado nas propriedades, com a promessa de reassentamento dos posseiros em Campo Mourão.<sup>200</sup>

Os fazendeiros recusaram a proposta das indenizações e os posseiros não aceitaram sair das terras, afinal, estavam lá há anos, onde já tinham limpado os terrenos, preparado e cultivado as terras, possuíam suas residências, suas relações de amizade e parentesco. Decidiram lutar pelos seus direitos. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) infiltrou-se entre os posseiros e passou a liderar o movimento. Os posseiros entregaram um abaixo-assinado ao governo com as seguintes reivindicações:

1º Entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega imediata dos títulos. Assim como a distribuição gratuita das terras griladas – as chamadas fazendas – as devolutas, aos camponeses pobres; 2º Indenização pelo justo valor aos posseantes de todos os prejuízos causados pela polícia, pelos jagunços a mando dos fazendeiros e do governo; 3º Anulação de qualquer processo ou perseguição contra posseantes que defendem de todas as maneiras as posses, suas famílias e suas vidas; 4º Remoção da polícia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas; 5º Punição dos assassinos e dos mandantes dos massacres dos posseantes, entre os quais srs. Lupion e Lunardelli; 6º Eleição de uma comissão de posseantes para a nova divisão de terras; 7º Reconhecimento do direito dos trabalhadores do campo de se organizarem em ligas, associações, Uniões, ou qualquer tipo de organização com o objetivo de defenderem os seus direitos e reivindicações.<sup>201</sup>

A resposta do governo a essas reivindicações, aparentemente consonantes às ideias defendidas pelo intelectual governador, optou por ficar no discurso e reprimiu o movimento com a contratação do delegado Eduardo Lousada Rocha, de São Paulo. Essas ações ele as registrou em relatório do dia 26 de agosto de 1951: “Os soldados a tratar os intrusos da maneira mais rigorosa possível, depredando suas casas, apropriando-se dos utensílios nelas existentes, estuprando e matando e, que é pior, não distinguindo, dentre eles, os comunistas e não comunistas.”<sup>202</sup> A violência e a repressão contra os posseiros foram as respostas diante da política de ocupação das terras pelos caboclos nacionais.

No caso das ocupações do oeste e sudoeste do Paraná por descendentes de italianos, vindos principalmente das colônias do norte e nordeste do Rio Grande do Sul, tiveram um tratamento diverso do de Porecatu. O governo colocou-se favorável aos colonos, contra as companhias colonizadoras, que haviam praticado uma série de grilos e utilizavam-se da violência para expulsar os colonos das terras.

---

<sup>200</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Netto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004. p. 198.

<sup>201</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, p. 11, 19 jul. 1985.

<sup>202</sup> KUNHAVALIK, José Pedro, op. cit., 2004, p. 200.

A política fundiária do governo do Paraná em relação ao norte, oeste e sudoeste iniciou na gestão de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928), pai de Bento Munhoz da Rocha. Ele tratou de privatizar o processo, transferindo as obrigações do Estado para as companhias colonizadoras.

A Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) foi responsável pelas glebas das Missões e Chopim, assentando colonos migrados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse processo sofreu um revés quando se instalou na região a Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial (Citla), que se apossou de uma gigantesca quantidade de terras por grilagem, e os colonos passaram a ser considerados posseiros. Nesse processo, o governo de Bento Munhoz da Rocha procurou inibir as atividades ilegais da empresa ligada ao ex-governador Moyses Lupion, ficando do lado dos posseiros.<sup>203</sup>

Essa contradição na questão agrária com a implementação da política fundiária do governo de Bento para os posseiros da região de Porecatu, reprimidos pelas forças policiais do Estado, mesmo sendo vítimas do processo de grilagem, idêntico ao realizado pela Citla no sudoeste do Paraná, onde o governo se colocou do lado dos colonos, configurou-se numa medida com dois pesos e duas medidas.

Uma das respostas plausíveis para essa situação descrita estava na conformação da situação política e econômica do grupo de Bento Munhoz em que as grandes fazendas de café eram de paulistas e ameaçavam política e economicamente o domínio do Paraná tradicional. Então, a medida de apoiar esses fazendeiros em detrimento dos posseiros, ainda que tivesse instituído a desapropriação em favor deles, era, na verdade, uma estratégia política de conquistar esse grupo e torná-lo aliado, pois seria inevitavelmente, em algum momento, adversário político e econômico dos grupos tradicionais. Por isso, apoiar os posseiros do sudoeste, que em quantidade eram muito mais expressivos e de poder econômico melhor, também se tratava de uma estratégia política, que se constituía em mostrar-lhes que o verdadeiro adversário era o governador Lupion, amigo das companhias colonizadoras, e Bento, amigo do progresso e do desenvolvimento econômico e social.

Essa relação com os posseiros de Porecatu e do sudoeste do Paraná pode se buscar a compreensão na relação entre o tipo estrangeiro europeu e o tipo paranaense, obtendo o resultado do processo de assimilação cultural. Assim descreve Szwako:

---

<sup>203</sup> KUNHAVALIK, José Pedro, op. cit., 2004, p. 196.

O Paraná tal como imaginado por Bento Munhoz. Entre paranaenses de todas as origens, seja de ascendência alemã, italiana, polonesa, ucraniana, sírio-libanesa, estabelece-se uma afinidade tal, que eles se sentem paranaenses iguais aos paranaenses mais antigos. Subjaz a essa formulação dois tipos paranaenses correspondentes a algo como *dois Paranás*. Há, de um lado, um Paraná composto pela *gente nova* das diversas etnias. De outro, há o Paraná dos paranaenses mais antigos cuja herança social é exclusivamente lusobrasileira, ou seja, o *Paraná Tradicional* do qual o próprio Bento Munhoz é parte. A existência desse Paraná imaginado pelos estamentos políticos tradicionais pode ser observada em diversas produções de ideólogos da elite erva-mateira e, mais precisamente, nos adjetivos utilizados para descrever o estado: Paraná de fisionomia clássica, de boa estirpe, de raiz lusitana.<sup>204</sup>

Na concepção do processo de colonização do governo de Bento Munhoz da Rocha em apoiar as colônias de descendentes ou imigrantes estrangeiros, tinha objetivos políticos muito bem definidos, como aproveitar-se da experiência em atividades agrícolas, agroindustriais e de cooperativismo, as quais serviriam de modelo aos agricultores do Paraná tradicional. O apoio não significava renunciar ao poder, como Swarko definiu: “Paraná de fisionomia clássica, de boa estirpe, de raiz lusitana.” Bento Munhoz agia para dar condições aos agricultores tradicionais com o aprendizado de outras técnicas para que buscassem a modernização agrária, aproveitando-se das novas técnicas agropecuárias desenvolvidas pelos colonos em sistemas agroindustriais, que poderiam contribuir para que o grupo tradicional permanecesse no poder, porém modernizado e de “boa estirpe”.

A visão de Bento Munhoz, segundo Swako,<sup>205</sup> era exigir dos posseiros o mesmo comportamento, conhecimento e cultura dos estrangeiros, pois somente estes estariam preparados e adaptados. Oa agricultura especializada em regiões frias, pois eram “técnica e psicologicamente preparados. [...] não é, portanto, uma questão de raça, mas de oportunidades oferecidas e de herança sociológica, quer dizer, de hábitos, de usos, de conhecimentos, de atividades tradicionais, de todo esse conjunto cultural que nenhuma lei voltada por parlamento da noite para o dia pode improvisar”.<sup>206</sup>

Nessa perspectiva, analisaremos o processo de implantação do projeto que pretendia “industrializar o campo”. Assim definiu Bento Munhoz da Rocha Netto: “O

---

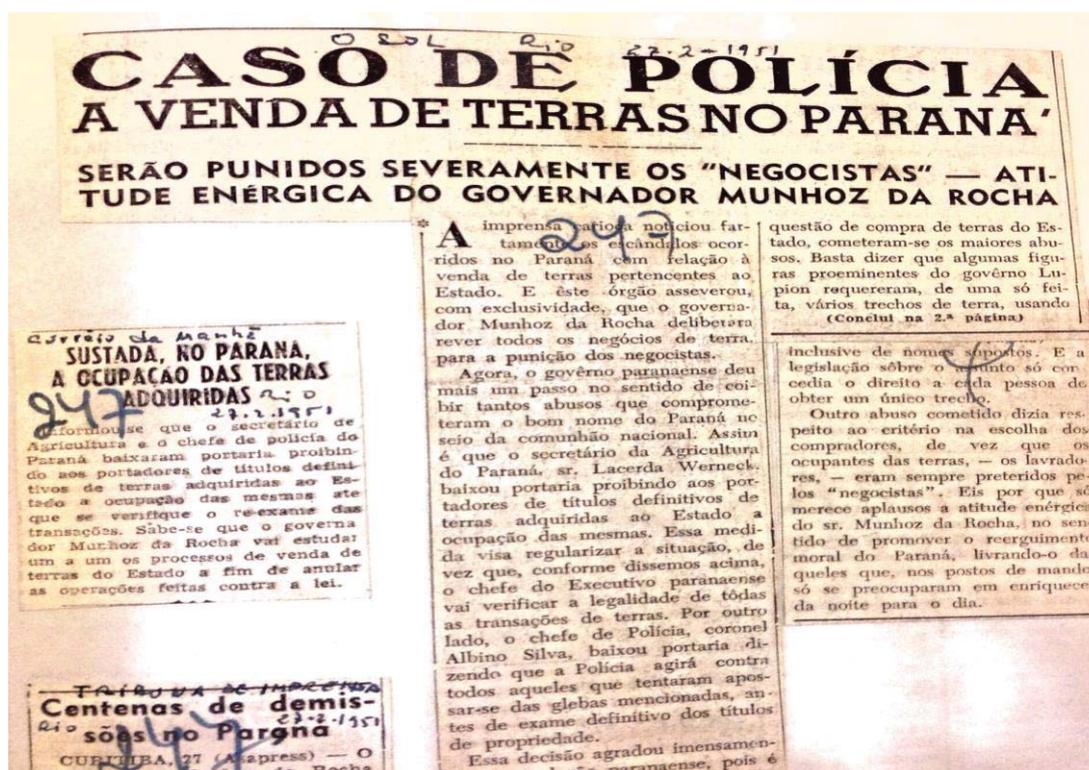
<sup>204</sup> SZWAKO, José Eduardo León. O Paraná das etnias: ensaio sobre racismo na produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Netto. In: OLIVEIRA, Márcio de; SZWAKO, José Eduardo León (Org.). *Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2009. p. 50.

<sup>205</sup> Idem, p. 48.

<sup>206</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da, op. cit., p. V.

grande proprietário territorial foi ficando em segundo plano e nisso o Paraná antecipou o estágio de desenvolvimento em que o prestígio social se desloca dos donos de terras para agentes de outros setores da atividade econômica.”<sup>207</sup> A ideia incentivaria outras atividades econômicas que concorressem econômica, social e politicamente com os latifúndios. “Nos países desenvolvidos não se combatem os latifúndios ou porque não existem ou porque perderam importância na etapa industrial”.<sup>208</sup>

Figura 21 - Recorte de jornal: Denúncia de venda ilegal de terras (1951)



Fonte: *O Sul*, Acervo Círculo Bandeirantes, 27 fev. 1951.

As colônias seriam modelos ou experimentos de um processo de industrialização a partir do campo, como definia Bento Munhoz Rocha. Pretendia ser a solução para os dilemas e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, viabilizando economicamente a propriedade rural. Uma das mais complicadas ações foi o intenso combate à grilagem de terra, tanto que no governo de Bento Munhoz da Rocha se tornou caso de polícia em coibir a prática até então acobertada pela gestão anterior, conforme denúncia publicada pela imprensa (Fig. 21). Para o governador, seria a resposta do Paraná ao debate nos anos

<sup>207</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da, op. cit, 1968, p. IX.

<sup>208</sup> Idem, p. VIII.

1950 sobre a temática da reforma agrária. Defendia que “esta situação de Reforma Agrária não representava o estado que já tinha feito a sua própria reforma agrária, via colônias”.<sup>209</sup>

## 2.7. A questão social, imigração e colonização

As questões sociais vão ser apresentadas neste item de forma separada das econômicas e políticas, meramente por uma opção didática, para melhor compreensão do contexto, as quais estavam imbricadas naquele momento histórico. O período de 1920 a 1950 foi complexo econômica, política e socialmente na sociedade brasileira, que evidentemente influenciou na formação e nas ações que Bento Munhoz da Rocha como intelectual e principalmente como nas decisões de governador.

A política social defendida nos discursos de Bento Munhoz e implementada durante seu governo foi no sentido de viabilizar políticas de saúde pública, como criar postos de saúde e puericultura, com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil, dar assistência ao trabalhador rural e investimento em educação com a construção de novas e/ou ampliação de salas de grupos escolares e colégios escolares (244) estaduais por todo interior do estado.

Em respeito à mortalidade infantil, a solução considerada foi a implementação dos postos de puericultura, praticamente todos os municípios foram beneficiados, como afirma Munhoz: “Se assenta quase que fundamentalmente nos postos de puericultura, que realizam o trabalho de prevenção e profilaxia, objetivando cuidados especiais para a educação e a difusão de ensinamentos necessários ao bom funcionamento das obras de proteção ao binômio mãe-filho.”<sup>210</sup> Em 1954, a Secretaria de Saúde Pública recebeu 20% do orçamento do estado para investimentos na área, principalmente na construção de postos e hospitais. Para efeitos comparativos, atualmente o Estado investe 12% nessa área.<sup>211</sup>

Outro investimento social foi para o trabalhador rural, contemplado com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, com o objetivo de possibilitar melhores

---

<sup>209</sup> Idem, p. V.

<sup>210</sup> *Boletim do Serviço de Imprensa do Paraná*, Curitiba, p. 30-31, 1954.

<sup>211</sup> PARANÁ. *Secretaria de Estado da Saúde*. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4405>. Acesso em: 15 jul. 2017.

condições de vida aos moradores de regiões rurais e a criação das Casas Rurais para estimular novos conhecimentos aos agricultores, ou, como afirmava o governador, levar a ideia de disciplinar o homem do campo, pois “os grandes fazendeiros trazem experiências e recursos para evitar o esgotamento das terras, aos pequenos lavradores, as Casas Rurais ensinando, esclarecendo e disciplinando, terão uma das mais altas missões nesta hora da economia nacional”.<sup>212</sup>

Como intelectual marcado pela visão católica, a questão social era percebida como um problema de caráter moral, onde caberia aos empregadores, quer privados, quer públicos, ofertar melhores salários aos trabalhadores. Portanto, uma visão que o Estado não deveria intervir, mas orientar a sociedade, algo típico do pensamento liberal burguês, para tanto indicava os cristãos a seguirem as orientações da encíclica *Rerum Novarum*. A respeito desse conceito afirmava em discurso:

Fiz no meu comício de Monte Alegre, onde só havia operários, uma dissertação, parece incrível, num comício eleitoral, sobre a encíclica “Rerum Novarum”. Mostrei aos operários que o problema social não é um problema econômico. O problema social é, acima de tudo, um problema de ordem moral. Foi essa a grande novidade da encíclica “Rerum Novarum”. Não é o problema, econômico. É de ordem moral. Enquanto o mundo pensar que o problema social se resolve com medidas de ordem econômica, o problema social não será resolvido. Enquanto as atividades econômicas se colocarem num tal plano que escravizam o homem, o problema social não será resolvido, mas, apenas, quando a economia, em vez de escravizar o homem, servir ao homem. Esse é o sentido que eu vejo no Paraná em toda a vida dos trabalhadores, integrados na vida social, sem pejo das suas mãos calejadas, porque não há atividades mais nobres ou menos nobres quando elas se executam honestamente. Há sim, dentro da hierarquia social, e essa maior nobreza só pode ser expressa e caracterizada pela espiritualidade.<sup>213</sup>

As iniciativas dos trabalhadores organizados em sindicatos ligados a partidos de esquerda eram totalmente reprováveis, assim como orientar-se pelas ideias marxistas, pelo fim da propriedade privada e controle dos meios de produção pelos trabalhadores, que na visão de Bento Munhoz da Rocha seria um erro, pois o problema social não seria econômico, mas moral. Portanto, caberia aos trabalhadores mudarem de vida, “converter” o padrão num bom cristão, dessa forma ele acabaria pagando salários e condições de trabalho dignas.

---

<sup>212</sup> PARANÁ, Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Paraná. Curitiba, 1952.

<sup>213</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Discurso de Bento Munhoz da Rocha proferido em visita a União da Vitória*. Curitiba: Acervo Museu Paranaense, caixa 1, 1º set. 1952. (Col. Bento Munhoz da Rocha).

As ideias de Munhoz da Rocha sobre a imigração e a colonização são importantes para a compreensão na elaboração do projeto de colônias no período de seu governo e as estratégias implementadas para a obtenção do sucesso do empreendimento colonial.

Defendia os grupos de imigrantes com procedência europeia para a colonização por já terem proximidade com a cultura dos imigrantes já estabelecidos, preferencialmente católicos e com acesso à educação formal, pois, segundo o ex-governador, facilitava a adaptação ao novo território e o aprendizado de novas técnicas agrícolas. O investimento em educação, para Munhoz da Rocha, era a base do sucesso do processo de imigração e sucesso das colônias.<sup>214</sup>

Os imigrantes não deviam ser levados para áreas despovoadas, longe de tudo, onde a densidade demográfica fosse muita baixa, se assim fosse, representaria o insucesso. Afirmava que os especialistas em agricultura alertavam criar colônias longe dos centros de consumo e dos meios de comunicação, isso impediria, inclusive, uma mais rápida assimilação do nosso idioma e dos nossos costumes, caso estivessem isolados. Usava como exemplo de isolamento e de péssimos resultados a comunidade menonita alemã, estabelecida em Santa Catarina, numa área isolada, levando ao desestímulo e à saída do estado, sendo acolhidos no Paraná dentro do projeto de colônias na região de Palmeira, próximo a Curitiba, às margens da rodovia e ferrovia. Com as devidas correções do rumo no processo de colonização, segundo Munhoz da Rocha, era um sucesso a nova colônia menonita de Witmarsum.<sup>215</sup>

A imigração e criação de colônias ocorreram na perspectiva da defesa do conceito das pequenas propriedades. Para tanto, foi alterada a legislação do decreto-lei nº 652, de junho de 1947, que versava sobre o imposto de uso das terras com uma taxação de 70% das terras ociosas como forma de estimular o uso das terras, desestimulando o latifúndio, mas com uma ressalva na lei que para fins de preservação das áreas de matas não teria aumento nos impostos, como forma de preservar as coberturas florestais.<sup>216</sup>

No discurso realizado no Congresso Florestal em 1953, no texto original Munhoz Rocha detalha os motivos de sua opção pelas pequenas propriedades e por que havia aumentado a taxação das terras ociosas: “Os latifundiários podiam guardar avaramente a sua terra e impedir o progresso. Daí as terras não aproveitadas terem um acréscimo de

---

<sup>214</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987. p. 246-255.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Arquivo pessoal*. Curitiba: Acervo Museu Paranaense, caixa 1 (discursos e leis). (Col. Bento Munhoz da Rocha).

70% sobre o imposto territorial, quer a terra aproveitada para diversas finalidades”.<sup>217</sup> Completa seu raciocínio afirmando que o Estado estaria dando os primeiros passos em direção de uma transformação radical do campo no Paraná.

## 2.8. A formação acadêmica e influência teórica

O processo político da região que compreendia o Paraná tradicional, cuja característica de concentração da terra foi uma constante, possibilitou o surgimento de uma camada social privilegiada, pois seus filhos iam estudar nas grandes capitais do país, retornando já formados advogados, médicos, engenheiros principalmente. Eram lançados na política estadual, ancorados no poder econômico adquirido por essas famílias tradicionais vinculadas à terra e aos costumes tradicionais, que se alteravam no poder regional.

Na Universidade do Paraná (atual UFPR), em Curitiba, outras teorias influenciaram a formação de intelectuais, segundo o próprio Bento em entrevista na revista *Divulgação Paranaense*, como Alceu Amoroso Lima, Alberto Torres, Oliveira Viana e Gilberto Freire. Amoroso Lima despertou interesse pela sociologia; Alberto Torres e Oliveira Viana, para a explicação do Brasil. Segundo Bento, Gilberto Freire foi responsável pela estruturação da sociologia no Brasil, e a compreensão do brasileiro passaria pela leitura de sua obra. Foi amigo de Oliveira Viana, a quem considerava um dos maiores sociólogos e pensadores políticos do país, considerava sua principal obra *Populações meridionais do Brasil*.<sup>218</sup>

A carreira acadêmica foi produtiva, sendo reconhecido como intelectual respeitado pela Universidade do Paraná (UFPR), onde ingressou em 23 de outubro de 1940. Sua trajetória é curiosa, com formação inicial em engenharia civil, mas foi titular da cadeira de História da América na Faculdade de Filosofia, ministrou a disciplina de Problemas Brasileiros na medicina, e na engenharia foi responsável pelas cadeiras de Economia Política e Ciências das Finanças, e também de Geologia, Mineralogia e Metalurgia.

---

<sup>217</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da, op. cit., 1987, p. 253.

<sup>218</sup> KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004.

Professor Universitário, intelectual e pensador, Bento propôs-se a dignificar a vida pública no Estado. Católico convicto, como seu pai, Caetano Munhoz da Rocha e sua família, Bento encarna va o político com ligações junto à Igreja, da qual aceitava seus princípios, dispondo-se ainda a empreender a modernização da sociedade nos moldes do bem-estar social. Para tanto, construiu centros de saúde, escolas, postos de puericultura, investiu na construção da infraestrutura rodoviária e na expansão da oferta de energia elétrica. Buscou, ainda, disciplinar a concessão de terras devolutas do Estado, para diminuir a tensão no campo, que faria, mais adiante, ainda no seu governo, que eclodissem revoltas de pequenos agricultores no sudoeste do Paraná.<sup>219</sup>

Católico e tomista, Bento Munhoz da Rocha compreendia que o papel do intelectual católico deveria ser engajado e transformador, para tanto devia orientar-se pelas ideias da Igreja Católica e os valores morais defendidos pela instituição para a sociedade brasileira. Por isso, a encíclica *Rerum Novarum* era tão explorada nas reflexões de Bento Munhoz, compreendendo que qualquer progresso não poderia deixar de incluir o bem-estar comum do povo, seja na cidade, seja no campo. Daí entendemos os altos investimentos enquanto governador nas áreas sociais, saúde e educação, além das áreas de infraestrutura em oferecer melhores condições de vida à população. Bento buscou inspiração em São Tomás de Aquino para a prática do bem comum ao qual era adepto.

Bento foi professor no Instituto de Teologia de Curitiba na Escola de Altos Estudos de Administração Internacional, curso de Psicologia e Lógica e pré-engenheiro. A opção pelas ciências humanas permite entender que a engenharia tenha qualificado seu ingresso no meio político no viés técnico, além dos vínculos do meio partidário herdado da carreira de seu pai, ex-presidente do Estado, compreendemos também como uma busca de autonomia dos conceitos advindos da relação familiar.<sup>220</sup>

Bento Munhoz da Rocha publicou 14 livros, prefaciou quatro obras, publicou 16 artigos na revista *Círculo Bandeirantes* e outras duas dezenas em jornais, entre os quais o *Dia* e *Gazeta do Povo*, de Curitiba. Sem sombra de dúvidas, publicou um número significativo de obras, além de muitos discursos, que abordaremos na sua trajetória política.

A formação intelectual do jovem Bento Munhoz da Rocha Neto esteve intimamente ligada ao liberalismo político e à influência do catolicismo pelo tomista:

Às elites ocidentais deveriam voltar às origens religiosas de nossa organização política e social. A democracia teria origem e inspiração cristã. Influenciado

<sup>219</sup> CARNEIRO JR, Renato Augusto. *Religião e política: a liga eleitoral católica e a participação da Igreja na eleição de 1954*. Curitiba: Samp, 2014. p. 140.

<sup>220</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987

pelo positivismo e pelo Tomismo, Bento Munhoz deseja a harmonia entre progresso e a tradição. O progresso sem a tradição seria miserável. Tradição entendida por Bento como tradição católica, com sua presença profunda na sociedade brasileira. Essa tradição garantiria ordem e tranquilidade. A democracia tem que se adaptar às tradições brasileiras, ao espírito brasileiro. Entende que “o Brasil que deve ser transmitido as novas gerações é o Brasil com suas tradições de bondade, de cordialidade, tradições humanas, que vêm do tempo da colônia em que a escravidão foi mais branda de todos os países da América”.<sup>221</sup>

A citação mostra a influência do catolicismo na formação de Munhoz, especificamente manifestada nos cursos na linha do pensamento de São Tomás de Aquino no Círculo Bandeirantes, e em Gilberto Freire, na explicação sobre a formação do caráter do brasileiro, da escravidão e da cordialidade na relação entre senhor e escravo, que a historiografia contemporânea sobre escravidão refuta. “O patriarcalismo de Gilberto Freyre, os pesquisadores da escola paulista salientaram o processo social de *coisificação* que a escravidão impunha ao escravo. Processo implícito na identificação jurídica do escravo à mercadoria e no emprego constante da coerção brutal e desumanizadora contra a sua pessoa”.<sup>222</sup>

Portanto, a compreensão da importância da influência da formação católica de orientação tomista será fundamental na análise das ações implementadas pelo governador Bento Munhoz da Rocha, principalmente nas áreas sociais e econômicas, pois muitas dessas atividades estão profundamente marcadas pelo moralismo católico, objeto do capítulo III.

## 2.9. Os anos entre 1930 e 1951 no Paraná

Os anos 1930 no Paraná foram marcados com a chegada do grupo político liderado por Getúlio Vargas e com a centralização política, nomeando interventores em todos os estados de estrita confiança, mas que em alguma medida possuíam certo respaldo das elites locais. Afinal, era necessário acomodar o poder regional enfraquecido pela centralização do poder contrário à política da República Velha, praticado pela política dos governadores na lógica dos interesses da centralização do planejamento, da política e da economia no plano nacional.<sup>223</sup>

<sup>221</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da, op. cit., 1987, p. 157.

<sup>222</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

<sup>223</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001. p. 48.

A primeira medida do governo federal foi depor Affonso Camargo e nomear interventores nos estados, apesar de não estabelecer aliança com a elite política local, demonstrando a fragilidade das elites locais: “Essa fragilidade em fazer valer seus projetos locais, fosse pela rápida liderança conquistada pelo interventor nomeado no Estado – situação confortável que lhe permite a Manoel Ribas governar, de 1932 a 1945, de acordo com as prioridades do governo Federal”.<sup>224</sup>

Interessava ao grupo de Vargas enfraquecer politicamente São Paulo. A prioridade de Ribas era abrir estradas que facilitassem o escoamento da produção para o porto de Paranaguá. Essa era uma reivindicação antiga da oligarquia paranaense, pois as estradas podiam integrar todas as regiões, inclusive o recolhimento de impostos para o estado e não para São Paulo. A estratégia do governo federal de ocupar os sertões com a política “Marcha para a oeste”, os chamados “sertões”, deviam ser integrados ao plano nacional em território paranaense, representavam a política fundiária de distribuição de lotes de terra, principalmente aos ítalo-gaúchos. O processo de colonização do oeste e sudoeste teve a premissa da distribuição de lotes para garantir a ocupação das áreas fronteiriças por colonos, além de possibilitar o aumento do abastecimento alimentar do mercado interno.<sup>225</sup>

O período pós-Segunda Grande Guerra, em 1945, com a queda do nazifascismo, a ditadura de Vargas ficou fora de contexto, eram necessárias novas práticas políticas democráticas. Tornou-se imperativo findar o Estado Novo, uma vez que se aliava aos norte-americanos, por isso as eleições livres se impuseram.

Partidos como a União Democrática Nacional - UDN, representante da burguesia financeira urbana, com ligações com o capital estrangeiro, o Partido Social Democrático - PSD, que aglutinava as antigas oligarquias rurais, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, lançado pelo próprio Vargas para representar o nacionalismo econômico e as camadas trabalhadoras urbanas, juntamente a outros partidos menores, implantavam a pluralidade política depois de anos do governo sem partidos do Estado Novo.<sup>226</sup>

Esse período da história do Brasil ficou conhecido pelo poder econômico e político como as “elites agrárias”. O país se estruturou como um exportador dos bens primários café e açúcar, pois a indústria brasileira era incipiente. O domínio da atividade agropecuária foi responsável pelo surgimento de uma sociedade influenciada pela

---

<sup>224</sup> Idem, p. 48.

<sup>225</sup> Idem, p. 49

<sup>226</sup> CARNEIRO JR, Renato Augusto. *Religião e política: a liga eleitoral católica e a participação da Igreja na eleição de 1954*. Curitiba: Samp, 2014. p. 140.

importância do campo no processo político, econômico e social para a população residente na cidade e no campo.

Nesse momento histórico não ocorreram rupturas no processo político, o que ocorreu foi uma baixa participação popular na política dominada pela oligarquia proprietária rural. A população não tinha acesso aos direitos básicos, como educação e saúde, a maioria era analfabeta, os alfabetizados podiam participar do processo eleitoral, porém aliciados a votarem neles, o chamado “voto de cabresto”. Esse fato ocorreu devido ao poder dos grandes proprietários de terras, eram verdadeiros “donos do município”, ficava o cidadão de alguma forma dependente economicamente do “coronel”, que cumpria o papel de Estado, como afirmam Machado, Capelino e Capraro:

O vínculo que lhe atribuirá poderes públicos concedidos pelo poder político estadual virá essencialmente da permissão concedida para organizar eleições, seja na escolha preferencial de candidatos, locais de votação e influência sobre a população na hora do voto. Dessa forma, o “Coronel” incluir-se-ia no quadro das autoridades municipais que no processo eleitoral irá qualificar os eleitores (escolher os candidatos aptos para disputa eleitoral), receber e apurar os votos através da supremacia do presidente da Câmara ou Intendência Municipal. Tudo isso sob a supervisão do governo do estado, que em última instância se tornou o principal condutor das eleições, amparado por uma legislação que tirava das mãos da população o real direito de escolha, bem como escravizando os municípios que deveriam acatar as decisões governamentais do estado.<sup>227</sup>

A relação entre o governo estadual e o coronel, apesar de muitas vezes não pertencer formalmente aos quadros de servidores públicos, era incorporada ao governo de forma singular por lhe outorgar poder público no campo particular, e pelos governadores que praticavam sua hegemonia política e econômica em relação aos municípios dependentes economicamente do Estado em serviços, como justiça, obras públicas de infraestrutura, entre outras situações que favoreciam uma relação de patrimonialismo.<sup>228</sup>

Aproveitando-se desse cenário de concentração de terras e poder oligárquico, porém de crise econômica e depreciação da atividade tradicional das fazendas de criação,

---

<sup>227</sup> CAPRARO, Milene Zerek; MARCELINO Gonçalves; MACHADO, Vanderlei Hermes. O papel da formação do patronato político na construção do Estado brasileiro e do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Curitiba: Nova Letra, 2015. p. 87.

<sup>228</sup> “De acordo com Raimundo Faoro, o patrimonialismo seria uma característica histórica presente no desenvolvimento do Estado brasileiro. Poderíamos encontrar sua origem através da análise dos fundamentos do Estado português, que segundo o autor organizou-se em torno da noção de que o bem público, ou seja, as terras e bens móveis e imóveis da Coroa portuguesa, não estariam dissociados do patrimônio pessoal do governante de uma forma geral. Dessa forma, não haveria separação entre o que pertenceria ao povo de fato enquanto governado, pois praticamente tudo constituiria possessão do governante, estando, portanto, sob sua vontade” (MACHADO; CAPELINO; CAPRARO, 2015, p. 80).

a ideia do governo de Munhoz da Rocha era estabelecer e implantar um plano de modernização no campo do Paraná. Tinha como propostas: 1) a depreciação da produção tradicional das fazendas; 2) um novo modelo de produção alternativo ao tradicional; 3) agregar o agricultor ao sistema industrial e ao cooperativismo; 4) industrializar o campo, disponibilizando mais trabalho e renda ao pequeno agricultor; 5) um modelo de reforma agrária. Esse projeto político, no conceito de Rocha, colocava o Paraná fora da discussão da reforma agrária.

A aceitação quase universal de reforma agrária agressiva em certas áreas nacionais, contrasta com nosso panorama regional, terra clássica da pequena propriedade onde paira a ameaça do minifúndio sem possibilidades de sobrevivência econômica. Aqui não existe paraíso, mas multidões de trabalhadores do campo podem encontrar razoáveis condições de autopromoção e para eles que ascendem socialmente, na maior mobilidade vertical jamais assistida no Brasil, não há sentido em certas pregações reformistas, olhadas com insegurança e inquietude. Se a reforma agrária, mal considerada como tem sido, consistisse essencialmente na divisão do latifúndio, para o meu estado, o Paraná, ela não teria nenhum sentido, porque fizemos a divisão do latifúndio há mais de 100 anos, com a colonização estrangeira. [...] democratizamos até a produção cafeeira; levamos a divisão da propriedade cafeeira a uma área tão reduzida que, sem a instituição das cooperativas, a sua produção se torna antieconômica (ROCHA NETO, 1987, p. 280; ROCHA, 1968, p. VI).

O projeto criava colônias para que funcionassem como laboratórios. Foram implementadas as colônias de Castrolanda, Witmarsum e Agrária para dinamizar a produção leiteira e industrializar a produção, além de gerar empregos e estabilidade social, como Bento descreve afirmando dar condições de autopromoção e ascensão social.

Bento Munhoz da Rocha Netto estruturou o projeto da criação de colônias de imigrantes holandeses, alemães menonitas e suábios com melhoraria da pecuária leiteira e da agricultura. Esse momento de transformação do campo brasileiro foi explicado em Montoya e Guilhoto (2001, p, 192): “No período de 1930 a 1960, ocorreu a integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, culminado com a implementação do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos.”

A transição da economia brasileira do país eminentemente agrícola para industrial, assim descreve Silva: “Nesse período, o setor industrial vai-se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começa vagarosamente [...]. A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser eminentemente agrícola.” Esse processo ficou conhecido como “substituição das importações”, que inicialmente garantia uma expansão

econômica da indústria, mas que exigia do país a implantação de uma indústria de base, pois foi ficando cada vez mais complicado o processo de substituição de importação de produtos, como eletrodomésticos, carros, tratores, que necessitavam ser produzidos no próprio país.<sup>229</sup>

De 1933 a 1955 ocorreu a transição descrita por Silva a respeito da economia do país. O setor industrial se consolidava lentamente como dinâmico e próspero, tornando-se centro das atividades econômicas em consequência da crise do café. “A indústria vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser eminentemente agrícola (como alguns ainda creem ser a sua ‘vocação histórica’).”<sup>230</sup>

As novas colônias despertaram uma série de interesses “convergentes em torno de possibilidades de colonizar terras de fronteira. Os empreendedores de empresas colonizadoras e de madeireiras vislumbravam novas possibilidades de investimento em negócios madeireiros e mercantiliza o de terras”.<sup>231</sup>

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo processo de coloniza o no estado do Paraná, pois a moderniza o agrícola evidenciava a contradi o entre “as oligarquias tradicionais e a emergente burguesia regional, tendo ressonância em diversos setores da administra o estadual nos embates políticos”.<sup>232</sup> Foi um período de expansão industrial brasileira, com o surgimento do ABC, onde se concentravam as maiores fábricas no entorno de São Paulo.

Paraná se insere nesse contexto de transforma o da economia pela industrializa o. Para Bento Munhoz, era necessário aproveitar o momento de organizar um projeto que permitisse o desenvolvimento agropecuário, incluindo o setor no processo de mudança estrutural do país. O Estado não conseguia competir com a metrópole paulista seja pelo grande mercado consumidor, seja pela oferta de capital às indústrias pesadas. Caberia ao Paraná industrializar-se a partir do campo, onde não teria a concorrência dos grandes centros, seria uma nova janela de oportunidades aos agricultores que percebessem os benefícios do novo modelo produtivo. Esse momento foi veiculado por Silva: “E para isso se faz necessário primeiro implantar a indústria pesada no país: siderurgia, petroquímica, material elétrico etc. O que   feito no período de 1955/61.

---

<sup>229</sup> SILVA, José Graziano da Silva. *O que   questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 27.

<sup>230</sup> Idem, p. 28.

<sup>231</sup> GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migra es no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 71.

<sup>232</sup> Idem, p. 71.

Resolvido o problema da indústria, vai-se iniciar o que se poderia chamar de *industrialização da agricultura*. No início dos anos sessenta”.<sup>233</sup>

O país experimentava um crescimento da indústria de base ou pesada rapidamente no período JK entre 1956 e 1960, sob auspícios do “Plano de metas”, caracterizado “pela intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente articulado pelo Estado”. Quando se analisam as transformações do campo no estado do Paraná, esses fatores são relevantes para compreender o contexto e a amarração realizados pelo governo com investimentos no sistema cooperativista.

O governo paranaense implementou colônias como bases para a “industrialização do campo atrelando a produção agrícola ao sistema cooperativista industrial” como forma de garantir que a acumulação de capital, descrita por José Graziano da Silva, estivesse a serviço do desenvolvimento econômico e social do Estado, era o processo da tentativa de industrializar o campo.

O rápido crescimento econômico foi definido por Bento Munhoz da Rocha Netto como autêntico período de bonança, suficiente para abarcar a confiança da população, especialmente no que se refere aos órgãos públicos e de “[...] libertar o Paraná do seu confinamento provinciano. Pois o café pela primeira vez garantiu ao estado uma participação relevante na economia brasileira”.<sup>234</sup>

A descrição desse cenário, aliada à perda econômica das fazendas dos campos e crescimento da produção do café no norte de estado, refletia na distribuição do poder regional e estatal. Na eleição de 1950, a maioria dos deputados era de regiões que tinham posições contrárias à eleição de Bento Munhoz, por identificá-lo como representante da política tradicional, prestigiando Paulo Pimentel, identificado como representante da política do novo, de origem paulista, portanto, seria um modernizador. A identificação de representante da política tradicional ocorria em razão da atuação política do seu pai, ex-governador Caetano Munhoz da Rocha, nas gestões de 1920 a 1928.

Bento vinha de uma derrota no pleito anterior (1947) quando conquistou 29% dos votos, vencido por Moyses Lupion, com 59%, que se apresentava como o novo, pois não tinha origem nas famílias tradicionais. Essa visão foi completamente diferente na eleição de 1950, quando disputou com Ângelo Lopes, candidato de Lupion. A oposição contra o governador Moyses Lupion, liderada por Bento Munhoz, articulou uma ampla frente de

---

<sup>233</sup> SILVA, José Graziano da Silva. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 27.

<sup>234</sup> IPARDES, Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IparDES, 1989. p. 25.

partidos políticos em que participavam o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano (PR), o Partido da Representação Popular (PRP), o Partido Social Trabalhista (PST) e a União Democrática Nacional (UDN).<sup>235</sup>

*Figura 22 - Posse de Bento Munhoz no governo do estado do Paraná em 31 de janeiro de 1951*



Fonte: Museu Paranaense.

Advindo do meio acadêmico, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde foi titular da cadeira de História da América, o governador demonstrou seu descontentamento em relação ao cotidiano da política. “Preferia lidar, por exemplo, com definição do planejamento para a economia do Estado para os futuros cinco anos, o plano rodoviário, a política de imigração ou a construção do Centro Cívico, que marcaria a comemoração do centenário de emancipação do Paraná.”<sup>236</sup> Bento apresentava-se como um intelectual e estadista.

O registro fotográfico (Fig. 22) mostra o governador eleito chegando no palácio Rio Branco, sede da Assembleia Legislativa, para prestar juramento solene de posse como governador do estado do Paraná. A base parlamentar do governo constituía-se de representantes das famílias tradicionais e dos grandes proprietários de terras. Já os votos dos deputados do norte, sudoeste e oeste tinham de ser sempre negociados, mas o plano

<sup>235</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001. p. 56.

<sup>236</sup> REBELO, Vanderlei, op. cit., p. 180.

de expansão rodoviária trouxe um alento às demais votações. O governo de Munhoz da Rocha foi apontado pela supremacia dos intelectuais como gerador de novos princípios. Outorgou ao estado sua primeira identidade e o colocou na conjuntura nacional quando obteve a nomeação para a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil (Creai) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Suas iniciativas não chegam a investi-lo de popularidade, particularmente in interior do Estado. Em face de uma rede de funcionários herdada de Ribas e Lupion e do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua gestão será considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, porque fortemente dedicada à cidade de Curitiba, em prejuízo dos investimentos ao “homem do campo”.<sup>237</sup>

À composição da mesa diretora da Assembleia Estadual do Paraná (Alep) de 1951-1955 concentravam-se políticos de reconhecida relevância e importância na articulação política, capazes de influenciar parlamentares, de colocar em discussão projetos e barrar outros que não contemplassem seus interesses. Quando Bento Munhoz da Rocha Netto foi eleito governador, a mesa diretora refletiu o poder do interior do estado, exigindo uma negociação intensa com os representantes dos principais partidos políticos.<sup>238</sup>

Nesse contexto político e econômico em que o governo de Bento Munhoz da Rocha governou entre 1951 e 1955 transcorreram ações de implantação de um novo modelo de colônia agroindustrial sob a gestão de uma cooperativa. Exatamente a implantação do novo modelo agrário baseado no cooperativismo agroindustrial, objetivo central desta tese, que discutiremos no capítulo III.

---

<sup>237</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001. p. 56.

<sup>238</sup> IPARDES, Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IparDES, 1989. p. 50.

### CAPÍTULO III

#### **BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO NO PODER, IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO AGRÁRIO NA REGIÃO DO PARANÁ TRADICIONAL – 1951-1955**

Analisaremos o processo de introdução de um novo modelo agrário na região do Paraná tradicional. O plano tinha pretensão de “industrializar o campo”, pois, segundo Bento Munhoz da Rocha Netto (1968, p. VIII), “o grande proprietário territorial foi ficando em segundo plano e nisso o Paraná antecipou o estágio de desenvolvimento em que o prestígio social se desloca dos donos de terras para agentes de outros setores da atividade econômica”.<sup>239</sup> Para tanto, pretendia utilizar a implantação das colônias agroindustriais Entre Rios, em Guarapuava; Castrolanda, em Castro, e Witmarsum, em Palmeira para apresentá-las como modelos produtivos e organizativos aos fazendeiros tradicionais, pois “a ideia incentivaria, outras atividades econômicas que concorressem economicamente, socialmente e politicamente com os latifúndios. Nos países desenvolvidos não se combatem os latifúndios ou porque não existem ou porque perderam importância na etapa industrial”.<sup>240</sup> O objetivo central deste capítulo é analisar as ações governamentais implantadas estrategicamente para garantir a formatação do modelo agropecuário desejado pelo governo de Bento Munhoz da Rocha.

Para maior aprofundamento e entendimento na análise deste capítulo, partiremos das seguintes questões: Como estava organizado e estruturado esse novo modelo agrário? Por que foi introduzido em área de campo do chamado “Paraná tradicional”? Quais as estratégias adotadas pelo governo para o convencimento dos fazendeiros e da sociedade regional?

O cabedal de conhecimentos do fato ocorreu em virtude do acesso à documentação pessoal de Bento Munhoz da Rocha, doada pela família, onde encontramos muitos discursos, textos de análise da conjuntura, revistas, livros e artigos arquivadas no Museu Paranaense. Todos esses documentos possibilitam a compreensão da implantação das

---

<sup>239</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Novas experiências nos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. VIII.

<sup>240</sup> Idem.

colônias nos anos de 1951 a 1955 para além da ocupação do território como a historiografia regional afirma em relação ao governo de Bento Munhoz da Rocha.

Partiremos da premissa de que as colônias funcionavam como modelos e/ou experimentos de um processo de transformação de um modelo de produção adotado na região de campos do Paraná tradicional com base na implantação da agroindústria e do cooperativismo. As colônias tinham por objetivo modificar a forma de produzir, comercializar e agregar valor ao produto do campo. Para isso, a propaganda tinha papel fundamental para consolidar esse modelo nas demais regiões do estado, que, conseqüentemente, produzia conseqüências políticas.<sup>241</sup>

Em outra perspectiva, analisaremos a implantação do novo modelo agropecuário como resposta governamental à decadência econômica enfrentada pelos grandes fazendeiros da região do Paraná tradicional. Os latifundiários, ou seus representantes, dominavam a política do estado, mas começavam a enfrentar a concorrência econômica e política dos cafeicultores do norte do estado. A análise se estende para a questão: até que ponto o novo modelo ofereceu uma sobrevida ao domínio político da oligarquia tradicional?<sup>242</sup>

A historiografia regional aponta para os governos de Ney Braga (1960-1965) e Paulo Pimentel (1966-1971) como os responsáveis pela implantação do processo intitulado “Modernização conservadora”. Foi possível recuar para os anos de 1950 graças ao acesso do arquivo pessoal do ex-governador Bento Munhoz, doado ao Museu Paranaense. A documentação permitiu identificar a intenção da estruturação do novo modelo agrário na implantação das colônias agroindustriais associadas ao cooperativismo como resposta à decadência econômica dos grandes fazendeiros do Paraná tradicional.<sup>243</sup>

Evidenciamos que as colônias funcionaram como uma espécie de laboratório, com novas técnicas para o plantio e para a criação do gado em áreas de campos, e identificamos que foram utilizadas como estratégias de propaganda no intuito de convencer os agricultores e criadores de gado da importância da implantação de novas técnicas agropecuárias e da agroindustrialização do campo como geradoras de mais renda e riqueza. Na concepção governamental, não bastava a indicação de um novo modelo

---

<sup>241</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Novas experiências nos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. VIII.

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> IPARDES, Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IparDES, 1989. p. 25.

econômico de exploração da terra aos grandes proprietários, mas era necessário convencer a partir de uma experiência concreta, com resultados positivos econômicos e culturais.

Observamos também que o projeto de colonização, apesar de versar sobre interesses econômicos, afetava a política regional, pois o local de implantação e o consequente sucesso possibilitava à elite latifundiária manter-se no processo político.

Nessa perspectiva, consideramos as medidas adotadas pelo governo de Bento Munhoz da Rocha a partir da ideia da “modernização conservadora”, como influenciaria o sistema político paranaense. Bento, ao avaliar a sociedade paranaense, tinha a dimensão do domínio da oligarquia e como essa “estruturou-se, aqui, uma organização social tranquila em que a pecuária se tornando um grande motivo da atividade, instituiu nosso patriarcalismo. A erva-mate e a indústria madeireira como a lavoura dos colonos europeus foram acompanhando nossa evolução, sem tropeços ou sobressaltos”.<sup>244</sup> No discurso, o ex-governador oferecia pistas da estratégia de adoção do modelo econômico de até então, a conciliação de interesses e a adesão da elite tradicional ao novo modelo agrário como formas de tentar impedir uma mudança radical no poder político do estado.

### 3.1. O contexto econômico entre os anos 1933 e 1955

O período entre 1933 e 1955, que abrange a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Era Vargas (1951-1954), apresenta características de crescimento industrial e de relativa prosperidade econômica.<sup>245</sup> Em 1950, a importação passou por muitas dificuldades, entre as quais a escassez de produtos em razão do conflito mundial. Isso exigiu do país um esforço “em substituir as importações, em especial os bens de consumo não-duráveis – mas também, em certa medida produtos intermediários e determinados bens de capital”.<sup>246</sup> Marcou a fase de transição da economia brasileira. Nesse contexto, a indústria brasileira lentamente começou a se estruturar e se tornar o principal setor

---

<sup>244</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Discurso proferido na visita do presidente Juscelino Kubitschek, em 19/12/1953*. Curitiba: Acervo do Museu Paranaense, caixa 1 (discursos).

<sup>245</sup> SANTOS, José Andoril dos. *Industrialização e modelo de substituições de importações no Brasil e na Argentina: uma análise comparada*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - UFSC, 2004, p. 20.

<sup>246</sup> SOUZA, Adriana Benatti. *Processo de importações: estratégia de desenvolvimento para a América Latina – experiências comparadas – Brasil e México (1929-1980)*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - USP, São Paulo, 2010. p. 60.

econômico do país. Com a produção industrial, as importações praticamente foram suspensas com base na legislação restritiva dessa prática. Contudo, ficava cada vez mais complicado manter esse processo restritivo, pois era necessário ampliar a gama de produtos, como eletrodomésticos, automóveis, caminhões, tratores, que pela complexidade deviam ser produzidos em nosso território, exigindo do Estado brasileiro investimentos para a instalação da indústria de base, fornecedora de matéria-prima para essas novas indústrias. Portanto, somente após essa etapa podemos afirmar que “instalaram-se indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários etc. A indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois da petroquímica, a de tratores e equipamentos agrícolas, depois da siderurgia”.<sup>247</sup>

Nesse contexto, podemos compreender as ações implementadas no governo paranaense de Bento Munhoz da Rocha Netto entre 1951 e 1955 no âmbito das transformações econômicas e sociais advindas da cafeicultura e da chegada da indústria na economia, na sociedade e na política estadual.

Na década de 1950, o Brasil começou a experimentar uma modernização na agricultura. As novas relações entre agricultura e indústria ocorreram pela necessidade da mudança do modelo de produção agrícola, intitulada “moderna”, que teve como custo a perda gradativa da autonomia do agricultor em favor dos interesses industriais. A modernização, segundo Guimarães,<sup>248</sup> trouxe junto a dependência e a subordinação. Os laços de dependência a partir de 1950 foram se configurando entre as atividades industriais e as atividades agrícolas. A criação de estabelecimentos rurais ocorreu em razão da situação política, operacional, econômica e financeira da sua interligação e/ou subordinação.

Na historiografia, o conceito de modernização conservadora foi utilizado para mencionar a disseminação das novas tecnologias no campo, quer na utilização intensiva de máquinas diversas, quer no uso da química e orgânica, responsáveis pelo incremento da produtividade agrícola. Outra característica presente nessa nova tecnologia foi a tentativa capitalista de homogeneizar os espaços (técnicas de plantio, uso do solo, uso de adubos químicos etc.) e os produtos (monocultura da soja), que permitiam a produção em

---

<sup>247</sup> SOUZA, Adriana Benatti. *Processo de importações: estratégia de desenvolvimento para a América Latina – experiências comparadas – Brasil e México (1929-1980)*. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - USP, São Paulo, 2010, p. 28.

<sup>248</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 72.

larga escala para atender às necessidades das indústrias e o conseqüente aumento dos lucros, e também a modernização das relações de trabalho, como explica Kageyama: “O capital tende a homogeneizar a agricultura, sua modernização invariavelmente no sentido de conferir a todas as atividades agropecuárias um mesmo conteúdo, isto é, ele serem produções capitalistas ou produções subordinadas ao capital, sob sua lógica e seus objetivos.”<sup>249</sup>

O projeto do governo Munhoz da Rocha de modernizar o campo no estado do Paraná obrigava a relação do agricultor com a terra fundamentada em mudanças experimentadas em outras regiões do país, com estabelecimento de relações capitalistas de produção, com a introdução da industrialização e da mercantilização de todas as etapas de produção.<sup>250</sup> A relação capitalista foi expressa, no caso paranaense, com a criação das cooperativas nas colônias, as quais garantiam a compra da produção dos colonos, o beneficiamento industrial (agregando valor) e a comercialização para o mercado.

No modelo agroindustrial, a grande indústria fornecedora dos equipamentos (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, adubos químicos, fertilizantes etc.) e máquinas, transformando o modelo agrícola existente até então em uma agricultura capitalista, onde retirava da imensa maioria do povo do campo o domínio sobre o que produzia, para quem vendia, quanto vendia e por quanto vendia, era a completa separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica.<sup>251</sup>

É evidente que qualquer mudança na estrutura arcaica do mundo rural, marcado pelo latifúndio, baixa produtividade e conflitos sociais, onde a maioria dos agricultores brasileiros não tinha acesso à educação formal, mão de obra de baixa qualificação, analfabetos e facilmente substituíveis, ficando totalmente na dependência do grande proprietário, era percebida como obra de agricultores fora do país. Segundo Altiava Balhana, na obra *Estrutura dos Campos Gerais* (1968, p. 44), “as autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fosse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural”.<sup>252</sup>

---

<sup>249</sup> KAGEYAMA, Ângela. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura*. Uma análise regional. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. p. 30.

<sup>250</sup> MARTINS, Jose de Souza. *Cativeiro da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 36.

<sup>251</sup> MARX, Karl. *O capital, crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. p. 368.

<sup>252</sup> BALHANA, Altiava Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. 44.

No caso paranaense, a ação do governo do estado em parceria com o governo federal permitia avanços da tecnologia na agropecuária advindos das pesquisas científicas desenvolvidas na Embrapa dos Campos Gerais, município de Ponta Grossa. Foi criada especificamente para pesquisar a produção nas áreas dos campos tradicionais do Paraná, devendo ser compreendida como parte desse esforço de modernização do campo. A ideia do governador era transformar as colônias em áreas experimentais, adotando novas técnicas agropecuárias em áreas de campos nativos. Os resultados desse processo eram divulgados pela propaganda do Serviço de Publicidade Agrícola com objetivo de atingir os demais agricultores do estado.

A implantação desse modelo produtivo associado ao cooperativismo e à mão de obra de agricultores europeus, acostumados ao modelo cooperativo, possibilitou o aumento da produtividade, as safras apresentaram números cada vez melhores, as receitas econômicas cresceram. Essa melhoria foi vinculada à imprensa regional e ao meio acadêmico como sinônimos de desenvolvimento. Mas, na verdade, isso não passava de modelo de modernização conservadora.

Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. A ideia de modernização que, sempre, aparece justificando e legitimando a reprodução das relações sociais e de poder no Brasil do que, talvez, o melhor exemplo hoje seja a expansão do agronegócio, tanto na região Centro-Oeste, como em Rondônia, ao longo da Cuiabá-Santarém, em Tocantins e no Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Oeste da Bahia.<sup>253</sup>

O estado experimentou um aumento da produção agropecuária tanto que, em 1950, representava 7,1% da produção nacional. As décadas seguintes, pela ação do governo estadual, a produção chegou a 12% em 1960 e 13% em 1970, indicando que a estrutura planejada tinha produzido efeitos, como a expansão da infraestrutura com a construção de rodovias, ampliação da frota de veículos, tratores, caminhões, aumento do porto de Paranaguá.

O processo de colonização e criação de colônias no Paraná entre 1951 e 1955 representou preocupação às oligarquias tradicionais e à burguesia emergente. Nesse momento histórico e econômico ocorreu perda de prestígio das oligarquias tradicionais dos Campos Gerais e campos de Guarapuava, que refletiam o movimento de declínio

---

<sup>253</sup> CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Nera*, Presidente Prudente: Unesp, ano 7, n. 5, p. 3, ago./dez. 2004.

econômico das famílias, aliado à queda da produção do modelo de exploração tradicional de criação de gado extensivo nos campos nativos, endividamento e venda de grandes fazendas tradicionais aos novos colonos de origem europeia. A mudança consistia na saída de um ou de alguns membros da oligarquia por uma centena de pequenos proprietários, transformados em uma emergente burguesia regional ligada à agroindústria dinâmica e modernizante. Esse fenômeno teve ressonância em vários setores da administração estadual, provocando embates políticos tanto no Legislativo como no Executivo.<sup>254</sup>

A região das colônias no sentido Campos Gerais ao Centro-Sul ficou conhecida, pela historiografia paranaense, como Paraná tradicional, pois a colonização mais antiga foi marcada com a produção do mate e do gado, com intensa atuação do tropeirismo de gado e criação de porcos. Tratava-se de uma região de grandes fazendas, onde ocorriam as invernadas de gado e porcos, politicamente no domínio de latifundiários com influência estadual.<sup>255</sup>

No século XX, as áreas de campos passaram a ser destinadas à produção de grãos, principalmente soja, mas também ao cultivo de pastagens específicas para a produção leiteira. Segundo Brasil Machado, na obra *Estrutura dos Campos Gerais* (1968, p. 47), “no correr das primeiras décadas do século XX, a produção das fazendas diminuía constantemente, empobrecendo os fazendeiros. O Governo do Estado procurava deter essa decadência. As fazendas se despovoavam”. A estratégia do governo foi incentivar a formação de colônias como uma espécie de laboratório de desenvolvimento de práticas agropecuárias, incomuns entre os agricultores da época. Dentre essas práticas, uma forte mecanização do processo no preparo da terra, correção química do solo, sementes selecionadas, produção e distribuição atreladas ao sistema agroindustrial.

Munhoz da Rocha, ex-governador, no prefácio do livro *Suábios do Paraná* (1971, p. 5), explicita a opção por incentivar a criação de colônias: “Quando governador do Paraná estimei a implantação de três núcleos colônias em 1951, em moldes que garantiram seu completo êxito.” Referia-se a Castrolanda, Witmarsum e Entre Rios, nos municípios de Castro, Palmeira e Guarapuava, respectivamente. Bento Munhoz da Rocha justifica o motivo pelo qual optou pelos imigrantes europeus para as novas áreas

---

<sup>254</sup> GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 71.

<sup>255</sup> RAMOS, Rene Wagner. O conflito entre os caboclos e a madeireira Zattar, no município do Pinhão - PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2015. *Anais...* Passo Fundo: UPF, 2015. p. 2.

coloniais, seria a implantação da produção em larga escala do trigo em terras paranaenses devido à dependência brasileira do produto, e somente agricultores europeus acostumados com o cultivo conseguiriam êxito, além de criar uma bacia leiteira atrelada à agroindustrialização como forma de agregar valor à produção do leite.

O novo cenário de produção em larga escala com a mecanização do solo voltada para a exportação acabou interferindo na paisagem geográfica dos campos, pois, conforme a produção aumentava, mais áreas eram destinadas a esse modelo. As áreas limpas pela exploração madeireira e pecuária foram as primeiras a serem conquistadas. Esse processo de expansão avançou sobre as terras agricultáveis dos caboclos faxinalenses expulsos por não possuíam o título de propriedade da terra, o que facilitou a cooperativa comprar as áreas em parceria com a indústria madeireira.

### **3.2. A opção do cooperativismo agroindustrial nas colônias de Entre Rios, Witmarsum e Castrolanda**

As cooperativas surgiram na Europa no final do século XVIII e início do século XIX, período marcado pelo rápido crescimento industrial, inclusive do campo, subordinando as atividades agropecuárias. A agricultura tornou-se um setor fornecedor de matéria-prima e de alimentos em decorrência do rápido crescimento populacional das cidades, bem como a necessidade de liberar mão de obra para as fábricas. Foi um movimento de forte expansão do capitalismo industrial que trouxe como consequência imediata um crescimento de exclusão e desigualdades sociais. Como resposta ao "perigo" que representava o domínio do capital sobre o trabalho, surgiram as primeiras teorias e experiências cooperativistas, que, basicamente, buscavam uma nova forma de organização produtiva que não fosse "exploração do homem pelo homem".<sup>256</sup>

As cooperativas surgiram nesse contexto de expansão do capitalismo industrial, oferecendo um novo modelo de produção para a sociedade na tentativa de escapar da exploração produzida pelo sistema. O cooperativismo teve origem com os desempregados de Rochdale na Inglaterra, em 1844, que se organizaram em uma cooperativa para

---

<sup>256</sup> SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. Campinas: Unicamp, 1995. p. 42.

adquirir alimentos de forma mais barata, implantando um armazém de produtos de primeiras necessidades, uma espécie de cooperativa de consumo dos dias atuais.<sup>257</sup>

A teorização da experiência cooperativista teve como responsável Charles Gide (1847-1932), que sistematizou os principais pontos do cooperativismo, iniciando com o que assentou chamar de "pensamento cooperativo rochdeleano". Como forma de difundir e preservar esses ideais, em 1895 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), instituição de representação internacional das cooperativas. A aliança teve um papel fundamental para o avanço e a preservação da ideologia cooperativista.<sup>258</sup>

A origem do cooperativismo representou um aparente conflito na sua ideologia capitalista, portanto, o cooperativismo seria uma alternativa ao liberalismo econômico do século XIX, como também ao socialismo de estado, instigando seus criadores a acreditarem que o sistema cooperativista seria a resposta aos problemas sociais advindos do capitalismo e do controle estatal da propriedade pelo socialismo.

Essa interpretação equivocada produziu o mito de que a atividade cooperativista resolveria os conflitos entre capital e trabalho. Uma análise quase ingênua, pois o simples fato de acreditarem que bastaria trabalhadores aderirem ao cooperativismo para pôr fim à exploração pelo capital. A visão era ingênua do ponto de vista político, social e econômico, pois supor que a burguesia industrial aceitasse um abandono maciço de trabalhadores de suas fábricas sem reagir seria pura ingenuidade.

Na verdade, podemos identificar como utópico, pois acreditar que todo sistema econômico se associa ao cooperativismo sem provocar reações ao fim do capitalismo e aos interesses diversos de grupos e indivíduos no tocante à transformação do modo de produção capitalista, sem eliminar o pilar do capitalismo, a propriedade privada, como seria possível controlar os meios de produção no campo. Portanto, diante do quadro exposto, constituir uma sociedade igualitária e justa seria, na verdade, uma utopia.<sup>259</sup>

A introdução dessa forma de organização no Paraná não foi de acordo com a perspectiva defendida pelos utópicos. Para o governador Bento Munhoz da Rocha, o modelo cooperativo nada tinha de utópico, mas uma forma de organização capitalista com o controle dos proprietários, no caso, os colonos. Na sua visão, o controle da produção

---

<sup>257</sup> LIMA, M. F. *Cooperativismo brasileiro: fundamentos teóricos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. p. 23.

<sup>258</sup> LIMA, M. F. *Cooperativismo brasileiro: fundamentos teóricos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. p. 25.

<sup>259</sup> LIMA, M. F. *Cooperativismo brasileiro: fundamentos teóricos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992. p. 26.

pelos colonos contribuiria para a implementação de transformações no modelo agropecuário da região dos Campos Gerais, com investimentos públicos em pesquisa e financiamento. Seria uma espécie de garantia pela dedicação dos colonos no negócio, aproveitando a tradição deles com o cooperativismo em terras europeias. Portanto, ao torná-los empresários na lógica capitalista, os colonos seriam donos do negócio, da terra, da fábrica, do laticínio, algo muito difícil de alcançar em sua terra natal, daí o interesse dos imigrantes se deslocarem para o Paraná.

Na verdade, foi uma estratégia política e econômica dispensada aos imigrantes escolhidos pela experiência no plantio do trigo e na criação do gado leiteiro. Essa lógica garantiu ao projeto resultados positivos na primeira safra de trigo e na criação de uma nova bacia leiteira com base na produção de vacas holandesas, apresentados aos agricultores paranaenses dessa região que tinham sido preteridos.

As transformações ocorreram no contexto da expansão dos interesses do capitalismo na agropecuária. A primeira mudança foi o colapso do antigo método de produção no estabelecimento e no rápido desenvolvimento de um novo modelo produtivo. Esse fenômeno econômico introduzido pelo sistema cooperativo no Paraná afetou primeiramente aos agricultores que não eram proprietários regularizados com a posse da terra (principalmente os parceiros). Eles foram os primeiros expropriados das terras e estas anexadas aos grandes proprietários vizinhos. A maioria desses pequenos agricultores ficou relegada à mão de obra assalariada, o que comprova o caráter essencialmente capitalista da modernização.<sup>260</sup>

A "modernização" defendida por Bento Munhoz da Rocha tinha como referência a industrialização do campo. Para informar a sociedade paranaense, o governo utilizou o Serviço de Publicidade Agrícola através de rádios, jornais e revistas.

Conta, atualmente, o Serviço de Publicidade Agrícola, com uma cadeia de 23 Emissoras no Estado, 1 em Santa Catarina e um serviço de alto-falantes no Norte do Paraná, possuindo, desta forma, a maior Rede Radiofônica em nosso País. Essas emissoras irradiam semanalmente um programa organizado, mimeografado e expedido pelo Serviço de Publicidade Agrícola... uma rede jornalística composta de 19 jornais na Capital e no interior, inclusive dois editados em idioma estrangeiro, que publicam os editais, portarias, avisos e outros tópicos que necessitem de uma divulgação ampla.<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup> SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. Campinas: Unicamp, 1995. p. 3.

<sup>261</sup> Idem, p. 65.

O discurso repetido pelo Serviço de Publicidade Agrícola sobre a modernização agrária e colônias sendo utilizadas como *marketing* para emplacar as ideias de uma reforma capitalista na agricultura eram constantes nos debates políticos. Defendia “a necessidade da industrialização da agricultura para que se equipare, na sua produtividade, as indústrias. Portanto, industrialização agrícola. É preciso industrializar a agricultura”.<sup>262</sup>

O processo de modernização aplicado pelo governador no espaço agrário do Paraná compreendia esses conceitos de industrializar da agricultura, para tanto, os agricultores deviam estar organizados em cooperativas agroindustriais. A modernização defendida por Bento Munhoz da Rocha seria introduzida através desse modelo agroindustrial. As colônias Entre Rios, Witmarsum e Castrolanda conseguiram apresentar uma resposta desejada aos estímulos e inovações capitalistas. Por isso, hoje, cada vez mais as cooperativas incorporam os métodos empresariais de gestão, dessa forma conseguem sobreviver à concorrência que o sistema impõe.

Nesse modelo de produção agrícola percebe-se um elo na cadeia produtiva e os produtores um meio, não um fim. O Estado seria o intermediário, um incentivador da modernização da agricultura, desde que eles aceitassem a ideia de desenvolvimento econômico, passando pela lógica da necessidade produzida pela demanda da indústria de insumos, desde pesticidas e inseticidas químicos como da mecanização, além de investimentos em novas técnicas agrícolas, tendo como resultado o crescimento da produção. O aumento produtivo tinha como objetivo alcançar a autossuficiência do país no fornecimento de insumos para a indústria e a produção de excedente para exportação, trazendo divisas para o país. Era o início da construção do atual modelo de agronegócio voltado para a exportação. Para tanto, o governador garantia nesse modelo o acesso dos colonos às linhas de crédito subsidiadas, as quais permitiam avanços tecnológicos, facilitando a capitalização das cooperativas.<sup>263</sup>

As colônias Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum foram estruturadas como cooperativas agrárias (agroindustriais), em que cada associado teria direito a um voto nas decisões. Em tese, quem tinha a decisão era o colono associado, independentemente do capital integralizado. Seria uma organização com predomínio do trabalho sobre o capital, em aparente contradição com o modelo capitalista. No modelo brasileiro, pessoas

---

<sup>262</sup> ROCHA, Bento Munhoz da. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987. p. 367.

<sup>263</sup> SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. Campinas: Unicamp, 1995. p. 4.

jurídicas são impedidas de participar nesse modelo cooperativo para garantir às pessoas físicas o domínio do trabalho sobre o capital.

O Estado exerceu influência direta e indireta no processo de agro-industrialização das cooperativas paranaenses: ao estimular a modernização agrícola, o estado estava favorecendo indiretamente a agro-industrialização das cooperativas já que esta, para poder se realizar, necessita de uma base produtiva que lhe forneça uma produção com volume e condições de padronização economicamente viáveis. Também o Estado teve um papel importante na formação do quadro social que iria compor as cooperativas: sobre as desigualdades regionais, produtivas e sociais que caracterizam a agricultura brasileira, as cooperativas vão operar, conformando um tipo de cooperativismo que, já de início, vem marcado pela extrema dificuldade de se conciliar os mais diversos interesses que se formam no bojo da sociedade.<sup>264</sup>

Também é verdade que em todos os casos houve, num grau maior ou menor, a contribuição dos governos federal, estadual e municipal para o estabelecimento das colônias e suas cooperativas. Um pouco dessa história será abordada mais adiante. Neste espaço, o relevante é a exigência do governo paranaense na fundação das cooperativas por imigrantes ainda em terras europeias, ou seja, toda negociação do governo do Paraná com os imigrantes ocorreu por intermédio das cooperativas que recebiam recursos quer financeiros, quer de assistência. Foi uma estratégia para forçar, desde o início, a adesão por todos os imigrantes ao sistema cooperativo. Apesar de acadêmico, Bento Munhoz da Rocha foi um político que estruturou as ações de seu governo para serem executadas durante sua gestão de 1951 a 1955. A urgência da execução do projeto e o incentivo à imigração para as novas colônias com agricultores detentores de conhecimento do modelo produtivo foram as formas de acelerar a execução do projeto.

A necessária urgência estava dentro de um período de quatro governos para a implantação da agroindustrialização do sistema de cooperativas “em unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a utilização intermediária. O processamento do produto agrário de forma a alterar as características dele, adaptando seu conteúdo à utilização final”.<sup>265</sup>

A agroindústria, no seu conceito, é o setor industrial de transformação da matéria-prima (milho, leite, carne, soja, trigo e outros) em produtos para os consumidores rurais mais próximos do produtor, propiciando uma ligação estrutural e permanente com o

---

<sup>264</sup> SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. Campinas: Unicamp, 1995. p. 51.

<sup>265</sup> LAUSCHER, Roque. *Agribusiness, cooperativa e produtor Rural*. São Leopoldo: Unisinos, 1993. p. 50.

agricultor. Cabe ao produtor manter a produção da matéria-prima com regularidade, fornecimento e qualidade. Dessa forma, a agroindústria e o produtor são dependentes um do outro, pois só o produtor rural não encontraria alternativas de mercado sem o desenvolvimento da estrutura garantida pela agroindústria cooperativa, com financiamentos e assistência técnica, permitindo, dessa forma, o atendimento ao acesso do mercado consumidor, tendo como consequência a renda garantida pela venda exclusiva de sua produção à cooperativa agroindustrial.<sup>266</sup>

### 3.3. Criação da Casa Rural e do Serviço de Publicidade Agrícola

Em discurso proferido pelas rádios que faziam parte do Serviço de Publicidade Agrícola, em 30 de abril de 1951 o governador Bento Munhoz da Rocha detalhou o plano de governo.<sup>267</sup> Na fala publicada na íntegra, o político apresentou o projeto como essencial para a modernização da agropecuária, detalhou como modernizaria a agropecuária paranaense. Primeiro teria por base investimentos na infraestrutura, como construir estradas para facilitar o escoamento das safras, modernizar e aumentar a capacidade do porto de Paranaguá principal modal exportador de grãos da safra, construir silos para armazenagem de grãos, dar acesso aos agricultores para os financiamentos no sistema de crédito cooperativo; depois financiaria a construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão para o fornecimento de energia elétrica, pois, segundo ele, afirmava que a industrialização do Paraná dependia da oferta abundante e barata de energia, necessária para a agroindustrialização do campo.<sup>268</sup>

O governador alertava para o abandono e a pauperização do campo paranaense, acrescentava também a situação de nomeação de políticos para cargos técnicos na Secretaria de Agricultura, que teria causado impactos na assistência agrícola, como a falta de acompanhamento aos pequenos e médios agricultores, em detrimento do atendimento especial aos grandes produtores. A secretaria teria sido transformada numa mera

---

<sup>266</sup> LAUSCHER, Roque. *Agribusiness, cooperativa e produtor Rural*. São Leopoldo: Unisinos, 1993. p. 48-49.

<sup>267</sup> Sugirirá o Sr. Munhoz da Rocha a criação da Casa Rural no Paraná: problema da energia elétrica e escoamento da produção do estado – construção de novas rodovias – vinda de técnicos da Holanda e fluxo de capitais estrangeiros. *Diário de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 1º maio 1951.

<sup>268</sup> Sugirirá o Sr. Munhoz da Rocha a criação da Casa Rural no Paraná: problema da energia elétrica e escoamento da produção do estado – construção de novas rodovias – vinda de técnicos da Holanda e fluxo de capitais estrangeiros. *Diário de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 1º maio 1951.

repartição estatal, burocrática e restrita para a capital. Encontrava-se desaparelhada materialmente, com falta de técnicos especializados, comprometendo o trabalho do agricultor paranaense. Justificava que a situação exigia uma reorganização com urgência na secretaria para dar assistência ao agricultor.<sup>269</sup>

Bento Munhoz da Rocha se inspirou na experiência do estado de São Paulo que instituiu a Casa da Lavoura, e no Paraná Munhoz a nominou de Casa Rural. A ideia era atingir todas as regiões que seriam dotadas de meios de transporte, maquinários agrícolas, sementes selecionadas, corretivos, inseticidas e fungicidas, produtos químicos de uso veterinário apresentados por técnicos capacitados junto aos agricultores. Uma das críticas à Secretaria de Agricultura era de que repassava aos agricultores maquinários e novas técnicas sem nenhum treinamento e preparo, como observamos na denúncia do jornal *Diário da Tarde*: “A Secretaria de Agricultura enviava tratores, trilhadeiras e outras máquinas, como quem distribui enxadas. Que ficavam enferrujando em galpões por falta de quem conhecesse seu funcionamento”.<sup>270</sup>

É evidente que toda e qualquer iniciativa dessa natureza, por melhor idealizada que seja, será inoperante e tendente ao fracasso, desde que não possa contar, na consecução dos objetivos visados, com o elemento humano experimentado e de reconhecida capacidade profissional. Nestas condições, torna-se imprescindível, que aquela Secretária, possa contar concomitantemente com a instituição da Casa Rural com o concurso de um contingente de técnicos capacitados a dar cabal execução a este plano.<sup>271</sup>

Pela lei nº 688, de 16/10/1951, o governo de Bento Munhoz da Rocha criou as casas rurais, lei que visava implantar um novo modelo agrícola em todas as regiões do estado a fim de disseminar os novos conhecimentos técnicos no campo agropecuário, garantindo a eficiência na aplicação dos modernos métodos. Os objetivos previstos em lei eram de orientação, supervisão e controle sob a diretriz de agrônomos especialmente designados. Para o governador, a simples oferta de tecnologia, como sementes selecionadas, máquinas, não era suficiente. O trabalho proposto com a Casa Rural era mais amplo, com intenção de corrigir os erros para colocar a agricultura paranaense na vanguarda da “modernização agrícola”.

---

<sup>269</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1952, p. 29.

<sup>270</sup> JORNAL, *Diário da Tarde*, p. 2, 2 maio 1951.

<sup>271</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1951. p. 73.

A finalidade precípua desta dependência da Secretaria auxiliar, objetiva e efetivamente, o homem do campo, que na parte técnica com assistência de Agrônomos e Veterinários distribuídos pelas várias regiões do Estado, como na parte material, com o sistema adotado de aluguel de máquinas para mobilização racional do solo, pela venda de outras dos mais variados tipos, sementes garantidas, medicamentos e produtos veterinários. O Estado foi dividido em dez zonas que se constituíram em Setores Agrícolas, subdivididos em regiões de produção constituídas pelas Casas Rurais. Os setores Agrícolas executam o plano de trabalho da Superintendência, ligada dessa forma e diretamente aos lavradores e criadores do Estado pelas Casas Rurais.<sup>272</sup>

O papel das casas rurais era amplo do ponto de vista técnico, mas esbarrava na cultura agrícola tradicional. Segundo informações coletadas pelos técnicos enviados para o interior do estado, o tradicionalismo, a falta de educação formal e a precária assistência dificultavam os agricultores optarem pela utilização de máquinas (tratores, plantadeiras etc.), enviadas pela Secretaria da Agricultura. Esse conjunto de fatores impedia a modernização da agricultura, e os agricultores, por sua vez, permaneciam no sistema tradicional do arado.

O empenho estatal não produziu os resultados esperados, segundo palavras do governador, não houve mudança cultural e educativa do agricultor. Acreditava que para facilitar a assimilação das novas técnicas agropecuárias era necessário que os agricultores vivenciassem a experiência de outros pares. A solução encontrada para proporcionar essa experiência didática foi implantar e organizar colônias agropecuárias em locais estratégicos com imigrantes detentores de conhecimentos das novas técnicas e acostumados com a mecanização pretendida pelo estado. Nesses locais os agricultores poderiam compreender as novas técnicas, facilitando o trabalho de assistência e ofertar o acesso a escolas agrícolas para os filhos dos agricultores, facilitando a disseminação e a consolidação de novos processos de utilização técnica da cultura da terra.

Das observações dos técnicos enviados para o interior e das discussões de especialistas da universidade com o governo surgiu um plano enviado como projeto de lei para a Assembleia Legislativa, com destaque na criação da Casa Rural. O projeto detalhava a situação do campo paranaense para justificar a criação do órgão auxiliar da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio como solução para os problemas diagnosticados na pretensão de fazer avançar o processo de modernização do campo

---

<sup>272</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1952. p. 29.

paranaense. Por isso, o documento explicita as necessidades de acordo com o governo para o desenvolvimento da agropecuária no estado, dos agricultores e da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio:

- a) Assistência ao Lavrador;
- b) Levantamento do cadastro rural;
- c) Previsão e avaliação das safras;
- d) Peritação e avaliação para financiamento;
- e) Incentivo e assistência direta ao Cooperativismo;
- f) Planejamento das explorações de propriedades rurais, em moldes racionais;
- g) A distribuição de mudas e sementes selecionadas;
- h) A defesa do solo contra erosão;
- i) O combate às pragas e moléstias das plantas;
- j) A vacinação e combate às doenças dos animais;
- k) A fiscalização do beneficiamento dos produtos agrícolas e dos adubos, com a coleta de amostras;
- l) A produção de sementes selecionadas e a fiscalização dos contratos de cooperação;
- m) O empréstimo e a revenda de maquinário agrícola e reprodutores;
- n) O expurgo dos cereais, da desinfecção e análise das sementes.<sup>273</sup>

As necessidades e justificativas propostas no projeto de lei enviado para a Alep, solicitando a criação da Casa Rural, evidenciava o modelo agrário almejado para o Paraná, seria agroindustrial e exportador. O novo modelo proposto procurava interferir na agropecuária tradicional com a introdução no projeto certas características que o modelo anterior não praticava, como, por exemplo, uso intenso da mecanização; controle de pragas; uso intensivo de agrotóxicos; produção em larga escala a partir da utilização racional de novas técnicas desenvolvidas por especialistas adequadas ao tipo de solo; controle e acompanhamento da produção; sistema de financiamento agrícola; utilização das sementes selecionadas; controle sanitário, características todas do mercado agroexportador.

O novo modelo defendido pelos órgãos governamentais, apesar da boa intenção de melhorar a condição da agropecuária, trouxe também problemas para o pequeno e médio produtor, entre os quais a perda da autonomia. A indústria passaria a exigir aplicações dessas novas tecnologias para garantir a compra das safras, tornando o agricultor um assalariado, com propriedade da terra, ele plantava, produzia o leite ou carne a partir das orientações e exigências do novo patrão: o mercado.

---

<sup>273</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1951. p. 73.

O incentivo às cooperativas agroindustriais adotado no discurso governamental, apesar de reforçar o domínio industrial sobre a agricultura, era a tentativa de amenizar o controle do mercado junto aos agricultores na região do Paraná tradicional. Afinal, eles se encontravam em processo de estagnação e declínio econômico, que chegou a deixar fazendeiros na ruína econômica com a venda ou, até mesmo, abandono das terras pelo esgotamento do solo. No modelo cooperativo, os sócios tinham algum grau de controle sobre as decisões de investimentos, financiamentos e assistência, o que, em tese, poderia representar uma transição do modelo menos traumática.

A recuperação do solo das áreas degradadas com novas técnicas e as novas práticas econômicas para melhorar as condições dos fazendeiros eram os objetivos. Nessa perspectiva compreende-se a implantação das colônias agroindustriais de Palmeira, Guarapuava e Castro, para que se constituíssem modelos de transformação do tradicional agropecuário nessa região do estado. Para Bento Munhoz da Rocha, somente agricultores organizados em cooperativas conseguiriam as mínimas condições para sobreviver no mercado agroindustrial e exportador, isso justificava o investimento com financiamentos e apoio técnico.

Como reforço de todo esse plano, o governo contava com o serviço de publicidade para divulgar, via rádio e jornal, as informações que contribuía no fortalecimento das suas ações no campo agrário. Os objetivos das casas rurais foram destaque na imprensa regional, fruto do trabalho da propaganda do Serviço de Publicidade Agrícola.

Terá o novo órgão como objetivos principais o fomento à produção, distribuição de sementes selecionadas, formação de campos seleção para sementes e mudas de estudo das condições econômicas de cada região, organização das áreas agrícolas, previsão estatística das safras, ciência do solo e defesa contra erosão, combate as pragas, qualificação dos produtos, análise do preço do produto, sua tendência e variação, transporte e armazenagem, assistência aos pecuaristas e pesquisa das circunstâncias financeira para o desenvolvimento da agricultura.<sup>274</sup>

Apesar de o objetivo do governo prestar assistência ao pequeno agricultor, alvo preferencial, buscava ofertar assistência técnica junto às pequenas produções agropecuárias. Com essa finalidade, já em 1952 tinham sido implantadas 56 casas rurais, a maioria na região do Paraná tradicional, área marcada pelo latifúndio. A implantação nessa área não havia ocorrido aleatoriamente pelo fato de apresentar uma agropecuária,

---

<sup>274</sup> Jornal *Diário da Tarde*, Curitiba, p. 2, 2 maio 1951.

do ponto de vista governamental, atrasada cultural e tecnologicamente, com perdas significativas de valor agregado das produções em grandes áreas de fazendas degradadas.

O plano apresentou os primeiros resultados significativos com a introdução das lavouras de trigo nos campos de Guarapuava e na colônia Entre Rios, áreas de clima temperado (zona de colonização portuguesa mais antiga, o Paraná tradicional), onde foram implantadas as novas técnicas agrícolas, utilizando a correção do solo, uso de adubos químicos, sementes selecionadas e uso intensivo da mecanização, obtendo como resultado um aumento substancial na produção do trigo para oitenta toneladas, com o uso de 87 tratores e 486 máquinas trilhadeiras. Sobre a produção nos campos, assim foi descrita pelo governador:

E 30% da área paranaense que são campos que cada ano empobrecem mais, campos que exigem de 6 a 7 hectares por cabeça de gado. Há duas soluções aí, ou tornar, arar os campos ou transformá-los de campos naturais em pastagens artificiais, e o governo do Estado há mais de 30 anos está estudando experimentalmente, com técnicos, para resolver esse grande problema, dos campos gerais, ou talvez fazer a colonização racional nesses campos, como se está fazendo em Guarapuava onde uma grande colonização Alemã esta cultivando Trigo nos campos nativos, campos que permitem a mecanização, são campos nativos, e os alemães, pelos seus técnicos, preferiram o campo, que deve ser adubado, as terras devem ser destocadas. É muito mais barato a adubar que destocar a terra. Quero crer que este é o ponto fundamental da economia paranaense seja resolvido com a valorização dos campos gerais.<sup>275</sup>

Em 1952, as casas rurais haviam repassado, a preço de custo, 220 mil doses de vacinas contra a peste suína (o alvo era a destruição do modelo de criação de porcos crioulos criados soltos no sistema de safra e a substituição do modelo da criação de confinamento em granja), 160 mil medicamentos veterinários, 379 mil quilos de sementes selecionadas. Era o início da implantação do novo modelo agrícola.<sup>276</sup>

Outro aspecto relevante na implantação do novo modelo agrícola foi o incentivo ao processo de mecanização do campo. Apostando na proximidade dos técnicos dos produtores pela disseminação das casas rurais pelo estado, organizavam-se “demonstrações práticas e acessíveis dos serviços e os resultados compensadores obtidos

---

<sup>275</sup> ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Conferência pronunciada pelo Sr. Prof. Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto na abertura da 1ª Semana de Estudos Econômicos na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná*. Curitiba: Museu Paranaense, 20 set. 1953. p. 8.

<sup>276</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1952. p. 9.

pelos interessados, aqui mobilizando terras virgens, ali recuperando glebas esgotadas; o grau de confiança e de entusiasmo que se conseguiu, deverá ser mantido e incentivado”.<sup>277</sup>

A estratégia adotada pelo governador foi enfrentar a situação do aspecto técnico pelas casas rurais e o aspecto cultura pela metodologia empírica, ou seja, pelo processo da experiência entre o agricultor e o técnico, além de uma enxurrada de propaganda em rádios e jornais. Para tanto, contavam com 22 emissoras de rádio, com programas semanais de 15 minutos de divulgação agrícola, intercalados com palestras por técnicos. Já os jornais e revistas apresentavam matérias sobre a agropecuária, com participação de 23 jornais, quatro revistas e dois boletins à disposição do SPA.<sup>278</sup>

Para o governo, a divulgação dos avanços científicos no campo agropecuário, as orientações técnicas, quer agrícolas, quer pecuária, no combate às doenças que atingiam os rebanhos bovinos e suínos, seriam atribuições intrínsecas da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Esta devia utilizar de todos os métodos para atingir o objetivo proposto pelo governo. Nessa perspectiva compreendemos a utilização do Serviço de Publicidade Agrícola. Mais que simplesmente repassar dados científicos alertando contra doenças, sobre a importância da vacinação do gado e dos porcos e outras situações, a propaganda massiva prolongada lentamente começava fazer parte do cotidiano do agricultor, o novo modelo agrícola, a modernização, a industrialização do campo, uso de sementes selecionadas, agrotóxicos, conquistando sua aceitação. Foi uma mudança cultural que permitiu uma melhor acolhida dos técnicos da secretaria e da mudança de atitude dos agricultores em relação ao novo, à mecanização, sementes, agrotóxicos etc.

Dentro do SPA existia a Divisão de Imigração, que lhe cabia a difusão e o incremento do cooperativismo por meio de propaganda falada e escrita, além da “assistência quanto à organização e ao funcionamento das cooperativas, orientando-as para a fiel observância das disposições legais, regulares e doutrinárias e exerce ainda, a fiscalização das mesmas”.<sup>279</sup>

---

<sup>277</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1951, p. 30.

<sup>278</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>279</sup> PARANÁ, governo do Estado. *Mensagem apresentada à assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1952, p. 63.

### 3.4. As ações em infraestrutura: rodovias, energia e porto

O investimento em infraestrutura ocorreu fundamentalmente nas áreas do transporte e energia, as quais eram consideradas pelo governo importantes e complementares em garantir êxito no plano agropecuário. Estradas, ferrovias, portos eram essenciais para o escoamento e exportação da safra e a oferta abundante de energia elétrica barata criava melhores condições para a agroindústria.

Para dinamizar o processo de industrialização, o governo investiu fortemente na construção de rodovias que cortavam o estado, criando uma complexa malha viária, completada por diversas obras de silos e armazéns, pois havia necessidade de escoamento rápido ou estocagem adequada da produção, sem risco de perda da safra. Como o Paraná não apresentava ligação do norte e Campos Gerais adequada, grande parte da produção era escoada via São Paulo e Santos, obtendo prejuízo na arrecadação fiscal. Foi uma investida de suplantar os dilemas de conformação econômica e social. Em 1951, a Secretaria de Viação e Obras Públicas investiu 41% das rubricas estaduais e 58% de todas as despesas suplementares do Estado, chegando, em 1954, a 43 e 37%, do orçamento global do estado.<sup>280</sup>

A questão rodoviária foi apresentada e aprovada pelo Conselho Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em 2 de março de 1951, com o título de “Plano rodoviário”, tornado decreto-lei nº 2.188, de 19 de julho de 1951. O objetivo era dar condições para a construção de rodovias que ligassem as regiões produtoras do Paraná e Paranaguá para se tornarem livres da influência econômica de São Paulo, pois as exportações do café paranaense, principal produto do estado e do país, eram realizadas até aquele momento pelo porto paulista, enfraquecendo a economia do Paraná na leitura governamental. Portanto, as rodovias deviam interligar o estado transportando a safra de grãos para o porto de Paranaguá, que seria reestruturado para ser um primeiro porto especializado na exportação de grãos e carne.<sup>281</sup>

O Brasil nas primeiras décadas do século XX apresentava um modelo econômico que demandava a importação de tecnologia para modificar a indústria de substituição. Esse modelo adotado trouxe a ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial brasileira. No entanto, o país continuava dependente do exterior em relação à

---

<sup>280</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001. p. 63.

<sup>281</sup> PARANÁ, Estado do. Plano rodoviário. *Revista do DER*, Curitiba, Paraná, p.3, 1951.

qualidade e relevância dessa produção, pois as máquinas e equipamentos utilizados no processo industrial e a matéria-prima específica continuavam a ser importadas.<sup>282</sup>

O modelo de indústria para substituir das importações havia ampliado a demanda por meio do sistema rodoviário, em detrimento do ferroviário e fluvial. No caso paranaense, a frota cresceu rapidamente durante a política de subsídios para a compra de veículos e a construção de estradas. O governo estadual justificava a política como consequência da expansão cafeeira no norte do estado, que exigia rodovias para escoar a produção. A expansão criava a necessidade de integrar o interior com a capital para chegar até o porto de Paranaguá. A situação, segundo o discurso governamental, exigia a construção de novas rodovias que interligassem o interior ao leste. A produção do trigo do centro-sul e sudoeste exigia a construção de vias de escoamento e interligação com as cidades, como Guarapuava e Curitiba, inclusive com a implantação de ramal ferroviário.<sup>283</sup> Esse discurso de integração se encontra presente nas pesquisas de historiadores, como Machado, que afirma:

O problema relevante que se coloca hoje na História do Paraná e o da integração dessas comunidades, ou seja, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVII de Paranaguá a Curitiba, pelas regiões de campo com a criação de gado, erva-mate, madeira; as do Paraná moderno dos agricultores de café, que por origens e interesses históricos ficaram ligados a São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que pela origem e interesses históricos se ligaram ao Rio Grande do Sul. Cada grupo forneceu seu próprio tipo de economia, e formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades.<sup>284</sup>

A reestruturação pretendia atender o desejo antigo da elite política paranaense de integrar todas as regiões do estado e o escoamento da produção pelo porto de Paranaguá pela malha viária, assim descrita em mensagem à Assembleia Legislativa em 1953 (p. 157):

Os importantes estudos feitos pelo D. E. R. levaram-no à conclusão de que o “Plano rodoviário” deveria prever a existência das seguintes linhas de comunicação: a) que facilitem o escoamento da produção pelos portos de Paranaguá e Antonina; b) que permitam melhor intercâmbio entre São Paulo e Paraná; c) que estabeleçam a ligação do Norte com o Sul do País através de nosso território; d) que auxiliem a penetração no sertão. Assim foi feito. Planificaram 45 estradas, que apertando a malha rodoviária paranaense,

<sup>282</sup> SILVA, Maclóvia Correia da. *As rodovias no contexto socioeconômico paranaense: 1946-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1984. p. 21.

<sup>283</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>284</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná tradicional. In: EL KATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 264.

preencham todas as finalidades acima enumeradas. Uma vez realizado, o Paraná terá resolvido um de seus maiores problemas o transporte.

A região do Paraná tradicional tinha um certo distanciamento do que ocorria no norte pela ligação econômica com São Paulo, e do oeste e sudoeste com o Rio Grande do Sul. Essa busca de integração pode ser observada no Plano rodoviário do Paraná de 1951. Entre os objetivos estava descrita essa perspectiva de integração:

- a) facilitar o escoamento da produção pelos portos de Paranaguá e Antonina;
- b) permitir melhor intercâmbio entre o Paraná e São Paulo;
- c) estabelecer a ligação do Norte com o Sul do País através do território paranaense;
- d) auxiliar a penetração para o sertão.<sup>285</sup>

As estradas deviam chegar a todas as regiões do estado como forma de socorrer as deficiências econômicas e a possibilidade de produção de renda pela circulação das mercadorias por todo o Paraná. Dessa forma, localidades distantes da capital estariam interligadas, possibilitando seu provimento, além de possibilitar as melhorias das condições de vida da população (Fig. 23).

*Figura 23 - Vice-presidente João Goulart, governador Bento Munhoz da Rocha ao centro e o presidente Vargas com o mapa da expansão da malha rodoviária do Paraná ao fundo*



Fonte: Acervo Coleção Bento Munhoz da Rocha - Museu Paranaense.

<sup>285</sup> SILVA, Maclóvia Correia da. *As rodovias no contexto socioeconômico paranaense: 1946-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1984. p. 22.

A figura mostra que apesar da ideia de o governo industrializar o estado continuava com o modelo agrícola exportador de produtos primários, percebido pela disposição da construção das estradas que conduziam ao porto. Por isso, compreende-se o porquê do interesse do governador instituir um novo modelo agrário, pois tinha a compreensão da dimensão da dependência do modelo tradicional exportador primário. Para romper com essa situação, a intenção era participar do livre mercado agroindustrial, pois este não havia concorrência no país, e diagnosticou que teria a possibilidade de atrair o capital estrangeiro (empresas da área de alimentação) para organizar plantas industriais que agregassem valor ao produto do estado, emprego e renda no estado, apresentava aos nossos agricultores que a sobrevivência econômica na área passaria pela organização das cooperativas agroindustriais, que podiam criar as mínimas condições de competitividade com as empresas privadas estrangeiras e brasileiras do setor.

No mapa do Plano rodoviário, as estradas que seriam construídas estão em negrito, onde se observa que a ideia central das novas estradas estavam todas direcionadas para o litoral, com destino ao porto de Paranaguá, melhorando o deslocamento para São Paulo e ligando norte e sul do país, além de permitir acesso a todas as regiões do estado.

O novo "Plano Rodoviário Estadual", organizado pelo Engenheiro Luís Carlos Pereira Tourinho, abrangia o território paranaense nos seus pontos mais longínquos, no que concerne a o traçado de vias a serem construídas num prazo de oito anos. Esse Plano constituiu a base para o Plano Quinquenal de Ação do D.E.R. nos anos de 1952/56. Foi dada prioridade para a ligação de Apucarana com o Porto de Paranaguá. A cidade de Apucarana constituía o centro de gravidade da região cafeeira, ou a garganta pela qual passava toda a produção das regiões vizinhas.<sup>286</sup>

A lógica da construção rodoviária, apesar de buscar um novo modelo, encontrava-se atrelada ao paradigma primário-exportador, ao qual Paraná levava em consideração a elaboração e execução do plano rodoviário, pois as rodovias convergiam do interior para o litoral, para Paranaguá, principal porto paranaense. Também se observa que o plano também respondia ao crescimento da produção cafeeira do norte e noroeste do estado, criando um caminho para o principal produto de exportação para o porto. Para incentivar a opção do cafeicultor pelo porto paranaense, o governo construiu vários locais de armazenamento, desafogando o produtor de um investimento caro em sua propriedade em troca da armazenagem gratuita.<sup>287</sup>

---

<sup>286</sup> SILVA, Maclóvia Correia da. *As rodovias no contexto socioeconômico paranaense: 1946-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1984. p. 79.

<sup>287</sup> Idem, p. 81.

Para preencher essas finalidades, típicas de uma economia exportadora de produtos primários e importadora de bens de consumo, foram estabelecidas as seguintes linhas:

- a) linhas-troncos: montadas sobre os grandes divisores e orientadas no sentido do litoral, destinadas ao escoamento da produção pelos portos;
- b) linhas paralelas: acompanhando a orientação dos paralelos e em condições de facilitar o intercâmbio com São Paulo e a penetração no território;
- c) linhas longitudinais: acompanhando a orientação dos meridianos em condições de estabelecer a ligação Norte-Sul do País, facilitando o intercâmbio com São Paulo e a penetração do interior.<sup>288</sup>

O plano rodoviário foi executado com êxito, estruturou o estado até 1990, quando o setor passou por novos debates pela construção de mais estradas, pois as planejadas já não suportavam o fluxo de caminhões.

O plano ferroviário tinha por objetivo levar os trilhos para o oeste do estado, a primeira parada seria Guarapuava, de onde seguiria para Cascavel. Esse trecho foi inaugurado em 28 de dezembro de 1954 e melhorou a ferrovia que ligava Curitiba ao porto de Paranaguá. A ideia original do plano, levar os trilhos a Cascavel, foi concluída somente em maio de 1996. Outras ferrovias foram planejadas, como a que ligava Ponta Grossa e Apucarana, região produtora de café, concluída em 1970, diminuindo os custos em relação às rodovias.

As ferrovias, com exceção até Guarapuava, não foram concluídas no governo de Bento Munhoz da Rocha, mas décadas após o fim do seu governo. O plano elaborado em 1951 foi executado pelos governos posteriores, demonstrando a importância que tinha para a economia regional no alinhamento político das principais ideias do governo de Bento Munhoz da Rocha.

Outra obra importante no processo de estruturação da infraestrutura paranaense em busca de oferecer condições exigidas pelo mercado para receber investimentos significativos na área industrial foi a remodelação e ampliação do porto de Paranaguá, que teve durante a gestão de Bento Munhoz da Rocha Netto a construção de 420 metros em execução, mais 500 metros autorizados pelo governo, perfazendo um total de 1,7 quilômetro de cais para atracadouro de navios de grande porte.<sup>289</sup> Foram obras que exigiam do governo vultosos investimentos para atender às necessidades do mercado. Segundo o entender do governador, eram necessárias para deixar o estado competitivo

---

<sup>288</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>289</sup> LAMBERG, Carlos. *O Paraná no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto*. Rio de Janeiro: Sant'Ana, 1954. p. 12.

em relação aos demais e abrir uma janela de oportunidades para a agroindustrialização, que poderia agregar uma nova e importante abertura econômica.

O maior investimento que permitia Paraná fazer parte do processo de industrialização ambicionado pelo governador foi a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O marco desse processo de investimentos na infraestrutura do estado foi a criação da Companhia Paranaense de Energia do Estado (Copel). Para a compreensão dos motivos da fundação de uma empresa estatal de energia, faz-se necessário a contextualização das transformações do setor elétrico.

A década de 1930 ficou marcada pelo colapso da queda da bolsa de Nova York,<sup>290</sup> que levou o mundo capitalista a uma crise sem precedentes na história mundial. Para Siqueira, “a crise de 1929 obrigou os países capitalistas a desenvolverem políticas públicas e agências estatais para intervirem na economia de forma a superar a estagnação econômica”.<sup>291</sup> Essa crise afetou diretamente o Brasil, visto que os principais produtos de exportação eram o café e o açúcar, os de “sobremesa”, por isso retirados das mesas, os quais tinham como principal mercado os Estados Unidos. A interrupção do fluxo de compra levou os “barões do café”, riquíssimos plantadores do estado de São Paulo, a uma gravíssima crise financeira.

A saída vislumbrada pelos revolucionários que chegavam ao poder era alçar o Brasil à industrialização para substituir as importações,<sup>292</sup> o que teria começado em 1929, como explica Furtado:

[...] a recuperação veio rápida, e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de 50% entre os anos de 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu mais de 40%, no mesmo período, a renda nacional aumentou em 20% entre aqueles dois anos, o que representa um instrumento per capita de 7%.<sup>293</sup>

É importante destacar que esse aumento da produção industrial mudou o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Observou-se um lento processo de ruptura do

---

<sup>290</sup> A queda da bolsa de valores de Nova York pode ser entendida como a crise de superprodução norte-americana que levou os grandes conglomerados dos Estados Unidos a queimarem as reservas conquistadas com a Primeira Guerra Mundial, quando suas indústrias passaram a abastecer os mercados até então dominados pela Europa. Porém, o final da grande guerra e a contínua produção no mesmo nível do período do conflito levaram a uma superoferta, fazendo os preços despencarem, com esses os lucros; seguindo um efeito cascata de venda de ações das empresas, levando milhares dessas à falência no sistema capitalista internacional.

<sup>291</sup> SIQUEIRA, Márcia D. (Org.). *Um século de eletricidade do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1994. p. 66.

<sup>292</sup> ALMEIDA, Alvenir Antonio de. *As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Dissertação (Mestrado em História Regional) - UPF, Passo Fundo, p. 39.

<sup>293</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Nacional, 1997. p. 200-201.

tipo de acumulação de capital entre 1933 e 1937, após a recuperação da grande crise capitalista. A acumulação e a renda fiscal do governo brasileiro foram desvinculadas do setor agroexportador e passaram para o domínio do setor industrial e urbano.<sup>294</sup> Em virtude do rápido crescimento da produção industrial, o governo de Vargas adotou várias medidas, entre as quais criou a política energética nacional, fundamental para a expansão industrial desejada pelo Estado. Revogou a “cláusula-ouro” pelo decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, que garantia o pagamento em papel uma parte e outra em ouro, assegurando uma estabilidade internacional de ganhos das empresas concessionárias do exterior.<sup>295</sup>

O país em constante queda cambial como o Brasil, as operações de desvalorização da moeda eram um mecanismo de defesa do governo brasileiro ante os lucros dos plantadores de café nos anos da República oligárquica; era uma forma de compensar os prejuízos na troca da libra esterlina ou do dólar pela moeda nacional desvalorizada. Essas desvalorizações cambiais e a “cláusula-ouro”, apesar de serem atrativas para que as empresas estrangeiras investissem no setor de energia elétrica, trouxeram prejuízos no desenvolvimento econômico e social do país.<sup>296</sup> As ações do governo Vargas foram fundamentais para estabelecer uma política soberana num setor estratégico para o desenvolvimento nacional.<sup>297</sup>

O Código das Águas de 1934 foi uma importante mudança na sistemática de aproveitamento hidrelétrico, pois foi separada a propriedade das quedas d’água, incorporando-as ao patrimônio nacional. O código atribuía ao Estado o poder de autorizar ou retirar a concessão para o aproveitamento hidráulico tanto para o uso público como privado, além de iniciar o processo de nacionalização dos serviços pela restrição de sua concessão a brasileiros ou a empresas organizadas no país.<sup>298</sup>

Nas décadas de 1930 e 1940 teve a necessidade de aumentar a geração de energia, pois os incentivos à industrialização produziram crescimento industrial, acompanhado de uma rápida urbanização, elevando o consumo de energia, o que gerou um quadro de escassez.

---

<sup>294</sup> LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 1995. p. 32.

<sup>295</sup> ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 62.

<sup>296</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Nacional, 1997. p. 187.

<sup>297</sup> ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, op. cit., 1977, p. 62.

<sup>298</sup> Idem.

Essas novas medidas institucionais caracterizaram a política intervencionista do governo Vargas de 1930-1945, que tinha por objetivo organizar o setor com ações planejadas cientificamente como forma de desenvolver o parque gerador e distribuidor de energia elétrica.<sup>299</sup> As medidas que objetivaram a nacionalização e a centralização administrativa do setor de energia elétrica foram aprofundadas durante as décadas de 1930 e 1940. Em 1938, o decreto nº 938 subordinou a prévia autorização do governo federal ao funcionamento de empresas de energia elétrica. Essa determinação foi crucial por dar condições para a encampação dos serviços de energia elétrica por meio do decreto nº 3.128, de 19 de abril de 1941, que determinava o tombamento de bens das empresas para que estipulassem o seu investimento, o estabelecimento de tarifa e o valor hipotético da indenização.<sup>300</sup>

As medidas de caráter nacionalista do governo Vargas desagradaram às empresas multinacionais que reagiram, segundo Lima, “a ameaça de nacionalização dos serviços públicos provocou reações dos representantes dessas empresas, conforme atesta o discurso do presidente da Electric Bond and Share em Nova York”.<sup>301</sup> O autor relata que o representante da multinacional aumentou o tom da pressão: “Nas democracias é fato conhecido que os governos não se acham aparelhados para levar a efeito negócios [...] o Brasil deve adotar uma política que permita ao capital, tanto nacional como estrangeiro, circular e penetrar livremente [...]”.<sup>302</sup>

As discussões eram temas nos debates internos entre liberais e intervencionistas. Na participação destacada nas discussões sobre o futuro do país estava o então deputado federal Bento Munhoz da Rocha (1946-1950), com aqueles que sustentavam que as medidas poderiam afugentar o capital privado nacional e externo de um setor carente de recursos, mas, caso o capital privado não atendesse às necessidades do país no processo de desenvolvimento, o Estado brasileiro deveria intervir.<sup>303</sup> Apesar da crítica, o novo marco regulatório levaria a uma fuga do capital privado nacional e internacional. Por sua vez, o governo federal e seus aliados, defensores da ideia de mudança das regras no setor elétrico, diziam que a iniciativa privada não havia solucionado os graves problemas de oferta de energia, levando o país ao racionamento e à alta das tarifas para a população,

---

<sup>299</sup> ALMEIDA, Alvenir Antonio de. *As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Dissertação (Mestrado em História Regional) - UPF, Passo Fundo, 2003. p. 39.

<sup>300</sup> SIQUEIRA, Marcia, op. cit., p. 69.

<sup>301</sup> LIMA, José Luiz, op. cit., p. 21.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 40.

por isso seria necessário um melhor controle e investimentos estatais para a expansão da oferta de energia elétrica.<sup>304</sup>

O presidente Getúlio Vargas, em resposta às questões sobre o modelo econômico e à urgência da situação do setor energia elétrica, vital para o desenvolvimento nacional, enviou ao Congresso Nacional, em 1953, uma mensagem propondo a criação do Fundo Federal de Eletrificação, pois havia racionamento de energia elétrica nesse ano, aguçando o debate entre nacionalistas e liberais.<sup>305</sup>

O fundo federal seria financiado por um percentual sobre as contas de energia elétrica e uma fração do imposto sobre consumo, cabendo 40% à União e 60% aos estados e municípios, tendo como administrador dos recursos e responsável pelo seu repasse o recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).<sup>306</sup> A criação e consolidação do fundo marcaram o surgimento e a afirmação de empresas estaduais que já vinham tentando solucionar a falta de energia elétrica nos estados, como era o caso da Cia. Força e Luz, que controlava o mercado de energia elétrica de Curitiba há 25 anos.<sup>307</sup>

O resultado desse processo de alterações e criação de novas leis para o setor elétrico foi a total transferência do poder concedente e fiscalizatório para a esfera federal, levando à mudança de atitude das municipalidades que, antes contrárias às medidas, passaram a apoiá-las. Em virtude dos protestos dos consumidores cada vez mais constantes, inclusive com greves de consumo por causa dos excessivos aumentos ou escassez de energia elétrica, a partir da nova medida foi transferido o foco dos protestos para o governo federal.<sup>308</sup>

A posição de Bento Munhoz, um liberal, ocorria em função de situações como a mudança de posição das municipalidades em relação às medidas. Podem ser entendidas como as descreve Siqueira, da falta de investimentos privados para a expansão do setor, que levaria a casos extremos, como o relato de um conflito ocorrido na cidade de Tomazina:

[...] ocorreu em Tomazina, norte do Paraná, como se pode depreender do relatório apresentado em 1941 pelo então prefeito Avelino A. Vieira ao interventor Manoel Ribas: “Força e luz: a cidade estava com serviço de luz e força interrompidos há vários anos por efeito de uma questão com a empresa Norte do Paraná Ltda, sem que os nossos antecessores pudessem chegar a um

---

<sup>304</sup> Jornal *O Estado do Paraná*, Curitiba, p. 17, 17 fev. 2004.

<sup>305</sup> ELETROBRAS. *O setor de eletricidade no Brasil e a criação da Eletrobras*. Rio de Janeiro: MME, 1982. p. 14.

<sup>306</sup> SIQUEIRA, Marcia, op. cit., p. 78.

<sup>307</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>308</sup> Idem, p. 70.

acordo. Cuidamos com carinho desse assunto e solucionamos amigavelmente a questão com aquela empresa, ganhando a liberdade de agirmos independentemente a esse respeito”. A questão a que se referia o prefeito teria sido, nada menos, do que um quebra-quebra, conduzido pela população, em 1933, contra as máquinas obsoletas e os postes de madeira (alcanhados palitinhos de fósforo’) da empresa responsável pelo fornecimento de energia da cidade. O episódio que movimentou Tomazina com reuniões secretas, senhas e sinais, acabou em acordo necessariamente amigável, já que a prefeitura era a maior devedora da companhia. A solução final foi a transferência da concessão para Companhia Sul Paulista que passou a fornecer luz a Tomazina e demais distritos.<sup>309</sup>

Portanto, a aceitação das medidas centralizadoras pelas municipalidades foi conveniente visto que transferiam os conflitos dos consumidores para o governo federal. Paralelamente a essas medidas ocorreu uma crise geral de abastecimento de energia elétrica, consequência de situações internas, externas e climáticas.<sup>310</sup> Para piorar a situação, durante a Segunda Guerra Mundial, vários componentes elétricos fundamentais para a manutenção e expansão do sistema elétrico não eram produzidos no Brasil, e deixaram de ser importados, pois os norte-americanos, fornecedores em grande parte desses equipamentos, simplesmente proibiram suas indústrias de fabricá-los, com exceção dos equipamentos de uso militar. Isso levou a uma estagnação do setor durante os anos do grande conflito.<sup>311</sup>

Todos esses debates aconteceram na conjuntura do pós-guerra, travava-se uma disputa pelo poder de influenciar nas decisões governamentais de dois grupos com filosofias políticas antagônicas, de um lado, o grupo liberal, defensor da não intervenção do Estado, de outro, o grupo dos estatistas, que culpavam a iniciativa privada pela falta de investimentos e pelo caos do setor elétrico. Para acirrar mais esse debate, o governo federal, ao que parece, inspirado no plano de desenvolvimento da Vale do Tennessee, um dos programas do New Deal, do governo de Roosevelt nos Estados Unidos,<sup>312</sup> criou a usina hidrelétrica de São Francisco, empreendimento sem precedentes no setor elétrico brasileiro, cujo objetivo era acabar com um quadro crônico de escassez de energia elétrica no nordeste do Brasil, promovendo, assim, o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do país.<sup>313</sup>

---

<sup>309</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>310</sup> Idem, p. 70.

<sup>311</sup> Idem, p. 70-71.

<sup>312</sup> Em 5 de março 1933, o governo dos Estados Unidos, sob o comando de Franklin D. Roosevelt, iniciou a implantação de um programa de recuperação econômico-social conhecido por “New Deal”, do qual a intervenção do Estado na economia era o carro-chefe; a construção de grandes obras públicas, como usinas hidrelétricas e rodovias, era a fórmula de gerar empregos, movimentando a economia do país (HUMBERMAM, *Nós, o povo*).

<sup>313</sup> SIQUEIRA, Marcia, *op. cit.*, p. 77.

A propaganda nos anos de guerra das empresas elétricas era ilustrativa para a compreensão do modo como os consumidores eram manipulados em aceitar que o racionamento era consequência única do esforço da guerra.

A guerra ainda absorve matérias-primas em profusão e as indústrias trabalham para a VITÓRIA! Conservar material e aparelhos elétricos revela bom senso e cooperação da frente interna com os que, nos campos de batalha, nos ares, e nos mares se sacrificam por um mundo melhor – diz “Seu” Quilowatt, o criado elétrico. Cia. Força e Luz do Paraná.<sup>314</sup>

A propaganda da Cia. Força e Luz do Paraná só fazia sentido se fosse analisado que entre 1943 e 1953 a capacidade instalada aumentou 1,95% ao ano, ao passo que a produção cresceu 2,56% ao ano, tornando crítico o sistema em termos de confiabilidade.<sup>315</sup>

A discussão sobre a opção pela UHE e o modelo de desenvolvimento marcou o segundo governo de Vargas, como descreve Almeida (2003):

Embora o Estado firmasse a opção hidrelétrica e pretendesse criar a Eletrobrás, que no seu entendimento, era vital para o desenvolvimento do país, a sociedade concentrava-se na discussão a respeito do modelo de desenvolvimento a ser adotado, com uma disputa entre o setor público estatal e o setor privado de energia elétrica. Assim, o governo Vargas, em 1954, elaborou os anteprojetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás, aprovando apenas o primeiro, isso em um ambiente de racionamento e com ameaça de colapso de todo o sistema elétrico. Logo, podemos perceber que modificar a estrutura do setor elétrico, nessa época, significava mexer em interesses privados, que possuíam uma boa articulação no Congresso Nacional.<sup>316</sup>

A situação do setor de geração e distribuição de energia elétrica no final da década de 1940 e começo de 1950, assim foi descrita por Almeida:

[...] um processo de crescimento econômico, principalmente no setor industrial, começou a ganhar vulto, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Em 1946, o crescimento industrial chegou a 11%, agravando os problemas oriundos de escassez de energia elétrica. Esse fenômeno, que traduziu na elevação nos investimentos em bens de capital e no consumo crescente de bens duráveis para atender à demanda represada do pós-guerra, encontrou os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do país praticamente estagnados. Em consequência, houve uma enorme repressão da demanda.<sup>317</sup>

---

<sup>314</sup> Idem., p. 71.

<sup>315</sup> ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, op. cit., 69.

<sup>316</sup> ALMEIDA, Alvenir, op. cit., p. 43.

<sup>317</sup> ALMEIDA, Alvenir, op. cit., p. 41.

No início da década de 1950, muitos estados começaram a destinar parcelas consideráveis do orçamento para as obras de eletrificação, pois eram insuficientes para atender os programas de emergências, cujo objetivo era tentar corrigir a debilidade do setor nos estados. O Rio Grande do Sul, por exemplo, chegou a criar uma sobretaxa dos impostos estaduais, “taxa de eletrificação”; o estado de Minas Gerais criou a primeira sociedade de economia mista pelo mesmo objetivo, a eletrificação.<sup>318</sup> O aumento da demanda foi fortalecido pela expansão industrial e pela chegada ao Brasil as comodidades do estilo de vida norte-americano que influenciava os hábitos de consumo da elite brasileira. A onda de aparelhos eletrodomésticos, refrigeradores, fogões elétricos, ferros de passar roupa e rádios elétricos fazia o maior sucesso entre as donas de casa da elite no país.<sup>319</sup>

Em 1954 o governo do Paraná instituiu a Companhia Paranaense de Energia (Copel) a partir da encampação da Cia. de Força e Luz do Paraná, principal concessionária do setor elétrico na capital do estado e Campos Gerais, e subsidiária do grupo norte-americano Amforp.<sup>320</sup>

Esse modelo de empresa de capital misto teve uma experiência bem-sucedida, a Cemig, em que, segundo o diretor técnico da Copel, o governo do Paraná teria se inspirado para fundar, em novembro de 1953, a empresa estadual de energia (Copel). A Cemig havia incorporado várias empresas no estado, que permitia a interligação do sistema e uma maior oferta de energia, possibilitando, segundo Schulman, “proliferar nos arredores de Belo Horizonte uma infinidade de indústrias, que estão engrandecendo o Estado e contribuindo para oferecer melhores dias ao povo de Minas”.<sup>321</sup>

### 3.5. O laboratório do novo modelo agrário: as colônias

Entre as várias ações estruturadas, organizadas e implementadas pelo governo de Bento Munhoz da Rocha, que buscava a modernização da produção agrária e o fortalecimento do setor industrial, estava a implementação de colônias agroindustriais no sistema cooperativo.

---

<sup>318</sup> ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, op. cit., p. 69.

<sup>319</sup> SIQUEIRA, Marcia, op. cit., p. 73.

<sup>320</sup> Idem, p. 46.

<sup>321</sup> SCHULMAN, Leão. *Orientações do planejamento do programa de eletrificação do Paraná*. Curitiba: Copel, 1956. p. 8.

O governador Munhoz da Rocha acreditava que o projeto de um novo modelo agrário somente poderia prosperar se fosse executado por agricultores e pecuaristas especializados nesse modelo de produção. Como incentivador dessa modalidade de colonização, teorizava que somente com mão de obra europeia especializada e preparada poderia introduzir o modelo produtivo agroexportador, como alemães (Entre Rios), holandeses (Castrolanda) e russos-alemães menonitas (Witmarsum), que se estabeleceram nas novas colônias em 1951, em detrimento dos agricultores locais que praticavam a agricultura de subsistência.<sup>322</sup>

Essa convicção levou o governo a apostar nos imigrantes para concretizar o projeto. A questão de buscar imigrantes estaria justificada na baixa formação e qualificação do agricultor paranaense; portanto, utilizar os imigrantes seria uma necessidade urgente para a execução do projeto da colônia. Esse cenário de imigração para o Brasil é analisado por Gregory:

O capitalismo crescente, na Europa, além de abalar as estruturas antigas, de provocar o êxodo de milhões de camponeses e de causar “feridas” sociais, afetava valores, crenças, concepções de vida. Aos camponeses expulsos do campo restava buscar trabalho nas indústrias e, enquanto massa operária, eram impelidos a abandonar uma vida, uma mentalidade e uma religião de cunho agrário. Diante disto, eles resistiram e restava, em muitos casos, a opção pela migração.<sup>323</sup>

Outro fator para atrair imigrantes para o Brasil foi disponibilizar terras e garantir a possibilidade de deixar uma herança para seus filhos, algo impossível em sua terra natal, como explica Gregory:

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e de seus descendentes aconteceu por causa da possibilidade de ser proprietário e de garantir aos filhos a condição de proprietários de terra. Essa sua característica foi usada pelo Estado e pelo poder privado para a solução provisória de seus problemas advindos das contradições da estrutura econômica do Brasil. Mas, se a pequena propriedade no Brasil é uma herança do imigrante europeu, é, também, uma permissão do latifúndio. É importante ressaltar o caráter de condução, de controle, de direcionamento ao processo migratório se impunham, restando a atuação no sentido de os desdobramentos fossem favoráveis aos interesses das elites.<sup>324</sup>

---

<sup>322</sup> ELFES, Alberto. *Suábios do Danúbio*. Curitiba: Edição do Autor, 1971. p. 6.

<sup>323</sup> GREGORY, Valdir, op. cit., 2008, p. 47.

<sup>324</sup> Idem, p. 52.

As áreas colonizadas caracterizavam-se pela segurança quanto à titulação e pela “limpeza que significa que a área estaria livre de intrusos e de eventuais posseiros que viessem criar empecilhos à posse e a titulação tranquilas dos proprietários”,<sup>325</sup> como explica Gregory:

Outras empresas, também atuaram no projeto de exploração de madeira e de colonização. Houve um intenso processo de colonização e de ocupação de terras florestais do Estado do Paraná, [...] onde empresas colonizadoras e as madeireiras vislumbravam novas possibilidades de investimento em negócios madeireiros.<sup>326</sup>

A imigração nos anos 1950 representou uma nova fase desse processo, pois os grupos que chegavam ao estado eram organizados em movimentos e assistidos por entidades internacionais e nacionais, além do próprio Estado federal e estadual. A fixação desses grupos foi dirigida e financiada diferentemente da imigração pioneira do século anterior, nessa as condições para alcançar o êxito eram melhores.<sup>327</sup>

O governo de Munhoz da Rocha na perspectiva da modernização do campo no Paraná criou a colônia de imigrantes holandeses em Castro com o objetivo de melhorar a pecuária leiteira e a agricultura, além de investir no sistema cooperativo; assim também os alemães menonitas, em Witmarsum, e os alemães suábios, em Guarapuava.

O modelo de produção cooperativo agroindustrial voltado ao mercado exportador de alta produtividade teve como escopo a industrialização da produção e a venda ao mercado externo (soja, trigo, milho e leite). Esse modelo foi assim adotado no projeto, utilizado normalmente em grandes propriedades, resultando em êxito, mas não sem problemas. Apesar dos colonos contarem com propriedades, em média, quarenta hectares, caracterizadas como minifúndios, normalmente adotavam a prática da diversificação agropecuária. Para que prevalecesse nos minifúndios a lógica do mercado monocultor, exportador e de produção em larga escala, foi implantado nas colônias o sistema cooperativo, atrelando o colono ao interesse do mercado. Sendo assim, exigia um modelo de monocultura (trigo, soja, cevada ou leite) como forma de estar em alta produtividade para o processo da agroindustrialização, pois foram instaladas indústrias nas colônias para agregar valor ao produto.

---

<sup>325</sup> GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 68.

<sup>326</sup> Idem, p. 69.

<sup>327</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1986. p. 156.

O sistema capitalista mostrou-se incompatível com o modelo comunitário de produção dos caboclos, comum nas regiões coloniais, como explica Bourdieu (2007, p. 35) ao se referir aos camponeses tradicionais da Argélia: “A estrutura temporal do trabalho agrícola, atividade sazonal intrinsecamente rebelde ao cálculo e à racionalização, a dispersão espacial da população que dificulta as trocas econômicas e simbólicas.”

As cooperativas recebiam grandes financiamentos subsidiados pelo governo federal via Banco do Brasil e pelo governo da Alemanha a juros mais baixos que os praticados no mercado financeiro. Forneciam também os insumos, como sementes e aluguel de máquinas agrícolas. Portanto, o sistema conduziu o colono a uma espécie de dependência, ficando subordinado ao interesse do sistema cooperativo. Porém essa lógica garantia um melhor controle da produção, acompanhamento técnico e produção em larga escala. O sucesso de todas as etapas de produção permitia ao colono o acesso à distribuição de lucros, já que era sócio da cooperativa. Era o novo mundo que chegava definitivamente aos campos do Paraná.<sup>328</sup>

O plano de desenvolvimento da agropecuária industrial estava associado à criação de uma bacia leiteira especializada em raças bovinas holandesas de alta produtividade por animal e à industrialização de produtos derivados do leite, especialidade que seria desenvolvida pela cooperativa Castrolanda, controlada pelos imigrantes holandeses no município de Castro.

A respeito dos projetos coloniais, Bento Munhoz da Rocha afirma:

A valorização dos Campos Gerais sempre me preocupou tanto como político quanto como professor universitário e, portanto, como estudioso de nossos problemas regionais. A valorização implicaria na implantação de pastagens artificiais em substituição aos campos nativos de pequena produtividade, com a implicação de tentar transformar a criação extensiva em intensiva, apropriando-se da terra, um rendimento mais compatível com seu valor. (Experimentação de gramíneas e leguminosas forrageiras, resistentes ao clima, em Vila Velha). A novidade de Entre Rios foi a grande lavoura de trigo e arroz em campos limpos. Essa experiência foi longamente preparada, desde muitos anos, na estação experimental do Ministério da Agricultura, em Ponta Grossa, com a organização do projeto de plantio de trigo nos campos do planalto. Guarapuava foi escolhida por seu clima mais favorável ao trabalho europeu e por sua topografia, permitindo a lavoura mecanizada, em grande escala, sem necessidade do dispendioso destacamento. Resultados entraram pelos olhos de todos, foram testemunhados por todos, e cujo exemplo foi e está sendo imitado pelos proprietários vizinhos de Entre Rios e de outros municípios.<sup>329</sup>

<sup>328</sup> ELFES, Alberto. *Campos Gerais: estudos da colonização*. Curitiba: Incra, 1973. p. 92-93.

<sup>329</sup> ELFES, Alberto. *Suábios no Paraná*. Curitiba: 1971. p. 6.

Conhecidos como suábios,<sup>330</sup> os alemães fundaram a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, localizada entre Guarapuava e Pinhão, tornando-se uma das maiores do Paraná. O governo do estado do Paraná incentivou o plantio do trigo, soja, milho e cevada, assim como outras atividades agroindustriais, como descreveu Munhoz da Rocha Netto no prefácio da obra *Suábios do Danúbio*: “Foi uma experiência longamente preparada, desde muitos anos, na estação experimental do Ministério da Agricultura, em Ponta Grossa, com a organização do projeto de plantio do trigo nos campos do planalto.”<sup>331</sup> As ações da cooperativa promoveram uma mudança na paisagem dos campos de Pinhão, melhorando as áreas de pastagens e as matas degradadas pelas madeiras foram ocupadas para gigantescas plantações de trigo, soja e de outros grãos.

O apoio decisivo das políticas de modernização da agricultura no estado do Paraná ficou latente nos incentivos do financiamento de máquinas agrícolas para os cooperados das colônias de Castrolanda, Witmarsum e Entre Rios, esta última no município de Guarapuava, objeto desta pesquisa. As imagens das fotos dos maquinários agrícolas em pleno funcionamento em 1952, quando da visita do governador Bento Munhoz da Rocha, demonstram o apoio governamental, contrastando com a situação dos agricultores locais que praticavam uma agricultura de subsistência.

### 3.6. Colônia de Witmarsum

A colônia Witmarsum, formada por imigrantes alemães, a maioria adeptos da igreja menonita, apresenta características marcantes do sistema capitalista, como a posse individual das terras, a propriedade dos meios de produção, a busca pelo lucro, caracterizada pela produção de subsistência e utilização de mão de obra assalariada.

A colônia Witmarsum localizava-se no município de Palmeira, formada a partir de um movimento espontâneo dos próprios imigrantes menonitas assentados em Santa Catarina. Eles começaram a procurar uma nova área para implantarem uma colônia devido às dificuldades apresentadas em terras catarinenses. A formação da colônia esteve

---

<sup>330</sup> “A história dos suábios do Danúbio é verdade que essa designação, somente em 1922 começou a ser usada como denominação coletiva para os grupos populacionais de etnia alemã, do antigo Império Austro-húngaro, já então dividido em várias nações. Esses grupos provinham originalmente de diferentes províncias do Reino Alemão e não apenas da Suábia. Como, porém, todos embarcassem Danúbio abaixo, na cidade suábica de Ulm, eram designados coletivamente por suábios” (ELFES, 1971, p. 15-16).

<sup>331</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A significação de Entre Rios. In: ELFES, Alberto. *Suábios do Danúbio*. Curitiba, 1971. p. 5-6.

ligada à colonização holandesa nos Campos Gerais, seu êxito serviu de modelo e caminho a ser seguido. A fundação da colônia Witmarsum ocorreu num momento em que as áreas de campo estavam em fase de recuperação e de formação de colônias do tipo capitalistas, com base no sistema cooperativo, considerado pelo governo paranaense essencial para o sucesso.<sup>332</sup> De acordo com Eidam:

É de suma importância ressaltarmos que, esse grupo étnico tem sua origem com aculturação de várias regiões da Europa entre elas a Rússia. Porém fica claro nos depoimentos dos sujeitos desta colônia que Witmarsum se coloca como de descendentes alemães, tendo em vista que o idioma falado no interior das famílias e na escola da colônia é o alemão oficial e moderno. A escola é vista como central para essa comunidade na formação do cidadão da colônia e salientamos que, sempre ao fundarem uma nova colônia, esse grupo já projetava uma escola.<sup>333</sup>

O grupo teve origem no movimento imigratório em 1930, cerca de 1.200 pessoas chegaram ao país e se estabeleceram nas terras catarinenses, um grupo menor se estabeleceu no bairro Boqueirão na capital. Esse grupo, inicialmente, contava com cinco mil pessoas fugidas da Rússia em 1929 com a ajuda do governo alemão. O desejo dessas pessoas era imigrar para o Canadá, mas como receberam somente a permissão para mil pessoas, o restante acabou se dividir entre o Paraguai e o Brasil. Foi uma imigração organizada pela Companhia Hanseática de Colonização, que dispunha de terras catarinenses, daí seu primeiro deslocamento.<sup>334</sup>

A colonização em terras brasileiras e paraguaias contou com o apoio financeiro de várias instituições, entre as quais a Cruz Vermelha germânica, organizações menonitas da Holanda, do governo alemão por intermédio do presidente Hindenburg. Os imigrantes chegaram primeiramente em Blumenau e Ibirama, em Santa Catarina, de onde foram conduzidos ao vale acidentado do rio Krauel. As dificuldades de acesso às terras cobertas de florestas subtropicais e o terreno inclinado impediam o uso de máquinas agrícolas, ficaram obrigados a uma agricultura com base na enxada, com produção de mandioca. As dificuldades no transporte das mercadorias resultavam em muitas perdas e o frete muito caro. Diante dessas realidades as famílias desistiam e migravam para o Canadá.

---

<sup>332</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. 55.

<sup>333</sup>EIDAM, Rodrigo. *A Análise da formação da consciência Histórica tomando como estudo de caso duas colônias alemãs nos Campos Gerais – PR*. Disponível em: [www.brasilemanha.com.br/novo\\_site/noticia/estudo-cientifico-sobre-imigracao-alema-por-rodrigo-eidam-/4410](http://www.brasilemanha.com.br/novo_site/noticia/estudo-cientifico-sobre-imigracao-alema-por-rodrigo-eidam-/4410). Acesso em: 25 abr. 2018.

<sup>334</sup> Idem, p. 56.

A formação da colônia de Witmarsum, em junho de 1951, teve início com o processo de reimigração dessa comunidade de Santa Catarina para Palmeira, com interesse de desenvolver a triticultura.<sup>335</sup> O governo do Paraná incentivou e facilitou a compra das áreas de campos no município de Palmeira às margens da rodovia PR-376, favorecendo e resolvendo a questão do transporte. A escolha dos Campos Gerais baseou-se na experiência exitosa da colônia holandesa de Carambeí nessa região.

Vários desencontros, causados pela falta de informações, decorrentes da indecisão dos menonitas na hora de escolher entre Brasil e o Paraguai e da pressão do governo alemão, fez com que a Sociedade Colonizadora Hanseática preparasse terras para apenas 100 famílias e não 200, como de fato vieram. A ocupação seguiu o curso do rio Krauel, pois o vale era cercado de altas montanhas, sendo primeiro fundada a aldeia de Witmarsum.<sup>336</sup>

A escolha pelos alemães menonitas teve muito a ver com sua religião, eram profundamente cristãos, viviam em comunidade e praticavam a solidariedade entre todos, tributos que facilitavam a introdução do sistema cooperativo. Por serem cristãos, defendiam o bem-estar comum, porém contrários ao comunismo ateu. “Dentro da estrutura nacional, ou seja, da sociedade global, a comunidade não tem tendências socializantes, muito pelo contrário, a interação da comunidade com a sociedade global, tem como canais a sua Cooperativa e a sua Igreja.”<sup>337</sup>

Os menonitas formavam uma sociedade capitalista com a propriedade particular com seus meios de produção, a busca pelo lucro individual, pela livre iniciativa privada e mantinham empregados assalariados. Outra característica fundamental dos menonitas para o sucesso do empreendimento colonial foi a noção da importância da educação escolar. Em 1953 fundaram a primeira escola, não tinham o hábito de esperar ajuda do estado na educação formal. Com esse apego à educação, foram os pioneiros em técnicas modernas na agropecuária, tornando-se agricultores profissionais na aplicação de avançados progressos técnicos na agricultura.<sup>338</sup>

A venda do patrimônio agrícola em Santa Catarina, conjugado à grande oferta de produtos, causou um grande prejuízo à comunidade com a queda dos preços. Foi

---

<sup>335</sup> BALHANA, Altiva Pilatti, op. cit., p. 55.

<sup>336</sup> MASKE, Wilson. *Bíblia e arado: os menonitas e a construção do seu reino*. f. 202. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, 1999. p. 73.

<sup>337</sup> WESTPHALEN, Cecília. Estrutura econômica. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. 111.

<sup>338</sup> WESTPHALEN, Cecília. Estrutura econômica. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. 111.

necessário recorrer às comunidades irmãs dos Estados Unidos da América para que lhes emprestassem, a longo prazo, U\$ 35.000,00, o equivalente a R\$ 123.550,00 reais atuais. Do governo Munhoz da Rocha, incentivador da vinda para o estado, receberam a isenção de impostos e ajuda política na transferência, intermediando junto ao governo catarinense para que não obstaculizasse a saída do grupo.<sup>339</sup> A mudança ocorreu para Witmarsum até 1952, aproximadamente 150 famílias, cerca de 140 agricultores (120 famílias vieram de Santa Catarina e as demais do Paraguai), os demais eram empregados e líderes da cooperativa e da comunidade.<sup>340</sup>

A colônia foi estruturada em cinco aldeias e, por tradição russo-menonita, não receberam nomes, apenas números de um a cinco. Os lotes variavam de trinta a cinquenta hectares, sendo as quatro primeiras colônias habitadas e a quinta, número 5, destinada à expansão colonial. Na antiga sede da fazenda, instalaram instituições de utilidades para todos, como armazéns, igreja, depósitos, moinho, fábrica de laticínios, usina de pasteurização, escritórios da administração, salão de reuniões e de eventos sociais, hospital e escola. Essa estrutura ficava no centro, cercada pelas quatro colônias, assim facilitava o atendimento das pessoas e do transporte em geral.

Inicialmente dedicaram-se à triticultura, recorreram à experiência e à técnica da colônia holandesa de Carambeí, que se associaram a essa para se dedicarem à criação de gado leiteiro, adquirindo rebanho importado de Castrolanda. Instalaram uma usina de leite pasteurizado em 1964, também produziam melancias no início da colonização e ocupação. Com a melhoria das condições de transporte até Curitiba, especializaram-se na criação e na produção industrial do leite e seus derivados, explorando a agricultura na produção de forragens.<sup>341</sup>

No deslocamento para as colônias, os colonos levaram alguns bens móveis, equipamentos agrícolas e algumas cabeças de gado. Algumas famílias levaram suas casas de madeira desmontadas para montá-las na nova colônia. No início tinham apenas a estrutura da fazenda, estábulos e a casa principal da fazenda, onde atualmente funciona o museu.

Com o passar dos anos, a colônia foi se especializando na produção de leite e seus derivados, atingindo, em 2015, o faturamento de cem milhões de reais, esse lucro ficou para ser distribuído entre pouco mais de cem famílias associadas.

---

<sup>339</sup> ELFES, op. cit., p. 75.

<sup>340</sup> ELFES, op. cit., p. 75.

<sup>341</sup> Idem.

Evidentemente que existiam problemas no desenvolvimento das colônias, caracterizados de duas formas: primeiro, a distribuição dos lotes estreitos e longos, o que encarecia a mecanização e o trabalho de curvas de nível; segundo, a falta de reserva territorial para os filhos. A colônia 5 seria insuficiente para as necessidades de expansão.

Em termos de correntes religiosas, existiam três igrejas menonitas: a Igreja Menonita (Mennonitengemeinde); a Igreja Menonita Evangélica Livre (Freie Evangelische Mennonitengeinde) e a Igreja Irmãos Menonitas (Mennoniten Bruedergemeinde). A vida religiosa e social fazia parte do cotidiano, confundiam-se entre as três. A igreja foi, sem dúvida, o alicerce para a união da comunidade. Procuravam preservar suas características étnicas, que se diferenciavam pelo objetivo de manter sua cultura, buscavam a vida rural como forma de fugir da vida urbana mais global e secular.<sup>342</sup>

Apesar das diferentes formas de culto, essa questão não interferia no cotidiano. Era no apoio à educação que o grupo se destacava no meio rural brasileiro. Todas as crianças e adolescentes estavam na escola e a maioria fazia curso superior, inclusive com pós-graduação fora do país. Valorizavam muito a educação, sendo o maior diferencial, característica que promove um elevado nível cultural dentro e fora da comunidade, refletindo na produtividade, pois muitos faziam cursos relacionados ao campo, administração, economia, agronomia, veterinária, zootecnia e outros, elevando a qualidade e a produtividade econômica. Havia também jovens que fazem carreira fora da colônia sem perderem os vínculos. Uma característica menonita era a intensa solidariedade entre os seus membros.<sup>343</sup>

### **3.7. Colônia de Entre Rios: a presença alemã no centro-sul do Paraná**

O projeto de criar uma colônia para os suábios no Brasil teve a direção da organização “Ajuda Suíça à Europa”, que havia criado uma comissão de trabalho para a elaboração de um projeto de colonização. A comissão nomeou Janos Vayda, representante da Caritas Suíça na América do Sul, com sede na cidade do Rio de Janeiro,

---

<sup>342</sup> EWERT, Grasielle Kapp; KARAS, Samanta Hass; LAMP, Roberto Edgar. A imigração menonita na colônia Witmarsum: a formação da colônia a partir de 1951. *Revista Ateliê de História*, Ponta Grossa: UEPG, p. 63-72, 2013.

<sup>343</sup> Idem, p. 81.

como negociador junto às autoridades brasileiras. Outras organizações também contribuíram, como a Sociedade São Rafael, de Hamburgo, Alemanha; a Secretaria para Indústria, Artesanato e Trabalho (Biga), de Berna, Suíça; a Organização para Alimentos e Agricultura (Food and Agriculture Organisation – FAO), de Washington, Estados Unidos; a IRO; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; a Secretaria de Trabalho Internacional (Bureau International du Travail – BIT), de Genebra, Suíça.<sup>344</sup>

Quando as notícias chegaram ao governo paranaense que imigrantes alemães buscavam áreas para se estabelecerem no país, o governador enviou um emissário, o secretário da Agricultura do Estado Francisco Peixoto Lacerda Werneck, ex-prefeito de Guarapuava, para negociar a vinda do grupo de imigrantes para o Paraná:

Lacerda Werneck mostrou, por meio de um mapa, áreas no município de Clevelândia, localizada no sul do Paraná. Que foi rejeitada pelo grupo em função da distância da linha férrea. Diante da recusa, Werneck indicou uma área situada na região dos Campos Gerais, no município de Ponta Grossa. O local foi recusado em função da pequena profundidade e da alta acidez do solo. O mesmo ocorreu em uma área de Goioxim, próximo a Guarapuava. Como última tentativa, Werneck indicou uma área que estava à venda, a Fazenda Sobrado, localizada em Guarapuava. Após atravessarem em perigosa balsa o Rio Jordão, penetraram nos campos de Entre Rios e ficaram deslembados com a planície, a extensão dos campos, a vestimenta dos campos nativos. Coletaram vinte amostras de terra – examinaram o pH e decidiram volta a Curitiba. Na manhã seguinte traziam um *ultimatum* transmitido em Entre Rios se possível fosse – outra localização, não aceitariam face às condições magníficas que os campos de entre Rios apresentavam.<sup>345</sup>

O governo federal, numa demonstração de apreço ao projeto, publicou um decreto, em 15 de janeiro de 1951, permitindo ao Banco do Brasil financiar o projeto de colonização, como explica Elfes (1973, p. 85): “Com fundos oriundos de ágios sobre importações especiais da Suíça. Procurava-se combinar o interesse do Brasil na imigração de agricultores e industriais suíços. Era prevista para a instalação da colônia, a arrecadação de francos suíços 6.500.000,00, equivalentes a atualmente R\$ 24.500.000,00.” O governo suíço bancou o transporte para o nosso país.

Conhecidos como suábios, os alemães fundaram a Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, entre Guarapuava e Pinhão, que se tornou uma das maiores do Paraná no

---

<sup>344</sup> STEIN, Marcos Nestor. A colônia de Entre Rios no município de Guarapuava. In: VITECK, Harto (Org.). *Imigração alemã no Paraná 180 anos – 1829-2009*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2012. p. 322.

<sup>345</sup> STEIN, Marcos Nestor. A colônia de Entre Rios no município de Guarapuava. In: VITECK, Harto (Org.). *Imigração alemã no Paraná 180 anos – 1829-2009*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2012. p. 321.

incentivo ao plantio do trigo, soja, milho e cevada, além de outras atividades agroindustriais. As ações da cooperativa promoveram mudanças na paisagem dos campos de Pinhão com a transformação da área em pastagens e recuperação das matas degradadas pelas madeireiras em gigantescas plantações de trigo e soja e de outros grãos.

Para trazer o projeto de colonização ao Paraná, o governador Munhoz da Rocha enviou uma carta, em 9 de abril de 1951, para a “Ajuda Suíça à Europa”, organização responsável pelo empreendimento, com sede no Rio de Janeiro. No documento apresentou várias vantagens sobre a instalação no estado, assumindo vários compromissos com o empreendimento. Justificava, diante de sua posição, que no Paraná já tinha outras colônias alemãs de sucesso, que contribuíam para o desenvolvimento da agricultura e indústria, e, como acadêmico, o governador anexou à carta um estudo que demonstrava a viabilidade da instalação da colônia no município de Guarapuava. A carta relata, na sequência, os compromissos que o Estado assumiria:

1. Trabalhos de medição e loteamento da área a ser colonizada, às expensas da Secretaria do Estado;
2. Construção da estrada de comunicação entre Guarapuava e a nova colônia;
3. Transporte dos colonos e de seus pertences desde o porto até a área a ser ocupada;
4. Mediação de professores brasileiros conhecedores da língua alemã e de um médico;
5. Financiamento do custo de vida para o grupo pioneiro durante um determinado período;
6. Acomodação, por tempo limitado, do grupo pioneiro, na cidade de Guarapuava;
7. Fornecimento de sementes e mudas, 100 porcos de criação, inclusive 50 varões, 50 vacas holandesas e dois touros, bem como 1.000 dúzias de ovos de galinhas de raça para chocar, além de remédios para a defesa animal.<sup>346</sup>

Esse apoio irrestrito dos governos municipal, estadual e federal facilitou a rapidez do processo de desapropriação das terras, mesmo tendo conflitos com os antigos proprietários. Sebastião Meira Martins, na obra *Os pioneiros do vale de Entre Rios 1818-1951* (1992, p. 11), escreve que quem não vendesse as terras, conforme o “prefeito de Guarapuava Lacerda Werneck, afirmou que o governo iria expropriar as terras daqueles que não efetuassem a venda para Cooperativa Agrária”.

A colônia foi estruturada em cinco aldeias distantes entre quatro e cinco quilômetros. A principal era a aldeia Vitória, onde se encontravam a sede da Cooperativa

---

<sup>346</sup> ELFES, Alberto. *Campos Gerais: estudos da colonização*. Curitiba: Incra, 1973. p. 85.

Central Agrária, a escola e o hospital. Seguiam-se as aldeias Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia.

Até março de 1952 haviam desembarcado nas novas terras 500 famílias, das quais 323 de agricultores e os demais artesãos e operários, além das famílias dos líderes. A repartição das terras foi projetado e realizado da seguinte forma: Por família – 0,5 hectares na aldeia para a residência, edifícios de exploração econômica, pomar e estábulos; 1,0 hectare na periferia das aldeias destinado a pastagem; 15 hectares de campo limpo; 4,0 hectares de mata de Araucárias; Por filho acima de 12 anos de idade – 8,0 hectares de campo limpo; Por filha acima de 17 anos de idade – 4 hectares de campo limpo. Após feita a distribuição existiram 2507 parcelas de campo limpo e florestas, entre lotes residenciais. A propriedade média de cada família ficou em 45 hectares. A distribuição das parcelas foi realizada através de sorteio. Desse modo, os colonos não podiam escolher suas terras. Aconteceu, então, que um residente no Norte de uma aldeia ganhou um lote no extremo Sul da respectiva área, aumentando-se a distância a ser percorrida para o trabalho e para os transportes. Ou um criador por vocação ficou com terras mais adequadas para a agricultura mecanizada e vice-versa. Esse fato e o excesso de parcelamento, ainda não superado, tem causado muitas dificuldades.<sup>347</sup>

A cooperativa recebeu financiamentos subsidiados pelo governo federal, pelo Banco do Brasil e pelo governo federal da Alemanha. Os recursos eram repassados aos colonos como empréstimos a juros mais baixos que os praticados no mercado financeiro. Forneciam também insumos, sementes e aluguel de máquinas agrícolas. Esse sistema tornava o colono dependente e subordinado ao interesse da cooperativa. Era evidente que essa lógica garantia um melhor controle de produção, acompanhamento técnico e produção em larga escala. O sucesso de todas as etapas de produção permitia ao colono acesso à distribuição dos lucros, já que era sócio da cooperativa. Era o novo mundo chegando definitivamente ao campo do Paraná.<sup>348</sup>

Além de o projeto de colonização contar com auxílio econômico, político e técnico, passou por sérios problemas, como crise financeira, dificuldades técnicas, crise de confiança e falta de orientação.

O orçamento do projeto organizado pela sociedade “Ajuda Suíça” já era insuficiente em 1952. Como o projeto foi pensado e organizado em terras fictícias, onde a fertilidade e os problemas das pragas e a produtividade seriam perfeitamente solucionáveis. Essa prática demonstrou ser totalmente incorreta, o que ocasionou uma série de problemas de produção e quebra de safra devido à acidez do solo, que exigia grandes investimentos em adubos e fertilizantes, encarecendo o custo de produção, que

---

<sup>347</sup> ELFES, Alberto. *Campos Gerais: estudos da colonização*. Curitiba: Incra, 1973. p. 201.

<sup>348</sup> Idem, p. 92-93.

não estava previsto no projeto original. Foi o que ocorreu no primeiro ano de cultivo, o solo não reagiu como previsto, faltando adubo e máquinas adequadas.

Outra situação diagnosticada tardiamente refere-se à praticidade do uso do maquinário agrícola importado da Alemanha para os solos do Paraná, mostraram-se ineficientes, obrigando os colonos a recorrerem aos equipamentos de tração animal. Até mesmo os arados trazidos da Europa não eram adequados para o uso, pois o porte desses era para cavalos fortes, de raça europeia, e não para os cavalos encontrados nas terras guarapuavanas.

A perda da confiança e o enfraquecimento do projeto foram as primeiras consequências desses erros técnicos. O atraso do parcelamento e a coletivização dos trabalhos agrícolas extras foram outros sintomas que desestimularam os artesãos e operários que desejavam autonomia econômica. Somam-se ainda os resultados agrícolas, a distribuição das terras sem a utilização de critérios utilitários.

Faltou aos dirigentes da cooperativa, na fase inicial, conhecimento da realidade econômica brasileira, apesar de gozarem da confiança tanto do grupo financiador suíço como do Banco do Brasil. Outro fator complicador foi a falta de domínio da língua portuguesa e a consequente compreensão da nossa cultura, ocasionando julgamentos equivocados e atrasos nas decisões. Diante disso, o Banco do Brasil, em 1954, instituiu um interventor na colônia para que garantisse os investimentos ali aportados.

Diante dessa situação descrita, entra o agravante da falta de orientações básicas aos colonos. Eles estavam acostumados com um tipo de produção e no solo da Alemanha, onde não precisava de adubo, as terras eram férteis. Na nova colônia, era imprescindível a correção do solo com adubo e fertilizantes.

Os colonos europeus não estavam acostumados com a política agrícola brasileira, pois não era definido o preço mínimo do trigo. Durante 15 anos a colônia ficou vacilante em tomar uma definição na linha de produção, permanecendo com baixos investimentos e baixos lucros.<sup>349</sup>

A mudança dessa visão dos campos foi exposta por Munhoz da Rocha: “Só benefícios houve na instalação de Entre Rios que consolidou, em bons termos, a valorização de nossos Campos Gerais, atingindo a todos, inclusive aos brasileiros que, notavelmente sensíveis ao novo e ao melhor, adotaram as novas técnicas de utilização da terra.”<sup>350</sup>

---

<sup>349</sup> ELFES, Alberto. *Campos Gerais: estudos da colonização*. Curitiba: Incra, 1973. p. 90.

<sup>350</sup> ELFES, Alberto. *Suábios do Danúbio*. Curitiba: Edição do Autor, 1971. p. 7.

O processo de mecanização esteve presente desde as primeiras plantações na colônia Entre Rios, como mostra a Figura 24. Os agricultores alemães suábios tinham trazido da terra natal tratores e outros implementos agrícolas, dominando já a tecnologia de uso dos equipamentos que lhes garantiam maior rapidez e produtividade em relação aos agricultores tradicionais do centro-sul. Com a ajuda técnica dos agrônomos da Casa Rural e a utilização de sementes selecionadas para aquele solo específico, obtiveram sucesso na colheita do trigo, tão desejado pelo governador.

*Figura 24 - Mecanização na colônia Entre Rios (1952)*



Fonte: Guia Globo de exportação e importação do Paraná, 1953, p. 100.

A Figura 25 mostra a visita do governador paranaense à colônia Entre Rios, demonstrando o apoio governamental no processo de colonização dos alemães suábios, acreditando na capacidade de transformar os campos de Guarapuava e Pinhão e ser estímulo e inspiração aos demais agricultores vizinhos. A colônia, para o acadêmico Munhoz da Rocha, era, na verdade, um experimento, um laboratório de novas práticas agropecuárias e industriais.

*Figura 25 - Visita do governador Bento Munhoz da Rocha à colônia Entre Rios em 1952*



Fonte: Guia Globo de exportação e importação do Paraná, 1953. p. 103.

Uma das respostas para os problemas enfrentados foi expandir a área, comprando terras próximas da colônia original para atender as reclamações de diversos colonos no processo de distribuição das terras. No início da década de 1970, foi comprada a posse da fazenda Fundão, no município de Pinhão, atualmente Reserva do Iguazu, do ex-delegado de Pinhão Oscar Pacheco. Quase imediatamente iniciaram o processo de regularização fundiária da terra, porém a fazenda centenária pertencia à Balbina Siqueira, que entregou uma grande área dessa fazenda aos seus ex-escravos. Seus descendentes iniciaram a luta jurídica e política para retornar às terras da fazenda Fundão, denominada “Invernada Paiol das Telhas”. A disputa judicial ainda ocorre atualmente, pois o governo federal decretou, através do Incra, a fazenda como área quilombola, a luta continua pela desapropriação.

Do ponto de vista econômico, no que se refere ao aproveitamento da terra e suas potencialidades, é inegável o desenvolvimento apresentado na colônia Entre Rios e sua Cooperativa Agrária. Podemos reconhecer o processo de expansão da Cooperativa Agrária que adquiriu grande quantidade de terras nas regiões de Guarapuava, Pinhão, Reserva do Iguazu e Candói, quando anteriormente era restrita à Guarapuava.

A chegada dos colonos representou, em tese, a democratização do acesso à terra, com exceção dos descendentes de escravos, pois sete proprietários controlavam toda a área da colônia original, substituídos por mais de uma centena de novos proprietários. Atualmente ocorre novamente a concentração da terra, mas a cooperativa e os associados como proprietários. Essa situação não foi prevista no projeto de Bento Munhoz da Rocha

Netto, sem considerar que podia ser distribuída a agricultores paranaenses desde que devidamente orientados com assistência técnica e financiamentos. Outra situação foi a forma pela qual participou do processo de expropriação da fazenda Invernada Paiol das Telhas, hoje reconhecida como área quilombola.

### **3.8. A colônia Castrolanda, município de Castro (1951): considerações sobre a colonização holandesa**

O ambiente do pós-guerra na Europa era desalentador, cidades destruídas, campos minados, famílias destroçadas e economia caótica. Nesse cenário desolado e destruído representações diplomáticas de vários países europeus buscaram países dispostos a receberem milhares de trabalhadores do campo e da cidade. O Brasil se apresentou como destino, com grande oferta de terras disponíveis e oportunidades de um país em construção podia oferecer.

Nesse cenário foram realizadas várias reuniões entre 1947 e 1950 em consulados e representações diplomáticas da Holanda e do Brasil, culminando na instalação da colônia Holambra no interior do estado de São Paulo.

Em 1950 chegou ao Brasil uma comissão de estudos da Holanda que objetivava encontrar terras para a criação e colocação de holandeses numa colônia. Depois de ter verificado terras no Rio Grande do Sul, a preferência ficou pelo município de Castro, onde havia campos planos que facilitavam a mecanização, além de um clima favorável. Essa decisão ocorreu a partir do interesse do governo do Paraná, que apresentou e dava todo suporte e garantias para a instalação da colônia.<sup>351</sup>

O governo paranaense tinha um projeto em curso para modernizar a economia e dinamizar a agricultura e a pecuária, objetivos centrais do projeto. Entendia que mudar os paradigmas da agricultura de subsistência para uma agricultura comercial, voltada para os interesses do mercado externo, passaria pelo domínio de novas técnicas na agropecuária e na mecanização. Para isso trabalhadores acostumados com tais técnicas teriam a preferência, estariam mais bem preparados para atingirem os objetivos do projeto do governo.

---

<sup>351</sup> Idem.

Essa colonização foi planejada, o que a tornou diferente de quando pensamos em imigração com famílias que chegam somente com suas roupas, esperança e pouco dinheiro. No caso específico ocorreu uma grande mudança, as famílias que emigraram para o Brasil tiveram toda sua mobília, utensílios, gado leiteiro, maquinários transportados da Holanda até à nova colônia.

O planejamento estratégico para a instalação da colônia de Castrolanda foi resultado do conhecimento da experiência da colônia Carambeí, também holandesa, formada em 1911, nas terras da Fazenda Carambeí, distante 30 Km da colônia de Castrolanda. Os imigrantes se dedicaram à produção de leite e queijos. Enfrentaram muitas dificuldades pela falta de apoio técnico, financeiro e governamental, mesmo assim instalaram pequenas fábricas particulares de queijo. Em 1925 instituíram uma cooperativa, quase fechando por falta de todo tipo de apoio e de recursos.<sup>352</sup>

Nessas condições a mudança foi possível devido à organização do grupo de imigrantes propensos a lidar em cooperativa. O primeiro grupo de imigrantes escolhidos para a nova colônia de Castrolanda (Fig. 26) foram trabalhadores com certo grau de estudo e condições sociais. Essas pessoas foram escolhidas, como registra o *Diário Oficial* dos Países Baixos, sexta-feira, 28 de setembro de 1951, n. 188, onde se encontra o seguinte suplemento:

Coöperatieve Vereniging Groepsemigratie Brazilië G. A. (Sociedade Cooperativa de emigração em Grupo Brasil G. A.), em Hoogeveen. Hoje, aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e um, compareceram perante mim, Eeltje Visser, tabelião local deste município de Hoogeveen, na presença das testemunhas adiante nomeadas, os senhores: 1: Geert Leffers, agricultor, domiciliado Kamerlingswijk 16, Zwartemeer, município de Emmen. Artigo 1; A sociedade tem nome: Sociedade Cooperativa de Emigração em Grupo Brasil G. A.; A duração da sociedade é por tempo indeterminado. Artigo 2: o objetivo da Sociedade é promover a possibilidade de imigração de holandeses para o Brasil e, no sentido mais amplo, defender os interesses dos associados relativos a tal emigração. Artigo 3: 1. A Sociedade visa alcançar este objetivo através da: a) organização da exportação dos bens dos associados na forma de materiais de produção e capital até o valor máximo permitido pelo governo da Holanda. B) a compra ou aquisição por outra forma, direta ou indiretamente, de terras no Brasil.<sup>353</sup>

<sup>352</sup> CHAVES, Niltonci Batista (Org.). *Pioneiros do futuro: 85 anos da Batavo Cooperativa Agroindustrial*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2010. p. 14-18.

<sup>353</sup> KIERS-POT, C. H. *Castrolanda 50 anos 1951-2001*. Castro: Kugler, 2001. p. 115.

*Figura 26 - Grupo de emigrantes holandeses antes do embarque para o Brasil*



Fonte: Museu da Associação Castrolanda.

Esse tipo de movimento trouxe repercussões econômicas e sociais no campo paranaense, ocorrendo uma transição da agricultura de subsistência para a agricultura especializada, com rotação de terras e culturas, em combinação com a pecuária leiteira e a criação de suínos.

O processo de formação das colônias aqui explicitado representa a adoção de um novo formato de imigração, como planejamento e organização na chegada dos imigrantes, garantindo melhores condições de acesso e permanência na terra, com programas de financiamentos e orientações técnicas. Desde o início da formação da colônia ocorreram investimentos na construção de casas, escolas, igreja, galpões, etc (Fig. 27). Outra circunstância que facilitou a permanência do grupo na terra foi trazer literalmente suas mudanças, incluindo o gado (Fig. 28)

*Figura 27 - Início da construção das primeiras instalações da colônia de Castrolanda (1952)*



Fonte: Museu de Castrolanda.

*Figura 28 - Desembarque no porto de Santos do gado dos imigrantes holandeses (1952)*



Fonte: Museu da Associação de Castrolanda.

A força motriz desse processo de mudança foi, sem dúvida, a busca de terras pelos europeus, não disponíveis no seu país, o que comprometia as novas gerações, situação

agravada pela pós-guerra. A saída era buscar fora da Europa, e o Brasil se apresentou com terras disponíveis e um governo paranaense receptivo pela chegada desses imigrantes.

Outra situação percebida foi que a maioria dos imigrantes era alfabetizada, já tinha um mínimo de educação formal. Eles valorizavam muito a educação, tanto é que em todas as colônias praticamente era automática a implantação da escola primária e técnica, garantindo uma nova geração preparada para novos desafios. A cultura que trouxeram na bagagem de centenas de anos com aprimoramentos técnicos em agropecuárias ajudaram no processo de adaptação.

A religião também contribuiu no sentido de manter a unidade entre eles, pois viviam na simplicidade, do trabalho, do respeito às normas e regras, características de igrejas protestantes, principalmente de influência calvinista e luterana. Adotavam o sistema de produção cooperativista, as relações econômicas e o lucro com naturalidade, de quem já tinha centenas de anos de convivência nesse modelo de vida.

Podemos criticar o governo brasileiro por não oferecer as mesmas condições aos pequenos agricultores brasileiros, que podiam, com investimentos educacionais e técnicos, exercer o mesmo papel realizado pelos colonos imigrantes. Porém, essa situação contribuiu ainda mais na região aumentando o preconceito em relação ao pequeno agricultor, caboclo faxinalense, posseiro e assentado da reforma agrária. Vivia de uma agricultura de subsistência, com pouco acesso aos financiamentos, ao maquinário e à educação de qualidade, além da falta de qualificação e orientação técnica. Invariavelmente era comparado de maneira imprópria com os colonos imigrantes, sem o devido conhecimento da história do processo de formação das colônias.

Em 1951, a colônia da Castrolanda, contando com apoio governamental, se associa à Batavo Cooperativa de Carambeí originando a Cooperativa Central de Laticínios, com objetivo de agregar valor à cadeia produtiva do leite. Com apoio do governo estadual conseguiram trazer equipamentos industriais e toda assistência diretamente da Holanda, que tinha domínio técnico na área de laticínios.<sup>354</sup>

O modo de vida do agricultor tradicional da região era de faxinais e as relações econômicas, no olhar da burguesia regional e estadual, era visto como rebelde. Assim afirma Thompson:

Uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste em nome do costume, às

---

<sup>354</sup> CHAVES, Niltonci Batista (Org.), op. cit., p. 22.

racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os “livres” mercados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (modernização e racionalização), mas sim a inovação do processo capitalista é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso e costumes.<sup>355</sup>

O caboclo era visto pela burguesia regional como atrasado, sua agricultura não trazia riqueza e prosperidade para a região por estar voltado à sua própria subsistência e ao mercado local, não gerava a riqueza desejada pela burguesia.

As ações do governo de Bento Munhoz da Rocha entre 1951 e 1955, descritas e analisadas neste capítulo, quando vistas isoladamente, como o foram até então pela historiografia regional, apresentavam um governo responsável pela integração e povoamento do Paraná. No entanto, quando analisamos como ações articuladas, chegamos à conclusão de que objetivavam uma mudança econômica da região do Paraná tradicional. O projeto pensado e executado pelo governo evidencia o desejo de implantar um novo modelo agrícola cooperativista e agroindustrial.

*Figura 29 - Governador Bento Munhoz da Rocha Netto visitando o stand da Cooperativa Castrolanda na Exposição Interestadual de Animais e Produtos Derivados - Ponta Grossa 21/11/1953*



Fonte: Chaves, Niltonci Batista (2010, p. 57).

<sup>355</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 19.

Bento Munhoz da Rocha aproveitou o contexto histórico para colocar o país no processo de industrialização nos anos de 1950 e decidiu encaminhar o projeto de agroindústrias, pois não concorria com os estados mais poderosos que disputavam as indústrias pesadas. Por isso incentivou a industrialização com a implantação da agroindústria. Ao mesmo tempo incentivou os colonos a se organizarem em cooperativas agroindustriais. No quarto capítulo verificaremos os efeitos da agropecuária praticada em outras regiões do estado e que influenciou no processo político estadual.

## **CAPÍTULO IV**

### **A ESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO: MODERNO X ARCAÍCO, INDUSTRIALIZAÇÃO E O CONFLITO SOCIAL**

Neste capítulo analisaremos a introdução de um modelo de produção agrícola pautado na agroindustrialização, no cooperativismo e na exportação. Investigaremos como o modelo agrário se desenvolveu e os primeiros resultados econômicos dos colonos imigrantes, atores do processo de implantação do modelo agrário. Queremos compreender como o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto apresentava os colonos imigrantes e os cafeicultores do norte paranaense e a sua relação com o modelo agrário.

Examinaremos como o Estado atuou no conflito entre os caboclos e a Madeireira Zattar ocorrido na área de influência da colônia Entre Rios, implantada pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Netto no município de Guarapuava e a relação da cooperativa com o conflito.

Verificaremos como eram comunicadas à sociedade paranaense as ações articuladas pelo governo de Bento Munhoz da Rocha. Para tanto, vamos identificar a propaganda utilizada nos meios de comunicação e o discurso proferido em rádios, jornais e revistas em apoio ao projeto agrário.

#### **4.1. O contexto da industrialização como sinônimo de modernização**

Para compreender a visão do Paraná moderno no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, necessitamos entender o contexto do pós-guerra, pois os países industrializados da América do Norte e da Europa passaram a ser vistos pela elite brasileira como “modelos a serem seguidos”. Após a Segunda Guerra Mundial, os projetos de aceleração de crescimento econômico dos países subdesenvolvidos apresentaram receitas para “eliminar o atraso e a pobreza” nesses países.

O cenário do pós-guerra marcou o início do processo de expansão do sistema capitalista, com rápido crescimento urbano e industrial, exigindo grande quantidade de matéria-prima para a produção em massa. Esse quadro apresentou o escopo do processo de expansão da indústria madeireira e da modernização na agricultura. Como destaca

Mendonça,<sup>356</sup> no período se reconhece a pobreza no mundo, e que os países industrializados e desenvolvidos teriam a responsabilidade de comandar os países pobres em seu processo de desenvolvimento. Nesse contexto, há uma convergência de autores que discutem o tema. Tanto José Graziano da Silva como Roseli Alves dos Santos em *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná* apontaram para a construção de um discurso que visava tecer uma oposição entre o “moderno” e o “arcaico”, tal dinâmica estava pautada no processo de reprodução do capitalismo monopolista e orientava para uma superação do atraso. Assim aponta Graziano da Silva: “Com a estereotipização do subdesenvolvimento mostrava uma economia onde o setor industrial era incipiente e o setor agrícola atrasado.”<sup>357</sup>

O modelo de desenvolvimento e progresso dos países capitalistas centrais era a referência para ser buscada, pois seria a garantia de riqueza e paz e conseguiria fazer que o nosso país conseguisse superar a situação de pobreza e atraso. Dessa forma, a elite intelectual, econômica e política paranaense colocava a miséria como sinônimo de sistema econômico “primitivo”, que produzia fome, pragas, doenças etc. para que fosse adotado um sistema econômico baseado nos países do capitalismo central, seria o caminho para superar nossas desgraças. Para isso, o conhecimento científico se tornaria expressão de técnica e ciência moderna, em contradição aos saberes do povo, que produziam a situação de atraso, portanto, não adequados ao modelo de desenvolvimento e progresso.<sup>358</sup>

No pós-guerra prevalecia a doutrina Truman, que tinha por finalidade impedir o crescimento do comunismo e impedir que a União Soviética conseguisse sucesso na adesão de outros países na sua política comunista. O método adotado para esse fim ávido foi possibilitar as circunstâncias para incluir o máximo de países a vivenciarem as singularidades das sociedades capitalistas avançadas da época, que apresentavam elevado grau de industrialização, urbanização, modernização da agricultura, crescimento rápido da produção material e níveis de vida e adoção generalizada de educação e valores culturais modernos. O capital, a ciência e a tecnologia seriam os principais instrumentos que possibilitariam uma “revolução” em escala mundial.

---

<sup>356</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007. p. 79-110.

<sup>357</sup> SILVA, José Graziano da Silva. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 56.

<sup>358</sup> Idem, p. 296.

Diante desse contexto de pós-guerra, marcado pelo combate ao comunismo de rápida aceleração econômica em face aos investimentos norte-americanos na Europa, Ásia e Brasil, que também recebeu recursos para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Portanto, compreendemos o projeto de inserção da industrialização no campo naquele momento histórico, interpretado erroneamente como sinônimo de desenvolvimento e progresso. Percebemos que essa compreensão governamental e de grande parte da sociedade lançava uma enorme pressão sobre os agricultores tradicionais, especialmente os caboclos faxinalenses, vistos como representantes do atraso. Assim como as ações das grandes madeireiras eram interpretadas nessa mesma linha. Essa lógica explica, em parte, o apoio dos governos estaduais e municipais às ações desse ramo industrial. Mas não retira das críticas a falta de acompanhamento e fiscalização dessas ações, executadas de forma violenta contra os direitos, inclusive com mortes.

O discurso da industrialização compreendida como sinônimo de modernidade foi permissivo para o avanço da indústria madeireira na expansão de novas áreas que, após a derrubada das matas, podiam seguir o novo modelo agrário mecanizado e destinado à produção de grãos. Na região de Pinhão, município de Guarapuava, existia uma grande reserva de mata araucária nas reservas dos faxinais que se constituía um bloqueio para a expansão da colônia Entre Rios. A associação da indústria madeireira e a agroindústria cooperativa foram inevitáveis. Ambas eram percebidas como representantes da modernização, segundo a propaganda dos meios de comunicação, que articulavam como essenciais para a salvação do agricultor paranaense.

Considerando a trajetória histórica em que se estabelece a política paranaense de “favorecimento e conservantismo do ideário do poder central”, compreende-se o contexto cultural em que a intelectualidade paranista concebeu uma identidade regional. O grupo ervateiro, apoiado pela intelectualidade do mate, procurou então fazer valer o apoio incondicional dado às investidas governamentais centrais frente às intenções de comando e controle territorial. Os elementos político-culturais, elaborados no movimento paranista, tornam-se suportes ideológicos fundamentais na construção identitária paranaense, consolidando uma variedade de investimentos culturais patrocinados pela elite ervateira.<sup>359</sup>

As madeireiras buscavam novas áreas de desmatamento e as reservas de mata araucária do centro-sul do estado eram onde as madeireiras do estado se expandiam. Essas

---

<sup>359</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber, op. cit., p. 165-171.

companhias empregavam a força para se apropriarem das terras dos faxinais, característica marcante no avanço desse processo.

A dinâmica de organização e resistência cabocla entrava em contradição com a modernidade defendida pelo governo nos meios de comunicação e nas comemorações do centenário da independência do estado do Paraná. Nesses espaços os colonos imigrantes foram apresentados como representantes da modernidade, pois adotavam as novas práticas agrárias do novo modelo agroindustrial e cooperativista. Esse modelo devia ser seguido pelos demais agricultores, e todo movimento contrário seria tratado como atrasado, arcaico segundo a imprensa e a comunidade regional.

O processo de colonização formou três regiões com particularidades no meio social, econômico e político. A integração dessas regiões sempre esteve presente nas discussões governamentais. Entretanto, foi o pai de Bento Munhoz da Rocha, Caetano Munhoz da Rocha, presidente de 1920 a 1928, que intensificou a colonização no norte do estado, surgindo a preocupação com a integração da região de Curitiba, intensificada nos anos 1930, com o avanço rápido da colonização que acompanhava o crescimento da produção cafeeira e a ameaça ao poder pelo rápido crescimento econômico. Essa discussão da integração voltou com força no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto nos anos de 1950.

O início da década de 1950 foi marcado pela eleição do presidente Getúlio Vargas, que retornava ao centro político do país. A eleição trouxe de volta o otimismo e a esperança renovada da maioria do povo. A economia brasileira estava colhendo os frutos do pós-guerra, com *superavit* na balança comercial. O país era introduzido na cultura consumista da classe média das grandes cidades, apresentando aos lares brasileiros uma infinidade de produtos nacionais e importados. Os eletrodomésticos, produtos de higiene e alimentícios, até então exclusivos das elites, se popularizaram, espalhando-se pelas cidades com o incentivo do desenvolvimento econômico que produzia novas tecnologias e novos padrões de consumo.

Produtos de limpeza e de higiene também se alteraram, com a introdução do detergente, do sabão em pó, do surgimento da esponja de lã de aço da marca “Bombril”, do uso da escova e da pasta de dente junto às camadas populares, do uso do xampu, do condicionador de cabelos e do desodorante. Cuidados com a beleza feminina se disseminaram com a chegada dos cosméticos de marcas renomadas como Max Factor, Avon e Helena Rubinstein divulgadas na revista “O Cruzeiro”, cuja leitura, por muito tempo, fez parte do cotidiano da população. Roupas de tecido sintético passaram a compor o vestuário, e o uso do terno e da gravata ficaram mais restritos. Para a mulher, o maiô de “duas peças” e depois o biquíni constituíram-se as grandes inovações. Enfim,

assistia-se a um avanço modernizador, no país, a ponto de os habitantes urbanos, se sentirem a um passo de se tornarem uma nação moderna, como colocam João Manuel de Mello e Fernando Novais ao tratarem desse período da história brasileira.<sup>360</sup>

No novo cenário dos anos 1950, o país experimentava o desenvolvimento econômico e a chegada de novos produtos tecnológicos, entre os quais ferro elétrico, fogão a gás, liquidificadores e geladeiras, cosméticos, gêneros alimentícios (coca-cola, chocolates), veiculados em filmes de Hollywood como sinônimo de progresso. Os produtos industrializados vinham já com o carimbo do moderno.

Esse momento foi caracterizado pela chegada do progresso, e rapidamente veio à tona uma lista de anseios da classe média brasileira e paranaense, desejando estar incluída como consumidora dos produtos desse novo modelo. O homem do campo, diante desse cenário, ficou um tanto deslocado, pois estava vivendo ainda um tempo passado, arcaico, pelo fato de estar apegado aos costumes tradicionais. O rápido crescimento da produção do café colocou o estado na vitrine econômica pela primeira vez do país, motivo pelo qual Paraná fez parte desse *boom* e levou o governo a adotar um discurso da industrialização como sinônimo de modernidade. Nesse momento histórico, o grande capital estava com os cafeicultores do norte do estado.

O primeiro desafio foi ter a capital como símbolo desse novo Paraná moderno, fosse através da arquitetura de estilo moderno, fosse trazendo novos marcos culturais que estavam em implantação na capital pela administração estadual de Bento Munhoz da Rocha Netto. O governo produzia uma narrativa em que esses novos símbolos culturais representavam o progresso e o desenvolvimento. Porém, o problema que surgia era que se concentrava na capital, portanto, não ocorria no interior do estado, especialmente no norte, oeste e sudoeste, onde correntes migratórias eram seduzidas pela oferta de terras baratas.

Partindo desse conjunto de disposições é que, na primeira metade do século XX, projetaram-se ideais regionais de cunho identitário, como a mineiridade em Minas Gerais, o gauchismo no Rio Grande do Sul, a paulistanidade em São Paulo, o amaralismo fluminense no Rio de Janeiro e que no Paraná viriam a configurar-se como paranismo, o qual, enaltecendo características identitárias paranaenses, inseriu-se num contexto regional político-econômico de ascensão da elite ervateira, majoritariamente urbana, e de decadência da elite rural dos Campos Gerais.<sup>361</sup>

---

<sup>360</sup> BAHLS, Aparecida da Silva. *A busca de valores identitários: memória histórica paranaense*. 2007. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, p. 121.

<sup>361</sup> CORDOVA, Maria Julieta Weber, op. cit., p.171.

A situação econômica da elite proprietária dos Campos Gerais era dramática, com abandono inclusive das fazendas, e o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, se organizou para encontrar novas possibilidades que permitissem ao grupo a permanência tanto do poder econômico como político.

Regiões no Paraná experimentavam algo que lembrava a corrida do oeste norte-americano, uma espécie de “conquista do oeste” tupiniquim. Os novos colonos que se estabeleciam viviam rústicamente, em total simplicidade. O desafio do governo de Bento Munhoz da Rocha era como integrar esses novos migrantes ao novo Paraná desejado pela elite política. O projeto agrário tinha a intenção de implantar e estruturar políticas públicas que levassem a infraestrutura básica, saúde, educação, assistência técnica aos agricultores paranaenses e aos neoparanaenses. O modelo referenciado pelo governo era o exemplo das colônias Witmarsum, Entre Rios e Castrolanda, que de forma disciplinada, ordeira e muito labor implantaram cooperativas agroindustriais de sucesso, segundo palavras do governador. Para tanto, reforçava o discurso paranista que apresentava os colonos imigrantes para a sociedade como pioneiros desse novo Paraná, tinha a lógica de incentivar o agricultor local a se integrar ao novo modelo agrícola, identificado como moderno pela integração com cooperativas agroindustriais.<sup>362</sup>

As colônias foram bem-sucedidas e os motivos associados a várias causas: 1) acompanhamento e investimento público em ciência agrária e infraestrutura (energia, transportes, educação e saúde); 2) financiamentos públicos para construção de casas e compra de equipamentos; 3) ajuda econômica dos países de origem alemã e holandesa; 4) aplicação de novas técnicas agrícolas, como análise e correção de solo, afolhamento bienal e trienal, adubação verde, invernadas artificiais, adubação orgânica, curvas de nível, sementes selecionadas, mecanização etc.; 5) organização dos colonos em cooperativas; 6) investimentos na agroindustrialização das cooperativas.<sup>363</sup>

Esses itens foram vitais para o sucesso das colônias que transformaram Guarapuava no maior produtor de trigo do Paraná e Cevada *in natura* processada para a venda nas indústrias alimentícias. A colônia da Castrolanda criou a principal bacia leiteira do sul do país com a criação de gado leiteiro holandês, que permitiu o surgimento da agroindústria de produtos derivados do leite.<sup>364</sup>

---

<sup>362</sup> BAHLS, Aparecida da Silva. *A busca de valores identitários: memória histórica paranaense*. 2007. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, p. 120.

<sup>363</sup> ELFES, Alberto, op. cit., 1973, p. 137.

<sup>364</sup> Idem.

A colônia Witmarsum transformou uma fazenda decadente em exemplo de produção de trigo e leite, abastecendo a indústria da cooperativa, e os produtos eram vendidos em todo o país. Os resultados foram imediatos convertendo Guarapuava no principal produtor brasileiro de trigo a partir de 1953-1954.<sup>365</sup>

Outras consequências foram as mudanças da sociedade dessas localidades, onde praticamente “existiam duas camadas sociais: o latifundiário, autocrata, que era o mesmo tempo líder político e econômico e quase autônomo em suas propriedades, de um lado, e agregado ou peão, analfabeto”. O desenvolvimento econômico das colônias proporcionou o surgimento de uma classe média rural de pequenas propriedades, porém com acesso à tecnologia de excelente padrão de vida econômica e cultural. Apesar de não tão numerosa, participava de maneira efetiva nas respectivas localidades, ocupando cargos de relevância na política municipal e regional.<sup>366</sup>

Essa nova classe média rural, enriqueceu através da agroindustrialização das colônias, apresentada pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Netto como a nova colonizadora do Paraná. Portanto, fazia parte do esforço do governo na construção de símbolos na capital do poder político paranaense.

Na medida em que os novos símbolos eram construídos, novas avenidas abertas, novos edifícios de mais de dez andares levantados em Curitiba, praças arborizadas e ruas pavimentadas, a distância da capital ficava ainda maior do interior. E o incrível foi que os recursos públicos que sustentavam todo o projeto de modernização da capital advinham do interior. Essa foi a grande contradição que Bento Munhoz da Rocha Netto experimentou, era criticado pelos gastos exagerados na comemoração do centenário da emancipação do Paraná, lhe custou caro isso para tentar retornar ao palácio Iguazu.<sup>367</sup>

As mudanças descritas em Bahls mostram como os anos de 1950 foram intensos e de transformação no modo de vida das grandes cidades. A noção de moderno era a representação da metrópole com arranha-céus, novos hábitos de consumo introduzidos pela industrialização de bens de consumo traduzidos como sinônimos de modernidade, em contradição do modo de vida do interior do estado. Esse cenário de otimismo ocorreu em consequência do rápido crescimento industrial. O país começava fazer parte do esforço industrial no pós-guerra, com instalação de indústrias de aço, petróleo, óleo

---

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> Idem, p. 140.

<sup>367</sup> BAHLS, Aparecida da Silva. *A busca de valores identitários: memória histórica paranaense*. 2007. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, p. 121.

diesel, asfalto, gasolina, com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) criada no governo ditatorial de Vargas em 1941 e a fundação da Petrobras em 1953. As grandes cidades passaram a representar o espaço da modernidade, do lançamento de tendências de moda, de pessoas com boas condições de vida. Por outro lado, os trabalhadores no campo viviam na simplicidade, sem acesso às novas tecnologias, por isso vistos como arcaicos, atrasados, enfim, representavam o passado.

O estado do Paraná passou a vivenciar um duplo fenômeno de migração: primeiro, milhares de migrantes abandonaram o campo e foram para a cidade grande em busca de melhores condições de vida; o segundo, milhares de famílias saíram de outras regiões agrícolas, em especial do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em busca de novas áreas no interior do Paraná para se dedicarem à agricultura. O governo de Bento Munhoz da Rocha Netto fez uma série de investimentos na área da educação e saúde, promovendo aumento de matrículas no ensino fundamental (antigo primário e ginasial). Foi criada uma rede de postos de puericultura no interior do estado para combater o alto índice de mortalidade infantil, novas áreas de expansão agrícola, prevenção e profilaxia da saúde das mães e das gestantes.<sup>368</sup>

O povoamento do norte, do oeste e do sudoeste do Estado gerava riquezas, forçando a administração pública a dotar as regiões da infraestrutura necessária. Entre 1950 e 1960, 900 mil pessoas se dirigiram ao Paraná. Em uma de suas mensagens à Assembleia Legislativa, o governador Munhoz da Rocha manifestou entusiasmo em relação à vinda de migrantes para a região, aludindo aos brasileiros que para cá convergiam aos borbotões.<sup>369</sup>

O fluxo migratório criou um enorme desafio aos governos estadual e municipal. O escoamento do café, principal produto paranaense e brasileiro, além de outras culturas, o governo enfrentou o problema da falta de uma malha viária para ter fluência no deslocamento da produção. Foi nesse momento de crescimento econômico brasileiro e paranaense que aconteceram as comemorações do centenário de emancipação política do estado. No país e no estado corria um clima de entusiasmo pelo desenvolvimento econômico e social, conjugado ao desejo de Bento Munhoz da Rocha Netto destacar Paraná no cenário nacional e mostrar Curitiba como a capital política e cultural do estado. Nesse quadro explicativo, analisamos o novo projeto agrário e o lançamento dos colonos como os novos pioneiros da colonização paranaense.

---

<sup>368</sup> PARANÁ, Governo do Estado. *1º Centenário da emancipação política do Paraná*. Curitiba: Globo, 1953. p. 134.

<sup>369</sup> BAHLS, Aparecida da Silva, op. cit., p. 122.

Nas festividades do centenário de 1953, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto utilizou os lançamentos bibliográficos e os grandes desfiles para valorizar o trabalho dos imigrantes no desenvolvimento do estado. Porém, omitiu os momentos difíceis que os imigrantes da primeira fase do século XIX e início do século XX tinham passado nessas terras. Poloneses e alemães foram citados exemplos de adequação de imigrantes nas terras e gente paranaense de forma serena. Nas comemorações de 1953, os imigrantes e seus descendentes foram elevados ao *status* de colonizadores paranaenses.<sup>370</sup>

Um desses lançamentos bibliográficos que merece destaque foi o álbum *1º Centenário da emancipação política do Paraná*, editado e publicado em português e inglês pela editora Globo, contendo a mensagem do governador à Assembleia Legislativa, em 1953, com capítulos escritos por intelectuais reconhecidos no meio acadêmico, abordando temas como a história do Paraná, a literatura paranaense, os cem anos de educação no Paraná, as artes plásticas e a música no Paraná, a cidade paranaense, a ciência no Paraná, núcleos imigratórios e sistemas coloniais do Paraná e aspectos gerais e econômicos do Paraná.

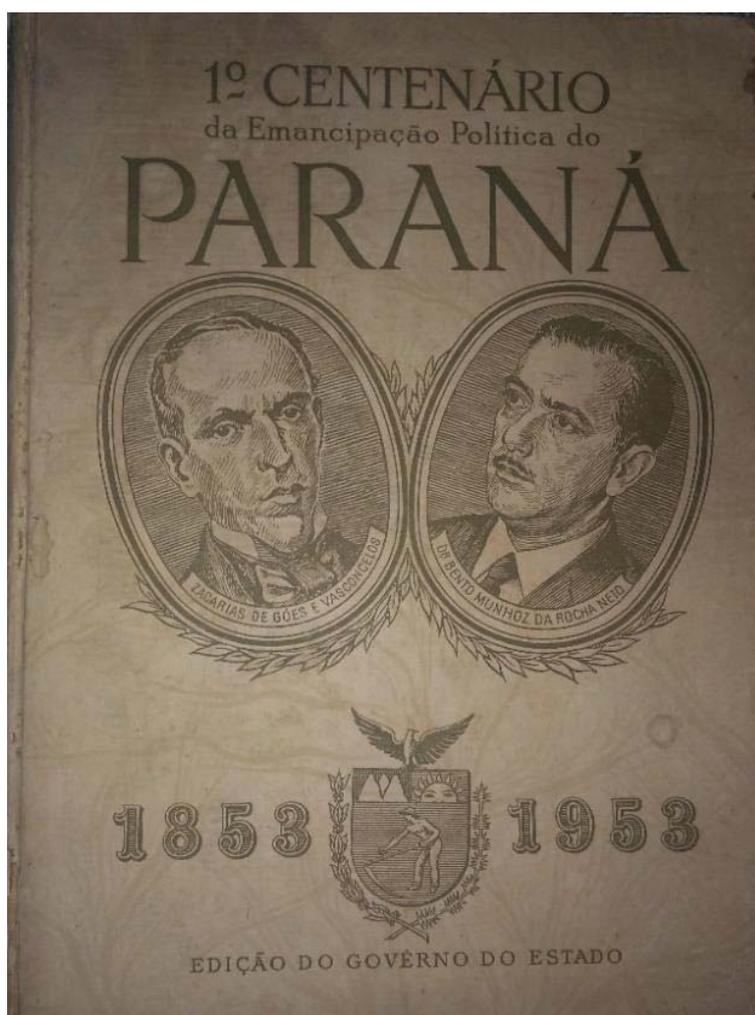
A edição foi publicada e enviada a todas as escolas, faculdades, bibliotecas, repartições públicas, prefeituras municipais, imprensa escrita, rádios, associações de comércio e indústrias, as embaixadas com representações no país. O capítulo que se refere aos imigrantes, intitulado “Núcleos imigratórios e sistemas coloniais do Paraná”, foi escrito pelo professor José Nicolau dos Santos, professor de direito da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, produzindo uma narrativa histórica da colonização de valorização do imigrante como inovador, laborioso, introdutor da mecanização e do cooperativismo agroindustrial.<sup>371</sup>

---

<sup>370</sup> BAHLS, Aparecida da Silva. *A busca de valores identitários: memória histórica paranaense*. 2007. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, p. 43.

<sup>371</sup> SANTOS, José Nicolau. Núcleos imigratórios e sistemas coloniais do Paraná. In: *1º Centenário da emancipação política do Paraná*. Curitiba: Globo, 1953. p. 90-103.

Figura 30 - Álbum comemorativo ao centenário do Paraná (1953)



Fonte: Acervo Museu Paranaense – coleção Bento Munhoz da Rocha Netto.

A imagem do imigrante, elogiada pelo governo do estado, não podia faltar nesse momento histórico. Os colonos imigrantes foram apresentados como os responsáveis por alterarem as técnicas e os novos padrões de vida no campo em relação ao nosso caboclo tradicional.

O que fizeram foi estabelecer um padrão de vida diferente do de nosso caboclo, muito mais atrasado na avaliação das próprias necessidades. Por esse prisma, a indústria florestal da região sulina do Estado, não há [como] negar, se beneficiou de alguns acréscimos trazidos à cultura tradicional, à chamada cultura luso-brasileira.<sup>372</sup>

<sup>372</sup> BAHLS, Aparecida da Silva, op. cit., p. 74.

Essa situação de apresentar os colonos imigrantes como exemplos de sucesso trouxe consequências no campo. Muitas comunidades de caboclos, índios e quilombolas foram interpretados pela sociedade regional como exemplos de atraso e arcaico. Dando a entender que deviam se adequar ou permitir que as terras que ocupavam fossem destinadas aos laboriosos colonos.

*Figura 31 - Recepção pelas autoridades dos suábios em Guarapuava*



Fonte: Arquivo histórico da Unicentro de Guarapuava (10/6/1951).

Bento Munhoz da Rocha Netto resolveu construir em Curitiba símbolos do poder político, cultural e econômico para apresentar a capital à sociedade paranaense como um farol, para que todos olhassem como referência e desejo. No entanto, a crise econômica provocada pelas geadas na produção do café afetou de forma significativa os cofres do Estado, impactando o cronograma de obras, não sendo concluídas em tempo para a comemoração do centenário. O ponto alto das festividades foi a inauguração dos novos símbolos, do novo centro cívico, o palácio Iguaçu, a sede do poder político, o palácio do

Tribunal de Justiça, a sede do Judiciário paranaense, o palácio 19 de Dezembro, a sede do Legislativo estadual.

*Figura 32 - Visita do governador Juscelino Kubitschek ao Paraná (19/4/1954)*



Fonte: Acervo Museu Paranaense (19/4/1954).

*Figura 33 - Festa de inauguração do palácio Iguazu (19/12/1954)*



Fonte: Acervo Museu Paranaense, coleção Bento Munhoz da Rocha Netto.

No desejo de construir os símbolos, o governador foi além com a construção do teatro Guaíra, com capacidade para 2.200 pessoas, um dos maiores do Brasil, que poderia receber as grandes peças teatrais, balés internacionais etc., e a Biblioteca Pública do

Paraná, entre as maiores do país. Era uma clara tentativa de estabelecer a capital definitivamente como o centro cultural irradiador de tendências para o restante do território. Eram símbolos da modernidade econômica, política e cultural, objetos de orgulho dos paranaenses que Bento pregava em seus discursos.

*Figura 34 - Inauguração teatro Guaíra (31/10/1954)(ainda incompleto)*



Fonte: Acervo Museu Paranaense, coleção Bento Munhoz da Rocha Netto.

Bento Munhoz da Rocha organizou e estruturou as comemorações do centenário da emancipação política do Paraná com a pretensão de buscar o fortalecimento político e identitário paranaense. Ao mesmo tempo, embutia o desejo de tornar a capital do estado sinônimo de modernidade e referência cultural. Na capital da modernidade, o governador apresentava os colonos como os novos paranaenses, por isso deviam ser incorporados nessa perspectiva, pois representavam o progresso e o moderno. Foram evidenciados exemplos de sucesso e de prosperidade nos desfiles das ruas de Curitiba. Afinal, para Munhoz da Rocha Netto, “a mancha loira” seria a que dominava a nova agricultura, com técnicas modernas de plantio, com uso de maquinários, tendo como resultado o progresso e o moderno nos campos paranaenses.<sup>373</sup>

---

<sup>373</sup> ROCHA NETTO, Bento Munhoz. Novas experiências nos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. p. VIII.

Figura 35 - Colonos de Witmarsum – desfile comemorativo (19/12/1953)



Fonte: Acervo Museu Paranaense, coleção Bento Munhoz da Rocha.

A sociedade curitibana recebeu os colonos imigrantes como os representantes do novo Paraná, eram defendidos nas peças publicitárias do governo, utilizava a rede de rádios e jornais para popularizar as ideias sobre os imigrantes como colonizadores pioneiros, colocando-se numa situação política delicada com os caboclos, indígenas, quilombolas, além dos agricultores tradicionais, preteridos nas comemorações por serem considerados atrasados e arcaicos.

Nas festividades do aniversário de centenário, o governo estadual fortaleceu a aliança com as colônias de imigrantes, organizou um evento internacional envolvendo os cafeicultores do norte do Paraná, que até então eram compreendidos pela elite tradicional como potenciais adversários políticos na disputa pelo poder estadual, pois administravam a principal riqueza do Paraná, o café. Uma aliança política e econômica com esses cafeicultores era fundamental para a sobrevivência da combatida elite tradicional. A estratégia adotada foi aproximá-los do poder político da elite tradicional, oferecendo uma aliança ao poder estadual, controlado pela elite política tradicional, que tinha como herdeiro Bento Munhoz da Rocha Netto, assim traria benefícios para os grupos pela aproximação.

Figura 36 - Desfile das etnias nas festividades do centenário (19/12/1953)



Fonte: Acervo Museu Paranaense, coleção Bento Munhoz da Rocha.

O esforço político ficou evidente nas comemorações do centenário, a preocupação de Bento Munhoz da Rocha Netto era apresentar os cafeicultores como protagonistas econômicos e grandes colonizadores do estado. Para tanto, organizou a I Feira Internacional do Café, apresentando os produtores de café paranaenses ao mundo como símbolo do Paraná moderno e produtivo. Foi uma tentativa de incluí-los na elite tradicional que dominava a política e a economia do estado.

Na I Feira Internacional do Café, o governo apresentou também os resultados das novas colônias Witmarsum, Castrolanda e Entre Rios na tentativa de fortalecer o novo modelo agrário, onde os colonos se organizavam em cooperativas agroindustriais, levando a industrialização para o meio rural. No entanto, como reforçava Bento Munhoz da Rocha Netto, sob certo controle dos meios de produção pelos colonos, garantindo melhores resultados e condições de competir com as grandes multinacionais do setor.

A aliança entre a elite tradicional e a nova elite cafeeira conquistada pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, apesar de permitir a aproximação, não se configurou explicitamente, pois os produtores de café estavam mais penderes ao ex-governador Moyses Lupion, defensor do avanço da colonização por meio das grandes companhias colonizadoras, como foi explicado no primeiro capítulo, com total apoio para a indústria madeireira e para a expansão do café nas terras das novas áreas abertas.

Figura 37 - Instalação da Feira Internacional do Café (1953)



Fonte: Acervo Museu Paranaense, coleção Bento Munhoz da Rocha Netto.

O esforço do governador ocorreu pelo desejo de unificar o estado e acabar com a velha divisão sociológica dos três Paraná: Paraná tradicional (Curitiba, Litoral, Ponta Grossa, Castro, Lapa e Guarapuava); Paraná do norte (instituído pela exploração do café); Paraná do sudoeste/oeste (região colonizada por catarinenses e gaúchos). Realizou-se de forma efetiva a partir da criação do Centro Cívico em Curitiba e a construção do imaginário do poder político, cultural e econômico na capital, com a utilização dos meios de comunicação. Uma obra grandiosa para a época em que o território do estado possuía um pouco mais de 100 quilômetros de estradas asfaltadas.

A apresentação do novo centro do poder atraiu os olhares de cobiça e de crítica, deslocando a atenção da imprensa, dos cidadãos que permitiam ao governo implementar as políticas ambiciosas nas áreas de transporte, energia, agropecuária, educação e saúde.

Para Vanali,<sup>374</sup> “o distanciamento físico e psicológico era grande nas três regiões, mas quando Curitiba ganhou o Centro Cívico, com o Palácio Iguazu e o Tribunal de Justiça, Bento conseguiu consolidar a capital como sendo a capital de todos os paranaenses”.<sup>375</sup> As comemorações do centenário tiveram, sem dúvida, a marca de Bento Munhoz da Rocha, que promoveu durante meses seminários, debates, editoriais, artigos, revistas, livros, consolidando uma narrativa e uma nova representação do colono imigrante como “o novo colonizador”, o agricultor moderno. As festividades deixavam

<sup>374</sup> VANALI, Ana Crhistina. Só falar não basta! Bento Munhoz – governante e pensador. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Curitiba: Nova Letra, 2015. p. 306.

<sup>375</sup> Idem, *ibidem*.

claro para a população que os atores desse novo momento histórico, na percepção governamental, eram os colonos imigrantes, responsáveis pelo sucesso da agroindustrialização cooperativa de Witmarsum, Castrolanda e Entre Rios.<sup>376</sup>

#### 4.2. O conflito social como consequência colateral da modernização

Durante o século XIX, os caminhos dos tropeiros pelos campos de Guarapuava favoreciam o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao tropeirismo e a outros setores, como fazendas de invernagem, comércio, hospedarias, ferrarias, entre outros. A atividade de produção da erva-mate também foi importante graças à grande quantidade de ervais. Essa forma de produzir e desenvolver adentrou na região até início do século XX. A partir de 1950, a região começou a mudar de cenário com a fundação da colônia alemã suábia Entre Rios, iniciando as atividades de produção de trigo e cevada, posteriormente soja, culminando com a criação da Cooperativa Agroindustrial Agrária. Dedicaram-se também à produção industrial da cevada e outros produtos.<sup>377</sup> O processo do desbravamento iniciou com a exploração da erva-mate, seguida pelas madeiras, uma vez que a natureza oferecia uma rica e abundante floresta de pinheiros, imbuías e tantas outras variedades.

A estrutura fundiária dos campos de Guarapuava nos meados do século XIX e início do século XX não apresentou mudanças significativas no que diz respeito à concentração da propriedade.<sup>378</sup> Essa foi mantida pelas famílias descendentes da elite tropeira ou absorvida pelos novos proprietários ligados ao agronegócio. Esse novo setor era articulado ao financeiro, aos plantadores de soja, cereais, reflorestamento para atender a demanda da indústria de celulose e, em menor escala, à pecuária mais modernizada.<sup>379</sup>

No processo de ocupação da área na margem esquerda do Iguaçu, no “vale encaixado”, as terras eram ocupadas por posseiros, agregados dos grandes fazendeiros, moradores pobres, escravos fugitivos, criminosos degredados, fugitivos do Contestado,

---

<sup>376</sup> Idem, p. 306.

<sup>377</sup> AYOUB, Dibe; PORTO, Liliana. Contextualização: breve histórico do Pinhão/PR. In: PORTO, Liliana, SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Maria dos Santos (Org.). *Memória dos povos do campo no Paraná – centro-sul*. Curitiba: ITCG, 2013. p. 140.

<sup>378</sup> RAMOS, Renê Wagner. *O impacto da construção da usina Governador Ney Braga*. Porto Alegre: [s. ed.], 2010. p. 44-46.

<sup>379</sup> ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: BPP, 1986. p. 172.

segundo a tradição oral. A prova de que grandes fazendas da região utilizavam mão de obra do trabalhador escravizado constituiu disputa judicial entre a Cooperativa Agrária e os descendentes de escravos na fazenda Paiol das Telhas, no município da reserva do Iguaçu, em estágio de decisão final no Supremo Tribunal Federal.

Os relatos de moradores mais idosos dão conta de que muitas famílias residentes ao longo da margem do rio Iguaçu chegaram entre o final do século XIX e início do século XX, e estavam na condição de agregados, ou seja, trabalhavam para os fazendeiros durante a safra de porcos ou na lida do gado. Como eram de confiança, podiam permanecer num pedaço pequeno nas terras da fazenda à margem do rio.

Na dinâmica de ocupação da região, verifica-se um alto número de sem-terra na condição de posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros e agregados, contrastando com a concentração da propriedade em mãos de poucos, cerca de 22,36% eram proprietários de quase 77% das terras.<sup>380</sup> Essa concentração era resultado da prática de venda das posses dos caboclos para os fazendeiros, mas permaneciam como agregados, arrendatários, meeiros ou parceiros.

A nova política agrária estruturada a partir de ações articuladas pelo governo de Bento Munhoz da Rocha provocou consequências no campo. O discurso da modernidade era permissivo para o avanço da indústria madeireira, que se expandia nas áreas limpas ao seguimento do novo modelo agrário mecanizado e destinado à produção de grãos. Na região dos campos do Pinhão, município de Guarapuava, existia uma grande reserva de mata araucária, encontrava-se na reserva dos Faxinais, que bloqueava a expansão da colônia Entre Rios. Diante desse empecilho, a indústria madeireira e a agroindústria cooperativa acordaram em removê-la com sucesso. Ambas eram consideradas representantes da modernização e assim apresentadas na propaganda dos meios de comunicação, por esse motivo tomaram essa medida para a salvação do agricultor paranaense.

As madeireiras avançavam desmatando novas áreas, e as reservas de mata araucária do centro-sul do estado tornavam-se áreas de expansão madeireira do próprio Estado, recebendo várias empresas, muitas vezes usavam de violência nesse processo de apropriação das terras dos faxinais.

A dinâmica de organização e resistência cabocla era contrária à modernidade que o governo defendia nos jornais e nas comemorações do centenário da independência do

---

<sup>380</sup> RAMOS, Renê Wagner. *O impacto da construção da usina Governador Ney Braga*. Porto Alegre: 2010. p. 45.

estado do Paraná. Apresentava os imigrantes como representantes desse novo modelo agrário industrial e cooperativista como exemplos a serem seguidos pelos demais agricultores. Todo movimento contrário era tratado pela imprensa e pela comunidade regional como atrasado e arcaico.

As consequências sociais e econômicas do campo desse novo modelo adotado, com seus reflexos políticos, econômicos e sociais, principalmente na relação do Estado com o homem do campo, em especial o conflito entre os caboclos e a Madeireira Zattar, as cooperativas agroindustriais e um mundo político, qual terá sido o modelo que ajudou no fortalecimento econômico e social do Paraná?

A maneira de ocupação planejada com incentivos do governo e de organismos estrangeiros trouxe impactos positivos para a colônia e a cooperativa. Os campos de Guarapuava, onde se localiza o município de Pinhão, palco do conflito, lentamente foram sendo absorvidos pela cooperativa, que forçava a compra de novos lotes. Esse sucesso econômico impactou os caboclos da região e os vizinhos colonos da Cooperativa Agrária, pois seu novo modelo de produção passou a ser compreendido pela comunidade regional como sinônimo de modernidade, contrário do arcaico, um modelo produtivo autossustentável, com uma agricultura voltada para a subsistência e criação de poucos animais.

“O conflito entre os caboclos e a Madeireira Zattar no município do Pinhão - PR” teve início em 1951. Foi marcado com violência extrema praticada por pistoleiros contratados pela Madeireira José Zattar, que resultou, anos mais tarde, numa Comissão Especial de Investigação na Assembleia Legislativa do estado em 1992. O conflito ocorreu em momento de expansão e consolidação de um novo modelo de desenvolvimento econômico do estado, tendo a industrialização, a indústria madeireira e a agricultura de exportação de grãos no controle de grupos econômicos ou cooperativas. Esse fato teve como consequência a desagregação do antigo modelo de produção de subsistência adotado pelos caboclos que viviam nas matas de araucária em Faxinal.<sup>381</sup>

A região do conflito localizava-se no município de Pinhão, região de Guarapuava, estado do Paraná, distante 200 quilômetros de Curitiba, no sentido centro-sul. A região

---

<sup>381</sup> Faxinal: ambiente de floresta de araucárias onde ficava a morada familiar e onde criava-se gado solto; não havia cercas, as famílias se estabeleciam em áreas cujas divisas eram acordadas costumeiramente entre os vizinhos; os animais eram marcados de acordo com cada dono, justamente para não serem confundidos com outros; praticava-se o extrativismo de erva-mate; solo considerado ruim para o plantio.

ficou conhecida na historiografia paranaense como Paraná tradicional, pois a colonização foi mais antiga e marcada pela produção do mate e criação do gado, com intensa atuação do tropeirismo de gado e porcos. A região era de grandes fazendas onde ocorriam as invernadas de gado e porcos e politicamente marcada pelo domínio dos grandes latifundiários com influência política estadual.

No entanto, nas décadas 1950 a 1970 iniciou um período de mudanças na economia do Estado. Na produção industrial e agrária ocorreram mudanças, como a criação de colônias para imigrantes no sistema cooperativista agroindustrial, isso era reforçado nos discursos de progresso nos governos de Bento Munhoz da Rocha, Moyses Lupion, Ney Braga e Paulo Pimentel, produzindo mudanças no campo que atingiram a região da mata araucária.

A indústria madeireira era entendida pela sociedade como representante da modernidade, ajudava a abrir os caminhos para novas cidades, novas áreas de agricultura, portanto, constituía-se numa aliada do progresso e do desenvolvimento, geradora de empregos e impostos para os novos municípios. Se alguém fizesse discursos à postura dos madeireiros do ponto de vista ambiental, social e econômico, seria alvo de críticas da sociedade regional.

A visão da utilidade das matas e das terras pela indústria madeireira era diferente daquela dos caboclos. Segundo estes, compreendiam o espaço natural como parte do seu modo de vida, complementar à organização dos faxinais, ao passo que para os madeireiros, cada araucária tinha um determinado preço. Era o capital definitivamente adentrando nas matas no centro-sul do Paraná, provocando reações diante das negativas dos caboclos em vender as terras.

Figura 38 - Propaganda indústria madeireira (1951)



Fonte: Acervo Museu Paranaense, revista *Guaira*, p. 25.

Essas questões são visíveis no município de Pinhão, uma vez que os caboclos, vinculados e identificados com a terra, não priorizavam o valor do capital, mas o valor sentimental, contido nas relações cotidianas. Dessa forma, as linhas divisórias da terra eram passadas de geração a geração, de acordo com a “tradição no convívio com a comunidade”. Era nessa interação que se formavam os valores socioculturais e respeitados pelo coletivo, assim era entendido o termo “cultura”, conceituado por Thompson:

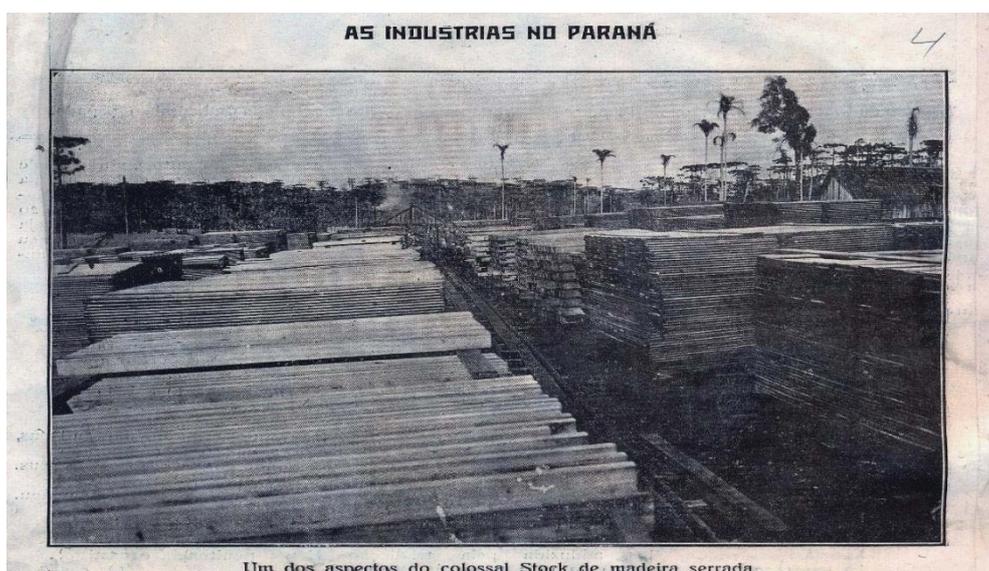
[...] cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sobre uma pressão imperiosa por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. “E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”.<sup>382</sup>

A situação mudou completamente em 1950 com o discurso do progresso rural do governador Moyses Lupion, instalando a Indústria Madeireira João José Zattar S.A. no município de Guarapuava, interessada nas madeiras nobres existentes em grande quantidade nas terras ocupadas pelos posseiros que viviam às margens das grandes

<sup>382</sup> THOMPSON, Edward Palmer, op. cit., p. 17.

fazendas. A indústria explorou as madeiras dos faxinais ocupados pelos caboclos que habitavam a área há muito tempo. Porém, acobertada por autoridades políticas estaduais e municipais, utilizavam vários meios ilícitos para enganar os caboclos, resistentes em repassar sua posse, muitos eram assassinados e suas famílias expulsas.

*Figura 39 - Propaganda da indústria madeireira (1951)*



Fonte: Acervo Museu Paranaense, revista *Guaíra*.

*Figura 40 - Casas dos trabalhadores da madeira – Zattarlândia, anos 60*



Fonte: Arquivo Unicentro.

Outro fenômeno econômico que colaborou com as mudanças no campo foi em decorrência da colônia Entre Rios e dos agricultores das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que trouxeram para a região a experiência das grandes cooperativas agrárias, responsáveis pela introdução de uma nova forma de produzir. Até 1950, a região era essencialmente voltada para a subsistência e criação de gado, porém, com o sistema cooperativo, foi incentivada a monocultura agrícola para exportação, constituída de três produtos básicos: trigo, soja e milho. Esse não foi um fenômeno isolado, os caboclos vendiam as posses regularizadas junto aos órgãos públicos para o novo proprietário, passando a viver como posseiros, arrendatários ou agregados.

Essa transformação capitalista no campo chocou-se com o modo de vida do caboclo, praticante do cultivo em áreas comuns, roças de milho e feijão feitas em clareiras (local de derrubada de mata nativa), onde o solo era fértil e menos ácido, num sistema conhecido como faxinais. Praticava uma agricultura de toco, após a roçada e queima da capoeira que crescia durante o tempo que a terra descansava. As famílias mais próximas desenvolviam o sistema de cultivo em conjunto, chamado por eles de “cultura”.

A indústria madeireira em Pinhão atuava na dimensão de poder econômico, político e de violência no processo de expropriação das terras, com utilização de métodos violentos. A Madeireira Zattar praticamente constituiu um verdadeiro “estado dentro de outro Estado”, tinha suas fronteiras vigiadas por pistoleiros no auge da principal vila, onde estava localizada sua estrutura industrial e administrativa, além das moradias de funcionários, conhecidas por “zattarlândia”, chegou a ter quatrocentas famílias, quase dois mil habitantes, contava com leis próprias e até moeda própria, como descreve Ayoub:

“Zattarlândia, continha as casas de seus funcionários e administradores, igreja, escola, farmácia, bar, salão de baile, raia para corrida de cavalos, e armazéns que comercializavam produtos para a população de operários que ali morava”. O poder da Madeireira, era tal, que chegou ao ponto de possuir dentro de suas terras uma moeda própria esse reduto possuía uma moeda própria de circulação, chamada *boró*, com a qual a madeireira pagava seus funcionários. Estes, por conseguinte, gastavam seus salários dentro dos estabelecimentos comerciais da Zattarlândia.<sup>383</sup>

O modelo de exploração da indústria madeireira na região tinha um aspecto de nomadismo, isto é, assim que as reservas florestais se esgotavam, a serraria era transferida para outra localidade, junto com essa ia toda a população dependente do capital madeireiro. Nesse espaço da zattarlândia, a serraria, com os equipamentos, funcionários

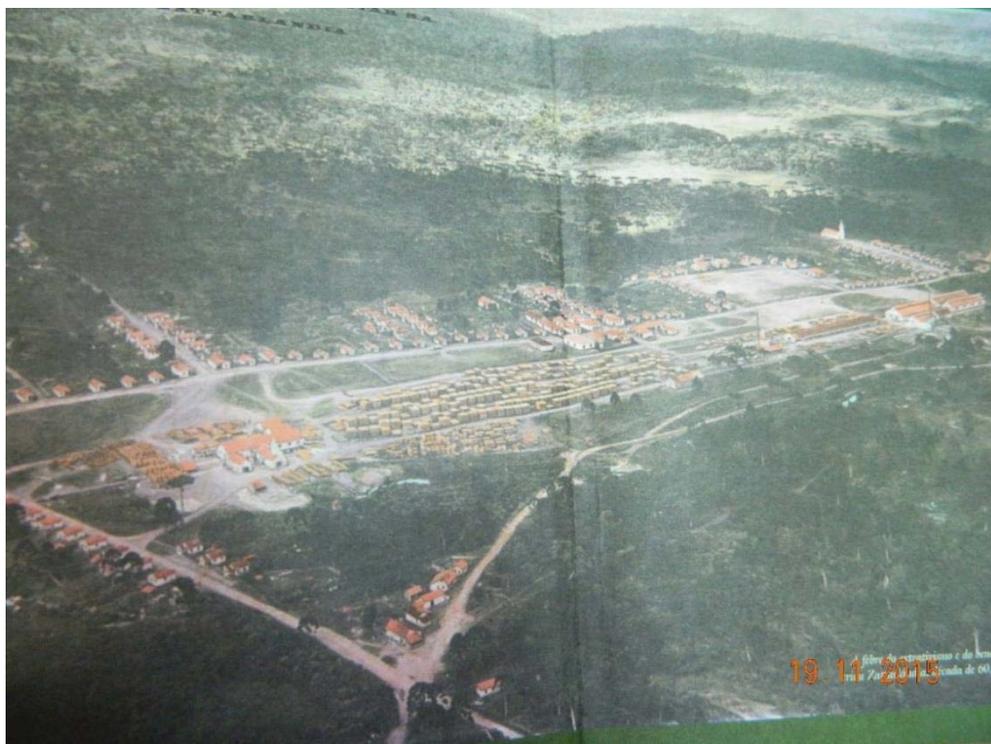
---

<sup>383</sup> AYOUB, DIBE, op. cit., p. 155.

as famílias, fundou uma cidade, o município de Pinhão, que se separou de forma definitiva de Guarapuava em 1964, sendo o primeiro prefeito Osiris Seiler Roriz, diretor e homem de confiança das indústrias João Jose Zattar S/A.

As pesquisas que versam sobre a implantação do setor industrial madeireiro no centro-sul, sudoeste e oeste do Paraná demonstram que no período de 1940 a 1960 ocorreu uma expansão rápida da região de Ponta Grossa para a região de Guarapuava. Essa movimentação da indústria madeireira ficou evidente no levantamento cartorial feito por razão social entre 1940 e 1960, onde foram abertas 458 empresas madeireiras nesses dois municípios.<sup>384</sup>

*Figura 41 - Zattarlândia, município de Pinhão - PR em 1950*



Fonte: Monteiro, Nilson, p. 4.

A derrubada da mata araucária, segundo Dean, “aumentou nitidamente durante os anos 50 e atingiu o pico depois de apenas vinte anos, quando os arvoredos mais densos foram esgotados. O mercado interno para a madeira absorvia quase 70% desse maná”.<sup>385</sup>

<sup>384</sup> SALLES, Jefferson de Oliveira, op. cit., p. 19.

<sup>385</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 169.

A pesquisa de Warren Dean contribui para a compreensão do porquê dos anos de 1970 terem sido descritos segundo a memória dos caboclos como de muita violência, inclusive com um cerco de pistoleiros numa escola municipal, descrito nas entrevistas coletadas pela CEI. Para Dean, os anos de 1970 representam o pico e o início da decadência do setor madeireiro no Paraná.<sup>386</sup>

O papel do estado do Paraná no avanço rápido do setor madeireiro pode ser observado na conquista do setor das garantias de subsídios, incentivos e isenções fiscais para empreendimentos florestais, como foi a lei n° 5.106, de 1966. Segundo essa lei, “as importâncias empregadas em florestamento e reflorestamentos poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil. As pessoas jurídicas poderão descontar [...] até 50% do imposto [...] aplicadas em [...] reflorestamento”.<sup>387</sup>

Houve uma herança cultural fruto do convívio direto com os índios guarani e os kaingang com caboclos, sem deixar de lado a chegada de diversas outras etnias, como italianos, alemães, dentre outras. Todos os que ocuparam esse espaço compartilharam com os que ali já viviam. Dessa forma, é necessário explorar mais profundamente o sistema de parentesco que envolve os caboclos, suas crenças e manifestações religiosas, por serem polos agregadores das comunidades, assim também as bodegas, os botecos, a chegada das cooperativas, trazendo transformações econômicas para a região que possuísem, aparentemente, formas rústicas de produção e subsistência e suas criações artísticas.

A definição de “caboclo” propõe uma boa discussão antropológica, pois, segundo Zarth, no sul do Brasil o camponês nacional era identificado como colono imigrante europeu ou descendente de imigrante europeu, e o caboclo, também camponês nacional, mais pobre, associado mais ao sentido cultural do que étnico, possuindo uma vida diferenciada do colono, tem maior proximidade com a forma de vida dos indígenas.<sup>388</sup>

---

<sup>386</sup> Idem, p. 169

<sup>387</sup> SOUZA, Natalino Avance de Souza. *Arranjos produtivos locais: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa*. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFPR, Curitiba, 2005, p. 60.

<sup>388</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Os esquecidos da história. In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS SOBRE PROBLEMÁTICA REGIONAL. Aportes para o futuro: globalização e regionalização. *Anais...* Ijuí, 1996. v. 1. p. 27-47.

### 4.3. Modelo tradicional dos faxinais frente ao novo modelo agrário

Ao apresentar o modelo de produção nos faxinais, utilizaremos a definição dos próprios faxinalenses do município de Pinhão. “Faxinal” tem a definição das matas de araucária, comuns no local. Nessas matas o pinheiro destaca-se como madeira de lei, entre outras, como imbuia, e a presença dos ervais nativos. Os faxinais se constituíam o oposto das “capoeiras”. Eram adequados às atividades extrativistas, como a erva-mate, o pinhão e a madeira, também para criar gado, cavalos e pequenos animais, como porcos, cabras, ovelhas, galinhas, entre outros. Os faxinais não eram adequados para a produção agrícola, em razão da acidez do solo. A produção agrícola podia ocorrer em áreas de “capoeiras”, convertidas em “terras de cultura”, normalmente em terrenos de declives acentuados, onde não havia formação florestal e próximos aos cursos dos rios. A explicação do funcionamento dos faxinais assim foi descrita por Renato Passos, memorialista de Pinhão, citada em Porto:

O faxinal é aquele mato mais alto que... vamos distinguir, tem a capoeira, é um mato fino, quase sempre formado por bracatinga. Hoje quase não tem mais. E o faxinal é aquele que era pinheiro, imbuia, e erva-mate, e canela, um mato mais alto. E embaixo é pasto. Que o pessoal costumava criar também gado ali, e porco solto, que comia o pinhão, e criava muito cabrito, que o cabrito se dá bem no faxinal. E muito cavalo também que era criado no faxinal.<sup>389</sup>

Outra característica importante e marcante dos faxinais era o fato de constituírem suas moradias nesse espaço, inclusive criavam a identidade do grupo local, ficando conhecidos com o nome de faxinais, faxinais do Bom Retiro, faxinais de São Roquinho, para citar alguns. As áreas destinadas à plantação eram protegidas da ação dos animais criados soltos, com apenas o aproveitamento de algum acidente natural para separá-los, ou pelos mata-burros, ou por cercas construídas pelos moradores. Nesses espaços localizavam-se ainda os paióis, onde armazenavam os produtos agrícolas, também serviam de habitações nos períodos mais agudos de trabalho na lavoura, essa divisão foi explicada em Sahr:

Criadouro Comum é o espaço onde a comunidade faxinalense habita e cria seus animais. O cotidiano, as rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas, as festas religiosas e pagãs, compõe uma estrutura e as representações de um modo de vida faxinalense que se transforma continuamente, embora existam várias permanências. Neste espaço

---

<sup>389</sup> PORTO, Liliana, op. cit., p. 61.

o uso da terra é coletivo, mas a propriedade sobre a terra continua sendo privada. Aí se encontra o gado miúdo (principalmente porcos) e o gado graúdo (cavalos, bois). Outra atividade importante no criadouro é a extração da madeira e ervamate. As Terras de Plantar são terras localizadas fora do criadouro comum e são usadas individualmente. As lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, tendem a situar-se nas imediações do criadouro onde residem os caboclos. Os produtos mais cultivados são o milho, o arroz, a batata e a mandioca. Em geral, a técnica de plantio é a de rotação de terra, utilizando-se a queimada para limpeza do terreno.<sup>390</sup>

O sistema de faxinal podemos defini-lo da seguinte forma: 1) faxinal - um ecossistema de floresta de araucárias, local para a habitação familiar e para a criação de gado solto; uma característica marcante era a não existência de cercas, as divisas entre as famílias eram acordadas, conforme a tradição local e os relacionamentos entre vizinhos; havia marcação dos animais para identificar seus proprietários por estarem soltos; a extração da erva-mate também era uma fonte de renda; o solo não apresentava condições naturais favoráveis para o cultivo; 2) terras de cultura - caracterizadas pela menor cobertura florestal e mais baixas, com solo favorável para a agricultura em razão da fertilidade do solo, constroem depósitos nessa área habitada pelas famílias durante o período de produção agrícola; essas áreas eram cercadas para proteger a plantação dos animais; o terreno era cercado até o limite da fronteira do faxinal; do ponto de vista ambiental era um área de campo, serra e na beira de rios, onde o solo era fértil para o plantio.<sup>391</sup>

Esse modo de apropriação do espaço organizado segundo suas características ambientais e a partir disso distinguir atividades específicas para cada uma de suas categorias, fazia com que o binômio faxinal/terras de cultura correspondesse quase sempre a áreas descontínuas. Segundo Wachowicz, a posse era a apropriação pura e simples de um terreno, que adquiria nesse contexto novos contornos.

A cultura cabocla no modelo de produção dos faxinais foi percebida como modelo de produção tradicional e arcaica, com resistência ao avanço da indústria madeireira. De acordo com Thompson, a cultura tradicional era rebelde e resistente a mudanças. Essa forma de organização agrária teve “a origem dos faxinais vincula-se à população existente na região no século XVIII, ou seja, os caboclos. Aqui, os imigrantes dos séculos XIX e

---

<sup>390</sup> SAHR, Cecilian L. L.; CUNHA, Luiz Alexandre G. O significado social e ecológico dos faxinais. Reflexões acerca de uma política agrária sustentável para região da mata com araucária no Paraná. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2005, p. 89-104, 2005.

<sup>391</sup> AYOUB, Dibe. *Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em conflito fundiário no interior do Paraná*. 2011, fls 173. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFPR: Curitiba, 2011. p. 39.

XX apropriaram-se da cultura cabocla, e do contato originaram-se os faxinais ucranianos e poloneses”.<sup>392</sup>

O anseio governamental pela industrialização do campo não levou em conta o princípio da totalidade e historicidade de todo esse fenômeno social, que, segundo Thompson, devia ser compreendido como um processo histórico, identificado nas evidências históricas, para apreender e compreender como os homens e mulheres agiam e pensavam dentro de determinadas condições. “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares”<sup>393</sup> e não simplesmente identificá-las como arcaicas e que deviam ser eliminadas.

No caso de Pinhão, o caboclo poderia ter posses descontínuas, ou se estabelecer preferencialmente em terras de cultura, ou marcar a divisão faxinal/terras de cultura dentro de um mesmo terreno, definindo a linha divisória com uma cerca, ou valendo-se, por exemplo, da presença de um rio em suas terras para dividi-las, de modo a não deixar a criação acessar as lavouras vizinhas. Nesses casos, onde a terra de cultura era próxima à de faxinal, o solo possuía basicamente as mesmas características em ambas, e a produtividade da lavoura era considerada menor do que na terra de cultura, tal como era idealmente concebida. Essa forma possuía muito mais que simplesmente um modelo agrário de produzir coletivamente, era um modo de vida construído historicamente pelas famílias caboclas na sua cultura de vida, formando a própria identidade cultural, reconhecendo-se como pertencentes àquele faxinal.<sup>394</sup>

Afinal, o pertencimento ao local e ao grupo não era percebido dessa forma. Para o governo, um ato de resistência fruto da ignorância e da falta de acesso à educação formal, tanto que uma das prioridades do governo era fundar escolas rurais e casas rurais para levar conhecimento ao agricultor tradicional paranaense. Essa forma de compreender e entender o modo de vida, de cultura, foi definido em Ginzburg:

O emprego do termo *cultura* para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através do conceito de “cultura primitiva” é que se chegou de fato a reconhecer

---

<sup>392</sup> CAMPIGOTO, José Adilçom. Os faxinais na perspectiva hermenêutica: a questão as origens. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – “Patrimônio Histórico no Século XXI”, XI - ANPUH-PR. *Anais...* Jacarezinho, 2008.

<sup>393</sup> THOMPSON, Edward Palmer, op. cit., p. 111.

<sup>394</sup> AYOUB, Dibe, op. cit., p. 40.

que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como “camadas inferiores dos povos civilizados” possuíam *cultura*. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe.<sup>395</sup>

O termo “cultura” defendido por Ginzburg permite uma melhor compreensão da cultura cabocla, pois se afasta da visão do modo de vida dessas populações, trata de camadas inferiores da civilização, e a modernidade tecnológica traria novos horizontes aos caboclos. Eles eram tratados pelos representantes da indústria madeireira como inferiores, pois a maioria era analfabeta, e na lógica do capital, atrasados.

A chegada das indústrias madeireiras foi descrita por Ayoub:

Zattar instalou sua primeira serraria em Pinhão, em 1949, o município, então chamado de Vila Nova do Pinhão, era distrito de Guarapuava. Dados da biografia do falecido filho de João José, Miguel Zattar (1938-1998), apontam, porém, que foi por volta da primeira metade da década de 1940 que o empresário começou a negociar pinheiros e terras na região. Esta caracterizava-se, segundo as narrativas de seus antigos moradores, e fontes históricas, como de “fronteira”; ou seja, enquanto constituída por uma certa interpenetração populacional sobre o território, mas não por um verdadeiro “avanço” sobre o mesmo, de modo que a ocupação deste não estava plenamente consolidada, e nem sua população inserida em frentes mais amplas de desenvolvimento. Esse contingente populacional, no caso do distrito de Vila Nova, consistia em alguns grandes fazendeiros, em descendentes da elite campeira tradicional de Guarapuava, em pequenos proprietários de terras, e em posseiros faxinalenses. Pode ser visto como estando às margens de uma economia de mercado, voltada para a nação, tendo em vista que sua produção agrícola era predominantemente utilizada para a subsistência familiar, ou comercializada localmente.<sup>396</sup>

As consequências da chegada da indústria madeireira, em especial a Indústria Madeireira João José Zattar S/A, precedida dos discursos de progresso e desenvolvimento do município de Pinhão, traria empregos e desenvolvimento. A chegada do empreendimento representava progresso, ao passo que o modelo local de organização no campo em faxinais, maneira tradicional de utilizar a terra, e suas potencialidades naturais, os faxinalenses, os posseiros e os sem-terra passaram a representar o atraso, a pobreza, a estagnação, inadaptáveis à civilização, portanto, estigmatizados economicamente, política e mentalmente, semelhantes ao personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, aquele que carregava todas as qualidades negativas do brasileiro. Essa imagem negativa do caipira fazia parte do discurso da elite liberal, defensora do novo modelo de sociedade marcada pelos brancos europeus. Nesse contexto é que se compreende a instalação da

---

<sup>395</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 16.

<sup>396</sup> AYOUB, Dibe, op. cit., p. 33.

Indústria João José Zattar S/A em Pinhão. Assumi o papel de representante do progresso nas mentes dos habitantes de Pinhão. Relatam que esse foi um tempo que tinha emprego, muito dinheiro circulando no município, até cinema em narrativas saudosistas do período.<sup>397</sup>

O discurso do governo era implantar um novo modelo agrário no campo a partir da implantação de novas técnicas e controle da produção pelas cooperativas agroindustriais, representava um processo colonizador civilizatório, ainda que de forma sutil. Esse modelo desenvolvimentista capitalista trouxe consigo a violência, pois destruiu e submeteu as formas tradicionais de organização faxinalense de autonomia e independência.<sup>398</sup>

Houve a tentativa de integrar o agricultor tradicional à mudança do modelo produtivo com a criação da Casa Rural em Guarapuava com a função de levar conhecimento de novas técnicas agrícolas para a produção agropecuária e a necessária organização em sistema cooperativo. A tentativa governamental era conquistar os caboclos através do processo educativo. O próprio Bento Munhoz da Rocha Netto afirmava que os agricultores paranaenses precisavam ser apresentados adequadamente na utilização das novas técnicas agropecuárias pelo trabalho das casas rurais, criadas em sua gestão para aproximar os produtores das novas tecnologias voltadas para o campo. Evidentemente que esse esforço produziu tensões com os caboclos, defensores do modelo tradicional.

#### **4.4. As novas relações capitalistas no meio rural**

A primeira observação na alteração da forma de vida dos caboclos tem relação direta com a pressão em liberar as terras para a estruturação da agroindústria. A terra ocupava um lugar central no modo de vida dos caboclos, de onde tiravam o sustento, além de ser um lugar onde seus pais e avós estavam enterrados. Portanto, não existia uma relação de valor comercial, mas uma relação de pertencimento familiar e do seu modo de vida. O sistema da agricultura voltado para a exportação de grãos fez com que as terras

---

<sup>397</sup> DIAS, Paulo Renato Araújo. Desenvolvimento, capitalismo e comunidades tradicionais: reflexões em torno da Zattare dos faxinalenses. In: PORTO, Líliliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Maria dos Santos (Org.). *Memórias dos povos do campo no Paraná – Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013. p. 312.

<sup>398</sup> Idem, p. 295.

desses agricultores se tornassem objeto de cobiça. Essa situação encontra-se fartamente documentada no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, encerrado em 1992, onde se constata a utilização da madeira para realizar o trabalho “sujo” de limpar o campo, isto é, retirar os caboclos, seu modo de vida, segundo o modelo agrícola moderno no discurso regional, incompatíveis.

Nessas situações entrava em jogo também o componente religioso, pois Bento Munhoz da Rocha Netto era católico militante, e compreendia o comunismo como um real perigo para a liberdade religiosa. No modelo tradicional de produção, o conceito de produzir individualmente, tão presente nos nossos dias, era subvertido pelos faxinais, onde o sistema do uso coletivo das terras, em comunhão com o individual, era uma característica que diferia profundamente do modelo capitalista de produção.

O “sistema faxinal” em Pinhão desdobrou-se em definições ambientais que determinavam atividades específicas para cada um dos espaços classificados.

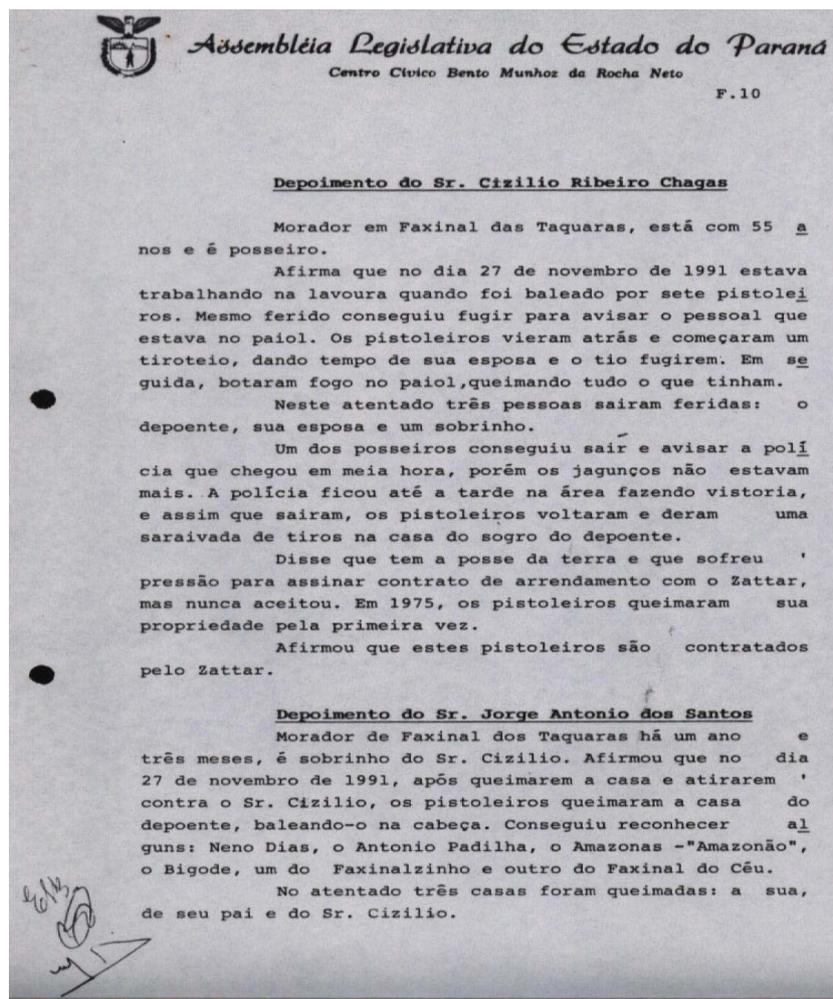
A chegada do sistema capitalista no campo foi identificada de forma precisa em Thompson,<sup>399</sup> descrevendo como o conceito foi se infiltrando e alterando os costumes tradicionais e os direitos consuetudinários dos aldeões:

As relações de propriedades capitalistas, significava uma ruptura na estrutura tradicional dos costumes e dos direitos dos aldeões: a violência social dos cercamentos consistiu precisamente na imposição total e drástica das definições de propriedade capitalista sobre as vilas. Naturalmente, estas definições de propriedades foram se infiltrando nas vilas antes dos cercamentos

---

<sup>399</sup> THOMPSON, Edward Palmer, op. cit., p. 49.

Figura 42 -Relatório CPI sobre a violência da Madeireira Zattar no Pinhão (1991-1992)



Fonte: Assembleia Legislativa do Paraná, 1992.

Entre tantos depoimentos coletados pela CPI, ficaram evidentes os métodos violentos utilizados pela indústria madeireira em alcançar o acesso às terras e também às florestas. Contratava pistoleiros para provocar medo e obrigavam os caboclos a assinarem o arrendamento das terras. A resistência dos caboclos era sufocada com mais violência, queimavam as áreas para sua saída rápida, além de tiros contra eles: “Queimaram a casa do depoente, baleando-o na cabeça.” Essa era a modernidade que chegava no campo!? Toda essa realidade foi acobertada com o discurso poderoso do governo, utilizando os veículos de comunicação, rádios, revistas e jornais, para divulgar os novos representantes do Paraná moderno, entre eles os colonos imigrantes e os madeireiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as ações investigadas respondem ao objeto central desta tese. No Paraná, a instituição das colônias agroindustriais, cooperativas associadas a outras ações, formatou um novo modelo agrário, com características comuns da produção agroindustrial, controle do campo pelo capital, monocultura, produção em larga escala, uso de novas técnicas e de mão de obra especializada, tecnologias agrícolas. Tiveram como embrião o modelo das colônias cooperativas agroindustriais instituídas pelo governador.

A tese buscou analisar as ações de Bento Munhoz da Rocha Netto entre 1951 e 1955 enquanto governador do estado do Paraná no sentido de compreender se a industrialização do campo, que naquele momento histórico era interpretada como sinônimo de desenvolvimento e progresso, representou uma antecipação da modernização agrária na instituição de um novo modelo agrário.

Conclui-se que, a partir da análise das fontes documentais percorridas nesta tese, as ações do governo Bento Munhoz da Rocha Netto não foram isoladas, mas se articulavam entre si. Essencialmente criaram as condições de infraestrutura básica, como oferta de energia elétrica, estradas, portos, assistência técnica, investimento em saúde, educação dos agricultores, que os governos posteriores se utilizaram dessas condições para expandir o processo de industrialização do campo. Permite-nos afirmar com segurança que foi uma tentativa de implantar um novo modelo agrário agroindustrial, associado ao cooperativismo, com características que antecipavam o processo de modernização do campo, no início da década de 1950.

Nesta pesquisa nem todas as questões abertas foram respondidas, porém, no campo político, há ainda uma necessidade de aprofundar a investigação que perita com segurança identificar e analisar as intenções nas ações em relação à atração das elites econômicas pela elite tradicional do Paraná.

Segundo o novo modelo pesquisado, apresentou as seguintes características: cooperativismo, agroindustrialização, produção em larga escala (monocultura), mão de obra especializada (estrangeira), disseminação das novas técnicas agropecuárias. A interpretação histórica foi possível diante da análise da documentação, que possibilitou esclarecer a relação da nova política agrária com a criação das casas rurais em parceria com o governo federal, trazendo à Embrapa dos Campos Gerais os maiores especialistas em produção na área do campo.

Verificou-se que os imigrantes, por exigência do governo paranaense, já tinham que chegar organizados em cooperativa,<sup>400</sup> pois Bento Munhoz da Rocha Netto via nesse modelo econômico a forma de contrabalançar a força do capital, pois os cooperados deviam, em tese, ter um certo controle da produção e venda do produto. O sistema foi vitorioso, pois dessas cooperativas originais surgiram grandes empresas agroindustriais no ramo do leite, da cevada e do trigo.

O sucesso das cooperativas se explica por vários fatores, entre os quais acesso aos conhecimentos técnicos, acesso à educação, à assistência governamental, seja financeira, seja técnica. O que o governador não previu foi a cooperativa ser para os pequenos e médios proprietários, que poderiam se tornar nos maiores latifundiários hoje, com suas terras avançando muito além das áreas originais. Comprando terras e utilizando métodos já conhecidos em meio ao campo, embora com truculências ou leniências das autoridades permitir compras ilegais de terras. Um desses casos, explorado na tese, foi a compra das terras do quilombo Paiol das Telhas pela Cooperativa Agrária Entre Rios, distrito de Guarapuava, reconhecido como o primeiro quilombo registrado no estado.

Outra distorção nesse crescimento, em termos de riqueza e poder, foi o conflito entre madeireiros e caboclos do Pinhão. Os madeireiros não estavam envolvidos diretamente no conflito, mas eram os grandes beneficiários com a expulsão dos caboclos das áreas para a ampliação da plantação de soja, trigo e cevada. Mostravam-se solidários aos madeireiros como representantes desse novo modelo. Portanto, podemos concluir que as cooperativas se tornaram os novos latifundiários no final século XX e início do século XXI no Paraná, que não faziam parte dos ideais originais de Bento Munhoz da Rocha Netto. Bento sempre referiu que as cooperativas seriam necessárias para que os agricultores pudessem concorrer em condições mais favoráveis com os grandes grupos privados que chegavam no estado, facilitando o acesso aos financiamentos, acompanhamento técnico etc.

Anteriormente, as ações na agricultura paranaense e o papel dessas colônias foram estudadas separadamente, portanto desarticuladas de um projeto maior, mas o governador sabia perfeitamente onde queria chegar. Foi possível verificar outras intenções na instalação do novo modelo, como oferecer novas possibilidades econômicas aos decadentes produtores tradicionais. Para tanto, deviam seguir o modelo de produção das colônias (funcionavam como uma espécie de laboratório), impedir a decadência política

---

<sup>400</sup> KIERS-POT, C. H. *Castrolanda 50 anos 1951-2001*. Castro: Kugler, 2001. p. 115

associada à econômica da elite política tradicional ameaçada pelo avanço econômico do café.

A nossa interpretação histórica desse processo trouxe uma releitura da história econômica e política do Paraná, umbilicalmente interligadas entre si. Afinal, as análises anteriores não faziam essas correlações por falta de acesso à documentação que permitisse um novo entendimento. Os documentos fazem parte do acervo pessoal do ex-governador, de posse do Museu Paranaense, entre os quais discursos, bilhetes, rascunhos de textos originais, livros, fotos e filmes, entre outros, explorados nas análises durante a compilação da tese.

A análise documental permitiu uma nova abordagem das comemorações do centenário de emancipação de Paraná realizadas em 1953. Até então a historiografia compreendia esse momento como a criação da integração simbólica do Paraná moderno, tendo Curitiba como referência. A nova abordagem apresentou a intensão de Bento Munhoz da Rocha Netto na representação dos imigrantes e dos cafeicultores como os novos pioneiros e colonizadores modelos de agricultores modernos, com referências de serem seguidos pelos produtores tradicionais.

Essa estratégia política do governador foi uma tentativa de romper com a visão romântica da imigração do final do século XIX para um novo olhar que os ligavam à modernidade, à industrialização, mas conservando suas tradições. Nas festividades, os imigrantes foram apresentados para a sociedade curitibana em desfiles como pioneiros desse novo momento, como representantes do Paraná moderno no campo.

Foi possível perceber a metodologia do intelectual Bento Munhoz da Rocha Netto na estratégia do convencimento dos produtores. Para tanto, utilizava-se do conhecimento sociológico para realizar a aproximação a partir da experiência. Estabeleceu a estratégia de apresentar as colônias como uma espécie de laboratório de novas técnicas para o plantio e criação de gado aos produtores paranaenses. Afinal, a cultura agropecuarista tradicional não bastaria para que visualizassem os resultados da produção em áreas de campos nativos.

Outra estratégia foi a propaganda do governo em organizar uma estrutura de comunicação que fazia parte uma rede de rádios, jornais e revistas no intuito de convencer os agricultores e criadores de gado sobre a importância da implantação das novas técnicas agropecuárias e da agroindustrialização do campo como geradora de renda e riqueza.

Percebemos que as ações de infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias, portos, estatização da geração, transmissão e distribuição de energia com a

criação da Companhia Paranaense de Energia (Copel), além de escolas, postos de puericultura e da fundação das casas rurais, não foram ações desarticuladas, mas fizeram parte dessa estratégia de desenvolvimento do estado com foco na agroindustrialização.

Bento Munhoz da Rocha Netto sabia que não tinha como Paraná concorrer com São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro na atração das indústrias pesadas de base, mas seria viável a atração de indústrias ligadas ao processo de industrialização do campo. Nessa ótica, o projeto foi articulado e alicerçado nas cooperativas agroindustriais, com mão de obra de imigrantes recém-chegados ao estado.

O novo modelo tinha um objetivo político muito relevante para Bento Munhoz da Rocha Netto, que se impôs pelo econômico, pois as fazendas tradicionais dos Campos Gerais estavam em crise, inclusive muitas sendo abandonadas. O projeto apresentou um novo modelo produtivo à elite tradicional que pudesse se associar, garantindo o poder econômico e permitir a manutenção do poder político nessa aliança econômica.

O governador percebeu que os cafeicultores do norte dominariam a economia e inevitavelmente o sistema político. O novo modelo permitia uma modernização conservadora propondo uma mudança no campo sem provocar nenhuma ruptura social e econômica. Conseguiu promover uma aliança entre a elite tradicional e a nova elite econômica.

Essa nova união permitiu o domínio político do estado pela aliança desenhada pelo governador no campo econômico, ainda que em legendas políticas diferentes, mas todas no mesmo aspecto político, impedindo a substituição pura e simples de uma pela outra.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: BPP, 1986.
- ALMEIDA, Alvenir Antonio de. *As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Dissertação (Mestrado em História Regional) - UPF, Passo Fundo, 2003.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis*. Passo Fundo: UFP, 2003.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.
- AYOUB, Dibe. Os posseiros do Pinhão – conflitos e resistências frente a indústria madeireira. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos (Org.). *Memórias dos povos do campo no Paraná – Centro-sul*. Curitiba: ITCG, 2013.
- AYOUB, Dibe. *Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em conflito fundiário no interior do Paraná*. 2011, fls 173. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFPR, Curitiba, 2011.
- BAHLS, Aparecida da Silva. *A busca de valores identitários: memória histórica paranaense*. 2007, f. 207. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 2007.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. (Ed.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 11-20.
- CAMPIGOTO, José Adilçon. Os faxinais na perspectiva hermenêutica: a questão das origens. In: Encontro Regional da Associação Nacional de História, XI – “Patrimônio Histórico no Século XXI” - ANPUH-PR. *Anais...* Jacarezinho, 2008.
- CAPRARO, Milene Zerek; MARCELINO Gonçalves; MACHADO, Vanderlei Hermes. O papel da formação do patronato político na construção do Estado brasileiro e do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Curitiba: Nova Letra, 2015.

CARDOSO, Jayme; WESTPHALEN, Cecília. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Chaim, 1986.

CARNEIRO JR, Renato Augusto. *Religião e política: a liga eleitoral católica e a participação da Igreja na eleição de 1954*. Curitiba: Samp, 2014.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In:

CARVALHO, Horácio Martins de. *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Chayanov e a teoria do Cooperativismo. In: CARVALHO, Horácio Martins de. *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CASTRO, Luis Felipe Perdigão. Modernização conservadora no Agro brasileiro: trajetória, contradições e alternativas. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 3-23, 2017.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Lisboa: Forense Universitária, 1978.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Ave Maria, 1977.

CHAVES, Niltonci Batista (Org); DITZEL, Carmencita de Hollenben de Mello; SILVA, José Aparício. *Pioneiros do Futuro: 85 anos da Batavo Cooperativa agroindustrial*. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2010.

CORRÊA, Maria Celeste; KOCH, Zig. *Museu vivo: guia ilustrado da história do Paraná*. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2007.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DURIGUETTO, Maria Lucia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Revista do Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

EIDAM, Rodrigo. *A Análise da formação da consciência Histórica tomando como estudo de caso duas colônias alemãs nos Campos Gerais – PR*. Disponível em: [www.brasilalemanha.com.br/novo\\_site/noticia/estudo-cientifico-sobre-imigracao-alema-por-rodrigo-eidam-/4410](http://www.brasilalemanha.com.br/novo_site/noticia/estudo-cientifico-sobre-imigracao-alema-por-rodrigo-eidam-/4410). Acesso em: 25 abr. 2018.

ELFES, Alberto. *Campos Gerais: estudos da colonização*. Curitiba: Incra, 1973.

ELFES, Alberto. *Suábios do Danúbio*. Curitiba: Edição do Autor, 1971.

ELETOBRAS. *O setor de eletricidade no Brasil e a criação da Eletrobras*. Rio de Janeiro: MME, 1982.

ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

EWERT, Grasielle Kapp; KARAS, Samanta Hass; LAMP, Roberto Edgar. A imigração menonita na colônia Witmarsum: a formação da colônia a partir de 1951. *Revista Ateliê de História*, Ponta Grossa: UEPG, 2013.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 1.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 6, n.14, jan/abr.1992.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. *Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná – região de Porecatu - 1940-52*. 1984, 258 fls. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORIANI, Dimas; STRACHULSKI, Juliano. Formação do sistema agrário na região do Paraná Tradicional: um estudo de caso da comunidade rural Linha Criciumal em Cândido de Abreu. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, v. 21, n. 3, jul./set. 2014.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1997.

GALIUME, Romualdo da Silva. Catolicismo tradicional, poder e conflitos: a capela collada da freguesia do Tamanduá, seu declínio e a transferência para a freguesia da Palmeira no interior do Paraná (1813-1837). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XIV. *Anais...* Campo Mourão: ANPUH-PR, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GLOBO, *Guia de exportação e importação do Paraná*. Curitiba: Globo, 1953.

GOMES, Ângela de Castro. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A “mística do pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 2, n. 1, p. 145-171, 1997.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2008.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. *Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010*. Curitiba - PR: GTCM, 2010.

HEINFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do rio do Peixe - SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

IPARDES, Fundação Edison Vieira. *Reinventado o Paraná: política e governo*. Curitiba: IparDES/SEPL/UEM, 1989.

KIERS-POT, C. Han. *Castrolanda 50 anos 1951-2001*. Castro: Kugler, 2001.

KOHLHEPP, Gerd. *Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: UEM, 2014.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Livraria Almedina, 1978.

LAMBERG, Carlos. *O Paraná no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto*. Rio de

LIMA, José Luiz. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade, 1995.

LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza et al. Modernização agrícola do Paraná. *Revista de Política Agrícola*, Brasília: Embrapa, v. 25, n. 3, jul./ago./set. 2016.

MACEDO, Francisco A. *A conquista pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilati;

MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001.

MARANHÃO, Fernanda. *Povos indígenas do Paraná*. Curitiba: Museu Paranaense, 2016. Disponível em: [www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68](http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68). Acesso em: 28/11/2017.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 36.

MARTINS, Jose de Souza. *Cativeiro da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MASKE, Wilson. *Bíblia e arado: os menonitas e a construção do seu reino*. f. 202. Dissertação (mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1999.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Difel, 1974.

MONTOYA, Marco Antonio; GUILHOTO, Joaquim J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro – 1850-1900*. 1987, f. 194. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1987.

MUNIZ, Helena Maria Cabelo; ROSA, Miriam Dantas. Desdobramentos da modernização da agricultura no estado do Paraná (Brasil). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. *Por uma geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade*: São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: Seed, 2001.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: RBE, v. 24, n. 4, 1970.

OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Política, direito, Judiciário e tradição familiar. In:

OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Curitiba: Nova Letra, 2015.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1970.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*, v. 5, p. 461-503, 2014.

PIRES, Murilo José de Souza. *As Implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-Sul de Goiás*. 2008, f. 146, Tese (Em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia da Universidade de Campinas- Unicamp, Campinas.

PORTO, Liliana. Uma reflexão sobre os faxinais: meio ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e viver. In: PORTO, Liliana; SALLES,

- Jefferson de Oliveira; MARQUES, Maria dos Santos (Org.). *Memórias dos povos do campo no Paraná – Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013.
- PRIORI, Ângelo. *A revolta camponesa de Porecatu*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0428.pdf>. Acesso em: 8 out. 2018
- PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: Séc. XIX ao XX*. Maringá: Eduem, 2012.
- RAMOS, Renê Wagner. *O impacto da construção da usina governador Ney Braga*. Porto Alegre: Citadela, 2010.
- RAMOS, Renê Wagner. O conflito entre os caboclos e a Madeireira Zattar, no município do Pinhão - PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais...* Passo Fundo: UPF, 2015.
- REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.
- REMOLD, René. *Por uma História Política* (Org.). Rio de Janeiro: 2. ed., Editora FGV, 2003.
- SAHR, Cecilian L.L.; CUNHA, Luiz Alexandre G. *O significado Social e ecológico dos Faxinais*. Reflexões a cerca de uma política agrária sustentável para região da Mata com Araucária no Paraná. *Revista Emancipação*, Ponta Grassa, Vol. 5, Nº. 1, 2005, págs. 89-104, 2005.
- SALLES, Jefferson de Oliveira. *Institucionalização da propriedade fundiária e conflitos agrários no município do Pinhão*. 2013, f. 129. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFPR, Curitiba, 2013. p. 43.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes. *Vida material e vida econômica*. Curitiba: Seed, 2001.
- SANTOS, Roseli Alves dos Santos. *O processo de Modernização da Agricultura do sudoeste do Paraná*. 1984, f. 246, Tese (doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2008.
- SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. 208 f. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 2005.
- SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. 1995, f. 92. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade de Campinas- Unicamp, Campinas, 1995.
- SILVA, José Graziano da Silva. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SILVA, Joseli Maria. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1997.

SILVA, Maclóvia Correia da. *As rodovias no contexto socioeconômico paranaense: 1946-1964*. 1984, f. 144, Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, Curitiba, 1984.

SIQUEIRA, Márcia D. (Org.). *Um século de eletricidade do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1994.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A modernização Conservadora na Microregião Oeste do Paraná (1964-1979)*. 2016, f. 313. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências Humanas da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SOUZA, Natalino Avance de Souza. *Arranjos produtivos locais: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa*. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFPR, Curitiba, 2005.

STEIN, Marcos Nestor. A colônia de Entre Rios no município de Guarapuava. In: VITECK, Harto (Org.). *Imigração alemã no Paraná 180 anos – 1829-2009*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2012.

SZWAKO, José Eduardo León. O Paraná das etnias: ensaio sobre racismo na produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Neto. In: OLIVEIRA, Márcio de; SZWAKO, José Eduardo León (Org.). *Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2009.

TOMASI, Nelson Dacio. “*Norte do Paraná*”: história e fantasmagorias. 1987, f. 342. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. II.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZARTH, Paulo Afonso. Os esquecidos da história. In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS SOBRE PROBLEMÁTICA REGIONAL. Aportes para o futuro: Globalização e Regionalização. *Anais...* Ijuí: 1996. v. 1. p. 27-47.

ZUCCHERELLI, Moara. *Na rota dos tropeiros – projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico*. 2008, f. 111, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFPR, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1986.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

## FONTES PRIMÁRIAS

MUSEU PARANAENSE. *Estampas de indústrias do mate*. Curitiba: Acervo Museu Paranaense, 2017. (Col. família Leão Junior).

MUSEU PARANAENSE. *Mapa da distribuição das sesmarias do Pe. Chagas – 1821*. Curitiba: Coleção de Mapas do Acervo do Museu Paranaense, 2017

PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1951.

PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1952.

PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná*. Curitiba, 1953.

PARANÁ, Governo do Estado. *Álbum do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Curitiba: Globo, 1953.

PARANÁ, Boletim do Serviço de imprensa do. Curitiba, 1954. p. 30-31.

REVISTA DIVULGAÇÃO PARANAENSE. *Entrevista de Bento Munhoz da Rocha*. Curitiba: Arnaud Velozo, ed. Set. 1963.

Revista Álbum do Paraná – 1919. Acervo Museu Paranaense.

ROCHA NETO, Bento Munhoz. *Conferência pronunciada pelo Sr. Prof. Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto na abertura da 1ª Semana de Estudos Econômicos na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná*. Curitiba: Museu Paranaense, 1953.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz. *Novas experiências nos Campos Gerais*. In: BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro (Org.). *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Círculo de estudos bandeirantes*. Curitiba: Círculo Estudos Bandeirantes, set. 1939. t. II. n. 1. p. 3-5.

ROCHA NETO, Bento Munhoz. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987. (Coordenação de Publicações).

ROCHA NETO, Bento Munhoz. *O Paraná ensaios*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Oração proferida pelo Sr. governador do estado no almoço oferecido aos participantes do II Congresso Brasileiro de Filosofia*. Curitiba: Museu Paranaense, 20/09/1953.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. *Divagações sobre a democracia*. Curitiba: Círculo Bandeirantes, set. 1936. t. II. n. 1. p. 43-60.

ROCHA NETO, Bento Munhoz. Arquivo pessoal. Curitiba: Acervo Museu Paranaense, caixa 01 (discursos e leis). (Col. Bento Munhoz da Rocha).

ROCHA NETO, Bento Munhoz. *Discurso de Bento Munhoz da Rocha no Congresso Florestal*. Arquivo pessoal. Curitiba: Acervo Museu Paranaense, caixa 01, 10/10/1953. (Colégio Bento Munhoz da Rocha).

### **Revistas e jornais**

PARANÁ, Boletim do Serviço de imprensa do. Curitiba, 1954.

REVISTA DIVULGAÇÃO PARANAENSE. Entrevista de Bento Munhoz da Rocha. Curitiba: Arnaud Velozo, ed. Set. 1963.

Revista Álbum do Paraná – 1919. Acervo Museu Paranaense.

Sul, Jornal, 27 dez. 1951.

Diário dos Campos, Jornal. Ponta Grossa, 18/03/1951.

O ESTADO DO PARANÁ, Jornal, Curitiba, p. 17, 17 fev. 2004.

Gazeta do Povo, Jornal, Curitiba, 16/03/1951.